

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CRISTIANE TAVARES FEIJÓ

**A ARCA DE NOÉ:
DIÁLOGOS SOBRE CONSERVAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E POVOS INDÍGENAS**

PORTO ALEGRE

2019

CRISTIANE TAVARES FEIJÓ

**A ARCA DE NOÉ:
DIÁLOGOS SOBRE CONSERVAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E POVOS INDÍGENAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos.

Coorientador: Dr. Irajá Ferreira Antunes

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Feijó, Cristiane Tavares
A arca de Noé : diálogos sobre conservação entre
ciência e povos indígenas / Cristiane Tavares Feijó.
-- 2019.
231 f.
Orientador: José Carlos Gomes dos Anjos.

Coorientador: Irajá Ferreira Antunes.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Embrapa. 2. Bancos Ativos de Germoplasma (BAGs).
3. Democratização da ciência. 4. Espaços de mediação.
I. Anjos, José Carlos Gomes dos, orient. II. Antunes,
Irajá Ferreira, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CRISTIANE TAVARES FEIJÓ

**A ARCA DE NOÉ:
DIÁLOGOS SOBRE CONSERVAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E POVOS INDÍGENAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de maio de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Rumi Regina Kubo
UFRGS

Profa. Dra. Gloria Sammartino
UBA

Prof. Dr. José Otávio Catafesto de Souza
UFRGS

Àqueles(as) pesquisadores(as) que fazem das
suas práticas um caminho para a
democratização da ciência.
Aos povos indígenas, que resistem
historicamente a todo e qualquer tipo de
(re)colonização!

AGRADECIMENTOS

Adentro este universo pelas lindas palavras um dia declaradas por Eduardo Galeano em “Voces de Nuestro Tiempo”, o qual já nos orientava que “Somos lo que hacemos, y sobre todo lo que hacemos para cambiar lo que somos”. É a partir de sua célebre frase que faço uma analogia com o próprio resultado desta tese. Contudo, esta difícil caminhada e transformação só foi possível com a contribuição e apoio de muitas pessoas que estão presentes na minha memória, e outras as quais ainda fazem parte da minha vida.

Agradeço à minha família pela torcida muitas vezes silenciosa e carregada de preocupações. Ao meu querido pai, que em todos domingos fazia suas breves ligações, me deixando uma profunda mensagem de luta. Ainda é difícil superar o acontecimento brutal que nos separou. Estranho o silêncio, te extraño mi padre!

Por outro lado, sou muito grata à família que construí ao longo desses anos pelos lugares onde andei. Superei os golpes da vida com o carinho e pelas belas palavras de conforto transmitidas por vocês: Alice, Gilciane, Diogo, Bruna, Luis Henrique, Daniel, Paula, Alcides, Amilcar, Pâmela, Patricia, Tatiana, Caroline, Olívia, Juliane, Diogão, e muitas outras pessoas que no calor do momento não recordei. Fica a minha gratidão a cada ato e abraço de vocês!

Ao povo Mbyá Guarani, que muito tem me proporcionado caminhar em seu universo, aprendendo a desconstruir e construir os melhores caminhos para a liberdade e a felicidade nesta vida terrena.

Aos professores e colegas da Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, por toda troca de conhecimento nesses intensos quatro anos; às funcionárias Danielle e Macarena por toda atenção e dedicação a nós discentes; ao meu orientador José Carlos por ter aceitado me orientar, e também, a todas as orientações que com certeza contribuíram para a minha formação intelectual; à professora Rumi por ter me acolhido inicialmente no lindo espaço da etnobotânica e seus emaranhados. Em especial às colegas e amigas Mégui e Diana pelas maravilhosas trocas de experiências de vida e pelas incansáveis conversas dramáticas sobre o universo da ciência. Grata à todos e a todas!

À CAPES, por ter financiado e possibilitado este trabalho de pesquisa.

À Embrapa Clima Temperado de Pelotas, por ter proporcionado um espaço para a minha formação profissional e, principalmente, para a construção desta tese; à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, especialmente, às pesquisadoras Terezinha e Patrícia,

que contribuíram com as minhas caminhadas em Brasília e com as informações e conhecimentos para a concepção deste trabalho.

Ao meu admirável coorientador, por me proporcionar uma afetuosa parceria ao longo de oito anos no mundo da sua ciência e de uma instituição tão consagrada no Brasil. Irajá, agradeço também por todo o carinho e preocupação de um amigo e pai que tiveste e tens por mim. Tenhas a certeza que ainda que distante geograficamente de você, estarei sempre em busca de um telefone ou computador para me comunicar e solicitar as suas orientações de vida e para a vida! Irajá, gratíssima por toda a oportunidade de formação e transformação!

Por fim, àquele que nos últimos meses me proporcionou sentir os mais belos e fortes sabores da vida. Que, a cada manhã, noite e madrugada, levantou-se para fazer um café carregado de incentivo para que eu viesse a concluir esta etapa tão difícil e solitária. Josué, meu amor, agradeço imensamente pela paciência, pela parceria, pelas palavras de conforto e encorajamento para vencermos esta etapa que passa a ser da nossa vida. Agradeço cada alimento muito bem preparado e carregado de amor, meu *chef*. Muito grata por teres me proporcionado a mudança, obrigada por tudo!

A todos e todas que de alguma maneira contribuíram para a construção deste importante trabalho. Muito Obrigada!

Eu sou feito de restos de estrelas
Como o corvo, o carvalho e o carvão
As sementes nasceram das cinzas
De uma delas depois da explosão
Sou o índio da estrela veloz e brilhante
Que é forte como o jabuti
O de antes de agora em diante
E a distantes galáxias daqui

Canibal tropical, qual o pau
Que dá nome à nação, renasci
Natural, analógico e digital
Libertado astronauta tupi
Eu sou feito do resto de estrelas
Daquelas primeiras, depois da explosão [...]

E no Cosmos de onde eu vim
Com a imagem do caos
Me projeto futuro sem fim
Pelo espaço num tour sideral
Minhas roupas estampam em cores
A beleza do caos atual
As misérias e mil esplendores

(Lenine – *Tubi Tupy*).

RESUMO

A presente tese revela-se como uma etnografia das atividades de pesquisa e de projetos científicos que tratam da conservação do germoplasma na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e de suas relações com as práticas dos povos indígenas. A Embrapa Clima Temperado, localizada no município de Capão do Leão, no Rio Grande do Sul, e a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, situada em Brasília, no Distrito Federal (DF), compõem o campo em estudo, assim consideradas pelas particularidades na mediação entre o sistema de curadoria da Embrapa e as reivindicações dos indígenas quanto ao acesso às sementes conservadas em bancos ativos de germoplasma daquela Empresa. O tema da salvaguarda vegetal, representado por normas e instrumentos de segurança das espécies vegetais em questão, conhecida também pela escatologia moderna como “A Arca de Noé”, se apresenta como uma problemática ao mesmo tempo científica e política. Trata-se de espaços de mediações formalizados por pesquisadores(as) e povos indígenas, a partir de conflitos entre as regras institucionais e as relações de poder e saber. Nesse emaranhado de tensões e lutas, o que está em jogo é a democratização e a liberdade das práticas científicas na Embrapa, uma instituição conhecida historicamente pelo desenvolvimento de pesquisas e tecnologias a serviço do agronegócio. Esta tese etnográfica é fruto dos discursos e práticas e suas relações entre os distintos espaços de mediação, ora mediados por pesquisadores(as), ora por povos nativos. A descrição desses espaços retrata também alguns efeitos da gestão do sistema de conservação da Embrapa sobre a realidade indígena, especialmente no campo etnográfico, orientado pela filosofia política Mbyá Guarani.

Palavras-chave: Embrapa. Bancos Ativos de Germoplasma (BAGs). Democratização da ciência. Conflitos. Espaços de mediação.

ABSTRACT

This thesis reveals itself as ethnography of research activities and scientific projects that deal with the conservation of germplasm in the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa) and its relations with indigenous peoples' practices. Embrapa Clima Temperado, located in the municipality of Capão do Leão, in Rio Grande do Sul, and Embrapa Genetic Resources and Biotechnology, located in Brasília, Federal District (DF), make up the field under study, thus considered for their particularities in mediation between Embrapa's curatorial system and indigenous claims regarding access to seeds kept in active germplasm banks of Embrapa. The theme of the plant protection, represented by the norms and instruments of security of the plant species under consideration, also known by modern eschatology as "The Ark of Noah", presents itself as a simultaneously scientific and political problematic. These are spaces of mediations formalized by researchers and indigenous peoples, based on conflicts between the institutional rules and the relations of power and knowledge. In this tangle of tensions and struggles, what is at stake is the democratization and freedom of scientific practices at Embrapa, an institution historically known for the development of research and technologies at the service of agribusiness. This ethnographic thesis is the fruit of discourses and practices and their relations in the different spaces of mediation, sometimes under the initiative of researchers, sometimes of native peoples. The description of these spaces also portrays some effects of the management of the Embrapa conservation system on the indigenous reality, especially in the ethnographic field, guided by the Mbyá Guarani political philosophy.

Keywords: Embrapa. Germplasm Active Banks (BAGs). Democratization of science. Conflicts. Spaces of mediation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização das unidades descentralizadas em estudo	23
Figura 2 - Síntese esquemática das relações entre unidades e pesquisadores(as)	25
Figura 3 - Mapa de localização dos campos realizados nas aldeias Mbyá Guarani	34
Figura 4 - Multiplicação em campo.....	50
Figura 5 - Experimentos de um pesquisador	50
Figura 6 - Entre sementes e arquivos	50
Figura 7 - Estrutura de um BAG de feijão.....	51
Figura 8 - Conservação das doações.....	51
Figura 9 - Multiplicação no telado	51
Figura 10 - A arte da observação.....	52
Figura 11 - Entre ciências e políticas.....	52
Figura 12 - Indígenas conhecem as estruturas da Embrapa – Pelotas (RS)	53
Figura 13 - Do diálogo à seleção	53
Figura 14 - Nas mediações de um campo científico.....	102
Figura 15 - Um espaço não-convencional da ciência	102
Figura 16 - O maior acervo de sementes do Brasil.....	103
Figura 17 - Distribuição de sementes em feira Kayapó.....	103
Figura 18 - A parceria entre pesquisadores e povos indígenas.....	104
Figura 19 - A parceria entre pesquisadores e povos indígenas.....	104
Figura 20 - Espaços de mediações agroecológicas – o congresso	105
Figura 21 - Traços de um debate sobre sementes	105
Figura 22 - Uma outra leitura da ciência	158
Figura 23 - Sementes conservadas no BAG de milho – Pelotas (RS).....	158
Figura 24 - Das variedades para cultivares.....	159
Figura 25 - Atentos às informações	159
Figura 26 - Algumas espécies não-familiares.....	160
Figura 27 - Os (des)encontros produzidos pela ciência.....	160
Figura 28 - A colheita do feijão.....	192
Figura 29 - O resultado das sementes doadas.....	193
Figura 30 - Fruto das relações entre ciência e os Mbyá Guarani	193
Figura 31 - O ritual de preparo da erva-mate	194
Figura 32 - O cultivo Mbyá Guarani	194

Figura 33 - O crescimento de plantas indígena	195
Figura 34 - Alguns espaços de mediações para não indígenas.....	196

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIMRN	Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
ACM	Acordo de Cessão de Material
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATM	Acordo de Transferência de Material
BAG	Banco Ativo de Germoplasma
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CDB	Convenção da Diversidade Biológica (<i>Convention on Biological Diversity</i>)
Cenargen	Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia (Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia)
CGen	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
CGY	Comissão Guarani <i>Yvyrupa</i>
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPACT	Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado (Embrapa Clima Temperado)
CTA	Centro de Tecnologia Alternativa
CIAT	Centro Internacional de Agricultura (<i>International Center for Tropical Agriculture</i>)
CIMMYT	Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo (<i>International Maize and Wheat Improvement Center</i>)
DF	Distrito Federal
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DTT	Departamento de Transferência de Tecnologia
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Ensaio Preliminar Interno
Esalq	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ETB	Estação Terras Baixas
EEC	Estação Experimental Cascata
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> (Organização das

	Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
FAPEU	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
Funai	Fundação Nacional do Índio
GIAHS	<i>Globally Important Agricultural Heritage Systems</i> (Sistemas Engenhosos do Patrimônio Agrícola Mundial)
IAC	Instituto Agronômico de Campinas
IPEAS	Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRD	<i>Institut de Recherche pour le Développement</i>
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MG	Minas Gerais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
ONU	Organização das Nações Unidas (<i>United Nations</i>)
PBio	Partitura de Biodiversidade
P&D	Pesquisa & Desenvolvimento
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
RNC	Registro Nacional de Cultivares
RS	Rio Grande do Sul
RNC	Registro Nacional de Cultivares
SCG	Sistema de Curadorias de Germoplasmas
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SPD	Secretaria de Pesquisa e Desenvolvimento (Embrapa)

SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SSD	<i>Single Seed Descent</i>
SUDF	Sistema de Unidades Demonstrativas de Feijão
TDT	Transferência de Tecnologia
TIRFAA	Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura
TO	Tocantins
TRIPs	<i>Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights</i> (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio)
UD	Unidade Descentralizada
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
USP	Universidade de São Paulo
VCU	Valor de Cultivo e Uso

SUMÁRIO

1	DO CAMPO À TESE	16
1.1	INTRODUÇÃO	16
1.2	TECENDO CAMINHOS	26
1.3	ESPAÇOS DE MEDIAÇÕES	32
1.4	CAMINHOS DA TESE.....	39
1.5	OS PRÓXIMOS PASSOS	45
2	A VIDA DE PESQUISADOR	49
2.1	A CIÊNCIA E SUAS PROJEÇÕES.....	50
2.2	EXPLORANDO O CAMPO DE UM CIENTISTA: A TRAJETÓRIA DE UM FITOMELHORISTA.....	54
2.3	DOS EXPERIMENTOS EM CAMPO A DARWIN	65
2.4	O ENCONTRO DA ARTE E A CIÊNCIA	76
2.5	O PAPEL DO FITOMELHORISTA NO SISTEMA DE CURADORIA.....	82
2.5.1	A gélida experiência no BAG de feijão	89
2.5.2	O contrato institucional: os regimes caixas-pretas	93
2.5.3	Sob o sol da Embrapa	96
2.5.4	Entre os BAGs e os espaços de trocas de sementes	98
3	NARRATIVAS SOBRE CONSERVAÇÃO E OUTROS EMARANHADOS	101
3.1	EM DEFESA DE OUTRO DIÁLOGO CIENTÍFICO.....	102
3.2	NOTAS SOBRE OS PROJETOS DE CONSERVAÇÃO E SEUS DIÁLOGOS CIENTÍFICO-POLÍTICOS	106
3.3	PROJETO(S) KRAHÔ: UM MUNDO À PARTE DO SISTEMA DE CONSERVAÇÃO.	115
3.3.1	Dos diálogos às parcerias: o poder oculto dos guerreiros	129
3.4	A SOMBRA DO(S) TERRITÓRIO(S): AÇÕES DE PATRIMONIALIZAÇÃO	137
3.5	OS RECURSOS GENÉTICOS EM PAUTA: ENTRE ESPAÇOS E LIMITES	144
4	ENTRE VARIEDADES E CULTIVARES: UMA REVOLUÇÃO PELAS SEMENTES	157
4.1	O ENCONTRO.....	158
4.2	DAS RELAÇÕES AOS PECULIARES MOVIMENTOS DO BAG DE FEIJÃO	160
4.2.1	Entre Discursos e Ações de um Curador de Milho	167
4.2.2	Espaço(s) e Linguagens: A Coleção de Amendoim	171

4.2.3	Imagens e Discursos: A Coleção de Cucurbitaceae	175
4.3	A CIÊNCIA E SEU ESPAÇO DE ELUCUBRAÇÕES	178
5	POR OUTRA POLÍTICA ECOLÓGICA	191
5.1	AS SEMENTES E SEUS MOVIMENTOS	192
5.2	A COLHEITA DO FEIJÃO E OUTRAS SEMENTES	196
5.3	ALGUNS QUESTIONAMENTOS NATIVOS À CIÊNCIA	201
5.4	ALGUMAS PLANTAS NÃO INDÍGENAS: ENTRE O SILÊNCIO E AS AÇÕES ...	204
5.5	DA MEDIAÇÃO EXTERNA AO ARRANJO TERRITORIAL GUARANI	207
5.6	CAMINHOS DE ROÇAS E OUTRAS RELAÇÕES NÃO INDÍGENAS	210
5.7	DO RITUAL DA ERVA-MATE ÀS RELAÇÕES CONJUGADAS	213
5.8	AS PALAVRAS NÃO INDÍGENAS E SEUS EFEITOS ADVERSOS	216
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
	REFERÊNCIAS	224

1 DO CAMPO À TESE

[...] essa é exatamente a virtude da linguagem: é ela que nos lança ao que ela significa; ela se dissimula a nossos olhos por sua operação mesma; seu triunfo é apagar-se e dar-nos acesso, para além das palavras, ao próprio pensamento do autor, de tal modo que retrospectivamente acreditamos ter conversado com ele sem termos dito palavra alguma, de espírito a espírito. (MERLEAU-PONTY, 2000, p. 38-39)

O presente capítulo, intitulado “Do campo à Tese”, foi pensado e escrito para que os(as) leitores(as) explorem, a partir da prática etnográfica, os caminhos e os desafios para a elaboração da presente pesquisa. Neste capítulo introdutório, descrevo como o tema da institucionalização das sementes, ou conforme denominam alguns autores, “a privatização da biodiversidade”, tornou-se material do presente estudo. É a partir da descrição dos ambientes que se apresenta quem são as pessoas e plantas envolvidas no emaranhado de relações entre os distintos espaços de mediações percorridos. Explico, por meio das práticas históricas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e suas interações sociais, como seu contexto contribuiu para que fizéssemos um recorte no campo estudado, contribuindo, assim, para as descrições e reflexões deste trabalho etnográfico. Em suma, esta tese foi construída à margem dos discursos e ações entre ciência e povos indígenas, em torno das sementes e plantas encontradas nas estruturas científico-políticas da Embrapa.

1.1 INTRODUÇÃO

A porta é aberta, os passos se direcionam para o interior da sala, os olhares parecem concentrados nas particularidades projetadas nos quatro cantos daquele distinto ambiente, de um profissional da ciência. O silêncio parecia ser justificável, era momento de observar, de explorar o mundo distinto do seu, ou nem tanto, talvez algumas coisas ali naquele espaço relembressem o seu universo.

A primeira visita à sala do pesquisador ocorreu em maio de 2013, na Embrapa, da Unidade Descentralizada (UD) Embrapa Clima Temperado, localizada entre o município de Pelotas e Capão do Leão, no estado do Rio Grande do Sul (RS). Mauricio Gonçalves, uma das lideranças políticas Mbyá Guarani, articulava, naquele momento, algumas parcerias com instituições públicas, para o apoio às famílias Guarani que estavam sendo realocadas. O

motivo desse deslocamento, mais uma vez forçado, se dava pela obra de duplicação da BR-116, que até os dias de hoje permanece em construção.

No entanto, Mauricio parecia esperançoso. Nas palavras dessa liderança, a obra possibilitava a abertura de um espaço para a nova luta por direitos indígenas, além da busca por reconhecimento de territórios Guarani, por meio do diálogo com o Governo Federal. O espaço daí advindo proporcionou a reivindicação dos direitos, até mesmo reconhecidos na Constituição e pela Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), argumentou Mauricio.

O apoio às comunidades Guarani que estavam localizadas no entorno da BR-116, entre os municípios situados de Guaíba a Pelotas, tem sido mantido até o momento, pelo acompanhamento de técnicos às comunidades afetadas com a duplicação. Essa assistência é realizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, contratada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para a realização de ações mitigatórias e compensatórias, geradas pelo impacto da duplicação da rodovia.

Mauricio mencionava na conversa com o pesquisador Irajá Ferreira Antunes, da Embrapa Clima Temperado, que aquela visita podia ser o início de uma jornada de atividades para o acompanhamento das famílias cadastradas no programa da BR-116. Uma vez que as comunidades estavam sendo realocadas para novas áreas, haveria a necessidade do apoio das instituições governamentais. Assim, a Embrapa poderia proporcionar, além das trocas de conhecimentos, o acesso do seu povo às coleções de sementes, oficialmente denominadas como Bancos Ativos de Germoplasma (BAG), instrumentos tecnológicos responsáveis pela salvaguarda de sementes.

No entanto, o convite da liderança ao pesquisador só foi firmado após uma caminhada pela Estação Experimental Terras Baixas, uma das bases físicas da Embrapa Clima Temperado, onde estão centralizadas as pesquisas com vegetais e animais direcionadas às terras úmidas da região. Além disso, nesta Estação, se encontra o BAG das variedades das distintas espécies de feijão, de responsabilidade do pesquisador Irajá, função esta também denominada como “curador de Banco de Germoplasma”, que tem entre os distintos objetivos a conservação e a caracterização dos recursos genéticos. O pesquisador em questão tem formação em melhoramento genético de plantas, especialmente com a espécie feijão (*Phaseolus vulgaris* L), o que também propiciou a curiosa saga de seguir e compreender suas

ações com os diferentes povos agricultores, sobretudo com os Mbyá Guarani, conforme descrito nos próximos capítulos.

Naquele dia, Mauricio caminhou entre papéis, arte, ciência e por toda aquela imensa natureza exposta, primeiramente, sobre a mesa de madeira. Mais alguns passos e Mauricio acompanhou Irajá no BAG de feijão, adentrando um mundo relativamente isolado. A porta, semelhante à de um frigorífico, separava externamente as transformações diárias do clima, do interior do ambiente com baixa temperatura e umidade do ar, onde os cientistas dizem assegurar a vida das sementes.

Entre um diálogo e outro, num espaço demarcado por sua institucionalização ocidental, fora acertado que seria de suma importância ampliar as relações entre a ciência e o pensamento indígena. Foi Mauricio que propôs para Irajá o acompanhamento das reuniões mensais, realizadas nas comunidades Mbyá Guarani, cujos encontros são fomentados sob a articulação técnica da Fapeu em parceria com as lideranças Guarani. Esses momentos eram, e ainda são, propícios para os diálogos com as pessoas que representavam e representam os diferentes órgãos governamentais, como a própria Embrapa, assegurou a liderança indígena.

Nesse sentido, esta tese buscou compreender como são construídas as relações entre pesquisadores(as) da Embrapa e povos indígenas, por meio do entendimento das práticas científicas com recursos genéticos vegetais e da circulação das sementes e dos discursos não indígenas, em territórios nativos. Nesse caso, trata-se de uma abordagem, sobretudo, das experiências decorrentes dos distintos espaços de mediações, onde se reúnem os cientistas e os povos indígenas.

Esses espaços podem ser definidos, na perspectiva de Ingold, como uma espécie de campo de força criado pelas correntes do meio, cercado por pessoas e coisas (INGOLD, 2015b). Traduzindo para o campo etnográfico, os espaços de mediações são aqueles pelos quais circulam tanto os(as) pesquisadores(as), os recursos genéticos no mundo científico ocidental, quanto os povos indígenas, especialmente os Mbyá Guarani e seu universo nativo.

Especificamente, os espaços de mediações, como vimos, e conforme será descrito ao longo desta tese, reúnem distintas práticas e discursos, isto é, de um lado, estão os profissionais da ciência ocidental, principais mediadores no campo político-científico, e, de outro, as lideranças indígenas, responsáveis por transmitirem as questões e demandas suscitadas a partir dos seus territórios. Nesse emaranhado de relações, nos deparamos com as pessoas-chave, encarregadas por mobilizar instrumentos e discursos de seus povos-equipas.

Vandenberghe (2010) diz que esses porta-vozes representam a rede de forma condensada, tornando-a corporificada na pessoa. Isso significa que o próprio ato de representação é também um efeito de transubstanciação, pois o porta-voz, ao invocar o grupo, acaba por trazê-lo à existência. Assim, o porta-voz, ao representar oficialmente o coletivo em “pessoa”, como um mediador entre os membros do grupo e o grupo, produz e realiza os seus pares, que o autorizam por delegação a representá-los, na forma de instituições, organizações, etc., que existem no espaço e perduram no tempo. Em suma, o(a) mediador(a) é responsável pela visibilidade permanente do grupo, trazendo a existência não apenas para seus membros, mas também para aqueles situados em outros grupos.

Daí o esforço empreendido na compreensão das práticas e discursos de grupos formalizados, e ontologicamente distintos, como é o caso dos(as) pesquisadores(as) que exercem atividades com recursos genéticos, e dos povos indígenas, motivados em construir meios que venham contribuir, de alguma forma, com seus territórios. Para isso, tornou-se fundamental a construção de uma pesquisa de campo que se empenhasse em descrever, principalmente, as ações de pesquisadores(as) em seus espaços de mediações.

Dessa maneira, a Embrapa foi o principal campo etnográfico para a construção desta tese. Pode-se dizer que dentre os motivos que me levaram a estudá-la estão as conversas iniciais com a professora Doutora Rumi Kubo, então orientadora, no meu primeiro ano de doutoranda. Nos diálogos com a professora Rumi, era nítida a curiosidade a respeito das atividades e movimentos da instituição federal brasileira responsável por desenvolver pesquisas e tecnologias para a agricultura e a pecuária no Brasil.

No entanto, no meio desse universo, muitas vezes conversávamos sobre as ações de Irajá, também envolvido no sistema de curadoria da Embrapa, conforme mencionamos; o que, mais tarde, resultou na contribuição do pesquisador, com a minha inserção em um campo elitizado como a Embrapa, como veremos nos próximos capítulos. Nesse requisito, não sou a primeira pessoa mencionar as dificuldades encontradas para a inserção no campo etnográfico da instituição. Santonieri (2015), também relata sua árdua caminhada na Empresa, especialmente na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, localizada em Brasília, onde se deparou com uma unidade considerada restrita, até mesmo por profissionais de outros centros da Embrapa.

Ainda assim, não medi esforços para a realização das atividades de campo, junto aos(as) pesquisadores(as) na Embrapa. Outro fator importante considerado para a escolha desta pesquisa foi a temática científico-política em pauta sobre a conservação dos recursos

genéticos, que tem sido tão cara para a instituição, especificamente, a manutenção dos bancos ativos de germoplasma vegetal.

Nesse requisito, momento que havia definido a proposta deste estudo, recorde das notícias que, curiosamente, há quase quatro anos, percorriam, posso dizer, corriqueiramente os canais abertos de televisão e notícias virtuais no Brasil. A “Arca de Noé” das sementes, o ousado experimento científico como ficou conhecido o *Global Seed Vault* (Banco Global de Sementes), reuniu germoplasmas vegetais oriundos de todos os continentes da terra. Segundo os noticiários, a “Arca de Noé” foi construída no interior de uma montanha coberta por gelo, no arquipélago de *Svalbard*, na Noruega, com o propósito de salvaguardar a vida terrestre, caso ocorra alguma catástrofe.

A “Arca de Noé”, uma escatologia ocidental, referente à passagem bíblica que retrata o projeto de Noé para proteger a sua família e todos os animais de um dilúvio, compõe os experimentos científicos mundiais. Quero dizer que a geografia presente nas prateleiras do *Global Seed Vault* parece ser o principal componente da valiosa biodiversidade existente no cofre, assim como tem sido denominada pelas redes de informações (jornais *on-line*)¹ – o “tesouro da humanidade”.

É a esse tesouro que o Brasil, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, precisamente através da contribuição conjunta de agricultores e profissionais da área de recursos genéticos da instituição, enviou sementes de diversas variedades de milho, feijão e arroz², o cofre de *Svalbard*.

Parte-se da concepção de proteger a diversidade biológica vegetal em um banco considerado como dos mais seguros do mundo. Essa corrida mundial, de certa maneira, compõe o emaranhado de questões traduzidas pelas variabilidades climáticas e todos seus efeitos negativos produzidos mundialmente. Afinal, ao que parece, “mais do que um problema ecológico específico de um lugar ou de um povo determinado, estamos diante de toda a geopolítica mundial e suas assimétricas relações de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p.328).

1 Menciono os meios virtuais da referente notícia: <http://g1.globo.com/fantastico/videos/t/edicoes/v/cientistas-criam-arca-de-noe-das-sementes-no-caso-de-catastrofes/4811831/>; http://www.brasil247.com/pt/247/revista_oasis/176242/Banco-Mundial-das-Sementes-A-Arca-de-No%C3%A9-das-esp%C3%A9cies-vegetais.htm; <http://www.elmundo.es/ciencia/2016/02/03/56b1ff6346163fe63a8b4685.html>.

² A notícia pode ser acessada no endereço eletrônico: <https://www.embrapa.br/recursos-geneticos-e-biotecnologia/busca-de-noticias/-/noticia/1705270/embrapa-envia-nova-remessa-de-sementes-para-o-banco-de-svalbard-na-noruega>.

Em contrapartida, não é de hoje que os movimentos indígenas têm defendido outra postura político-ecológica frente à resolução apresentada e imposta pelos discursos hegemônicos. Para compreendermos tal embate, olhemos para as denúncias realizadas pelos próprios nativos, como reivindicação histórico-geográfica dos seus territórios e modos de vida, em detrimento aos atos predatórios dos não indígenas.

Para Krenak (2015), um dos porta-vozes indígenas, os conflitos entre os distintos discursos e práticas têm sido fruto dos acontecimentos históricos entre os nativos e não indígenas, cuja representação reitera a reincidência de uma contraversão do encontro. Nas palavras da liderança política, o encontro parece que nem começou, mas, em certas circunstâncias, ele parece recordar o seu fim. Isso porque a própria ideia de que o desenvolvimento e o progresso chegaram naquelas canoas produz essa ruptura, ou seja, de um encontro desencontrado. Esse pensamento ainda é reproduzido no relacionamento entre os não indígenas e os povos nativos. Assim, mais do que a relação de contato com o Outro, busca-se constantemente intervir nas políticas públicas do Estado (KRENAK, 2015).

Diante da efervescência contextual que permeia as relações entre pesquisadores(as) e povos indígenas, pelas quais propus também pesquisar, a intervenção de Krenak, metaforicamente falando, é um estatuto político-nativo, cuja linguagem e ações orientaram o olhar crítico-analítico, no que se refere aos distintos espaços de mediações percorridos etnograficamente. Quero dizer que este trabalho foi atravessado pelo conjunto de práticas e discursos indígenas, cujos interlocutores, parafraseando Viveiros de Castro (2012), como (co)respondentes dialógicos, são traduzidos através da sofisticada cosmopolítica nativa. Nesse caso, conforme argumenta o autor, trata-se de pensar o pensamento indígena como algo que passe por nossa cabeça, exteriorizando como afeto incorporante, uma predação metafísica, canibalismo epistêmico, antropofagia política, pulsão de transformação do e no outro.

No entanto, de modo geral, as discussões mundiais da privatização das sementes, em concomitância à erosão genética, consequências dos projetos neoliberais de desenvolvimento, tornaram-se assuntos genéricos dos encontros entre pesquisadores(as) e povos indígenas, como veremos. Nesse caso, o tema sobre a privação da (agro)biodiversidade realizada por autores(as) como: Santilli (2009); Shiva (2003); Escobar (1999), entre outros, compõe as reflexões analíticas, em linhas gerais, do presente campo etnográfico.

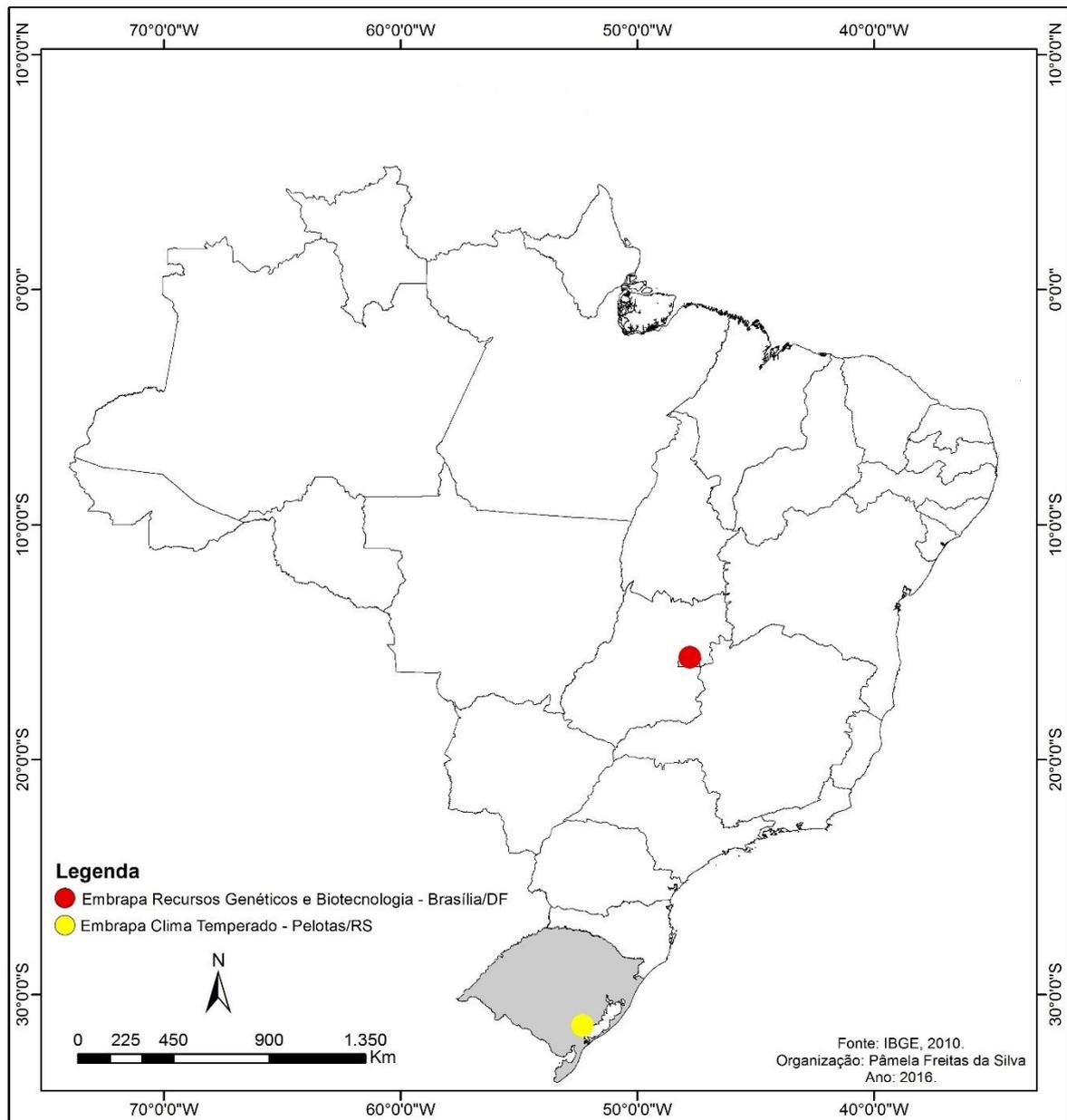
Desse modo, argumenta-se que o emaranhado de relações identificado por meio das práticas discursivas dos(as) distintos(as) mediadores(as) é resultado das expressões conceituais políticas inversas. Daí a importância de (re)vermos não como são definidos em si

os instrumentos discutidos em torno das sementes (e tudo e todos pelos quais se encontram num emaranhamento), mas como os discursos e ações são produzidos e mobilizados no campo da natureza, da ciência e da política.

Quero destacar desde já que os termos pronunciados por distintos(as) mediadores(as), dentre outros conceitos envolvidos na temática etnográfica, como exemplo, aqueles mobilizados por pesquisadores(as) em seus discursos, são decorrências, como veremos ao longo deste trabalho, das experiências e reflexões de cada cientista. Trata-se de uma tentativa de desconstrução dos próprios conceitos contextualizados pela lógica ocidental e hegemônica, explorando aquilo que os(as) mediadores(as), na Embrapa, vivenciaram e vivenciam ao longo das suas trajetórias profissionais na instituição.

As semelhantes ações e os projetos existentes entre os(as) pesquisadores(as) nas diferentes unidades descentralizadas da Embrapa (Figura 1) contribuíram para a descrição das práticas conceituais cristalizadas; a expressão nasce a partir das minhas experiências entre outros(as) pesquisadores(as), também, na Embrapa Recursos Genético e Biotecnologia, no Distrito Federal (DF), sobretudo, com a pesquisadora Terezinha Dias.

Figura 1 - Mapa de localização das unidades descentralizadas em estudo



Fonte: cortesia de Pâmela Freitas da Silva (2016).

A primeira vez que ouvi falar da cientista foi por meio de um diálogo que tive com o pesquisador Irajá ainda em 2011, quando ele comentou sobre a experiência da sua colega de instituição com os povos indígenas. Irajá logo se dirigiu ao telefone, com o propósito de contatá-la e tirar algumas dúvidas sobre os procedimentos legais que deveríamos seguir para acompanhar as primeiras famílias indígenas no RS, fruto do meu trabalho de conclusão de curso em parceria com a Embrapa Clima Temperado. Naquele momento eu observava Irajá. A conversa parecia animada, e a pesquisadora Terezinha aparentemente se mostrava muito

solícita em nos ajudar. A partir daquele dia comecei trocar correspondências com Terezinha por *e-mail*. As inquietações foram sempre bem correspondidas.

Nossa relação se intensificou quando Irajá me possibilitou participar da “I Feira *Mebengokré* de Sementes Tradicionais”, em 2012, na Terra Indígena Kayapó, localizada em meio à Floresta Amazônica, no sul do Pará, onde Terezinha seria uma das pessoas palestrantes. A pesquisadora, desde 1997, tem sido umas das principais articuladoras de projetos que possibilitam a troca de saberes entre cientistas e povos indígenas, principalmente, no que se refere ao acesso dos povos aos recursos genéticos que a instituição mantém.

A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia foi pioneira no diálogo com povos indígenas, cujas ações, mais tarde, estiveram pautadas na disponibilização do germoplasma. Contudo, a unidade foi criada em 1974 com o objetivo de coordenar, gerar técnicas e normas relacionadas, tanto de acesso aos distintos territórios nacionais e internacionais, quanto em relação à conservação e à utilização do germoplasma para as demais unidades presentes no país.

Pode-se dizer que os recursos genéticos e tudo que diz respeito a eles, historicamente, têm sido tema central das pesquisas desenvolvidas pela instituição. Dessa maneira, torna-se necessário explicar como os projetos na Embrapa são estruturados. Para isso, Irajá, incansavelmente, explicou que a formatação das ações da Empresa se dava a partir da criação de macroprogramas, os quais têm possibilitado garantir a integração entre as unidades descentralizadas, o que também viabiliza o envolvimento entre ele e a pesquisadora Terezinha, assim como outros parceiros e parceiras.

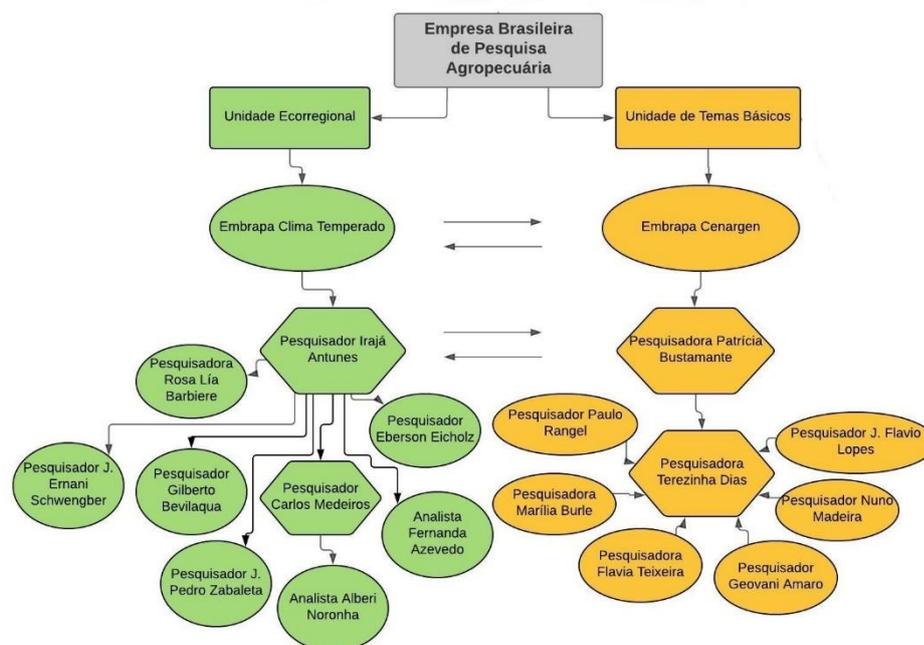
Nesse caso, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia lidera o grande projeto do macroprograma 1, cujo grande tema trata dos distintos recursos genéticos. Dentre as ramificações desse amplo plano, a conservação, conceito mobilizado pela ciência, torna-se um dos projetos componentes do macroprograma 1. Assim, o projeto sobre a conservação dos recursos genéticos vegetais tem um plano de ação, denominado pela instituição de “Avaliação e promoção das formas locais de conservação”, coordenado pelo pesquisador Irajá. Nesse plano, há outra ação de responsabilidade da pesquisadora Terezinha, denominada “Conservação *in situ* em terras indígenas, monitoramento e promoção da interface com a conservação *ex situ*”.

Da mesma forma, Terezinha também é responsável por um plano de ação do qual Irajá participa. Esse plano é conhecido institucionalmente por “Monitoramento e promoção da interface da conservação da agrobiodiversidade *in situ* e *ex situ* no contexto da efetivação das

políticas públicas, planos e diretrizes governamentais relacionadas”. Como ramificação desse plano de ação, Irajá desempenha uma atividade denominada “Monitoramento de variedades de abóboras, feijão, amendoim e milho, oriundas de bancos *ex situ* que foram introduzidas no território Guarani no Rio Grande do Sul”. No entanto, essas ações só foram burocraticamente organizadas na Embrapa no início de 2015.

Diante do breve histórico de entrelaçamento das relações das distintas unidades e, entre, especialmente, Irajá e Terezinha, principais mediadores das ações com povos indígenas, busquei descrever as ações da pesquisadora e suas relações (Figura 2) a partir do contexto científico-político, vivido por esses(as) profissionais na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia.

Figura 2 - Síntese esquemática das relações entre unidades e pesquisadores(as)



Fonte: elaborado pela autora (2019).

Outro argumento primordial para a composição desta pesquisa é a centralidade da gestão dos recursos genéticos aos quais estão submetidos, bem como a sua relevância no mundo das pesquisas na instituição e suas mediações; se essas regras, estendidas para todas as unidades da Empresa, nascem a partir de pequenos grupos específicos formados na Embrapa em Brasília, buscamos questionar/analisar como elas são mobilizadas nas práticas de pesquisas na unidade Embrapa Clima Temperado, por exemplo. Voltarei à questão ao longo da tese.

Por outro lado, em virtude do dispositivo *sui generis* em que estão inseridos os recursos genéticos, os profissionais da área de fitomelhoramento, assim como os BAGs, fruto da correlação entre pessoas e coisas, indispensáveis para o desenvolvimento das pesquisas na instituição, tornou-se essencial a descrição etnográfica da(s) prática(s) e de seus espaços.

Fundamentada nas palavras de Ingold, esta etnografia é fruto das distintas mobilidades. Segundo o autor, é no movimento que conhecemos, e é movendo-nos também que descrevemos. Assim, mover, conhecer e descrever demanda mais do que estar em, ou imersos, ou seja, demanda observação. Trata-se de estar atento, de estar vivo para o mundo (INGOLD, 2015a).

Por outro lado, esse movimento ultrapassa os limites dados pelo ambiente científico. Caminhei pelos caminhos dos espaços construídos pelos encontros, desencontros, conflitos, tensões, desafios, fruto das relações entre pesquisadores(as) e povos indígenas. Além disso, os caminhos, ou melhor, no conceito Guarani, principalmente, o *tape* (caminho) é mobilizado como a trajetória necessária para a qualidade (espiritual-corporal) de vida Guarani. O caminhar, hoje, também implica a busca de novas oportunidades e a construção das relações políticas entre o povo Guarani e o não indígena.

Nesse sentido, as lideranças políticas indígenas têm sido porta-vozes do embate para o acesso às políticas públicas, como a reivindicação dos seus direitos de/a vida. Assim, o caminhar e os caminhos, além de serem uma estratégia para a vida, para o direito de existir e resistir, tornam-se uma ferramenta mais que metodológica, um conceito mobilizado pelas vivências e experiências entre os indígenas e, nós, os não indígenas.

1.2 TECENDO CAMINHOS

Em meio às releituras do diário de campo, das vozes presas no gravador de alguns diálogos passados, das leituras incessantes da teoria, me encontro, também, perdida na poesia. O sonho de caminhar e explorar o mundo vem de infância. No entanto, o mundo parece abraçar somente os homens. Os espaços são declarados por eles, inclusive aqueles em que deveria ser o mais universal – a Universidade. Este olhar lançado sobre a narrativa escrita por Eduardo Galeano, em um de seus livros célebres, denominado “Mulheres”, nos permite viajar com o autor nas diversas histórias de mulheres guerreiras, sonhadoras, amantes encantadoras, algumas conhecidas e outras nem tanto.

A interpretação foi realizada através da leitura de uma dessas narrativas sobre as mais diversas mulheres, a qual despertou minha atenção. Galeano fala sobre a força de uma menina caracterizada de um homem guerreiro. Juana de botas e capa carregava em sua face um bigode pintado com o carvão. Com postura de guerreiro, Juana protestava seu lugar no mundo, com os olhos repletos de lágrimas, dizia ser um homem, e por isso iria à Universidade.

Mergulhada na escrita de Galeano, por um instante, me deparei com as lembranças da minha infância. Ainda quando criança me portava muitas vezes semelhante à postura de Juana. Por muito tempo pensava que ao ter nascido do sexo feminino, em um lugar onde as pessoas, ou a maioria delas, não imaginam existir, já se constituía em mim outro ser, ou mesmo, outros seres nos distintos universos. Nasci e cresci em um ambiente construído por suas histórias de guerras, traições, amores, guerreiros indígenas, por militares e prostitutas. Já o dizia o grande conterrâneo Aldyr Schlee, em sua vasta bibliografia literário-histórica sobre Jaguarão.

Jaguarão, que faz fronteira com o Uruguai, ao sul do estado, é um ambiente de liberdades, de tudo e de todos. Os raios tão marcantes de um sol intenso fortalecem os mais desamparados e esquecidos e as forças do vento contribuem, enviando seus filhos(as) para outros mundos. Foi assim que caminhei, aos dezessete anos, com a mala carregada de curiosidades do novo, do outro diverso. O meu corpo foi constituído da luta, da guerra, de uma única terra, onde os limites impostos pelos homens e suas estruturas geopolíticas são desfeitos nas águas do Rio Jaguarão. Somos sujeitos dos lados, do lá e do cá, das misturas e, também, por hora, dos seus distanciamentos (SCHLEE, 1984). Reivindicar um lugar nesse universo tão distinto e ao mesmo tempo tão hegemônico tem sido como se estivesse em um campo de batalhas intermináveis.

“Não é preciso estar numa verdadeira guerra para poder senti-la, pois ela é parte da luta constante de nós mesmos, dos nossos filhos, irmãos, pais, avós, parentes e amigos, do povo Guarani, dos povos indígenas”³. Nas palavras de Talcira Gomes, os nossos caminhos haviam sido encontrados, por existir alguma coisa semelhante entre nós, mas também por vontade de *Nhanderu*, o Deus Guarani, como eles mencionam. A expressão espiritual é a prática do corpo-espírito Guarani, das vivências e convivências. Talvez essa semelhança, conforme conversávamos Talcira e eu, tivesse nascido no próprio sentido do caminhar, de

³ Essa frase se encontra no meu diário de campo de 2015, em um dos diálogos entre Talcira e eu. Talcira Gomes é Guarani e foi minha principal professora e informante para a escrita da dissertação, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, cursado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

sermos caminhantes, seres andantes, carregadas de histórias das lutas incessantes, ainda que nossos objetivos sejam distintos.

Além disso, acredito que esse encontro, assim como com os demais povos indígenas, se deu também pelo acesso à ciência. Esse caminhar praticamente foi guiado pelas experiências na Embrapa Clima Temperado que teve início em 2011, momento em que era discente do curso de Geografia Bacharelado, pela UFPel.

Aquele estágio na instituição, ainda não obrigatório, da graduação, foi marcado pelo primeiro dia em que fiz uma breve apresentação sobre minha vida acadêmica na Geografia. Os pesquisadores da instituição também realizaram a análise dos conceitos avaliados pelas disciplinas cursadas, o que, de certa maneira, parecia comprovar a competência, ou não, para a tão desejada formação curricular junto à instituição. Era como uma espécie de sonho acadêmico, para mim, fazer estágio na Embrapa, tão pouco conhecida e acessada por seres como eu.

A vaga do estágio demandava a realização de atividades com os profissionais de uma equipe composta por pesquisadores, analista, e funcionários de campo, que trabalham até hoje com recursos genéticos. Além disso, a equipe vinha identificando agricultoras e agricultores guardiões⁴, termo utilizado por pesquisadores da instituição para aquelas pessoas e povos que mantêm a diversidade genética de plantas e/ou animais.

A entrevista produziu no meu corpo uma espécie de insegurança e desconforto. Ainda que desejasse aquela vaga de estagiária, sentia que o entrevistador-pesquisador desconfiava da minha capacidade de desenvolver as atividades propostas por eles. Foi então que, da sala ao lado, surgiu o pesquisador Irajá acompanhado de um estagiário. Gilberto Bevilaqua, o pesquisador que me entrevistava, mencionou para Irajá que eu estava ali em busca da vaga, e a graduação que cursava no momento. Irajá, aparentemente curioso, disse que tinha lido a obra do médico e geógrafo Josué de Castro, *Geografia da Fome*. Para minha surpresa, dialogamos com alguns minutos sobre o trabalho do autor Josué de Castro. Confesso que naquele instante, diante daquelas pessoas, do sexo masculino, me senti em um ambiente de combate. Foi preciso demonstrar com palavras a minha aptidão para a tão disputada vaga, conquistando meu lugar junto à equipe.

Da Geografia para a Embrapa, e desta para o universo indígena. Já no primeiro mês de estágio, em diálogo com Gilberto, o pesquisador questionou se eu teria motivação para identificar guardiões de comunidades de agricultores familiares, ou quilombolas, ou

⁴ Reflexões sobre o termo guardiões, mencionado pelos pesquisadores em suas falas, serão discutidas nos capítulos II e III.

indígenas. Por alguns minutos eu silencieei. Foi então que veio a resposta acompanhada por um questionamento. Gostaria de trabalhar com comunidades indígenas! Mas, você conhece alguma? A tal indagação foi um manifesto, diria, daquilo que sabia genericamente, até o momento, das atividades de pesquisa desenvolvidas pela instituição. Apesar da boa notícia, até hoje não sei o motivo que me levou a tal escolha. Talvez seja o corpo-espírito caminhante, em busca da felicidade, do equilíbrio, como me disse a liderança indígena Talcira um dia.

Por meio de algumas antigas alianças de trabalho de Gilberto, chegamos a Tenente Portela, município localizado no noroeste do estado do RS. Foram 27 dias morando no hotel da cidade. Diariamente me deslocava acompanhada de uma técnica bióloga até a Terra Indígena Guarita, para acompanhar as atividades agrícolas das famílias Kaingang e Guarani. Por vezes também tinha o privilégio da presença do agrônomo Kaingang que também trabalhava na prefeitura do município, para caminhar junto às famílias em seus roçados.

A pesquisa resultou no mapeamento dos guardiões indígenas, bem como na identificação da existência, ou não, da erosão⁵ fitogenética. Em contrapartida, o trabalho realizado com as famílias indígenas transformou-se em ações dos pesquisadores junto à equipe técnica da prefeitura. Os pesquisadores disponibilizaram espécies e variedades de sementes crioulas, salvaguardadas nos BAGs da Embrapa Clima Temperado, para algumas famílias Kaingang e Guarani, prática que já vinha sendo proposta pelos profissionais da Embrapa por meio do projeto denominado “Sementes crioulas como instrumento tecnológico e cultural na integração do agricultor familiar no contexto socioeconômico”.

O campo realizado junto às comunidades indígenas provocou algumas mudanças no modo de ver o mundo e a ciência em que estava inserida. Fui buscar outros saberes, mergulhei nas leituras incessantes de teses etnográficas e das teorias antropológicas. Desta vez, como discente de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, também pela UFPel, com parceria da Embrapa Clima Temperado, especificamente, do pesquisador Irajá, foi o momento em que conheci a liderança Guarani, Mauricio Gonçalves. Desde então, por meio de tentativas, de idas e vindas, pode-se dizer que há alguma parceria entre nós e eles, ou seja, entre os juruá⁶ da pesquisa e as famílias Mbyá Guarani. Ainda que, indescritivelmente, essas relações estejam permeadas por suas frágeis ações e seus constantes conflitos.

No entanto, essa relação também tem sido parte de um emaranhado de outras interações, como os diálogos entre a Embrapa Clima Temperado e a Embrapa Recursos

⁵ Os termos como guardiões, erosão fitogenética ou mesmo genética, sementes crioulas, segurança alimentar, recursos genéticos, dentre outros, mobilizados, sobretudo, por pesquisadores(as), serão discutidos nos próximos capítulos.

⁶ Termo em Guarani referente às pessoas não indígenas, aos colonizadores.

Genéticos e Biotecnologia. No ano em que conheci Terezinha, 2012, a pesquisadora falava sobre a organização da feira de sementes do povo Krahô, convidando pesquisadores e, principalmente, povos indígenas que viviam no Sul, para participarem da feira de sementes indígenas.

No ano seguinte, especificamente em outubro de 2013, por meio da mobilização de Terezinha junto à Fundação Nacional do Índio (Funai) de Brasília, a pesquisadora angariou apoio financeiro para que Santiago Franco (liderança Mbyá Guarani), duas pessoas da sua comunidade e eu participássemos da IX Feira Krahô, realizada em Itacajá, no estado do Tocantins. A feira ocorreu em uma comunidade Krahô, abrigando temporariamente diversos povos indígenas.

Santiago, liderança Mbyá Guarani, mencionou que até o momento não havia participado de uma feira de troca de sementes entre os povos. Seria o seu primeiro encontro. Infelizmente parece ter sido a única oportunidade, uma vez que os eventos daquela magnitude parecem não compor mais a agenda política do Estado.

Terezinha, em um diálogo que tive com a pesquisadora, falava sobre os limites de contribuir com a organização de uma feira de sementes, sobretudo, no que se referia à busca por apoiadores que custeassem os gastos previstos para a realização do evento. Complementou a pesquisadora dizendo que o encontro ocorreu somente em dezembro de 2017, com a participação de apenas dez comunidades Krahô, distinto dos eventos anteriores.

Por outro lado, Terezinha afirmou que o momento vivido por eles também contribuía para que os organizadores Krahô, assim como os demais apoiadores institucionais, pensassem em outras estratégias para a realização da feira. O que implicava a necessidade de refletir sobre as próprias formas de manutenção da agricultura do povo Krahô.

Em suma, este trabalho etnográfico tratou de acompanhar as distintas interferências científicas e políticas das sementes em regime de conservação nos BAGs da Embrapa. A partir das ações de pesquisadores e pesquisadoras da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, pioneira no diálogo com povos indígenas, e por meio do emaranhado das relações entre as comunidades indígenas e a ciência da Embrapa Clima Temperado, caminhou-se em busca de se construir tanto uma etnografia dos espaços científico-políticos como a dos espaços indígenas, os quais denominamos “espaços de mediações”.

Esta etnografia reflete a trajetória acadêmica que tenho percorrido, desde a graduação até a pós-graduação, especificamente no Doutorado em Desenvolvimento Rural. Essas reflexões, como havia mencionado, são fruto da orientação inicial da professora Doutora

Rumi, no primeiro ano do Doutorado, até o redirecionamento e aprofundamento de algumas teorias incorporadas pelo meu orientador Doutor José Carlos dos Anjos, nos encontros de diálogos coletivos e nas orientações individuais.

Além disso, os espaços de pesquisas e discussões mobilizados pelo orientador José Carlos, com certeza, proporcionaram o olhar crítico ao mundo que eu julgava conhecer – Embrapa. No entanto, saliento também que ao longo da escrita desta etnografia surgiram algumas dificuldades, como a problematização de alguns temas e ações dos pesquisadores(as) da instituição. Acredito que essa limitação se justifique principalmente pela própria relação com o pesquisador Irajá, que ao longo dos anos me possibilitou conhecer outra ciência.

Esta outra ciência é compreendida a partir de ações-coisas construídas com as pessoas e também para elas, como uma espécie de simbiose entre nós, eles(as) e as coisas. É como se Irajá diariamente reivindicasse, diante do contexto da colonização científica, formas de devir-mentos, devir-povos, e devires, orientados por múltiplos saberes.

Assim, nas palavras do autor Viveiros de Castro (2007), o devir não é nem metáfora, como também não é metamorfose. Um devir é um movimento que desterritorializa ambos os termos da relação que ele estabelece, ou seja, o verbo devir, neste sentido, não designa um predicativo ou uma ação transitiva. “Estar implicado em um devir-onça não é a mesma coisa que virar uma onça. É o devir ele próprio que é felino, não seu ‘objeto’” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 116).

Ao longo dos anos convivendo com pesquisadores e técnicos na Embrapa Clima Temperado, entre a instituição e as comunidades indígenas, sobretudo nas *Tekoá(s)*⁷ Mbyá Guarani, posso dizer que esta tese se traduz no estudo etnográfico das caminhadas realizadas no interior de um labirinto. O labirinto, neste contexto, aparece como a própria pesquisa em que estou inserida desde a graduação. Sendo assim, caminhar no labirinto, amparada nas palavras de Ingold, significa seguir a trilha que exige a atenção contínua. Neste caso, o caminho pode revelar infinitas coisas, isto é, o labirinto distinto do dédalo nos abre para o mundo (INGOLD, 2015b).

⁷ Sua tradução para o português remete a aldeia, ou espaço de vivências e materialização do jeito de ser dos Mbyá Guarani.

1.3 ESPAÇOS DE MEDIAÇÕES

No texto escrito por Viveiros de Castro, uma introdução às histórias sobre a chegada dos brancos, contada pelos distintos povos indígenas dessa América, anuncia que tais narrativas publicadas pelos indígenas são cartas destinadas a nós – os(as) brancos(as). “Escutemos, pois, o que dizem os Desana, os Baré, os Mawé, todos esses que viemos a chamar, por esquecimento, ‘índios’, como quem diz os outros, quando fomos nós que nos tornamos outros. Os que foram esquecidos não esqueceram” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016a, p.01). Amparada nas palavras do autor, metaforicamente, a pesquisa de campo que se apresenta não deixa de ser, também, de certa maneira, uma das formas de expressão político-reivindicatória dos povos nativos nos diferentes espaços de mediações estudados.

Se os discursos indígenas têm alcançado os distintos meios de comunicação, é possível compreender que a Embrapa, nesse caso, passa ser um espaço de relações, reivindicada por povos indígenas e suas organizações. A sutil presença de Mauricio, a liderança indígena, em uma visita ao pesquisador Irajá na Embrapa Clima Temperado, como vimos, reproduziu, no decorrer dos anos, os caminhos de encontros formais e informais entre os Guarani e pesquisadores(as), que seguem descritos ao longo desta tese. Parcialmente semelhante, o manifesto Krahô em busca das sementes de milho, então reclusas no sistema de conservação da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, tornou-se para a instituição um marco histórico, diante do relevante ato político nativo, como veremos a seguir.

Nesse caso, as “cartas” são compreendidas como ações-questionamentos dos povos indígenas destinados à Embrapa, especialmente no que se refere à conservação das sementes nos BAGs, e a todas as práticas envolvidas. A leitura e, simultaneamente, a escrita atenta desses ambientes, bem como suas narrativas, foram estratégias metodológicas cruciais para a problematização dos discursos e práticas sobre as vidas em pauta – as sementes e seus povos indígenas.

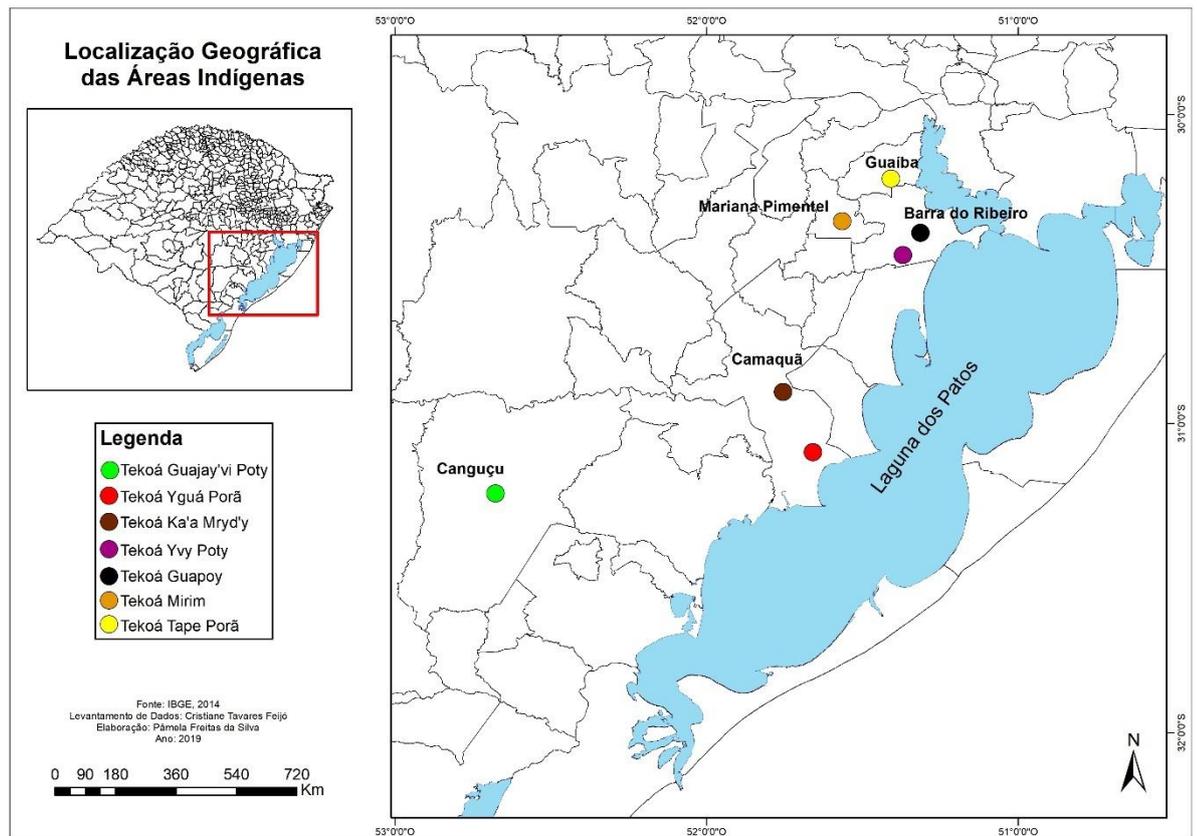
Assim, as vivências por entre o “labirinto” conduziram à produção, de certa maneira, inacabada, dos encontros agonísticos entre os cientistas brancos e os povos indígenas, principalmente entre a Embrapa Clima Temperado e os Mbyá Guarani. Por outro lado, ainda que eu tenha tomado todo cuidado na composição desta escrita, posso dizer que ouvir aqueles que “não nos esqueceram”, como expressou Viveiros de Castro, só reforça em mim a pesquisadora branca que sou. Escrevi sobre as “cartas” que ainda não foram escritas no *kuatiá* (papel) pelos Guarani.

Apesar disso, as profundas expressões nativas, também lidas através das imagens do(s) campo(s), assim como a arte de domesticar os brancos, percebidas a partir das ações indígenas nos encontros entre os povos e pesquisadores(as), foram momentos estabelecidos por meio das práticas mediadoras, registradas cuidadosamente na escrita desta tese.

Por outro lado, veremos que os espaços de mediações percorridos, longe de serem espaços determinados por uma hierarquia entre o lugar de fala de cada mediador e mediadora envolvidos, são, antes de mais nada, espaços construídos a partir dos conflitos das distintas linguagens. Essa afirmação não deixa de ser uma analogia, já constada em estudos etnográficos de mediações, sobre os obstáculos causados pela linguagem, observados, por exemplo, em encontros e diálogos interétnicos. Nas reuniões do Conselho Distrital de Saúde entre os Yanomami e Ye'kuana, em Roraima, Pellegrini afirma que o problema de linguagem é ocasionado pelo “desacordo entre diferentes ideologias de linguagem que se manifesta em diferentes concepções do que se faz ao falar”. Em suma, o que está em jogo não são os termos e discussões sobre a saúde, mas o que se encontra em disputa são as regras e as relações entre a instituição e os povos nativos (PELLEGRINI, 2017).

Daí a importância da construção etnográfica dos encontros interétnicos ocorridos (ver figura 3), tanto nas distintas comunidades Mbyá Guarani, inseridas no programa de mitigação de impactos, ocasionados pela duplicação da obra da BR-116, quanto, nos espaços da Embrapa Clima Temperado. Por mais esse motivo, novamente reforço que esta tese, como Viveiros de Castro (2016b) assumiu em uma entrevista, não foi escrita na lógica do pensamento indígena, mas, no máximo, foi pensada com eles.

Figura 3 - Mapa de localização dos campos realizados nas aldeias Mbyá Guarani



Fonte: cortesia de Pâmela Freitas da Silva (2019).

Parafraçando Dos Anjos (2008), busca-se levar a sério o empreendimento de reunir a regularidade dos conceitos construídos nas comunidades indígenas, nesse caso, para fazer ressaltar filosofias de dimensões similares àquelas canonizadas no ocidente. Em complemento, “colocar uma filosofia não-ocidental numa posição de simetria com as filosofias ocidentais é fazê-la ressoar no interior do discurso antropológico” (DOS ANJOS, 2008, p. 78). Isso significa que os conceitos antropológicos e os demais mobilizados nesta tese passam a ser incorporados pela filosofia nativa, como uma condição dialógica entre os universos em questão.

De outra maneira, a escolha nada aleatória da Embrapa Clima Temperado e Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia para compor esse emaranhado etnográfico, conforme mencionado anteriormente, possibilitou a descrição analítica dos discursos e práticas dos(as) pesquisadoras no interior da instituição. Quero dizer que busquei apreender de que maneira as expressões corporais, codificadas por um conjunto de regras e relações, são reproduzidas nos diferentes espaços de mediações estudados. Nesse caso, o interesse aqui é demonstrar como o governo – a instituição –, age com os não brancos.

Para tanto, com o intuito de conhecer esses espaços de relações recorro, brevemente, a alguns históricos pautados no contexto da construção da instituição. Criada em 1973, a Embrapa teve o papel fundamental na reestruturação da agropecuária no Brasil. Inicialmente, o objetivo foi acompanhar os processos advindos da modernização da agricultura no mundo, na então denominada “Revolução Verde”, promovendo a intensificação da área de produção alimentícia no país. Além disso, havia interesse do governo de ampliar as exportações de grãos, pois, naquele momento, o país dependia, sobretudo, da exportação das *commodities* agrícolas café, açúcar, cacau e algodão (CABRAL, 2005).

Convencionalmente, a modernização e o desenvolvimento econômico mundial, emergidos na década de 1950, trouxeram mudanças impactantes aos países em vias de desenvolvimento, como o Brasil. Dadas as circunstâncias, esses países passaram a adotar o modelo de desenvolvimento econômico liderado pelos Estados Unidos, através das Fundações *Ford* e *Rockefeller* (JOHNSON, 1972). O cenário em questão serviu de base para o conhecimento na formação dos pesquisadores e técnicos de uma das principais instituições de pesquisas agropecuárias da América Latina – como o caso da Embrapa.

Em tese tratava-se de discutir questões referentes ao desenvolvimento econômico, identificado também como “teoria da modernização”. Esta, por sua vez, segundo Little, foi um “processo que incluía a industrialização das economias nacionais mediante a incorporação de novas tecnologias produtivas e a rápida transformação de formas ‘tradicionais’ de organização social (clãs, tribos, cacicados, etc.)” (LITTLE, 2002, p. 34).

Sob a condição moderna ocidental, criam-se programas de melhoramento genético nos diversos países destinados a desenvolver novas variedades alimentícias. No entanto, segundo Martín Martínez, a própria aplicação das técnicas modernas para o melhoramento vegetal conduziu a grande perda dos materiais essenciais para o abastecimento dos próprios profissionais fitomelhoradores (MARTÍN MARTÍNEZ, 2001).

Diante do emaranhado ocidental, discutiam-se, também, novas estratégias para o desenvolvimento econômico que permitissem a diminuição da degradação ambiental e melhores condições sociais. O tema foi debatido na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Dentre os debates sucedidos na Conferência, a conservação dos recursos genéticos para a produção de alimentos também foi uma das inquietações dos políticos e demais representantes governamentais e não governamentais presentes.

Segundo Martín Martínez, a erosão genética é um fenômeno que há 200 anos vem assolando os diversos ecossistemas no mundo. Somados ao desenvolvimento agrícola e industrial, que igualmente contribuíram para a redução da diversidade genética dos cultivos, os modelos também promoveram a dependência alimentícia de 90% da população mundial em apenas 30 espécies vegetais e a poucas dezenas de variedades (MARTÍN MARTÍNEZ, 2001).

Por outro lado, Shiva salienta que a crise da biodiversidade vai além da crise do desaparecimento de espécies, cuja valoração econômica dos recursos genéticos tem sustentado as grandes empresas, assim servindo de matéria-prima industrial. Trata-se, fundamentalmente de uma crise que ameaça a vida e o sustento de milhões de pessoas nos países sulistas, convencionalmente denominados de países do Terceiro Mundo (SHIVA, 2003).

Em meio às discussões científico-políticas mundiais, as quais propomos denominar o contexto teórico citado, sobre a trajetória das espécies-sementes, na década de 1974 foi criado o Centro Nacional de Recursos Genéticos (Cenargen). O Centro, conhecido também como Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, teve como objetivo: coordenar, gerar técnicas e normas relacionadas à conservação e à utilização do germoplasma nas demais Unidades da Embrapa⁸. Atualmente, as Unidades Descentralizadas (UD) estão presentes em quase todos estados brasileiros.

Conforme explicou o pesquisador Irajá, as Unidades da Empresa foram estruturadas por eixos temáticos, como: 1) Unidades Centrais – formadas por assessorias, secretarias, departamentos, conselhos, responsáveis pela administração dos assuntos jurídicos, científicos, técnicos e econômicos da instituição; 2) Unidades Ecorregionais – constituídas pelas UD's, como exemplo, a Embrapa Clima Temperado, encarregada por desenvolver pesquisas e tecnologias que visem minimizar os impactos negativos aos sistemas agrícolas de produção inseridos nos biomas locais, assim como a identificação das espécies existentes e a conservação destes ambientes, muito embora também atuem com pesquisas e elaboração de produtos característicos do clima da região subtropical; 3) Unidades de Produtos – representadas pelas UD's Embrapa Algodão, Embrapa Arroz e Feijão, Embrapa Florestas, Embrapa Hortaliças, Embrapa Mandioca e Fruticultura, Embrapa Milho e Sorgo e Embrapa Soja, dentre outras, responsáveis por desenvolverem pesquisas e tecnologias para as cadeias de produtos agropecuários; 4) Unidades de Temas Básicos – são aquelas UD's configuradas

⁸ Detalhes sobre o assunto, acessar a linha do tempo – Embrapa na página virtual da Empresa: <https://www.embrapa.br/recursos-geneticos-e-biotecnologia/historia/linha-do-tempo>.

pelas Embrapa Agrobiologia, Embrapa Agroindústria de Alimentos, Embrapa Meio Ambiente, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Embrapa Solos, etc., atuantes em diversas áreas, como no apoio de geração de produtos e nas demais unidades de pesquisas da instituição; 5) Unidades de Serviço – organizadas em UDs como a Embrapa Café, Embrapa Gestão Territorial, Embrapa Informação Tecnológica, Embrapa Produtos e Mercado e Embrapa Quarentena Vegetal. São unidades encarregadas desde o desenvolvimento de pesquisas ao gerenciamento e execução de serviços que perpassam pela cadeia produtiva agropecuária. Além disso, a Empresa também está presente nos Estados Unidos, França, Coreia do Sul, China e Gana por meio dos seus laboratórios internacionais. Essa representação é conhecida pelo Programa Embrapa Labex, pelo qual a instituição desenvolve seus trabalhos em parceria com outros órgãos.

Contudo, salientou Irajá, apenas algumas unidades da instituição, de acordo com as atividades desempenhadas, foram encarregadas de conservar em curto prazo⁹ os recursos genéticos em BAGs. No entanto, ressaltou a pesquisadora Terezinha, o Cenargen é o principal centro responsável por todos os recursos genéticos coletados no território brasileiro, assim como aqueles oriundos de parcerias com territórios internacionais.

No diálogo sobre as coletas de recursos genéticos no país, Terezinha destacou o episódio da década de 1970, momento que pesquisadores e técnicos reuniram espécies vegetais em territórios indígenas. Segundo Londres, nos anos de 1978 e 1979, as expedições realizadas pelo grupo do Cenargen, efetuadas no interior do Brasil, tiveram a contribuição, sobretudo, de populações indígenas e tradicionais que disponibilizaram amostras de variedades de milho para a conservação no BAG da instituição, com o propósito de compor o acervo genético, utilizado por melhoristas de plantas (LONDRES *et al.*, 2014).

Anos mais tarde, exatamente em 1994, acompanhados de um indigenista da Fundação Nacional do Índio, os Krahô procuraram o Cenargen em busca do milho tradicional que havia sido doado para a instituição. Os indígenas justificavam que, devido à supressão de seus territórios, decorrente da expansão de áreas da agropecuária empresarial, teriam perdido as sementes do seu povo. Ao recuperá-las, em 1995, os líderes Krahô voltam à Embrapa Recursos Genéticos, disponibilizando novamente as sementes, com o objetivo de armazená-las na instituição (DIAS *et al.*, 2007).

A partir desse contexto, demarcado historicamente pelo discurso de pesquisadores(as) da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, busquei, de forma geral, compreender como

⁹ A questão das práticas de conservação de longo e curto espaço de tempo dos recursos genéticos será discutida nos próximos capítulos.

esses cientistas envolvidos com o tema em questão constroem seus próprios estatutos, por meio dos processos legais vivenciados, nos diálogos e práticas com povos indígenas, conforme mencionei anteriormente.

Nesse sentido, estive presente no Cenargen duas vezes, durante o doutorado. A primeira inserção ocorreu no mês de junho do ano de 2016; o segundo encontro foi marcado pelo acompanhamento das ações dos pesquisadores(as) na instituição e, também, no “VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia”, realizado em setembro de 2017.

Como parte do conteúdo desta construção etnográfica, o Congresso, espaço de mediação das extensões de práticas e discursos dos pesquisadores(as) da Embrapa, ano em que a instituição contribuiu com a organização e promoção do evento, permitiu mapear a agenda política e filosófica daqueles envolvidos com as discussões da abertura e acesso dos e aos BAGs. No entanto, neste caso, busquei descrever e analisar, sobretudo, o ambiente construído em meio ao evento, também denominado pelos pares como tenda(s) temática(s), para o debate do “Sistema de curadorias de germoplasma da Embrapa”.

Os “caminhos do saber”, assim conceituados pelos organizadores do evento, foram espaços construídos para a aproximação dos diversos pesquisadores presentes com a comunidade civil. Em resumo, na tenda coordenada pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, foram debatidos também: a situação dos recursos genéticos no Brasil; as estruturas de conservação das diferentes espécies na Embrapa; os sistemas de curadoria; assim como os projetos desenvolvidos em parceria com povos indígenas e tradicionais, no que diz respeito, de algumas forma, à abertura dos BAGs.

No instante, o diálogo foi inaugurado por pesquisadores(as) da instituição, e seus profissionais expuseram historicamente o amadurecimento da interação da Embrapa com os distintos povos. O espaço de mediação serviu de base para o debate entre os discursos e práticas desempenhados pelos cientistas que já foram responsáveis pelas curadorias dos BAGs, em conjunto com aqueles que seguem desempenhando o papel de curador(a) na Embrapa.

Veremos que tanto o pesquisador Irajá e seu emaranhado de relações quanto a pesquisadora Terezinha junto a sua teia de parceiros se entrecruzam diversas vezes, nesses caminhos percorridos entre o “labirinto”, o que implicou, parafraseando Ingold (2015b), seguir o caminho revelado por esses entrecruzamentos, entre os discursos e práticas mobilizados por pesquisadores(as) e povos indígenas. Nesse caso, “O caminho leva, e o caminhante deve ir para onde quer que ele o leve” (INGOLD, 2015b, p. 25).

Busco revelar ao longo da escrita etnográfica a caminhada que realizei ao longo do caminho – o “labirinto”. De Brasília a Pelotas, percorri, principalmente, os espaços da Embrapa Clima Temperado, também conhecida como Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado (CPACT). Como havia mencionado anteriormente, tenho participado de algumas atividades de pesquisa da equipe do pesquisador Irajá, desde a graduação até o momento.

Nesse sentido, inicio essa caminhada, ou mesmo continuo essa trajetória, com o intuito de compreender a instrumentalização dos BAGs e o processo de “purificação” das sementes, também conhecido por melhoramento genético, método desenvolvido pela ciência. Assim, levando em conta a importância do papel dos bancos ativos para o desenvolvimento das pesquisas dos profissionais fitomelhoradores, bem como as ações desempenhadas pelos curadores, busquei, sobretudo, entender o processo de construção das atividades de pesquisa e o emaranhado de relações entre os pesquisadores(a), e destes com os Mbyá Guarani, constituído nos distintos espaços de mediações percorridos.

Sendo assim, estive mensalmente no CPACT acompanhando, principalmente, as atividades de melhoramento genético e de curadoria do pesquisador Irajá. No decorrer dos anos de 2016 e 2017, visitei e conversei com os curadores envolvidos na primeira ação para o acesso dos Mbyá Guarani aos BAGs, ocorrido ainda no ano de 2013.

Também participei dos dois dias do “VI Seminário de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar”, espaço de mediação organizado pela Empresa, onde se encontraram distintos povos agricultores, inclusive os Guarani, para o debate das diversificadas perspectivas envolvidas na conservação das sementes. Além disso, compartilhei experiências no segundo intercâmbio de saberes e acesso aos recursos genéticos no centro, pelos Mbyá Guarani, realizado na Embrapa em setembro de 2017. Leia-se que a presente escrita etnográfica foi guiada pelas práticas caminhanças, metaforicamente falando, às margens daquilo que se apresenta por ciência, e filosofia política nativa.

1.4 CAMINHOS DA TESE

Posso dizer que a caminhada entre as expressões materiais e discursivas fruto do campo etnográfico foi orientada pelos questionamentos mencionados anteriormente; mas, também, pelas incertezas, reflexo das relações entre os espaços por onde caminhei, nessa “dupla face de campo e de escrita” (LIMA, 2013, p. 10).

No texto *O campo e a escrita: relações incertas*, escrito pela antropóloga Tânia Stolze Lima, ela propõe uma breve reflexão sobre a estreita relação do campo e a escrita na Antropologia. A autora, por meio da discussão das teses realizadas por pensadores da ciência antropológica, nos leva a refletir que a construção etnográfica perpassa, também, pela organização dos questionamentos que serão explorados no campo.

No entanto, Lima (2013) salienta que o campo etnográfico vai além desses limites impostos pelas indagações. Amparada nas palavras da antropóloga Strathern, a autora menciona que o campo é definido, dentre outras coisas, pela abertura do que também virá posteriormente, isto é, a densa tarefa de escrever (LIMA, 2013). Diante dos dois campos, ou seja, do campo etnográfico e da escrita, como menciona Lima (2013), ainda que estivesse orientada por alguns questionamentos formulados pré-campo, fui surpreendida pelas narrativas e ações dos cientistas, sobretudo pelo pesquisador Irajá. Por outro lado, nos últimos meses¹⁰, caminhando entre os Mbyá Guarani, em suas comunidades, percebi, ora nas sutilezas expressas pelos gestos, ora pelas palavras “serenas”, a potência da luta Guarani.

Artur Souza foi um mestre Mbyá Guarani desde o meu mestrado em Antropologia. Artur e sua família me proporcionaram caminhar por entre as histórias narradas sobre suas vidas, e pacientemente ensinou a filosofia Guarani, ou melhor, o *Nhandereko* – o jeito de viver Guarani. Já pelo tom da voz de Mauricio, aprendi reconhecer a pressão constante sofrida pela liderança entre seus pares e, principalmente, pela estrutura colonial que vivenciam. Contudo, esse emaranhado de relações, em busca de uma política nativa de (re)existência, perpassa pelos corpos, e todas suas extensões, dos caciques Santiago Franco, André Fernandes, Mariano Garai, João Batista de Souza, Eduardo Timóteo, Marcos Fernandes, Loreço Benites e, por todos aqueles Mbyá envolvidos.

Nesse emaranhado, como havia mencionado anteriormente, conheci Terezinha, que também esteve na presença de Santiago Franco, Talcira Gomes, Genira Gomes, Artur Souza e outros Mbyá, pelo menos em duas ocasiões: no “V Seminário de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar”, realizado no CPACT; e na “IX Feira Krahô de Sementes Tradicionais”, em Tocantins. Seguindo a caminhada na presença de Terezinha, cheguei até a Terra Kaypó. Deste povo, um ano após a intensa convivência, fui parar entre os Krahô e, mais tarde, retomando os espaços institucionais, conversei pessoalmente com as pesquisadoras Patrícia Bustamante e Marília Burle, na Embrapa, em Brasília.

¹⁰ Janeiro, fevereiro e março de 2018 foram os meses cruciais para a conclusão do campo etnográfico com os Mbyá Guarani, momentos em que realizei as últimas visitas às famílias.

Outros(a) pesquisadores(a) só tive a oportunidade de conversar por telefone, quando estava junto a Terezinha no Cenargen, como foi o caso da pesquisadora Flavia Teixeira e do pesquisador Geovani Amaro. Os(as) demais cientistas que compartilham(ram) ações junto ao projeto institucional coordenado por Terezinha estiveram presentes nos discursos da pesquisadora nos momentos de nossos diálogos.

Seguindo entre o “labirinto”, no emaranhado destas interações, no CPACT acompanhei os diálogos e ações compartilhadas entre pesquisadores e lideranças Mbyá Guarani, em 2013, conforme mencionei anteriormente. A partir dessa experiência, durante o ano de 2016 conversei individualmente com os pesquisadores envolvidos com a atividade. Também curadores(a) dos BAGs, a pesquisadora Rosa Lia Barbieri e os pesquisadores José Ernani Schwengber e Eberson Eicholz falaram sobre os recursos genéticos e a experiência de intercâmbio com os Mbyá Guarani.

Anos mais tarde, em 2017, o pesquisador Irajá organizou o segundo intercâmbio de saberes e a disponibilização de sementes e mudas na Embrapa para as lideranças Mbyá Guarani. Dentre os(as) profissionais envolvidos(as), estavam novamente os(a) curadores(a) presentes no primeiro encontro – de 2013. A novidade foi a presença de técnicos e cientistas que desenvolvem atividades de pesquisas com frutíferas nativas e exóticas, com variedades crioulas de feijão miúdo, na área do melhoramento genético de batatas, e na avicultura.

Além disso, durante alguns anos caminhei entre as pesquisas realizadas pelo pesquisador Irajá com recursos genéticos, principalmente com feijão (*Phaseolus vulgaris* L). Desde a coleção de espécies e variedades de feijão conservadas no BAG, até as práticas de plantio destas sementes na casa de vegetação, nos telados, nos campos da Embrapa e em experimentos cultivados nos distintos municípios do RS, para o desenvolvimento de novas cultivares. Também o universo vivido proporcionou uma caminhada com o pesquisador e sua equipe, em atividades como: organização das sementes; manutenção do BAG e na rotina para o acesso ao BAG de feijão por diversos públicos.

Dessa maneira, na interface do campo e da escrita, mobilizo alguns conteúdos etnográficos de Latour como suporte metodológico, uma vez que a presente pesquisa perpassa pelos caminhos da sociedade, ciência e tecnologia discutidos pelo autor. Ainda que não se trate de uma etnografia de laboratórios, no sentido estrito de sua palavra, a abordagem etnográfica realizada nesta construção, a partir do caminhar entre as atividades realizadas pelos investigadores da Embrapa, configura o encontro com a perspectiva de Latour em seus estudos de “laboratório”. Segundo o autor, esse estudo, além de possibilitar a compreensão

sociológica da ciência, também é a chave para o entendimento sociológico da sociedade envolvente, visto que é no interior dos laboratórios onde se gera a maior parte das fontes de poder (LATOUR, 1983).

Para isso, Latour orienta que o engajamento no mundo da ciência e da tecnologia deve ser iniciado pela ciência em construção, em ação, e não pela ciência ou a tecnologia pronta. Trata-se de compreender os movimentos da ciência antes mesmo que fatos e máquinas se transformem em verdadeiras caixas-pretas¹¹. Com esse método, seguimos o melhor de todos os guias, os próprios cientistas, em sua tentativa de fechar uma caixa-preta e abrir outra (LATOUR, 2000). Além disso, conforme Kropf e Ferreira, entende-se que a escrita etnográfica tem o papel fundamental na construção de novas teorias (KROPF; FERREIRA, 1998).

No entanto, (re)construir a partir da escrita etnográfica parte daquilo que é vivido diariamente pelos cientistas da Embrapa, conjuntamente com tudo e todos que complementam as suas ações, me possibilitou entender os ciclos vitais e políticos que movimentam o melhoramento genético, o sistema de curadoria, os BAGs e, de certa maneira, os povos indígenas. Quero dizer, parafraseando Ingold, que essa etnografia é um emaranhado de fios e caminhos, onde o(s) ambiente(s) vivido(s) (é)são percebido(s) por meio da junção dos fluxos e movimentos materiais que contribuem para a nossa contínua formação (INGOLD, 2015a).

De outro modo, trata-se, também de dar conta das múltiplas afetações vividas nos distintos espaços de mediações. Como argumenta Goldman (2006), de se deixar ser afetado por aquilo que afeta as pessoas com as quais estamos envolvidos, estabelecendo com elas certa relação, como uma forma de conceder um roteiro epistemológico às situações de comunicação mais livre. O método etnográfico também nos possibilita ser afetado, ainda nas palavras do autor, quando somos tomados pelas notas nos cadernos de campo, pelo material coletado e, sobretudo, pela própria escrita etnográfica que faz renascer o trabalho de campo (GOLDMAN, 2006).

Nesse caso, como ferramentas de auxílio para a construção etnográfica, em complementação ao uso do diário de campo, o gravador e a câmera fotográfica foram dois equipamentos que também potencializaram a apreciação de momentos que às vezes passaram despercebidos, no instante em que voltei para casa e redigi no caderno de campo. Além disso, por algumas limitações, como o acesso a recursos financeiros que me possibilitassem

¹¹ Segundo o autor, a expressão, usada em cibernética, refere-se sempre a alguma máquina ou comando que se revelam muito complexos e em seu lugar é representado por uma imagem de caixa-preta, onde é preciso somente saber o que nela entra e o que dela sai. (LATOUR, 2000).

permanecer mais tempo em campo, optei, no primeiro encontro com pesquisadores na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em seguir um roteiro de perguntas pré-estruturadas. O que não impediu que o diálogo ficasse restrito apenas aos meus questionamentos.

Da mesma forma, no primeiro momento, também conversei com os(a) pesquisadores(a) da Embrapa Clima Temperado seguindo algumas questões formuladas pré-campo, com o propósito de delimitar assuntos pertinentes à temática. No entanto, os campos realizados posteriormente, tanto no Cenargen quanto no CPACT, foram guiados pelas narrativas e ações dos(as) pesquisadores(as) e deles(as) entre os povos indígenas.

Sendo assim, reconhecendo os limites da escrita no presente estudo, a fotografia tornou-se essencial e uma profícua combinação entre a narrativa literária e o registro fotográfico. Assim, como um texto carregado de informações advindos do mundo da tecnociência das UD's da Embrapa, pelos quais caminhei, ela permite que os leitores explorem o campo etnográfico vivido, também, visual. Além disso, acredito que as imagens realizadas em campo, fruto das narrativas corporais e ambientais, possibilitam a realização de outras leituras sobre as atividades decorrentes dos espaços de mediações.

Os caminhos percorridos são narrados pelas fotografias, desde as salas dos(as) pesquisadores(as), aos sistemas de curadoria, na multiplicação das sementes, até a estrutura de conservação e os momentos de intercâmbio entre cientistas e povos indígenas. Do mesmo modo, veremos nas imagens os distintos ambientes e suas interações. São espaços mediados por constantes transformações, narrados, também, pelas imagens fotográficas realizadas durante a caminhada acadêmica, sobretudo, no decorrer do doutorado.

Guran enfatiza que o papel da fotografia é de destacar um aspecto particular da realidade que se encontra diluído em um vasto campo de visão, consequentemente explicitando a singularidade e a transcendência de uma cena. Nesse caso, o trabalho de campo é traduzido pelas informações obtidas através da imagem, cujo objetivo perpassa pela previsão e, simultaneamente, a captação fotográfica do momento-síntese que represente um aspecto do universo em estudo (GURAN, 1997).

De todo modo, o leitor deve levar em conta, ao ler as caminhadas fotográficas, que as imagens foram registradas nos momentos em que fui afetada pelas expressões corporais. Ainda que estivesse limitada espacialmente pela posição da câmera fotográfica, pude perceber alguns detalhes do campo etnográfico, como algumas ações dos pesquisadores e povos indígenas. Da mesma forma, as fotografias que seguem no decorrer dessa etnografia, dos

distintos ambientes, não foram captadas no campo aleatoriamente. O que resultou na construção, também, de um campo fotográfico dos distintos universos em disputa; ora Embrapa, ora comunidades indígenas, além daqueles encontros pré-agendados entre os cientistas e povos indígenas.

Na tese etnográfica sobre as atividades técnicas dos pescadores empreendidas no estuário do Amazonas, estado do Amapá, escrita pelo antropólogo Sautchuk, o autor ressalta a importância de captar as imagens no campo etnográfico. A partir do instante que Sautchuk posiciona a câmera fotográfica para registrar a prática do pescador, compreende os detalhes da ação e do envolvimento do proeiro e o peixe que, não pode entender observando, conversando e, até mesmo, empunhando um arpão (SAUTCHUK, 2007).

Nesse sentido, no encontro da perspectiva fotográfica, trata-se também de se afetar pelo campo em ação, isto é, de ler e compreender através das lentes, as expressões corporais envolvidas no ato político de fazer ciência, ou mesmo, de contradizer as imposições do mundo colonial, por meio das expressões ambientais das comunidades e dos corpos indígenas. Para isso, diferentemente de Sautchuk (2007), não construí um caderno de fotos, anexadas no epílogo da tese, organizadas em pranchas temáticas e com legendas textuais, como estruturou o autor.

Vocês, leitores(as), perceberão que, a cada introdução dos capítulos que seguem, trouxe as imagens captadas nas minhas caminhadas entre os espaços de mediações. Assim, essas imagens fotográficas devem ser lidas pelo próprio campo em ação, das relações entre cientistas e povos indígenas, contidas, também, na escrita etnográfica, cujo texto considerei a própria dimensão das legendas, expressa nas linhas e, entre linhas, de cada uma delas.

Dessa forma, mesmo que a caminhada fotográfica traduza limitadamente o campo etnográfico, as imagens juntamente ao texto desta tese, por sua vez, tendem a propiciar uma leitura crítica e problematizadora do tema em questão. Nas palavras de Martins (2008), a fotografia nutre a nossa interpretação promovendo uma contínua remessa ao real. Nesse caso, ela agrega e redefine os significados daquilo que é aparentemente um congelamento da imagem, reproduzindo o retrato da sociedade em certo momento. A fotografia tece uma história. Em suma, a imagem fotográfica “sob a metáfora da pequena bola, impõe ao imaginador o reinado da imaginação” (MARTINS, 2008, p.38).

1.5 OS PRÓXIMOS PASSOS

Sentada, aguardando ansiosamente a tão esperada hora para a conversa com uma das pesquisadoras da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, releio algumas anotações do diário de campo. Ali me deparei com esquema simples que teria feito, ainda em um dos diálogos com o pesquisador Irajá, na Embrapa Clima Temperado. A estrutura desenhada em uma figura geométrica de um triângulo continha três conceitos ocidentais abordados pelo pesquisador em seus discursos. Em suas arestas, descrevi as palavras: “erosão genética”, “insegurança alimentar” e, no seu topo, “fome”.

Dizia-me Irajá que suas atividades de pesquisas estariam inseridas no contexto histórico do processo colonial da “Revolução Verde”, responsável pela grande perda dos recursos genéticos e, conseqüentemente, pela insegurança alimentar e a fome no mundo, sobretudo em países como o Brasil. Seu papel, ainda que de melhorista na Embrapa, é de reverter os elevados índices de erosão genética, complementou o pesquisador.

No entanto, o leitor deve estar se perguntando nesse momento qual o motivo de eu ter iniciado a escrita desse tópico, com as passagens dos dois distintos campos etnográficos? Pois bem, retomando a caminhada no “labirinto” do Cenargen, no encontro com a pesquisadora Marília Burle, dialogamos sobre suas atividades de quando era curadora do BAG de favas. A pesquisadora falou de suas experiências com povos indígenas e das ações no projeto, coordenado pela cientista Terezinha. Inclusive aquele encontro tinha sido indicado pela própria Terezinha.

Contudo, no instante em que conversávamos, a pesquisadora Marília despertou minha atenção, falando sobre as implicações negativas da “Revolução Verde”, sobretudo para os povos agricultores. Justificou que a disponibilização das variedades de favas para os povos indígenas poderia favorecer na minimização dos impactos negativos, traduzidos em “erosão genética” nos territórios nativos.

A partir dessas experiências, estruturei a tese, amparada pela plausível semelhança dos discursos e práticas dos cientistas, nos diferentes espaços de mediações por onde caminhei. Isso também nos possibilita compreender o emaranhado dessas relações e os distintos argumentos que se movimentam nesse emaranhado de interações políticas e de poder. Veremos, também, que os povos indígenas mobilizam os mesmos conceitos ocidentais em diálogos com os cientistas da Embrapa. No entanto, os termos colonizadores recebem outros significados e conceitualizações, pelo discurso político nativo.

De todo modo, esta etnografia diferencia-se da abordagem realizada pela antropóloga Laura Santonieri. Ainda que venha a tratar do tema “recursos genéticos e os bancos de germoplasma na Embrapa”, também descrito e analisado por Santonieri (2015), diferentemente da antropóloga, busquei compreender, desde a composição dos bancos de germoplasma, até as relações entre os cientistas e povos indígenas. Consequentemente, problematizou-se, sobretudo, as relações sociais, fruto dos espaços de mediações, pelos quais percorrem pesquisadores da Embrapa Clima Temperado e povos indígenas, em especial os Mbyá Guarani.

Por outro lado, a tese etnográfica de Santonieri (2015), além de outros campos etnográficos, os quais veremos ao longo dos capítulos, contribuíram com esta construção etnográfica, promovendo um debate crítico sobre os espaços de mediações aqui analisados. Trata-se, também, de uma composição etnográfica sobre os estudos de sociedade, ciência e tecnologia, uma abordagem das Ciências Sociais.

Assim, nesse primeiro capítulo, apresento o tema da tese e, inicialmente, o campo etnográfico. O contexto histórico no qual foi criada a Embrapa e, simultaneamente, os bancos de germoplasma na instituição, permitiu, de certa forma, visualizar o emaranhado das relações locais e extra locais, como a interação de discussões mundiais que influenciaram o desenvolvimento das pesquisas na instituição. Além disso, somente anos depois da sua criação, os pesquisadores irão dialogar com povos indígenas, em detrimento dos recursos genéticos coletados em seus territórios.

No entanto, as ações científicas para povos indígenas, assim conhecidas na Embrapa, só foram devidamente institucionalizadas há pouco mais de um ano. Diante da problemática incitada pela condição colonial no qual estamos inseridos, busquei compreender e analisar como cientistas e povos indígenas revertem os sistemas coloniais de controle. Para isso, desde o presente capítulo, foi cartografada, preliminarmente, parte do emaranhado dessas relações que surgem a partir dos espaços de mediações. Assim, por meio da escrita etnográfica e pelo registro fotográfico, inicia-se, metodologicamente, a caminhada por uma espécie de labirinto da(s) sociedade(s), ciência(s) e tecnologia(s).

No segundo capítulo, descrevo as práticas de organização do banco de germoplasma, bem como o movimento do BAG, coordenado pelo curador Irajá Antunes, melhorista de plantas na instituição. Para isso, foram explorados os espaços, desde a construção das atividades de pesquisa com os recursos genéticos, até o universo do melhoramento genético de feijão.

Também foram mapeados e descritos os destinos das variedades desenvolvidas na pesquisa, assim como das variedades crioulas conservadas no BAG, o que possibilitou compreender a dinâmica dos espaços de mediações e suas relações políticas de poder. Além disso, neste capítulo, tratou-se de conhecer os discursos e ações em torno do tema dos recursos genéticos, na instituição, acompanhando o profissional fitomelhorista, uma vez que o cientista tem um dos principais papéis da instituição, no desenvolvimento e lançamento de novas variedades.

Subsequentemente, no terceiro capítulo, a descrição e a análise compõem a etnografia do espaço de mediação, aqui denominado de Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Especificamente, caminhei entre aqueles(as) pesquisadores(as) responsáveis pela construção e articulação de projetos que têm por objetivo central promover o acesso dos povos indígenas aos recursos genéticos na Embrapa, bem como a conservação das sementes em seus territórios. Sendo assim, a partir dos discursos e ações dos(as) pesquisadores(as), traçou-se um panorama geral das relações políticas e científicas entre os espaços de mediações.

Consequentemente, compreendeu-se que, principalmente, dois temas estão simultaneamente na pauta dos projetos da instituição: a conservação dos recursos genéticos e a sua patrimonialização. Nesse caso, buscou-se compreender e problematizar, em meio às discussões decoloniais, como os(as) cientistas acionam e mobilizam seus projetos, em meio às regras impostas pelo sistema do mundo colonial.

Dessa maneira, tornou-se essencial uma abordagem etnográfica do universo em ação, sobre os tratados, leis e políticas públicas, instrumentos acionados pela própria ciência. Assim, buscou-se discutir, principalmente, os textos legais, mobilizados por cientistas em seus discursos, nos momentos das realizações do campo etnográfico. Esse emaranhado de relações se apresenta no contexto hegemônico da colonialidade do poder, ou mesmo biopolítico, no qual se criam mecanismos legais e ferramentas tecnológicas para a existência das vidas. No entanto, questionou-se: qual é a guerra velada a esse estado aparente de paz?

Em contrapartida, algumas ações dos(as) pesquisadores(as) da instituição têm caminhado na direção da reversão de um sistema hegemônico de conservação. No quarto capítulo, exploraram-se etnograficamente as experiências dos cientistas da Embrapa Clima Temperado e os Mbyá Guarani. Assim, veremos como ocorreram os encontros da ciência ocidental com a ciência nativa, e os desafios enfrentados pelos(as) pesquisadores(as) na busca da própria descolonização do conhecimento científico. No entanto, será possível a democratização do sistema tecnológico de conservação das sementes na Embrapa, por meio

das práticas desses(as) pesquisadores(as)? Tratou-se em discutir sobre a problemática a partir das experiências de campo, nos encontros entre cientistas da Embrapa Clima Temperado e os Mbyá Guarani.

No quinto capítulo, caminhei entre práticas e narrativas dos Mbyá Guarani em seus espaços de mediações. Neste capítulo, busquei compreender como o exercício político nativo orienta os discursos e ações de uma ciência reproduzida pelos(as) pesquisadores(as) da Embrapa, em seus espaços de mediações. A partir desse objetivo, percebi no discurso filosófico nativo dos Mbyá Guarani que os conceitos ocidentais são mobilizados como uma analogia à promoção do diálogo com cientistas, subvertendo a lógica da ciência e seus estatutos políticos de controle e pureza. O essencialismo ocidental contextualizado pelos programas e projetos científicos, através do mito da conservação genética, passa ser decodificado no instante que os Mbyá Guarani acessam e transformam os recursos genéticos em sementes-vidas dos seus ambientes.

Nesse caso, a caminhada, e até mesmo o *tape* Mbyá Guarani, torna-se um ato político na incansável construção das relações sociais, entre eles e os outros-nós. Em suma, a minha caminhada etnográfica chega ao seu ponto “final” e, ao mesmo tempo, ao seu ponto de partida, em que busquei conhecer *in loco*, mas nas margens, a filosofia política Mbyá Guarani através do ato histórico de caminhar, abordado neste último capítulo.

Ressalto novamente para os(as) leitores(as) que a construção desta tese etnográfica perpassa pelos caminhos de uma espécie de “labirinto”, isto é, amparada nas palavras de Ingold (2015b), seria difícil determinar a saída. Assim, é indispensável que a leitura seja realizada por entre esses caminhos, acionados, principalmente, pelas caminhadas fotográficas do(s) campo(s).

2 A VIDA DE PESQUISADOR

Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me contou que somos feitos de histórias. (GALEANO, 2012, p.10)

Neste capítulo, começaremos com a descrição da trajetória particular, mas também pública, de um profissional das Ciências Agrárias, atuante na Empresa do Estado brasileiro, criada inicialmente para gerar pesquisas que contribuíssem com o desenvolvimento econômico do agronegócio no Brasil, conforme introduzimos anteriormente. Optei por uma construção etnográfica, especialmente, destes espaços, ainda poucos estudados, no nosso país, por profissionais da minha área de conhecimento – as Ciências Sociais, e também das Ciências Humanas. Na etnografia, diria às margens dos “laboratórios”, o pesquisador Irajá e demais profissionais da Embrapa, parafraseando Latour e Woolgar (1997), tornaram-se principais informantes das práticas científicas, cujas descrições não foram baseadas unicamente naquilo em que estas pessoas diziam de si mesmas. Antes mesmo de ouvi-las, observei cada passo desses profissionais, em um campo formalizado por dúvidas e estranhamentos. Nesse segundo capítulo, descrevo as atividades de um melhorista de plantas e os seus objetos produzidos a partir do contexto institucional de pesquisas agropecuárias. Este conteúdo propôs um olhar atento e crítico aos saberes construídos a partir dos trabalhos desempenhados com sementes na Embrapa, o que mais tarde propõe uma comunicação com as demais atividades das pessoas e coisas envolvidas. É a partir da etnografia de “laboratório” que iniciamos as discussões sobre os distintos sentidos concebidos aos recursos genéticos e suas regras institucionalizadas. As relações estabelecidas em torno desse tema apresentam o conflituoso, ainda que velado, debate entre a ciência e a sociedade, isto é, entre os(as) cientistas e os povos nativos.

2.1 A CIÊNCIA E SUAS PROJEÇÕES

Figura 4 - Multiplicação em campo



Fonte: Acervo da autora (2016).

Figura 5 - Experimentos de um pesquisador



Fonte: Acervo da autora (2016).

Figura 6 - Entre sementes e arquivos



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 7 - Estrutura de um BAG de feijão



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 8 - Conservação das doações



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 9 - Multiplicação no telado



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 10 - A arte da observação



Fonte: Acervo da autora (2016).

Figura 11 - Entre ciências e políticas



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 12 - Indígenas conhecem as estruturas da Embrapa – Pelotas (RS)



Fonte: Acervo da autora (2014).

Figura 13 - Do diálogo à seleção



Fonte: Acervo da autora (2014).

2.2 EXPLORANDO O CAMPO DE UM CIENTISTA: A TRAJETÓRIA DE UM FITOMELHORISTA

A sala relativamente ampla com forma retangular já parece pequena para abrigar tanta diversidade de coisas. São mesas de madeira antigas repletas de papéis empilhados, pranchetas, pequenos pacotes contendo sementes, às vezes com espigas de milho, e, claro, não podia faltar, uma gama de coisas, referências artísticas advindas das diferentes partes do mundo. Existe uma bancada própria para expor apenas seus pequenos pássaros, tartarugas de madeira da Amazônia e Ilhas Galápagos, alpacas do Peru, pessoas construídas da palha de milho, mulheres de coco, indígenas de argila e muito mais (o leitor pode imaginar esse muito!).

Na parede, um quadro no formato de uma rosa dos ventos fora construído de variedades de sementes de milho e feijão – um verdadeiro encanto! Nesse universo, ainda há armários com livros, revistas, na sua maioria de melhoramento genético de plantas, também recheado de documentos que representam anos de pesquisa em parceria com outras instituições e agricultores; como exemplo, os “cadernos de campos” carregam consigo informações agronômicas sobre as variedades de sementes de feijão que Irajá envia para Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), no estado do Rio Grande do Sul. Irajá tem uma parceria de muitos anos com a Emater, instituição pública conhecida por atuar com atividades de assistência técnica para os agricultores, sendo a principal encarregada de entregar nas mãos dos produtores as sementes de feijão e seus “cadernos de campo”. A ideia, explicou Irajá, é que os agricultores possam avaliar em suas propriedades os materiais fitogenéticos, adquirindo aquelas sementes que mais lhe interessarem; os resultados dessas seleções são compilados nos “cadernos de campo” que retornam para as mãos do pesquisador. Tais ações fazem parte do melhoramento participativo que Irajá tem como método em suas atividades de pesquisas.

Mas retomando ao “laboratório” de Irajá, a sua sala, especificamente, ainda abriga duas geladeiras; uma delas está saturada de variedades de sementes de feijão, fruto dos experimentos de melhoramento genético, e de outras espécies alimentares oriundas das diversas regiões geográficas, que são doadas ao pesquisador. Já o segundo refrigerador contém mais de 800 amostras de feijão, como parte da coleção do germoplasma que Irajá atribui como salvaguarda das sementes que foram multiplicadas e passam compor as prateleiras do BAG. Além disso, existem computadores, sendo que um é de uso exclusivo do pesquisador, e os demais, utilizados por estagiários(as) de diferentes cursos de graduação e

pós-graduação. Também há impressoras, telefones e, em meio a tudo isso, se encontram samambaias, alguns cactos, pimentas e suculentas.

Em meio ao universo de tantas coisas misturadas, ainda observei uma planta um tanto familiar, dos campos que havia realizado com o pesquisador, na trajetória acadêmica. Tratava-se de uma semente de feijão que Irajá tinha recebido de um técnico da Prefeitura Municipal de Rio Grande (RS) e, para não a perder pelos caminhos de sua mesa, jogou no vaso de flores a tal variedade. Mês a mês percebi, acompanhando o pesquisador Irajá, que a planta crescia como um capim. O feijão se destacava pelo tamanho e beleza, entre papéis, sementes, computadores, mesas, dentre outras coisas que, curiosamente, o pesquisador acrescenta, durante anos, no seu espaço profissional.

No entanto, entre a coloração verde, expressa por sua vivacidade, a planta também dividia a estreita área do vaso com outra de feijão, porém, colhida em campo há algum tempo. Perguntei a Irajá o que fazia aquela planta seca junto à que crescia no vaso. Em resposta, o pesquisador disse que era companheira da outra, servindo, também, de apoio para o crescimento vertical da nova planta de feijão. Instigada pelo simples contexto, me questionei como o cientista organizava suas pesquisas, uma vez que suas atividades, regidas por protocolos internos da instituição, evidentemente expressavam, desde suas relações, o caráter extremamente dinâmico.

Quero dizer que, se formos pensar no lugar de fala e das práticas de Irajá, a Embrapa passa ser o primeiro ponto de partida de uma leitura espacial e histórica, para que possamos compreender, a partir do regimento institucional, como as atividades de pesquisas são e estão orientadas. Para isso, retomamos as questões que permearam a estruturação política e científica da Embrapa, anunciadas anteriormente.

No estatuto da Embrapa, publicado pelo Diário Oficial da União, de modo geral, o documento jurídico expõe, no formato de artigos e incisos, os objetivos que regem os trabalhos desempenhados pela instituição. A Embrapa empresa pública é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e dentre suas propostas estão desde a promoção e a coordenação, até a execução de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a produção de conhecimentos e tecnologias para o setor agropecuário; a contribuição com atividades de transferências de conhecimentos e de tecnologias referentes às ações de pesquisas; o apoio técnico e administrativo a órgão do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação de políticas agrícolas e afins; dentre outras (BRASIL, 2018).

Nesse emaranhado, a ciência na Embrapa está intimamente relacionada com as questões de mercados e as políticas nacionais e internacionais. Santonieri, em sua tese, questiona como a Embrapa, empresa pública, mas de personalidade jurídica de direito privado, na prática exerce suas ações. A autora responde, a partir dos dados de campo e dos documentos acessados, que, diante do dever de a Empresa articular-se com segmentos privados e outros agentes do setor produtivo, a instituição abre precedências no que diz respeito à divisão entre as atividades de pesquisa básica e as atividades de pesquisa aplicada. Segundo Santonieri, a segmentação poderia ser entendida sob o quanto a intensa relação do capital e do mercado influenciam na organização das tarefas científicas. Como exemplo, a autora, por meio de um esquema gráfico, apresenta as fontes de financiamento da instituição e associa os dados, ao que denominou de “regime jurídico híbrido da Embrapa”. Esse regime, por sua vez, teria proporcionado à instituição tornar suas pesquisas em ações de caráter privado, e, ainda que estivessem associadas ao desenvolvimento do setor do agronegócio, elas têm sido mantidas por recursos públicos (SANTONIERI, 2015).

Diga-se de passagem, que o estatuto da Embrapa, ou, conforme designou Santonieri (2015), o “regime jurídico híbrido”, correspondeu aos interesses científico-econômicos da instituição. Entre as metas da Embrapa, a pretensão de uma participação no mercado, até mesmo na bolsa de valores, atingindo outras escalas geográficas que não fossem apenas a nacional, foi um dos destaques históricos da instituição, conforme relatou Irajá em um dos diálogos que tivemos.

A Embrapa era vista como uma instituição modelo dos pacotes desenvolvimentistas, criada para modernizar o campo no país, através da junção da ciência e da tecnologia hegemônica. No livro preto, escrito por uma equipe técnica da Empresa, sobre a sua trajetória institucional de mais de três décadas, dentre os assuntos debatidos, os autores reforçam a importância de cunho internacional da Embrapa, na promoção de pesquisas aplicadas no país. Assim, a serviço dos projetos progressistas do Estado e sob as condições econômicas citadas pelo mercado mundial, a ciência na Embrapa se constituiu a partir da importação de metodologias, o que acarretou, simultaneamente a(s) transferência(s) de tecnologia(s) para a sociedade brasileira. A nova estrutura, na construção de pesquisas e tecnologias no campo agropecuário, contribuiu, sobretudo, para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil (CABRAL, 2006).

Visvanathan (2005) faz uma crítica aos domínios da ciência e tecnologia, dizendo que o modelo de Transferência de Tecnologia (TDT) é o código genético dos Estados-Nação do Terceiro Mundo. Esse novo contrato social entre o Estado e a ciência ocidental configurou a

construção de projetos gêmeos de segurança e de desenvolvimento. É nesse contexto político que a batalha entre os conhecimentos tradicionais e a ciência foi desencadeada (VISVANATHAN, 2005).

Para que os modelos de TDT e a própria ciência, importados de países da Europa e América do Norte, fossem aqui replicados com eficácia, foi de suma importância a formação de pesquisadores e técnicos brasileiros no exterior, como o caso do pesquisador Irajá. Melhorista de plantas, assim conhecido, Irajá fala sobre sua trajetória no melhoramento genético convencional¹², do Brasil para os Estados Unidos, e do retorno novamente para o seu país.

Profissionalmente, o pesquisador Irajá, Engenheiro Agrônomo, iniciou sua carreira ainda nos anos de 1970, no Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS), órgão pertencente ao Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DNPEA), do então Ministério da Agricultura, localizado em Pelotas. Anos mais tarde, o DNPEA foi extinto, sendo seu sucedâneo na condução de pesquisas agropecuárias a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa. Esta surgiu com o propósito de “modernizar” o campo e a cadeia produtiva da matéria-prima no país.

Com a extinção do IPEAS, pertencente ao Ministério da Agricultura, o vínculo profissional que o pesquisador Irajá tinha com Instituto lhe possibilitou optar entre o Ministério e a Embrapa. Ao eleger a Embrapa como a instituição para o desenvolvimento de suas pesquisas, Irajá inicia a sua trajetória profissional, ainda que sua história seja pré-Embrapa. Nas palavras do pesquisador, ficam evidentes os caminhos percorridos entre o melhoramento genético e a curadoria do BAG de feijão.

[...] Minha pós-graduação, tanto mestrado como doutorado é na área de Melhoramento de Plantas. Tenho trabalhado com feijão; minha carreira foi toda em cima de feijão e nos últimos quinze anos eu tenho me dedicado muito à questão dos recursos genéticos – inclusive examinado o feijão como recurso genético. [...] Comecei a trabalhar em 1970[...] sou toda a história da Embrapa. [...] Quando foi criada a Embrapa, em 1973, ela criou Centros Nacionais de Pesquisa e a pesquisa com feijão aqui foi desativada, já em 1975-1976. Então saí daqui em 1975 pra fazer meu mestrado nos Estados Unidos e aí, quando eu voltei, fui pro Centro de Arroz e Feijão, em Goiânia. Depois fui fazer meu doutorado e, então, voltei pra Pelotas. Isso foi no fim de 1986. Quando eu voltei pra cá, a gente começou um processo de recuperação das variedades de feijão. Exatamente pensando na possibilidade de que

¹² Na Embrapa os profissionais dedicados ao melhoramento genético de plantas se utilizam tanto de técnicas e métodos científicos sem o aporte da engenharia genética, quanto com a sua estrutura tecnológica, na criação de produtos transgênicos - organismos geneticamente modificados (OGM). Nesse caso, destacam-se, como exemplos, soja, milho, algodão, etc. No entanto, o cientista, cuja formação é em melhoramento genético de plantas, dedica-se, sobretudo, ao melhoramento genético convencional, ou seja, sem o uso dos instrumentos da engenharia genética.

havia um processo de erosão genética. A gente, a partir daí, o que a gente recebia, a gente mandava uma cópia pro Centro de Arroz e Feijão e depois repassava pro Cenargen, que é o Centro da Embrapa que guarda esse germoplasma todo, por um período de muitos anos. [...] Então a gente começou a recuperação em 1987, e a gente incrementou esse trabalho nos últimos 15 anos. A forma mais comum que a gente tem aqui é do germoplasma que vem de doações de agricultores, de técnicos, principalmente os da Emater. [...] Teve uma coleta direcionada, com autorização do CGen (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético), em 2006 no litoral aqui do RS. Pegou os municípios de São José Norte, Mostardas e Tavares, e o resto é por doação, ou por obtenção em feiras de sementes, em que a gente sempre recebe de presente muitas sementes. [...] ¹³.

Em 1974 e 1975, a Embrapa executa o seu plano de inovação técnica e científica, enviando profissionais a centros de excelência de ensino no exterior, com o propósito de possibilitar formações em programas de pós-graduação a seus pesquisadores, qualificando e modernizando as pesquisas da instituição (CABRAL, 2005). Na fala descrita acima, o pesquisador Irajá menciona seu afastamento da Empresa em busca da sua formação complementar acadêmica e profissional.

Nos Estados Unidos, na *University of Illinois* (Universidade de Illinois), onde realizou seu mestrado, o cientista desenvolveu seus estudos pautado nas análises laboratoriais das variedades de soja (*Glycine max*), para extração de óleo e proteína da leguminosa e o seu consumo *in natura*. No entanto, ainda que se tratasse da realização de uma pesquisa com uma das principais espécies de mercado, Irajá, em uma conversa, mencionou que seu estudo destoava das investigações realizadas na época, as quais eram conduzidas pelo desenvolvimento de novas variedades alimentícias para a intensa industrialização.

Na Índia, Visvanathan diz que a tradição e a modernidade podem conviver em um mesmo laboratório. O autor, acompanhando a vida do cientista indiano Seshadri, percebe que a ciência construída pelo engenheiro era uma espécie de correlação do autobiográfico e do cosmológico. Tratava-se de alguém que produzia a sua própria ciência, e era ela a expressão do seu próprio ser, de um engenheiro que teria sido mais do que um cientista (VISVANATHAN, 2005).

Para além do relato etnográfico vivenciado em um laboratório com o cientista Seshadri, o autor sugere uma nova concepção do que se pode apreender sobre o universo particular de um pesquisador. Neste caso, se a ciência pode ser atravessada pelos aspectos das pluralidades locais e também pelas generalidades ocidentais, isso significa que a prática científica é uma tradução das experiências que cada *corpus*, isto é, que cada cientista vivencia.

¹³ ANTUNES, I. (Pesquisador no CPACT). Entrevista concedida à autora. Pelotas, jun. 2016.

São as escolhas que Irajá realizou ao longo da sua carreira, seus caminhos e relações que levam o pesquisador, melhorista de plantas, a compor a sua própria ciência.

Irajá fez questão de falar sobre suas lembranças, dos caminhos que percorreu até (re)construir cada projeto de pesquisa, cada investigação, seus propósitos e ações. Segundo o pesquisador, foi no retorno ao Brasil, após um período de trabalho na Embrapa Arroz e Feijão, que, em 1983, iniciou seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP), na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq).

No doutorado, o pesquisador retoma suas pesquisas com feijão (*Phaseolus vulgaris* L), momento em que se propôs investigar os processos evolutivos e a produtividade de variedades da leguminosa. Segundo Irajá, na época, buscou analisar o comportamento da espécie, proveniente de cultivares melhoradas (fitomelhoramento) pela pesquisa da Embrapa, assim como as sementes dos agricultores, também conhecidas como sementes crioulas.

As sementes crioulas, termo recorrente nos discursos dos(as) pesquisadores(as), e que tem percorrido os distintos universos, sejam eles acadêmicos, organizações sociais, povos agricultores, dentre outros, sempre integraram a ciência do pesquisador Irajá. Isso se deve pela importância que as variedades crioulas tiveram e têm para as pesquisas realizadas no melhoramento genético.

No entanto, iremos além da estrutura condicional da ciência moderna ocidental. Na pesquisa etnográfica sobre as práticas dos agricultores na conservação de sementes crioulas, caminhos que percorreu, também, junto ao pesquisador Irajá e seu campo de relações, Pereira (2017) conceituará as sementes crioulas como importante recurso genético para a alimentação e manutenção da diversidade genética.

Contudo, elas se distinguem quando recebem outros significados por aquelas populações agricultoras que as detém, transcendendo, até mesmo, o olhar do cientista. Além disso, a autora mergulha em outras conceptualizações chamando a atenção para as denominações de cunho identitário destas sementes, como ocorre no estado da Paraíba, onde elas são conhecidas como sementes da paixão. Já em Alagoas são denominadas de sementes da resistência, enquanto que em Santa Catarina são denominadas de sementes livres (PEREIRA, 2017).

Nos estudos de antropologia das ciências, Santonieri, em sua pesquisa etnográfica, recorre a alguns autores para conceitualizar sementes crioulas, mas opta por chamá-las no decorrer da sua tese de sementes locais, sementes crioulas e, também, sementes tradicionais (SANTONIERI, 2015). Leia-se que a autora não estava concentrada em compreender o

significado das sementes, mas no próprio contexto em que elas operam, tanto no meio científico, quanto na lógica dos povos agricultores, em produzir relações sociais e de poder.

Diferentemente da inserção no campo etnográfico de Santonieri (2015), porém, imerso na vida do povo Krahô e nas suas relações, sobretudo, com pesquisadores(as) da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, o antropólogo Borges (2014), reproduz o significado das sementes crioulas, a partir da (re)construção de um sistema ritual, fruto da interação intercultural entre os distintos universos. O autor, ao analisar os acontecimentos que permearam o contexto da Feira Krahô de Sementes Tradicionais, em 2007, uma dentre as ações do projeto de segurança alimentar do Cenargen, em parceria com a associação Krahô e Funai, sugere que o evento, também de caráter ritualístico Krahô, tem subvertido as estruturas científicas e políticas ocidentais (BORGES, 2014).

Nesse caso, as sementes crioulas ou tradicionais que muito serviram, e servem ainda, de ferramenta de trabalho para o melhoramento genético e demais atividades de pesquisadores(as), são subvertidas pelas práticas indígenas. A semente é o meio para a inversão do papel colonizador da ciência. Assim, os limites conceituais dão espaço para as próprias ações não ocidentais, subvertendo o que inicialmente poderia ser compreendido como sementes crioulas.

Mas vejamos como essas coisas – as sementes –, são postuladas nos “laboratórios”. Nos diálogos que tive com o pesquisador Irajá, a definição das sementes crioulas, no seu discurso, tem uma conotação um tanto biológica. Segundo a definição conceitual do cientista, as sementes crioulas são aquelas cultivadas por agricultores(as) em um mesmo ambiente, por tempo suficiente para que a seleção natural possa agir, resultando em uma população cuja composição gênica torna essas populações adaptadas às condições em que foram cultivadas e, simultaneamente, diferenciadas de todas as demais (ANTUNES; BEVILAQUA, 2009).

Contudo, o significado das sementes crioulas descrito por Irajá não se distingue completamente da definição estabelecida pela Lei de Sementes. Segundo Santilli (2009), a Lei entende que as sementes locais, tradicionais ou crioulas, são aquelas adaptadas ou produzidas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas. Essas sementes são identificadas por suas características fenotípicas bem determinadas e são reconhecidas por suas respectivas comunidades; no entanto, a critério do Ministério da Agricultura, elas não devem se assemelhar significativamente às cultivares comerciais.

Por outro lado, em uma conversa mais recente, realizada ainda no ano de 2018, Irajá reforçou a importância do(a) agricultor(a) no instante de selecionar essas plantas em seu

ambiente. Também ressaltou que a definição do termo sementes crioulas poderia elucidar, em seu aspecto mais amplo, as relações entre pessoas, ambientes e as espécies de animais domésticos. Contudo, para Irajá o espaço-tempo de plantio pelos povos agricultores em suas comunidades definiria as características de uma semente crioula.

A definição publicada em seus discursos e também entre uma e outra publicação, vem acompanhada das ações experienciadas pelo melhorista de plantas. Vejamos nas palavras de Irajá como o discurso conceitual de sementes crioulas é traduzido pela trajetória profissional do pesquisador ao longo do tempo. O pesquisador relatou que, ainda no doutorado, realizou seus experimentos em Goiânia, momento em que trabalhava no Centro Arroz e Feijão. Durante dois anos consecutivos acompanhou o comportamento e a evolução das plantas em campo, selecionando aquelas que proporcionassem alta produtividade.

Além disso, o pesquisador salientou que foi no decorrer da sua tese que o processo de investigação lhe permitiu perceber a importância da interação entre o genótipo (constituição genética) das plantas e o ambiente. Concluiu Irajá que “cada ambiente tem sua variedade adequada”¹⁴.

A tese defendida pelo cientista parece retratar que há praticamente uma biogeografia das plantas cultiváveis. À luz da antropologia das ciências, a exemplo, podemos compreender como a defesa de um discurso tem remetido a versão das atividades de um profissional melhorista de plantas. Callon argumenta que os laboratórios de pesquisa, além de elaborarem textos, enunciados e artigos, produzem, sobretudo, *savoir-faire* práticos e procedimentos experimentais. São os pesquisadores que elaboram experiências, organizam provas e aperfeiçoam os dispositivos experimentais. Esta é a parte mais importante das produções científicas (CALLON, 2004).

Neste caso, entende-se que a produção dos ensaios e seus experimentos tornam-se a base principal para a elaboração conceitual, mas resumida, daquilo que Irajá define como sementes crioulas. Para Irajá, o que parece fundamentar sua construção teórica perpassa, antes de mais nada, por suas experiências ao longo do espaço-tempo. O que tem implicado, a partir de suas práticas, a reelaboração e, até mesmo, uma constante redefinição do termo. Nas palavras de Callon (2004), as teorias são apenas a parte visível do *iceberg*.

Entre o universo das sementes crioulas e o mundo do melhoramento genético, Irajá conduz seu próprio método investigativo como fitomelhorista de feijão. É como se a tradição e a modernidade, expressão que peguei emprestada de Visvanathan (2005), vivessem

¹⁴ ANTUNES, I. Entrevista concedida à autora. Pelotas, ago. de 2016.

condicionadas a uma espécie de inquilinismo. Este termo é utilizado, principalmente, pelas Ciências Biológicas, e, neste caso, poderia explicar as próprias ações do pesquisador Irajá na pesquisa. Além disso, trata-se da relação entre as sementes crioulas e as cultivares desenvolvidas no programa de melhoramento genético, o que têm acarretado uma dependência mútua, alimentando, assim, as práticas de pesquisa do cientista Irajá.

O inquilinismo, neste sistema de pesquisa, é parte do processo dinâmico da composição do BAG de feijão por suas espécies, variedades crioulas e cultivares que, por sua vez, são disponibilizadas para os povos agricultores, por intermédio das tecnologias alimentares¹⁵ e, também, por distintas ações de acesso ao banco de germoplasma, como veremos ao longo da tese etnográfica.

Antes mesmo de prosseguir o emaranhado etnográfico, atenta-se para a atribuição com que Irajá designa ao feijão, se referindo a ele como um recurso genético, ainda descrito no trecho acima. Ao revisitar o significado do termo, Santilli (2009) reconstitui o próprio contexto histórico em que foi criado. Segundo a autora, em meados dos anos 1970, define-se como recursos genéticos tudo aquilo que comporta os genes e as informações neles contidas, no âmbito da valoração social e econômica, assim titulando-os de “recursos”.

No entanto, mais tarde, o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFFA) adotou o conceito, estabelecendo que os recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura são todas aquelas variedades de plantas de origem vegetal de valor real ou potencial para a alimentação e agricultura. Apesar disso, a abordagem econômica e utilitária sobre a diversidade biológica, pela qual os diversos instrumentos jurídicos aderiram, promoveu verdadeiro enrijecimento, desconhecendo os processos cultural(ais) e identitário(s) envolvidos nas atividades dos agricultores e comunidades locais (SANTILLI, 2009).

Aparentemente, a lógica adotada por Irajá em relação às sementes de feijão como recurso genético se apresenta como um enquadramento das suas atividades de pesquisa ao conjunto de regras estabelecido pela Embrapa. Isso quer dizer que, se a produção de conhecimentos tecnológicos para fins do desenvolvimento da agricultura nacional foi um dos nortes absolutos da Empresa, tem-se em mente que os projetos elaborados, até os dias atuais,

¹⁵ O termo “tecnologia alimentar” pode ser entendido a partir da formatação das práticas técnico-científicas desenvolvidas no processo de melhoramento genético de plantas por cientistas da área, cujo trabalho na Embrapa está pautado, essencialmente, na geração de produtos alimentares. A “tecnologia alimentar” também pode ser lida como tecnologia agrícola, assim conceituada por Santonieri (2015) para caracterizar aquelas plantas que passaram pelas práticas de laboratórios da Embrapa.

são ainda atribuídos às condições estabelecidas pelos processos de uma economia global. Nesse sentido, entende-se que os projetos de pesquisa construídos e coordenados por Irajá estão inseridos nesse emaranhado de práticas científicas, políticas e econômicas, reproduzido em forma de arranjos pela instituição, como vimos. Segundo o pesquisador, “às vezes precisamos dançar no ritmo da música tocada, para alcançarmos o que realmente queremos”.

Paradoxalmente ou não, assisti, tanto nas palestras realizadas em universidades, nos distintos eventos de que o pesquisador participa, quanto nos encontros com profissionais parceiros(as), a Irajá dizendo que os recursos genéticos são resultantes, especialmente, das práticas locais de seleção e conservação das espécies vegetais. Daí a importância, revelava o pesquisador, dos povos agricultores criarem estratégias, como é o caso do fortalecimento das relações entre eles, garantindo autonomia, sem que haja duras interferências políticas das organizações dos estados.

Outro episódio das tensões e conflitos vividos pelo próprio pesquisador talvez tenha sido o dia em que expôs seu pensamento no espaço virtual. Segundo Irajá, o *e-mail* de um parceiro que estava trabalhando junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) teria causado certo estranhamento. A mensagem enviada era uma proposta de trabalho de alguns representantes da FAO cuja intenção era mapear os povos agricultores e seus respectivos recursos genéticos no Brasil, para fins, *a posteriori*, de criar e aplicar políticas para a proteção desses povos. Irajá disse que sua resposta foi em tom de contestação sobre as intencionalidades de tal proposta. No espaço de trocas virtual, o pesquisador argumentou que o mapeamento poderia gerar informações detalhadas das pessoas e seus recursos genéticos, e conseqüentemente serem mal utilizadas. Ademais, poderiam expô-los, colocando em risco a sua privacidade.

Nota-se que a herança geográfica e histórica do projeto colonial de desenvolvimento, da qual Embrapa foi e ainda tem sido uma das principais mediadoras do discurso no mundo rural no Brasil, está situada paralelamente nas ações reflexivas e iniciativas contra-hegemônicas de Irajá. A oposição entre aquilo que se pode definir pelas dimensões de uma colonialidade do saber e as práticas cosmopolíticas de um pesquisador, se é que podemos definir dessa forma, estão em constante conflito, metaforicamente falando, no “laboratório” de Irajá.

Trata-se de refletirmos sobre os processos envolvidos na construção da ciência, através dos mecanismos que a fundamentam e se opõem num campo de forças. Nesse sentido, este

campo provém de uma leitura mais ampla, do cruzamento das distintas escalas geográficas, e que se definem pelo combate histórico de epistemes divergentes.

A colonialidade do saber, empregada, simplificada, por Porto-Gonçalves (2005), se traduz pelo legado deixado de desigualdades e injustiças sociais tão profundos do colonialismo e do imperialismo, mas, além disso, sua herança epistemológica eurocêntrica tem nos impedido de compreender o mundo a partir do universo em que vivemos e dos conhecimentos que lhes são próprios. Por outro lado, a teoria da moderno-colonialidade, ou mesmo os estudos decoloniais, “assinala que há uma ordem geopolítica mundial que é conformada por uma clivagem estruturante moderno-colonial e que só pode ser compreendida a partir dessa tensão que a habita” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.4).

Da periferia ao centro, pode-se dizer que o anarquismo epistemológico e político de Irajá se encontra situado também nos debates dos espaços virtuais, como é o caso do diálogo com o representante da FAO. No entanto, não estamos diante de um caso particular. Santos Meneses e Nunes (2005) confirmam que não são inéditas as situações em que os próprios cientistas têm criticado as orientações dominantes em certos eixos da pesquisa como maior impacto público, ou mesmo quando se referem aos modelos de articulação entre o saber e o poder, inscritas tanto no jeito da ciência fazer política como nas políticas públicas legitimadas por ela.

Pode-se dizer que Irajá também reivindica seu jeito de fazer ciência através dos seus experimentos de campo para o melhoramento, como veremos a seguir. O melhoramento genético participativo, mais que um método, é um processo de coexistência em paralelo entre as práticas de Irajá e as experiências dos(as) agricultores(as).

Além disso, suas ações não se limitam aos espaços do “laboratório” e do campo de experimentos, Irajá também se envolve com as feiras de troca de sementes e costuma visitar visitas aos(às) distinto(as) agricultores(as), que têm se tornado parceiros(as). É a partir da organização de encontros na própria instituição que o pesquisador assume uma relação, aparentemente, contra-hegêmica com a estrutura dominante da ciência praticada pela Embrapa, como vimos.

Esses encontros, intitulados de “Seminário Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar”, ocorrem desde 2011, momento que reúne, segundo Irajá, os profissionais da pesquisa, extensão rural, estudantes e, especialmente, agricultores(as) não indígenas, indígenas e quilombolas. Para o pesquisador, a possibilidade da construção desse espaço dinâmico, mas temporário, na instituição, junto aos povos agricultores, têm contribuído não só

para a democratização dos espaços de pesquisa da Embrapa e no reconhecimento de outras formas de conhecimento, mas, também, na fomentação do diálogo entre as pessoas que são afetadas pelas políticas públicas e as que aplicam.

Portanto, o Seminário pode ser entendido como uma extensão do seu “laboratório”, das suas pesquisas de/em campo. Nesse caso, não seria pretensioso dizer que esses eventos anualmente projetados para receber nas mediações da Embrapa, sobretudo, os povos agricultores, são formalizados pela relação entre os códigos de linguagens e o conjunto de práticas envolvidas nas diversas formas de proteger as sementes. Assim, esse espaço do Seminário, metaforicamente falando, é atribuído à prática ritual, como uma outra proposta institucional para o reconhecimento, e mesmo o enraizamento, de uma vertente científica contra- hegemônica.

Isto, de certa maneira, também tem sido reivindicado em outras unidades de investigação, como a Embrapa Cenargen, assunto que será abordado ao longo dos próximos capítulos. Em outras palavras, segundo Santos, Meneses e Nunes (2005), essa prática é possível quando a abertura da ciência à cidadania resultar na articulação interna, criativa e emancipadora, entre as diferentes práticas e orientações teóricas coexistentes nas comunidades científicas. Quer dizer que o pluralismo epistemológico se inicia pela própria democratização interna da ciência.

2.3 DOS EXPERIMENTOS EM CAMPO A DARWIN

Seguimos no emaranhado de práticas e discursos ocidentais, no contexto das particularidades do “laboratório” coordenado por um profissional melhorista de plantas como Irajá, não com o intuito de ressaltar as relações dicotômicas vividas pelo pesquisador no seu espaço institucional; mas, sim, entender como o pluralismo epistemológico tem sido uma construção diária, elucidada pela própria trajetória-caminhada do pesquisador Irajá.

Mais que a leitura e a descrição de uma complexa linguagem utilizada pelo profissional em seu ato de saber-fazer melhoramento, esse tópico atribui às etapas envolvidas na experimentação da ciência agrônoma a orientação para pensarmos sobre a produção paradigmática (FOUCAULT, 1979) das formas de dominação que estão presentes na administração do saber e na política do saber.

Veremos que enquanto a ciência, em linhas gerais, tem apostado em biotecnologia como aporte para a modificação dos *genes* (códigos genéticos), sobretudo das espécies

alimentícias, para o aumento da produção, com a justificativa de erradicar a fome no mundo, o pesquisador encontra, em seus próprios métodos, fórmulas de contribuir com a diversificação dos materiais fitogenéticos, encaminhando-os aos distintos povos agricultores.

Antes mesmo das sementes, ou conforme a linguagem de Irajá, os recursos genéticos, serem enviados para seus principais parceiros, neste caso, os(as) agricultores(as), o pesquisador, entre as experiências em campo e os textos em “laboratório”, faz da teoria da seleção natural de Darwin a sua própria cosmovisão, para explicar o resultado dos seus experimentos com o feijão. Debruçado nos resultados das observações de campo, o cientista menciona estratégias para a composição de suas pesquisas. Segundo o pesquisador, é em campo que se analisam e selecionam as plantas de feijão que melhor se adaptaram ao local semeado, cujas sementes cultivadas deixaram maior número de descendentes e, conseqüentemente, tornam-se espécies e variedades adaptadas a seus respectivos ambientes.

Traduzindo as palavras do pesquisador Irajá, por meio da sua própria experiência com o feijão BRS Expedito, que desenvolveu no programa de melhoramento genético, essa prática equivale ao processo dinâmico e instável da condição dada pelo ambiente, isto é, no seu todo (clima, solo, etc.). Irajá argumentou que a cultivar Expedito, ainda que tivesse se destacado em relação a sua alta produtividade nos ensaios de campo da Estação Cascata¹⁶, uma das suas características agronômicas, é possível que em algumas regiões apresente baixo rendimento. Diga-se de passagem que sua elucidação está essencialmente relacionada a uma frase célebre, a qual Irajá entende que o resultado final das plantas pode ser definido pela “interação entre genótipo e ambiente”.

Trataremos de compreender, nesse emaranhado de teoria e prática, como são criadas as BRS, na Embrapa. Além disso, a ciência passa a ser entendida aqui como um ritual cujo (des)envolvimento das pesquisas entre os demais universos do conhecimento dá lugar a ações nada convencionais, ou melhor, elas se caracterizam pelas particularidades do pesquisador. Em uma de nossas conversas, Irajá me explicava como era realizado o melhoramento

¹⁶ A Embrapa Clima Temperado é composta por três bases físicas: Estação Terras Baixas (ETB) - localizada ao lado do campus da Universidade Federal de Pelotas – no município Capão do Leão, local onde Irajá possui base de pesquisa; a Sede, onde concentram-se os serviços administrativos da instituição, a chefia da UD e os(as) pesquisadores(as). Também é conhecida pela realização de seus grandes eventos, como o “Seminário Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar”; e a Estação Experimental Cascata (EEC) - (estas últimas, ambas localizadas na BR-392), local onde o pesquisador desenvolve suas pesquisas de campo. Diz o pesquisador Irajá que o ambiente, distinto da ETB, proporciona o desenvolvimento de seus experimentos, uma vez que a Estação Terras Baixas, com suas áreas alagadas, abriga, sobretudo, espécies cultiváveis desse ambiente, a exemplo, o arroz.

genético, prática sobre a qual, em todos esses anos em que lhe acompanhei, não havia sequer refletido. O que pode, de certa forma, ter escapado aos detalhes dessa composição ritual.

Não raros foram os dias em que Irajá pacientemente explicou as passagens das etapas envolvidas no ato do melhoramento genético convencional, que, segundo ele, se difere dos meios que atualmente se utilizam para a criação de cultivares, como é o caso das plantas transgênicas. Suas atividades com o melhoramento se resumem ao manuseio e ao cruzamento de *genes* entre as próprias variedades de feijão na casa de vegetação (local climatizado e protegido das intempéries); enquanto os profissionais da área da Engenharia Genética, especialmente, se dedicam em estudar e manipular geneticamente nos laboratórios características de espécies diferentes, fazendo com que uma seja a receptora dos *genes* da outra – isto significa que esta seria a forma mais atual de se fazer melhoramento genético vegetal.

No entanto, seu “laboratório” é constituído por outras técnicas de fitomelhoramento. Em primeiro lugar, Irajá disse que tem utilizado tanto as sementes crioulas que estão nos BAGs, como sementes oriundas da pesquisa para o melhoramento. Essas sementes da pesquisa, explicou ele, são aquelas que já sofreram a interferência de programas de melhoramento genético convencional, também realizado por outras instituições, como o antigo IPEAS, ou mesmo o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC).

A partir dessa composição, diz o pesquisador, é possível identificar duas variedades de feijão que contenham características agrônômicas, nutricionais e morfológicas de seu interesse. Exemplificando, pode-se, hipoteticamente, supor que sejam selecionadas duas variedades: uma delas com resistência à antracnose (doença causada por fungos); outra, com alto teor de ferro, ou, até mesmo, por sua visível coloração e brilho, revelados pela própria semente. O interesse em combinar essas características leva a que essas variedades sejam encaminhadas para a casa de vegetação, onde se realiza o cruzamento entre elas, iniciando o processo de melhoramento.

Explica Irajá, como o feijão é uma planta autógama, ou seja, com elevada taxa de autofertilização, o pesquisador e técnicos que o acompanham são encarregados de realizar manualmente o cruzamento entre as variedades, trabalho empreendido no interior da casa de vegetação.

No intuito de socializar o conhecimento, disse ele, foram publicadas algumas orientações e recomendações aos agricultores e demais pessoas motivadas em conhecer o tema. Nesse documento, os autores chamam atenção daqueles(as) que lançam mão desse

método para as possíveis variantes ocorridas, tanto em relação ao ambiente, como devido ao germoplasma utilizado, além das pessoas que estiverem conduzindo os cruzamentos (ANTUNES *et al.*, 2010).

O boletim técnico, um dos tipos de publicação existentes na Embrapa, tem sido uma das suas ferramentas na divulgação do conhecimento e de técnicas científicas para a sociedade em geral. Mas isso não desfaz o emaranhado de relações pelas quais o saber hegemônico pode se tornar uma forma de poder e dominação sobre outras manifestações de saber-fazer, em outras palavras, o “melhoramento genético”, para se utilizar do próprio termo da ciência agrônoma. Daí cabe se questionar, a partir da leitura e a composição desse documento, que se pretende “esteja ao alcance de todos”, como as técnicas científicas, propagadas teoricamente, dialogam com outros saberes e práticas? É possível a democratização da ciência, sem a imposição hierárquica dominante do saber?

Antes mesmo de encontrarmos respostas definitivas, atentemos para as considerações realizadas por Santos, Meneses e Nunes (2005). Os autores, ao refletirem sobre os espaços de debates públicos organizados para as discussões de cunho científico para cidadãos comuns, traduzindo-se no exercício da cidadania científica, argumentam que essas práticas podem se manifestar de forma ambígua. Isso significa que “elas tanto podem ser utilizadas como instrumento de legitimação de decisões governamentais ou de reafirmação da distinção entre “peritos” e “leigos”, como contribuir para a criação de novos espaços para a democracia participativa” (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p. 84).

No entanto, os autores ainda reforçam que, quando se trata da experimentação com a articulação de diferentes modos de conhecimento e de experiência, é possível criar outros recursos que possibilitem lidar com as vivências na produção de conhecimento participativo. Em destaque, citam as formas de investigação participativa, o desenvolvimento participativo de tecnologias, assim como o ativismo científico-técnico (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005).

No caso da produção textual, uma manifestação da “cidadania científica”, e divulgada por Irajá e seus parceiros, é bem provável que o documento tenha ocasionado um certo distanciamento entre os profissionais que fazem ciência e as pessoas que a recebem como instruções seguras e especializadas. Se o documento foi criado na Embrapa, a partir de um método específico do conhecimento ocidental e publicado de acordo com suas práxis, conforme foi observado, a tensão emana da hierarquização das formas de conhecimento.

Por outro lado, lembro de Irajá muito feliz falando de uma troca de experiência com uma agricultora. Eu estava no início do mestrado, e não tive a sensibilidade ou mesmo

maturidade de compreender tamanha relevância do seu encontro junto a uma “pesquisadora” quilombola, como Irajá a definiu. Na visita que o pesquisador fez à sua casa, no município de Tavares (RS), a senhora quilombola, acompanhada de um de seus filhos, ainda adolescente, o convidou para conhecer uma de suas criações. Segundo Irajá, ela teria desenvolvido uma variedade de milho, a partir do cruzamento de variedades, com as características morfológicas e alimentícias, conforme sua necessidade.

Animado com o método desenvolvido pela senhora quilombola, Irajá até os dias de hoje, na maioria de suas falas e palestras nos distintos eventos de que participa, carrega em seu histórico a imagem do dia da troca de experiências. Uma mulher quilombola, nos confins de um pequeno município litorâneo, tem apresentado seu método tão relevante quanto o de um cientista de uma instituição elitista, como a Embrapa. Certamente, não são estas as palavras que o pesquisador se utiliza para proferir seu pensamento, mas consegue, nas entrelinhas, falar sobre os dois distintos universos e seus entrelaçamentos, sob a panorâmica do diálogo e o reconhecimento de outras formas de saber-fazer fitomelhoramento.

No entanto, ainda que exista o cruzamento das regras econômicas e políticas, no instante em que Irajá busca a reprodução das melhores características das cultivares desenvolvidas no melhoramento genético, não se pode refutar que o método do pesquisador também é fruto das experiências com outras práticas e saberes. É essa cosmovisão, confiscada por atributos de um sistema do saber hegemônico colonizador, e também por manobras criacionistas do pesquisador com o mundo envolvente não colonial, que redefine o papel da sua ciência na sociedade.

Contudo, o “laboratório” de Irajá é um verdadeiro emaranhado da ciência ocidental e outros conhecimentos. Antes mesmo de fazer chegar sua ciência e produtos na sociedade, e aqui me refiro às tecnologias alimentares acessadas pelas universidades, institutos de ensino, de pesquisa, escolas técnicas, povos agricultores, dentre outros, o pesquisador necessita seguir alguns protocolos para o reconhecimento das suas cultivares. Tais regulamentos dizem respeito, de certo modo, à própria interferência externa sobre as atividades desenvolvidas no método de melhoramento genético conduzido na instituição.

Para compreendermos as etapas que transformam as sementes em cultivares, Irajá explicou passo a passo suas transformações. Segundo o pesquisador, as plantas são selecionadas e reproduzidas até a geração F4, conforme o método *Single Seed Descent* (SSD), e levadas para compor o Ensaio Preliminar Interno-I (EPI). A partir do EPI-I, os experimentos são todos realizados em campo, submetidos a condições ambientais diversas, de acordo com o clima ocorrente em cada momento. Ao EPI-I, seguem-se o EPI-intermediário e o EPI-II, em

que são novamente realizadas novas seleções até a composição final do ensaio de Valor de Cultivo e Uso (VCU). Essa última etapa, ou seja, os ensaios de VCU, desenvolve-se em cerca de quatro anos e atende o regramento imposto pelo MAPA aos melhoristas, para obtenção do Registro Nacional de Cultivares (RCN), o que habilita uma nova cultivar à comercialização.

Nesse caso, pode-se dizer que as cultivares de feijão, ao tornarem-se um produto final do melhoramento, estão estritamente a serviço do setor econômico, face às características que são impostas na produção dessas tecnologias alimentares. Essa essência, ou mesmo o cruzamento entre a ciência e a economia, reincide no campo do que Valencia (2006) chama a atenção para o que se tem ainda nos dias de hoje, por intervenção e gestão do poder-saber sobre vidas, o que Foucault já havia nos alertado. Entretanto, especialmente no contexto da América Latina, o autor faz uma releitura dessas relações, admitindo que o controle sobre as vidas se consolida numa esfera do capitalismo contemporâneo. Este, por sua vez, caracteriza-se pela apropriação e ressignificação dos diversos aspectos da vida, convertendo-os em relações mercantis (VALENCIA, 2006).

Santonieri (2015), não tão distante das perspectivas e argumentos publicados por Valencia (2006), mas fundamentada no seu campo etnográfico, ressalta como as sementes-vidas são codificadas por meio de uma estrutura correlacional entre ciência e economia. Para a autora, a variedade de planta, uma vez incorporada ao banco de germoplasma, já não se encontra fora do circuito econômico, mas principalmente no seu centro. Isso significa que há uma mudança em relação ao *status* da planta, pois uma vez retirada do seu uso prático, do seu contexto biográfico, para um novo circuito de relações, na geração de outros conhecimentos, como é o caso do melhoramento genético na Embrapa, a semente passa contribuir diretamente para a valorização daquelas armazenadas enquanto coleção, ou até mesmo como informação singular em potencial.

Apesar do ponto de vista dos autores, não caberia generalizar teoricamente os acontecimentos que resultam também das particularidades de um “laboratório”, como tem sido descrito e analisado. No entanto, não há como negar que haja interferências e mesmo a interação da ciência com o sistema econômico hegemônico, nas ações de Irajá. Mas o que está claramente em questão nesse caso etnográfico, parafraseando Visvanathan (2005), é que nem a tradição nem a modernidade, ainda que convivam no mesmo palco chamado laboratório, tem privilégios nesse combate agonístico.

Tomemos, então, outras experiências de Irajá como meio de descrever o modelo de um “laboratório” da Embrapa, embora um tanto específico. Além das atividades desempenhadas na transformação das sementes, configuradas pelas regras do melhoramento

genético, destacam-se também outras ações de pesquisa, tomando como exemplo as transferências de tecnologias para os agricultores por meio do Sistema de Unidades Demonstrativas de Feijão (SUDF).

Segundo Irajá, cada Unidade Demonstrativa (UD), que em seu conjunto compõe o Sistema (SUDF), é sistematizada a partir da combinação de cultivares de feijão desenvolvidas em programas de melhoramento genético de órgãos públicos e privados, no Brasil. Operacionalmente, são os funcionários da Embrapa e os estudantes estagiários que se encarregam, até os dias de hoje, de organizar os *kits* com 20 cultivares, em média, conforme as instruções e a formatação prévia de Irajá.

Durante os anos em que ajudei a organizar as UD's, os *kits* foram sempre preparados de forma variada. Afirmava o pesquisador que, dentre os vários motivos que faziam esse processo tão dinâmico, se encontrava a quantidade de sementes disponíveis de cada cultivar armazenada no BAG. Além disso, Irajá busca, principalmente, através das cultivares enviadas para os agricultores, um dos seus campos de experimentações, compreender os processos de adaptação e produção das cultivares em seus distintos ambientes.

A partir dessa organização, os *kits*, acompanhados de cadernos de campo, são encaminhados para os escritórios regionais da Emater que solicitaram as cultivares, que se encarregam de distribuí-los aos agricultores. Segundo as explicações do pesquisador, o caderno de campo é um documento que busca orientar e coletar as informações dos agricultores sobre as cultivares que estão incluídas nas UD's. Assim, é possível que os(as) agricultores(as) registrem, junto com os técnicos, as informações sobre o comportamento das cultivares em suas propriedades. É por meio dos resultados obtidos, que Irajá tem buscado criar um mapa sobre qual(is) cultivar(es) é(são) melhor(es) adaptada(s) a cada região produtora de feijão no RS. Essa atividade estaria mais voltada, diga-se de passagem, ao formato convencional de desenvolvimento de pesquisas pela Embrapa.

No entanto, Villela (2016), em sua pesquisa de doutorado elaborada a partir dos dados da SUDF, argumenta que a metodologia empregada pelo pesquisador Irajá possibilita a participação efetiva do agricultor. Isso significa que o conhecimento desses agricultores, desde o momento do plantio, até a avaliação das cultivares, corresponde ao resultado final das cultivares que foram selecionadas. Por outro lado, o autor admite que o trabalho desempenhado pelos agricultores em parceria com os técnicos da Emater proporcionou também que se elencassem algumas características para a definição das cultivares (VILLELA, 2016).

Em outras palavras, o mapa seria o resultado não apenas do saber-fazer de agricultores, mas, também, das mediações técnicas realizadas por profissionais da área da Extensão Rural, como é o caso da assistência prestada pela Emater. Nessa conjuntura, é importante lembrar que o caderno de campo é uma das peças que compõe a engrenagem tecnológica desenvolvida por Irajá. Traduzindo, nas palavras de Callon (2004), este documento é um tipo de reservatório de conhecimentos teóricos utilizados por pessoas que não participaram da sua produção.

Nesse sentido, caberia afirmar que os dados finais não resultariam de uma isenção hierárquica e conflituosa entre os distintos saberes em questão. Conseqüentemente, o que se vê é um mapa temático, cujo enquadramento da ciência a serviço do mercado capitalista torna-se referência para agricultores e demais, no que se define por regiões produtoras de feijão, como tem sido intitulado por Irajá.

No entanto, também é possível argumentar que os(as) agricultores(as) invertam a instrumentalização científico-econômica, na medida em que se encarregam de conduzir as cultivares conforme seus distintos anseios, de certa forma evidenciado por Villela (2016). Nesse emaranhado, o que se entende é que as cultivares estariam no centro das discussões como um dispositivo complexo e laborioso; ao mesmo tempo, são ferramentas incorporadas como um produto das relações, ao que se parece, nas tentativas para a construção de espaços, que venham consolidar, segundo Santos, Meneses e Nunes (2005), a democracia participativa.

Entretanto, esses espaços inteiramente dinâmicos podem ser ameaçados pela própria ferramenta tecnológica criada por Irajá, que está sujeita as alterações e novos ajustes, conforme as regras científico-políticas da Embrapa. O pesquisador, entre um diálogo e outro, revelou como a instituição havia lhe ordenado a modificar seus *kits* de pesquisa, para, então, retornar aos agricultores. Segundo Irajá, essas UD's, encaminhadas desde 1990, até 1997 eram compostas por combinações entre as cultivares de diversos programas, como já mencionado, mas também por materiais da sua pesquisa de melhoramento que ainda não haviam sido lançados como cultivar (denominados de linhagens).

A ideia do pesquisador era de disponibilizar as linhagens para as diferentes regiões do estado, sendo que os agricultores ficariam responsáveis por avaliá-las. Com os resultados em mãos, Irajá compararia os pareceres dos agricultores com seus próprios experimentos, contribuindo assim com a sua própria pesquisa, explicou. No entanto, com a Lei 9.456 de 1997, que instituiu a proteção de cultivares no Brasil, a Embrapa passou a proibir a disponibilização das linhagens dos programas de fitomelhoramento da instituição, o que, de certa maneira, declarou Irajá, veio a alterar com seus procedimentos metodológicos.

Essa atitude tomada pela Empresa referia-se, sobretudo, à proteção à propriedade intelectual no que toca à criação de cultivares e produtos oriundos das pesquisas realizadas pelos cientistas na Embrapa. Santilli (2009) explica como essas regras, estritamente econômicas, reorganizaram as atividades científicas e, conseqüentemente, afetaram as práticas dos distintos agricultores, na escala geográfica nacional.

Conforme a autora, o Brasil adotou a Lei de Proteção de Cultivares por motivos de anuência ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (*TRIPs – Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Além disso, o que estava em jogo eram, e ainda são, os interesses das empresas multinacionais produtoras de agrotóxicos, biotecnologia e sementes e de algumas instituições de pesquisa agropecuária. A Lei passa a ser um mecanismo de controle, por meio do qual se estabelece o direito de propriedade intelectual. É ela que define que quando alguém ou alguma empresa desenvolve uma nova cultivar, ao tornar-se titular por lei sobre o produto, como autor(a), tem o monopólio sobre a sua produção com fins comerciais, ficando apta a cobrar *royalties* daqueles que tem interesse de comercializá-la (SANTILLI, 2009).

Essas implicações, na prática, podem ser perceptíveis no próprio caso do pesquisador Irajá, por exemplo. Segundo o cientista, ao produzir uma cultivar de feijão no programa de melhoramento, os agricultores, ou qualquer empresa, que tenham a pretensão de comercializar sementes dessa variedade terão de pagar *royalties* à Embrapa. Contudo, isso não se resume somente ao que Irajá criou e registrou como propriedade da Embrapa. Seus e suas colegas estariam amparados pela definição legal, assim como, especialmente, as empresas multinacionais.

Uma leitura ampla no tocante ao processo histórico da privatização das sementes em concomitância com o impacto do saber-poder sobre os sistemas de conhecimentos nativos e das suas vidas propriamente ditas também vem sendo discutida, em tom de denúncia, por Shiva. A autora metafóricamente argumenta que, após cinco séculos de Colombo, uma versão mais laica do mesmo projeto de colonização se apresenta através das patentes e dos direitos de propriedade intelectual. Desta vez, o próprio conhecimento foi convertido em propriedade, tal como aconteceu com as terras durante as truculentas viagens coloniais. Nessa nova ordem, Shiva declara que principalmente o *TRIPs* teve poder de ampliar e definir globalmente o que está passível de ser patenteado. Assim, além de patentear a diversidade vegetal, as patentes também passam a executá-la sobre as formas de vida (SHIVA, 2005).

Retomando a escala local, ainda que se reconheçam os fatos traduzidos por essas práticas da violência colonial, é possível também identificar, em contrapartida, as distintas estratégias de resistências. Uma delas tem sido a formatação de espaços como as feiras de intercâmbio, onde, além de ocorrer a troca de variedades locais - crioulas, também têm circulado cultivares provindas das pesquisas, como diversas vezes presenciei.

Ao questionar Irajá sobre as práticas de trocas de cultivares em feiras de sementes crioulas, o pesquisador aparentemente se mostrou empolgado com a atitude dos(as) agricultores(as). Disse ele que estava satisfeito por saber que as cultivares desenvolvidas no melhoramento, especialmente as de feijão, estão sendo tão bem aceitas pelos agricultores que são transformadas, de certa maneira, em variedades locais.

No entanto, vejamos que, muito além de um método de melhoramento cujo resultado são as cultivares e seu patenteamento, como vimos, está a verdadeira circulação dessas tecnologias e o que elas podem possibilitar. Na ótica de Callon (2004), traduziríamos essas relações antagônicas como um processo que resulta da constante transformação da inovação de um cientista. Isso quer dizer que é impossível apreender o que ela será, pois, uma vez disseminada, cada pessoa reage e adapta de uma forma. Nesse caso, cabe aos inovadores modificarem suas escolhas técnicas, transformando seus projetos, no intuito de transformar a relação de forças entre os envolvidos, sendo então possível atrair novos aliados (CALLON, 2004).

Refletindo sobre essa última afirmação de Callon (2004), pode-se afirmar que as ideias do pesquisador junto às suas tecnologias alimentares, desenvolvidas no fitomelhoramento, vão ganhando novos espaços, outros ambientes. Não que suas relações sejam intencionalmente construídas, mas elas são parte de outras interações. É de boca em boca, de uma informação aqui e um ato ali, que o emaranhado de pessoas e coisas vai se constituindo e até mesmo se reestabelecendo.

Dessa forma, é possível dizer que o que torna alguém aliado ou não, no contexto da ciência do pesquisador Irajá, condiz certamente com o poder dessas pessoas envolvidas disseminarem as cultivares, em paralelo com as convicções do cientista. Fato que Irajá me contou: um médico, amigo de outra pessoa que já havia plantado suas cultivares, ficou sabendo do alto teor nutricional e culinário de uma das cultivares desenvolvidas pelo programa de melhoramento da Embrapa e passou a cultivá-la e comercializá-la, alcançando significativo sucesso. Tal fato, bem como a informação decorrente de inúmeros agricultores, todas na mesma direção, estimulou Irajá a relançar essa cultivar, denominada Macanudo, fruto, ainda, do seu trabalho no melhoramento genético de 1989.

Ao longo desses anos, o pesquisador afirma que a cultivar tem ganhado a atenção de profissionais da medicina, chefes de cozinha, especialistas no mercado do feijão e, especialmente, de diferentes agricultores. Salienta Irajá que a afeição de distintas pessoas por ela se deve a características tais como ampla adaptação aos diferentes ambientes, alta produtividade, favorável composição nutricional e excelente qualidade culinária. Nas palavras de Irajá, “popularmente, é bom de panela. O que se qualificaria pela particularidade culinária”¹⁷.

Entre uma caminhada e outra, me deparei com uma notícia surpreendente a respeito da dedicação de Irajá com as sementes. Foi especificamente no final do mês de junho de 2018, quando viajava com um ex-colega de trabalho, que o assunto de uma matéria das experiências de dois assentamentos da Reforma Agrária no município de Piratini nos acompanhou no trajeto da BR-116. A notícia propagada falava da produção de 50 variedades de feijão, dentre elas variedades crioulas e cultivares, num sistema orgânico, ou seja, sem a aplicação de agrotóxicos ou algum insumo sintético. Os agricultores dos assentamentos haviam procurado Irajá e também outros colaboradores para concretizarem o plantio.

Coincidentemente, o pesquisador no mesmo dia me transmitiu virtualmente a matéria. Naquele momento, em um telefonema à tardinha, comentei com Irajá sobre minha conversa com o ex-colega da empresa. Mais que satisfeito, diria muito feliz, o pesquisador lembrava das atividades realizadas em Piratini. Não era para menos, pois circulavam relatos de que as cultivares Expedito e Macanudo estavam fazendo sucesso; além disso, os(as) agricultores(as) estariam multiplicando as variedades crioulas, acessadas no BAG de feijão.

Não foi difícil perceber como tem sido gratificante, para o pesquisador, encontrar suas tecnologias alimentares em movimento, ou seja, em uso pela sociedade. O que para Latour (2000) pode ser explicado pelo destino da tecnociência. Nesse sentido, para o autor as coisas que dizemos ou fazemos estão nas mãos das pessoas que as recebem e as utilizam posteriormente. Adquirir uma máquina sem contestar ou acreditar em alguma coisa sem suspeitar tem a mesma consequência, quer dizer, robustece os mecanismos da tecnociência como caixa-preta. Assim, desacreditar na eficiência de uma máquina ou de um fato é o mesmo que enfraquecê-los, o que fará com que os próprios mecanismos da tecnociência sejam interrompidos no momento da sua disseminação. Trata-se de um processo coletivo (LATOUR, 2000).

¹⁷ ANTUNES, I. Entrevista concedida à autora. Pelotas, nov. de 2016

Contudo, levando-se em conta o acesso a essas tecnologias alimentares, em programas institucionais como o SUDF, por povos indígenas, por exemplo, veremos que não há nos dados obtidos nos cadernos de campo do pesquisador uma contribuição direta desses povos agricultores. Acredito que a dificuldade esteja no próprio emaranhado das relações do pesquisador com seus colaboradores, principalmente, com os técnicos da Emater. Além disso, outro problema pode ser por conta da metodologia aplicada, o que tem omitido a participação dos indígenas.

Por outro lado, quando questionei o pesquisador sobre os motivos pelos quais os Mbyá Guarani, por exemplo, não haviam ainda acessado o SUDF, Irajá se justificou, dizendo que a metodologia empregada não condizia com o contexto de vida do povo. Porém, disse ele, nada o impedia de ser trabalhado, caso os próprios o procurassem, motivados pelo intuito de sua produção. Ainda assim, as cultivares do programa de melhoramento genético percorrem, por outras lógicas, os diversos ambientes dos povos indígenas, como veremos ao longo da tese.

De certa maneira, acredita-se que, para além das ações, também amparadas na adaptação das sementes nos distintos ambientes, o pesquisador está preocupado com o livre acesso dos povos agricultores aos BAGs e as tecnologias alimentares desenvolvidas na instituição. Difundir sua ciência, criada a partir de um processo dinâmico, vivido nos mais distintos universos com aquelas pessoas e, para elas, reflete seu próprio discurso: “mais que uma ciência democrática, luto por sua humanização”¹⁸.

2.4 O ENCONTRO DA ARTE E A CIÊNCIA

Dezenove de setembro de 2016, a sala se encontra repleta de caixas de papelão e sementes, é momento de organizar as variedades crioulas em *kits* acompanhados com seus respectivos cadernos de campo, para encaminhá-los aos escritórios regionais da Emater. O pesquisador Irajá, em meio àquela confusão, ainda corre para atender a chamada do telefone. É momento de resolver as últimas pendências do “VI Seminário de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar” que aconteceria dentro de dois dias na Embrapa Clima Temperado.

Naquele instante notei que o pesquisador em sua fala e semblante se mostrava um tanto apreensivo com o fato de não conseguir encaminhar na mesma semana as sementes aos seus destinatários. Irajá disse que estava preocupado, pois como já estavam em época de

¹⁸ ANTUNES, I. Entrevista concedida à autora. Pelotas, jul. 2018.

plântio, entendia que as sementes deveriam chegar aos agricultores e demais parceiros em tempo, conforme havia se comprometido permanentemente.

Uma entre as intenções do pesquisador tem sido pensar em diferentes métodos de pesquisa que possam contribuir, segundo ele, com o acesso dos agricultores dos distintos segmentos sociais, às cultivares e variedades de feijão. Em muitos casos, ou mesmo em todos eles, Irajá considera que seu papel principal é combater e diminuir os impactos causados pela erosão genética. Para o pesquisador, a erosão é fatalmente atribuída aos processos hegemônicos causados pela Revolução Verde, que até os dias de hoje vem assombrando a vida dos povos agricultores, especialmente.

Um exemplo dos resquícios deixados pela Revolução Verde pode ser perceptível nas ações de profissionais, mediadores técnicos, tanto de empresas públicas, quanto privadas. Mas adverte Irajá que são, visivelmente, as empresas multinacionais que acabam aliciando os agricultores.

O pesquisador comentou que é comum ver o carro de uma grande empresa e até mesmo de pequenas representantes oferecendo os tais pacotes tecnológicos de sementes, principalmente transgênicas, e insumos sintéticos para os(as) agricultores(as). Não importa se o local é muito distante, ou mesmo de difícil acesso, as corporações chegam até o(a) agricultor(a) prometendo melhores condições de vida a essas pessoas, seja com o discurso da diminuição dos esforços físicos empreendidos no campo, seja pelo aumento da produtividade agrícola. O que realmente está em jogo é a captação desses agricultores, para sua inserção no mercado predatório agrícola, ressaltou Irajá aborrecido.

Daí a importância, disse ele, de se criar várias estratégias tecnológicas para os agricultores terem a liberdade de escolher e fazer uso conforme seus anseios. No entanto, as coisas nem sempre aconteceram conforme as aspirações de Irajá. Contou o pesquisador que se surpreendeu ao saber que os(as) agricultores(as) substituíam suas variedades locais por cultivares desenvolvidas em órgãos públicos de pesquisa, como na Embrapa. Episódio que o levou, em 2004 e 2005, a submeter formalmente uma enquete para as pessoas que recebiam as cultivares das Unidades Demonstrativas. Irajá tinha como propósito conhecer qual era a finalidade dada às cultivares da pesquisa que os agricultores recebiam e plantavam.

Segundo Irajá, 90% dos agricultores entrevistados responderam que aproveitavam pelo menos uma variedade da Unidade Demonstrativa. A outra pergunta realizada tratava de saber se os agricultores rejeitavam ou não as suas variedades antigas por cultivares da pesquisa. A resposta impactou Irajá, pois 70% afirmaram terem abandonado suas sementes por cultivares

da pesquisa. Em um tom de autocrítica, Irajá assumiu que ao invés de contribuir com os agricultores, estava promovendo uma erosão genética por meio das Unidades Demonstrativas disponibilizadas. Ação, salientou ele, de não ter sido consciente e até mesmo previsto isso.

Em contrapartida, foi preciso pensar em outro mecanismo que revertesse ou mesmo reduzisse o impacto que Irajá entendia ter causado na vida cotidiana dos agricultores. Desta vez, o pesquisador estava empenhado em organizar as sementes em um formato que tivesse a força contrária ao acontecimento, segundo Irajá, caracterizado também pela erosão genética.

Como o pesquisador, dentre suas atividades de pesquisa, tem a responsabilidade, diria, de alimentar a coleção de sementes crioulas de feijão que compõe o BAG¹⁹, conhecido institucionalmente como curador, Irajá percebeu que seria por meio do germoplasma crioulo que poderia propor uma nova relação entre suas pesquisas e aqueles que as acessavam. Segundo o pesquisador, aquele momento, em 2007, era ideal para recompor as variedades que os agricultores haviam perdido, pois naquela época já era possível encontrar uma diversidade expressiva de variedades crioulas conservadas no BAG.

No entanto, a tarefa de criar uma fórmula eficaz ou que ao menos contemplasse paralelamente os anseios de um pesquisador preocupado com a aparente monocultura que podia se estabelecer entre os agricultores tornou-se alvo de muitas reflexões. Foi em 2007 que Irajá, subsidiado pela diversidade de sementes de feijão no próprio banco ativo, criou a Partitura de Biodiversidade (PBio), como método para sanar algumas deficiências então causadas pelas Unidades Demonstrativas.

O nome batizado por Irajá, explicou, foi uma manifestação daquilo que percebia por sementes crioulas. Tratava-se, admitiu o pesquisador, de criar um termo que contemplasse a multiplicidade de cores, formas e tamanhos, assim manifestadas pelas sementes. Suas particularidades então compõe um conjunto complexo e integrado, compreendido por Irajá como uma espécie de partitura musical.

Nas palavras do cientista, “são notas musicais diferentes, variedades diferentes, constituindo um conjunto”²⁰. Segundo Irajá, a ideia de chamar a coleção de sementes crioulas de PBios surgiu como uma maneira de despertar a atenção dos agricultores para o processo de aquisição e aceitação das variedades crioulas. Mais ainda, acredita o pesquisador que a criação tem contribuído com os(as) agricultores(as), pois desde seu lançamento Irajá admitiu que já foram enviadas mais de 200 PBios, cumprindo com suas solicitações.

¹⁹ A definição institucional e seus significados serão discutidos no próximo item.

²⁰ ANTUNES, I. Entrevista concedida à autora. Pelotas, set. 2016.

Nesse contexto dos ensaios “laboratoriais”, não seria exagero atestar que a arte e a ciência se tornam um formato singular, como um registro diverso e ao mesmo tempo unificado, que passa ser atribuído através das diferentes caixas-pretas concebidas por Irajá. O que se entende é que cada etapa, desde a concepção das tecnologias alimentares, por meio do fitomelhoramento, da formatação das Unidades Demonstrativas com as cultivares de feijão, até a mais detalhada estruturação das PBios, transformadas em caixas-pretas, são cuidadosamente inventadas e reinventadas, para que a sociedade dê a elas o seu satisfatório destino.

Não é a primeira vez que nos deparamos com a fusão da arte e da ciência. Na tese construída junto a músicos Latinos Americanos, de países como o Brasil, Uruguai e Argentina, o geógrafo Panitz compôs um mapa transfronteiriço sobre a trajetória desses artistas. Por meio das práticas musicais, o autor analisa e discute as expressões político-culturais dos espaços platinos, a partir de uma abordagem do pensamento geográfico (PANITZ, 2017).

Vejamos que a música deixa de ser um simples objeto de estudo, tanto na tese apresentada por Panitz, quanto na associação que Irajá faz em suas pesquisas, para cumprir integralmente com o seu papel na construção do conhecimento. Para entendermos melhor o que isso significa, Ingold (2015a) propõe pensarmos num conhecimento que está integrado não pela adequação de elementos separados que servem de generalidade cada vez mais ampla, mas através do seu movimento. “A integração do conhecimento, em suma, não ocorre ‘para cima’ dos níveis de uma hierarquia classificatória, mas ‘ao longo’ dos caminhos que levam as pessoas de um lugar a outro dentro da matriz de sua viagem”. O conhecimento é longitudinalmente integrado. Em outras palavras, esse conhecimento define-se pela própria história das coisas, identificadas por suas trajetórias de movimento em um campo de relações em desdobramento (INGOLD, 2015a, p. 235).

“É nesta ligação que o conhecimento é gerado” (INGOLD, 2015a, p. 236). Irajá e eu, em momentos e em municípios distintos, tivemos a oportunidade de conhecer e experienciar, de certa maneira, a trajetória e a história do célebre músico Milton Nascimento, resumida em um *show*. Se tivéssemos que explicar em poucas palavras o que o espetáculo representou, seria pertinente dizer que a trilha sonora repleta de reivindicação política, social, mas também científica, formulada pela música, conectava-nos às nossas próprias vidas.

Dentre diversos locais do Brasil o *show* também foi realizado em Porto Alegre, em julho do ano de 2017, por Milton Nascimento e sua equipe. A turnê que ficou conhecida

por “Semente da Terra”, explicou o cantor, tratava-se do nome dado pelo povo Guarani Kaiowá ao compositor. No turbilhão dessa vivência, a passagem do livro *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* do indígena Davi Kopenawa em parceria com o antropólogo Bruce Albert, proferida pela jovem Bárbara Barcellos, componente do grupo do artista, nos trouxe à tona, explicitamente, assim como diria Ingold (2015a) como o conhecimento é em suma, a integração histórica das pessoas e coisas.

No entanto, nesse campo das vivências há quem diga ainda que tais relações não condizem com aquilo que se denomina de ciência. Essa afirmação um tanto omissa, vamos dizer assim, ouvi pela primeira vez nos corredores da Embrapa, quando faziam uma crítica a alguns(mas) pesquisadores(as) da instituição, dizendo que eles(as) faziam qualquer outra coisa ali, menos ciência.

Porém, já nos dizia o filósofo Merleau-Ponty, “a arte é essa experiência da identidade do sujeito e do objeto. Não se sabe mais o que é fato e o que é ideia: tudo se liga numa produção” (MERLAU-PONTY, 2000, p. 75). É nesse contexto das relações que na sala, ou mesmo “laboratório” de Irajá, como havia mencionado, a integração artística e científica se dá pelo ambiente repleto de expressões estéticas de talentosos artistas conhecidos e anônimos. Além disso, o pesquisador é um grande apreciador da música, seja ela nacional ou não, badalada ou mesmo nem tão conhecida, as tonalidades, os tons, os ritmos, etc., compõe o seu ambiente de criação – de trabalho.

Nesse encontro, segundo Reis, Guerra e Braga (2006), artistas, cientistas ou mesmo os filósofos naturais apresentam uma única diferença, a de representar o mundo em distintas linguagens. Desde o Renascimento, fica evidenciada a relação da arte e ciência, como assim o fez Galileu. O físico e filósofo, através da sua observação com o auxílio de lunetas, passou a dar textura e forma à Lua representando-a em seus desenhos. Esse aporte artístico, do claro-escuro, do qual Galileu lançou mão, é fruto do seu conhecimento vivenciado em Florença, que lhe possibilitou compreender a aparência da Lua, apontam Reis, Guerra e Braga (2006). Foi então que a Lua representada por Galileu passa a ser mais um dentre os corpos celestes existentes, deixando de ser a imagem divina (Imaculada Conceição) associada pelo imaginário cristão da época (REIS; GUERRA; BRAGA, 2006).

A partir da relação da arte e da ciência, as PBios tomam forma, transportando as contestações do saber-fazer de um pesquisador como Irajá. Em complemento ao argumento, faço um paralelo com as palavras de Ingold (2015a) sobre a relação das coisas dentro de um campo de atividade e seus efeitos. Segundo o autor, é como que as funções

das coisas possam ser entendidas não como atributos, mas por suas narrativas, isto é, elas são as histórias que contamos sobre elas.

Na medida em que os *kits* das PBios são organizados, é possível entender que elas, hoje, em contraposição à condição hegemônico-colonial, podem proporcionar uma tática específica de acesso dos povos agricultores ao germoplasma de feijão na instituição. O que aparentemente assumiria um caráter subversivo aos procedimentos burocráticos, conhecido também por suas normativas legais, pelas quais a Embrapa tem se pautado; como exemplo a Lei 13.123, que dentre as distintas providências, normatiza o acesso dos povos aos recursos genéticos, tema que será discutido no próximo capítulo.

Para o pesquisador Irajá as PBios são possibilidades de diversificação da própria base alimentícia dos povos, o que implica no que ele próprio entende por segurança e simultaneamente soberania alimentar das famílias receptoras e detentoras dos recursos genéticos. Dessa maneira, segundo o pesquisador,

[...] As PBios são organizadas conforme a quantidade de sementes de cada variedade crioula, que estão armazenadas no BAG, na nossa coleção. Em segundo momento, nós procuramos enviar variedades de um lugar pra outro, ou seja, se nós vamos mandar uma PBio pra Tenente Portela, se a gente tiver sementes de variedades que são oriundos da Região Sul aqui, nós fazemos isso, com o propósito de aumentar a diversidade genética. Mandamos novos materiais e, até aí pode ser até uma opção de mercado. São feijões às vezes conhecidos pelo pessoal do norte e vice-versa, que pode servir de uma nova fonte de renda, e ao mesmo tempo estamos aumentando a diversidade genética, com variedades novas. Quanto mais variada for a cultura do feijão, vamos dizer assim, menos vulnerável ela é. Por exemplo, se houver uma epidemia provocada por uma doença, ela é muito mais fácil se instalar se há uma homogeneidade em termos genéticos. Se ataca uma, ataca todas. Se elas são diferentes, pode atacar umas e não atacar outras. Então, promove maior segurança, até certo ponto de vista, alimentar, a diversidade. [...] São dois critérios: o primeiro é fazer que não se percam essas variedades por erosão genética; e o segundo é tentar aumentar a diversidade genética pra diminuir a vulnerabilidade da cultura do feijão. E ainda o terceiro, é esse, de repente promover uma nova fonte de renda pra um agricultor que venha a plantar uma nova variedade na região [...] ²¹.

Se é possível afirmar que as PBios configuram hoje ações anticoloniais, articuladas em meio à malha institucional, caberia dizer que o exercício do pesquisador está estritamente relacionado, em diálogo com Santos, Meneses e Nunes (2005), à abertura da ciência à cidadania, como um processo da articulação interna, criativa e emancipadora entre as diferentes práticas e saberes. Porém, mais que uma pesquisa criativa, o que está em jogo também é a maneira como se reivindica um espaço de pesquisa contra-hegemônico.

²¹ ANTUNES, I. Entrevista concedida à autora. Pelotas, set. 2016.

2.5 O PAPEL DO FITOMELHORISTA NO SISTEMA DE CURADORIA

Como havia mencionado anteriormente, além de melhorista de plantas, o pesquisador Irajá é conhecido pelos seus pares como curador do BAG de feijão. O curador ou curadora tem o papel de gestor(a) encarregado(a) de manter a vida das sementes, tanto em ambientes hostis, como é o caso da câmara fria, quanto em campos, principalmente da instituição, para a multiplicação e desenvolvimento biológico das espécies vegetais com seus ambientes; esta última atividade, explicam os(as) curadores(as), tem como propósito contribuir com as etapas coevolutivas das plantas, o que garante a conservação das espécies.

Essas ações são organizadas a partir de um Sistema de Curadoria do qual a Embrapa é responsável por “definir, sistematizar e integrar todas as atividades de manejo, conservação e uso do germoplasma” na instituição (SANTONIERI, 2015, p. 238). Com a criação da Embrapa Cenargen e a formatação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)²², foi estabelecida uma Rede Nacional de Recursos Genéticos. A partir dessa organização, as coleções de germoplasma passaram a ser estruturadas em diferentes unidades descentralizadas. Assim, como ferramenta de gestão dessas coleções, em 1993, o Sistema de Curadorias de Germoplasma definiu algumas funções e atribuições das pessoas envolvidas, como: curadores de coleções de germoplasma e chefes de unidades descentralizadas que abrigavam as coleções, assim como a supervisão dessas curadorias. O que mais tarde resultou na reunião de 209 coleções, incluindo bancos ativos de germoplasma vegetal, núcleos de conservação animal, coleções biológicas de micro-organismos e coleções de referência, com espécies nativas e exóticas (SIMON, 2010).

No convívio e participação de eventos da Embrapa, Santonieri (2015) declara que em dois *workshops* de curadores de germoplasma, realizados no ano de 2008 e 2009, os profissionais revelaram muitas dificuldades em relação às próprias definições no que tange à caracterização do sistema de curadoria, bem como às ações dos pesquisadores-curadores. Quase dez anos após o evento, ainda que haja documentos publicados sobre a estrutura institucional e sua normativa a respeito do sistema de curadoria, me pareceu, entre idas e vindas pela Embrapa Clima Temperado e Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, que as dúvidas ainda rondam os espaços da instituição.

Em uma conversa com o pesquisador Irajá, o indaguei sobre como definia o próprio germoplasma de feijão conservado na câmara fria, e se havia algum regimento institucional

²² O SNPA é formado pela Embrapa e demais órgãos públicos e privados que desenvolvem atividades no campo agropecuário, como: universidades, institutos de pesquisa na escala federal e estadual, dentre outros.

orientando as ações desempenhadas pelos curadores. O questionamento foi motivado por um documento interno da Embrapa que havia lido juntamente a Irajá. A convocatória, realizada em meados de 2017, era destinada a curadores de BAGs e coleções de germoplasma, para um curso de capacitação da plataforma virtual²³, criada para a informatização dos dados a respeito dos recursos genéticos, e todos regimentos legais que operam sua estrutura na instituição.

O fato é que o pesquisador Irajá e muitos outros com quem conversei pela Embrapa não sabiam definir ou mesmo classificar, nos moldes da instituição, do que se tratava o conjunto vegetal armazenado nas câmaras frias. Ainda assim, o pesquisador me comentou que a “coleção ativa do BAG de feijão”, denominado pela Embrapa, à qual é vinculado como curador, pode ser entendida como um BAG em si. Mas o que realmente tem sido levado em consideração é a relação do pesquisador-curador no desenvolvimento de suas atividades junto às espécies vegetais conservadas no sistema *ex situ*, disse Irajá.

Para compreendermos detalhadamente como as sementes estão instituídas no contexto científico-ocidental, Netto (2010) explica a diferenciação existente entre a conservação “*in situ*” e “*ex situ*”. Segundo a autora, a conservação “*in situ*” é uma coleção de populações de espécies nativas mantidas em seu ambiente natural, possibilitando a contínua evolução e adaptação das espécies ao ambiente. Já a conservação “*ex situ*” das coleções de germoplasma é uma forma de manter, por meio de distintos métodos²⁴, a variabilidade genética da espécie fora do seu habitat natural. Desse modo, a conservação “*ex situ*” pode ser de longo ou médio prazo.

A conservação a longo prazo é feita em câmaras com temperatura abaixo de zero (-20°C) e o grau de umidade da semente deve estar entre 3 e 7%. Cada material armazenado é conhecido por acesso. Os acessos mantidos nessas condições são agrupados por espécie e chamados de coleção de base de germoplasma semente (Colbase), e como segurança seus materiais não são utilizados para intercâmbio. Já a coleção ativa (Colativa) de germoplasma, de caráter dinâmico, contribui com o desenvolvimento da pesquisa, desde a caracterização, avaliação, até a utilização de materiais, como a multiplicação e regeneração de sementes dos acessos (NETTO, 2010). Nesse sentido, o BAG é constituído a partir da composição de um conjunto de acessos, por meio de amostras representativas de um ou vários indivíduos da

²³ Informações sobre a plataforma de banco de dados podem ser acessadas no link: <http://alelo.cenargen.embrapa.br/>.

²⁴ A respeito dos métodos de conservação na Embrapa, o trabalho acadêmico da autora Medeiros (2014) pode contribuir para o seu entendimento.

população. Pode ser o registro frequente de uma coleção de germoplasma, como exemplo uma plântula, uma maniva, uma árvore (GURGEL *et al.*, 2013).

Porém, pode-se dizer que a estrutura de um BAG não se define relativamente àquilo que convencionalmente se descreve pela literatura. No caso de Irajá, por exemplo, as particularidades são inscritas tanto pela incorporação dos mecanismos ocidentais, quanto pelos aspectos de uma cosmologia própria, e como vimos, têm sido declarados pelos movimentos do pesquisador e as sementes de feijão que chegam e saem do BAG. O que quero dizer é que a relação de duas atividades, como melhorista e curador, antagônicas aos olhos de algumas pessoas, conforme ressalta Santonieri (2015), parece haver uma reformulação, em tese, daquilo que se entende pelas diferentes destinações das atividades desses distintos profissionais e por suas ferramentas de trabalho.

Atualmente, o pesquisador Irajá está encarregado de manter vivas mais de 800 variedades de feijão no BAG. Segundo ele, dentre esses acessos, 500 em média são materiais crioulos provenientes das feiras de sementes, de técnicos da Emater e outras instituições, de estagiários e, também, em visitas realizadas aos agricultores. Irajá declarou que ao assumir o BAG de feijão, já haviam algumas cultivares da pesquisa e variedades crioulas, cujas coleções de germoplasma já faziam parte do IPEAS do Ministério da Agricultura. De certa maneira, algumas unidades da Embrapa acabaram herdando coleções de cultivares da então instituição extinta.

Nesse caso, as cultivares destinadas à Embrapa, com o fechamento do IPEAS, passam a compor uma outra estrutura do BAG de feijão, e cuja responsabilidade de geri-las fica para o pesquisador Irajá. Nesse caso, é como se fosse possível (LATOURE, 2000) fechar uma caixa-preta e abrir outra. Na prática, é o pesquisador-curador quem recebe as sementes, informatiza as informações sobre o doador e a variedade disponibilizada. Tudo está devidamente armazenado em formato de tabelas em um banco de dados. Dentre essas referências, destaque-se o local de acesso das sementes, o nome da pessoa que doou a variedade, o ano que foi coletado ou concedido, o nome popular da variedade, as características morfológicas da semente, como a cor da semente, tamanho, etc., bem como a quantidade de sementes doadas.

Geralmente, essas sementes chegam à Embrapa em pequenas quantidades (já presenciei o acesso de cinco, oito sementes), e na sua sequência são encaminhadas para o Leonel²⁵, técnico de campo responsável pela sua multiplicação. O pesquisador Irajá salienta

²⁵ Leonel trabalha com Irajá há mais de 20 anos na Embrapa e pode-se dizer que é braço direito e esquerdo do pesquisador. O técnico é encarregado de plantar, colher e armazenar os experimentos de campo do cientista na Embrapa, onde realiza o trabalho prático demandado pelas atividades das pesquisas que Irajá desenvolve.

que, para diminuir a perda do material genético, a sua primeira multiplicação é realizada nos telados ou nas casas de vegetação.

É impressionante observar o pesquisador quando as sementes crioulas chegam a sua sala. Irajá, encantado, faz questão que seus(uas) estagiários(as) por um instante pausem suas tarefas para analisarem, junto a ele, a tal diversidade morfológica presente em um punhado de sementes crioulas da mesma variedade. São tamanhos, cores, lisas, estreadas, há uma gama de detalhes que cada semente da mesma espécie e variedade se apresenta diante dos nossos olhos.

O pesquisador repara em cada detalhe exibido pelas sementes crioulas, sejam elas quando ainda estão sobre a sua mesa, ou mesmo no momento em que estão sendo multiplicadas no campo. Irajá não descarta sequer uma semente, pois antes mesmo de serem plantadas nos telados ou em campo, ele realiza uma pré-seleção. As variedades em suas mãos são reagrupadas conforme a aparência morfológica e semelhança entre elas.

A lógica da classificação das sementes e, até mesmo, a sua limpeza, realizada a partir da orientação do fitomelhorista Irajá, para comporem a coleção de germoplasma de feijão, não deixam de ser atividades pelas quais correspondem as normas hegemônicas. Veremos, também, com os demais profissionais, no decorrer dos capítulos, como essa prática transforma-se, de certo modo, numa relação de garantia dos procedimentos científicos, no que diz respeito ao controle das sementes e demais vegetais, que têm sido denominados por eles(as) de recursos genéticos.

Em linhas gerais, os procedimentos considerados seguros para a conservação “*ex situ*” nos moldes do sistema de curadoria da Embrapa, pode-se dizer, só passam a ser potencialmente reconhecidos pela estreita relação com as normas hegemônicas e até mesmo pelos tratados internacionais. Nesse sentido, acredita-se que o sistema de conservação, antes de mais nada, tem sido um sintomático regime, nos termos de Costa e Porto-Gonçalves (2006), de um sistema-mundo que é moderno-colonial. Isso significa que, desde o final da Segunda Grande Guerra, há um novo padrão internacional de poder que se configura, cada vez mais, por meio das ações das grandes corporações empresariais transnacionais, em termos institucionais num conjunto representativo das entidades supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) (COSTA; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Dáí a necessidade de se fazer uma reflexão mais abrangente sobre os motivos que em verdade estão relacionadas, desde a organização dos bancos ativos na Embrapa até a gestão atual dessas tecnologias. Aos olhos de Foucault, estaríamos diante de mecanismos de controle cuja especialidade de fazer ressoar nas mais variadas escalas geográficas e temporais tem

promovido violentamente os dispositivos de poder, pelos quais, no meu entendimento, a vida torna-se um utensílio de descarte. É Foucault (1993) em suas aulas, publicadas em francês e traduzidas pelo espanhol em *Genealogía del racismo*, que nos permite perceber, por meios dos fatos históricos, como o racismo foi e ainda é um elemento do poder, responsável pelo controle do corpo e da vida, daqueles que devem ou não viver.

De acordo com Foucault (2000), as técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo individual, ao final do século XVIII, passam a ser massificantes, sob a lógica não de um controle do homem-corpo, mas do homem-espécie, o que já não será mais uma anátomo-política do corpo humano, mas uma biopolítica da espécie humana. Essa nova tecnologia do poder, a biopolítica, parte do cenário do controle social, interferindo nos processos de natalidade, mortalidade e longevidade, que, juntamente com a eclosão dos problemas econômicos e políticos, conceberam os primeiros objetos e técnicas do saber.

Nas palavras do autor, mas de forma resumida, a ciência torna-se ferramenta indispensável ao ato de governar. A interação entre o poder e o saber é fruto da própria reivindicação de uma ciência racionalista que ao mesmo tempo pleiteava o direito de ser considerada relevante por um governo cujas ações serão modeladas conjuntamente com o saber científico. Esse conjunto de elementos que constituirão a maneira de governar, que nasce com os economistas, no século XVII, introduzirá algumas linhas fundamentais da governamentalidade moderna e contemporânea. Desse modo, a sociedade, a economia, a população, a segurança e a liberdade foram elementos fundamentais que constituíram a nova governamentalidade, e ainda parecem presentes no mundo contemporâneo (FOUCAULT, 2008).

É a partir dessa leitura que podemos entender como os espaços em que são construídas as regras comuns a países signatários estão intimamente relacionados àqueles que configuram a elite econômica mundial. Isso significa que a tática da governamentalidade está relacionada ao influente controle dos Estados, especialmente, pela instrumentalização da segurança. Analisando os elementos anunciados por Foucault, em termos gerais, poderíamos pensar em uma nova operacionalização hegemônica de um poder-saber responsável pela “garantia” do direito à vida.

Talvez se encontrem nas reflexões do autor as respostas para explicar o surgimento de uma mobilização mundial, que houve, segundo os relatos de Irajá, para a criação dos bancos de germoplasma governamentais. Pode-se dizer que tais observações compõem parte de um

conjunto de discursos e práticas, para compreendermos de que forma(s) tem sido governadas as sementes.

Numa escala geográfica nacional, ou mesmo local, a gestão das coleções de plantas também é uma expressão particular, no que diz respeito ao ato de governar de cada gestor(a) curador(a). Diria que é de responsabilidade do(a) pesquisador(a) na Embrapa encarregado(a) da curadoria do BAG ou coleção ativa dar ou não um destino do germoplasma vegetal.

Uma crítica realizada por Souza e Fávero expõe que muitas vezes os curadores concentram suas atividades na conservação e caracterização da coleção, além dos recursos serem subutilizados, na maioria das vezes, como base para programas de melhoramento genético. O que tem resultado no unidirecionamento do germoplasma, encarecendo, assim, a técnica de conservação. Desse modo, os autores acreditam que o uso deve ocorrer de forma diversificada para as coleções fitogenéticas, como a geração de produtos diversificados e direcionados para os diferentes grupos sociais, bem como para os distintos nichos de mercado (SOUZA; FÁVERO, 2010).

Porém, os problemas vão além do uso e do direcionamento adequado do germoplasma, como indicam os autores. O que se acredita, nesse caso, é que o sistema de conservação, antes de mais nada, tende a promover o que Shiva (2003) vem criticando amplamente, a respeito da privatização da biodiversidade. Segundo a autora, o monopólio das diversas formas de vidas tem causado o aumento do controle social e a restrição do modo de sustentação das pessoas nos países chamados de Terceiro Mundo, em prol da lucratividade das empresas e corporações (SHIVA, 2003).

Diga-se de passagem: muitas vezes escutei argumentos de desaprovação do formato do sistema de conservação, por profissionais da Embrapa. Em alguns diálogos ouvi do pesquisador Irajá a crítica sobre o sistema de conservação nos BAGs, especialmente no que se refere ao limitado uso do germoplasma para o fitomelhoramento. Outro notório problema, comentou, eram as restrições criadas por alguns curadores na instituição, para inibir o acesso às coleções por agricultores. Acreditava que a decisão tomada pelos profissionais se devia à possibilidade de poderem sofrer algum tipo de rechaço legal ou mesmo da Empresa.

Em contrapartida, Irajá assumiu que a conservação *ex situ* nos BAGs torna-se relevante na medida em que se constroem mecanismos e tecnologias que possibilitam aos diferentes agricultores obterem as coleções, cumprindo com a responsabilidade do serviço público e, sobretudo, com o direito dos agricultores. Essa, talvez, seria uma fórmula apropriada que Irajá criou para desdobrar os mecanismos de controle institucional, que,

relembrando suas palavras, trata-se de “às vezes ter de dançar no ritmo da música tocada, para alcançar o que realmente queremos”.

Para o pesquisador, a Embrapa hoje, por meio de suas alianças, cada vez mais estreita com o capital internacional, tem-se colocado numa situação melindrosa. É como se a Embrapa estivesse prostituindo a ciência, e principalmente, as atividades de pesquisa com o germoplasma. O que tem sido enviado para a sociedade hoje, sem nenhum custo econômico para seu uso, corre o risco de transforma-se, integralmente, em ações privadas.

No entanto, lembrou também que a instituição foi formada, principalmente, por profissionais dedicados em fazer pesquisa para o mercado capitalista. Nada que não corresponda com o próprio reflexo, segundo Costa e Porto-Gonçalves (2006), do Estado-Nação, um protagonista tão importante, no jogo contraditório da globalização, cuja estratégia econômico-territorial varia muito ao longo da história. Não tão alinhado a esta lógica, algum tempo atrás, teria sido alvo de duras críticas, pois Irajá distribuía as Unidades Demonstrativas de feijão para os agricultores, sem formalizar algum contrato de venda.

Mas nada que abalasse o pensamento e as ações de Irajá; a não ser que seja impedido ou mesmo atravessado de questões que não lhe competem fazer. Por alguns anos, ouvi a frase célebre de Irajá – “pesquisador sofre”. Falava e fala até hoje, quando está preso a situações extremamente burocráticas da instituição ou mesmo quando está envolvido em muitas atividades e não consegue dar conta de todas elas. Contudo, o mais preocupante foi vê-lo extremamente aborrecido com o problema da câmara fria, o tal BAG, onde ficam as sementes das espécies de feijão.

Há mais de um ano o BAG passava por um problema técnico, pelo que entendi, a câmara estava com o desumidificador danificado. Consequentemente, a falha no equipamento prejudicava a sua eficiência, no controle de umidade para a manutenção do germoplasma. Em novembro de 2017, aquelas sementes que tinham uma aparência e cheiro de bolor foram retiradas do BAG e levadas para um local ventilado. O pesquisador explicou, aparentemente tenso, que no momento era preciso retirá-las da câmara, pois a umidade muito alta contribuía com a deterioração natural das sementes.

Por muitas vezes, testemunhei o pesquisador ligando para os técnicos e chefes das estações da Embrapa para a resolução do problema. Mas todos explicavam que estavam com pouco, e até mesmo com restrições de repasse financeiro para a unidade, impedindo de cumprir com tarefas e suportes básicos para o desenvolvimento das pesquisas.

Talvez o argumento para justificar a degradação institucional seja aquele cujo aparato da própria configuração biopolítica, a qual estamos imersos, tem “proposto” violentamente uma gestão neoliberal à instituição. Um exemplo semelhante é a discussão sobre o patenteamento de sementes, remédios e demais coisas, que a antropóloga Carneiro da Cunha aborda. Segundo a autora, no mundo da biotecnologia, onde tudo é patenteado, como é o caso das sementes, percebidas como propriedade estritamente privada, acarretou, entre outros motivos, a divisão Norte-Sul. Enquanto os centros de megabiodiversidade se encontram no hemisfério Sul, a tecnologia é do Norte, ou seja, à medida que se pagava pela tecnologia, o germoplasma era gratuitamente disponível (CARNEIRO DA CUNHA, 1999).

2.5.1 A gélida experiência no BAG de feijão

Do aeroporto Juscelino Kubitschek à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Terezinha, animada, enquanto dirigia, me atualizava sobre os últimos acontecimentos da sua vida e os andamentos das suas pesquisas com os Krahô. O dia quente, seco e ensolarado em Brasília se mostrava um tanto atípico daquele mês, que normalmente era marcado por sua estação chuvosa.

Diante de tantas informações, me deparei por um instante refletindo sobre as questões climáticas. Assunto que os(as) pesquisadores(as) da instituição, em suas falas, sempre mencionavam (mencionam), justificando a importância da existência dos BAGs e da sua interação direta com os povos agricultores, atuantes na coevolução das sementes e plantas, conforme explicavam, nos momentos em que estive dialogando com os(as) distintos(as) cientistas.

Antes mesmo de tornar as temáticas reportadas pelos(as) pesquisadores(as) como centro dessa discussão, ou mesmo, como absolutas verdades sobre o contexto de vida em que nos encontramos, nesse caso, Holbraad possibilita compreender como os(as) cientistas da Embrapa constroem as verdades, por meio de seus discursos e práticas. Segundo o autor, primeiramente não devemos nos apropriar dos conceitos nativos. É preciso produzir alguns termos que possam corresponder aos deles, o que seria uma espécie de simulação “verofuncional”. O objetivo é chegar a novos conceitos, buscando se desfazer dos próprios juízos de verdade. Assim, deve-se concentrar na tarefa de revelar os pressupostos ontológicos trazidos pelos nativos (HOLBRAAD, 2003), neste caso, por pesquisadores(as) da Embrapa.

Acredito que os próprios caminhos pelos quais percorri foram, também, motivados pelos discursos daquilo que os pesquisadores mobilizam como verdade. Não como

representações dos fatos, mas o que eles são realmente. Lembro do momento em que chegamos à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Terezinha chama minha atenção, indicando a nova construção do maior banco genético construído na América Latina e o terceiro no mundo. Inaugurado em 2014, diante de prédios horizontais construídos na década de 1970, o banco (Colbase) se destacava no campus da instituição por sua arquitetura, aparentemente, disse um amigo quando lhe mostrei a imagem, de estilo modernista brutalista.

Terezinha mencionou que algumas coleções conservadas nas antigas estruturas ainda estavam em processo de transferência para a Colbase. Os dias se passaram, e eu não tive a oportunidade de conhecer a sua infraestrutura interna. Segundo Terezinha, o principal motivo seria de que havia regras para a visita ao banco, pois, caso contrário, a constante abertura colocaria em risco o método de conservação das sementes, que ficam armazenadas entre -20 °C a -30 °C.

Em meio a tantos acontecimentos, arrisco dizer que as restrições que surgem nesses espaços adquirem um novo significado, na medida em que os recursos estruturais de provisionamento das sementes são fomentados por discursos dos pesquisadores(as), como uma espécie de transição daquilo que é regra, para a idealização do sistema, como fonte principal de seguradora das vidas. Nesse caso, a pesquisadora Terezinha e outros(as) com quem conversei sobre o tema alegaram que os próprios povos agricultores reconheciam a importância do sistema de conservação, pois já há alguns anos os povos têm enviado²⁶ sementes para eles salvaguardarem nos BAGs e, simultaneamente, na Colbase.

No entanto, ainda que se trate de temas etnográficos distintos, Holbraad (2003) contribui com uma análise abrangente sobre as relações entre cientistas e povos agricultores, no que se refere à leitura dos envolvidos atribuída ao sistema de conservação, como verdadeiro e, até mesmo, promissor. Segundo o autor, em seu estudo, a verdade divina do ponto de vista do praticante é uma leitura que vale a pena interpretar, justamente porque, antes de tudo, os veredictos divinatórios têm que ser verdadeiros (HOLBRAAD, 2003).

É como se o sistema de conservação promovesse entre seus pares, pesquisadores(as) e povos agricultores uma condição verídica sobre a segurança de manter vivas as vidas-espécies. Nesse caso, a conservação, em uma analogia a Holbraad (2003), não trata apenas de enunciados verdadeiros, mas indubitáveis.

Semelhantemente, diria que o BAG de feijão em Pelotas é uma relação verídica com aquilo que o próprio sistema de conservação produz, por meio das distintas leituras, entre o

²⁶ Os povos agricultores, geralmente, enviam com alguma condição, ou mesmo restrições de uso do germoplasma. O que será discutido nos próximos tópicos.

curador e suas pessoas envolvidas. Mais do que isso, a confiabilidade sobre a eficácia desse sistema comporta na mobilidade constante do germoplasma, fomentado pelas peculiaridades, de certa maneira já descritas, do pesquisador Irajá, o que em prática torna-se o método de conservação.

Irajá faz questão de mostrar que o BAG está permanentemente em movimento, tanto em momentos em que recebe as sementes dos mais distintos ambientes, enviadas pelos povos agricultores, técnicos, pesquisadores, e mesmo estagiários; quando também são multiplicadas na casa de vegetação, desta para o BAG, da câmara fria para os experimentos de campo, dos plantios em campo para o BAG e do banco de germoplasma para os povos agricultores, feiras de sementes, atividades de intercâmbio²⁷, PBios, UD's.

A primeira vez que estive diante do BAG de feijão, recorro como se fosse hoje, foi por um estagiário de Irajá, que permaneceu durante toda a sua graduação acompanhando e contribuindo com o andamento das pesquisas desenvolvidas pelo cientista. Claiton Eichholz, na época, era responsável por ajudar Leonel Guerreiro Mendes, organizar as sementes que eram destinadas aos experimentos de campo, as Unidades Demonstrativas de feijão e as PBios, conforme eram planejados pelo Irajá.

Seguindo o plano de atividades do pesquisador, as variedades de feijão eram selecionadas no BAG conforme a quantidade de sementes disponíveis. O estagiário Claiton identificava as variedades e informava para o pesquisador o estado morfológico e a quantidade de sementes. Após conversar com Irajá, Claiton retirava as sementes do BAG e as levava até o local (também conhecido por galpão) onde se armazenam as ferramentas de campo (chapéus, botinas, rastilhos, pás, etc.) e são realizadas, em suma, todas as ações referentes à preparação dos experimentos.

Organizadas em cima da mesa, no interior de saquinhos de pano, Claiton solicitava minha ajuda para montar algumas PBios. Na medida em que ele abria aqueles sacos, surgia um novo mundo diante dos meus olhos. Eram sementes de feijão coloridas, de diferentes tamanhos, formas, com diversos nomes, alguns bem peculiares, como a *vaquinha holandesa*. O nome tivera sido denominado por um(a) agricultor(a) que doou a semente para Irajá.

Segundo Claiton, na época, a denominação referia-se à própria coloração da variedade que se assemelhava com a vaca holandesa – branca com manchas pretas. Fiquei encantada com aquele universo. Naquele instante o nosso diálogo foi tomado por perguntas e respostas.

²⁷ As atividades de intercâmbio com a disponibilização do germoplasma para povos indígenas serão discutidas nos próximos capítulos.

Claiton ainda me sugeriu acompanhá-lo até a câmara fria (BAG), local em que ficam armazenadas as coleções de feijão.

Em uma breve caminhada, o BAG está localizado a uns 20 metros do galpão e do prédio onde Irajá tem sua sala de pesquisa. A construção abriga algumas salas com diferentes experimentos. No estreito corredor há uma porta que se distingue das outras: construída com aço inox, ela desperta a curiosidade daqueles que pela primeira vez estão adentrando o mundo da Embrapa. Ao abri-la, é possível sentir a diferença de temperatura e umidade em relação ao ambiente externo.

Quando a câmara fria ainda operava nas condições ideais para a conservação, nas palavras do pesquisador Irajá, era administrada com baixa temperatura e umidade (em torno 40%), variando de 9 °C a 11 °C no seu interior. Na primeira vez que entrei no BAG de feijão, acompanhada de Claiton, as estantes, construídas de armação de ferro que suportam prateleiras de madeira, abrigavam as sementes que se encontravam em pequenos sacos de tecido, identificadas por uma etiqueta de papel tipo cartolina que continha as seguintes informações: um número de entrada no BAG e o nome batizado pela pessoa que doou a variedade.

Como havia mencionado anteriormente, o sistema de conservação do qual o pesquisador Irajá é curador passa por constantes transformações, dependendo necessariamente dos seus planejamentos e ações. Diria que o banco de feijão pode mudar de um dia para outro, pois constantemente chegam e saem sementes, tornando-o dinamicamente mutável. Em agosto de 2017, por exemplo, o mesmo BAG já tinha passado por mais de uma organização, na forma de armazenar e organizar as sementes.

Acompanhada, na época, de Tatiana Schiavon, uma das estagiárias do pesquisador, estudante do curso de graduação em Agronomia e militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), pude observar as prateleiras identificadas por letras do alfabeto, repletas de embalagens de plásticos com tampa. Segundo Tatiana, o trabalho havia sido realizado em conjunto com a estagiária Caroline Lima, discente do curso de graduação em Biologia. Juntas haviam etiquetado todos potes com as sementes, para facilitar a sua identificação, conforme Irajá havia demandado.

Esses recipientes continham o número de entrada da variedade, seu nome e a logomarca da Embrapa. No interior destes, estavam acomodados os sacos de pano com as sementes. Ainda assim, conhecendo as ações do pesquisador, arrisco afirmar que, em alguns meses, essas sementes estarão organizadas de outra maneira, uma vez que, diante das dificuldades estruturais de manter os equipamentos técnicos em funcionamento, pode também

contribuir com as alterações no sistema de conservação do germoplasma de feijão. Diria ainda que Irajá está em constante experimentação, observando e descobrindo a melhor maneira garantir as melhores condições de vida para a coleção, tanto no BAG quanto em campo.

Além disso, as sementes ocupam um lugar especial na sala do pesquisador. Todas, ou quase todas variedades que compõe a coleção no BAG de feijão, estão armazenadas em uma geladeira em pequenos vidros, identificadas por etiquetas e enumeradas conforme o banco. Até as prateleiras do refrigerador receberam as suas letrinhas do alfabeto, conforme o BAG.

A coleção que está alguns passos da cadeira de Irajá contém as sementes originais, como uma coleção base, que recebeu das pessoas doadoras do(s) material(is). Nesse caso, a prática de salvaguarda pode ser entendida pelo seu emaranhado de relações entre o pesquisador e aqueles que disponibilizaram, ou mesmo presentearam (como já presenciei em campo) Irajá, assim, deslocando, metaforicamente, o poder ao cientista – em quem confiam. Se, na Embrapa, as sementes de feijão estão sob o controle do pesquisador, é possível pensar que tais relações são admitidas, nas palavras de Foucault, pelo próprio poder em seu exercício, que além de percorrer as distintas escalas, alcançando meios sutis e demonstrando maior ambiguidade, tem sido mobilizado e reproduzido individualmente (FOUCAULT, 1979).

2.5.2 O contrato institucional: os regimes caixas-pretas

A primeira vez que ouvi falar sobre a condição, de certa maneira, proposta pelos povos agricultores, de conservar as sementes na Embrapa sem que elas fossem utilizadas em programas de melhoramento, até mesmo repassadas para outras pessoas, foi em Brasília, numa conversa com a pesquisadora Patrícia Bustamante. Os regimes caixas-pretas²⁸, assim denominado pelos pesquisadores, a meu ver, seria uma espécie de cofre, onde se guardaria o germoplasma, e seu movimento se daria, apenas, com o consentimento do seu dono – o(a) agricultor(a), algum povo indígena, dentre outros.

Retornando da viagem a Brasília, um mês depois, em setembro de 2016, regressei à Embrapa Clima Temperado, em Pelotas. Devido aos diálogos que tive, sobretudo, com as pesquisadoras na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, busquei conversar, também, sobre os temas que foram discutidos em Brasília. Em conversa com o pesquisador Irajá sobre

²⁸ O termo “regime caixa-preta”, denominado pelos cientistas da Embrapa, difere-se totalmente daquele utilizado por Latour e que lanço mão metodologicamente, para poder etnografar a ciência em construção.

o regime caixa-preta, ele mencionou que sabia da configuração de proteção do germoplasma, mas não o caracterizava em seu sistema de conservação dessa forma.

O pesquisador justificou que nem por isso deixava de salvaguardá-las, restringindo a utilização do germoplasma e o acesso de terceiros. Garantiu que a segurança estaria na própria forma em que conserva²⁹ as sementes originais, assim denominadas por Irajá, dos(as) agricultores(as), que chegavam em suas mãos. Porém, nenhum(a) agricultor(a) teria solicitado ao pesquisador a condição de um regime caixa-preta. Mas, segundo Irajá, sempre que achava necessário, ele próprio reservava o germoplasma que seria devolvido conforme o pedido dos seus donos.

Por outro lado, diria que o regime caixa-preta no Cenargen apresenta uma formalidade contratual, a partir de outra parceria entre agricultores(as) e pesquisadores(as). Nesse caso, explicou a pesquisadora Patrícia que os agricultores deliberam aos pesquisadores, por meio de contrato, a responsabilidade de conservar as sementes nos BAGs da instituição, restringindo o seu uso e a transferência do germoplasma para outras pessoas, sejam elas cientistas ou não. No diálogo que se segue descrito, a pesquisadora fala do formato institucional, em relação à intervenção dos agricultores na prática da conservação fora dos seus locais de origem.

[...] Eu tinha um pacto com eles lá, que eu nunca trazia materiais deles pra cá, porque a gente ia fazer a caixa-preta e ia trazer tudo junto. Então eles mandaram os materiais em caixa-preta. O que a gente chama de caixa-preta é tudo aquilo que a Embrapa não toca. Só fica conservado. Esse é um regime de conservação existente, que as instituições fiéis depositárias guardam, mas elas não têm acesso. [...] Na época da multiplicação a gente comunica eles e daí eles decidem o que vão fazer. Se elas serão multiplicadas ou não, e se irão manter suas sementes em caixa-preta na Embrapa. É como o mesmo regime do banco de Svalbard. [...] Outros países também têm, como o Peru, México, Colômbia. E na Embrapa a gente tem alguns casos. [...] ³⁰.

Segundo Patrícia, esse “pacto”, também entendido como um acordo firmado entre partes por meio de um contrato, parece instituir regras pelas quais asseguraria o resguardo das sementes, enviadas por agricultores(as) para a Embrapa em regime caixa-preta. Compreende-se, nesse caso, que as sementes transportam as características dos seus donos, sobretudo o próprio poder. Assim, o pacto entre a pesquisadora e os agricultores reproduz, seguindo as

²⁹ Conforme mencionei anteriormente, o pesquisador Irajá guarda em pequenos vidros nas geladeiras em sua sala todas primeiras sementes doadas pelos(as) agricultores(as). São retiradas apenas algumas para sua multiplicação na casa de vegetação.

³⁰ BUSTAMANTE, P. (Pesquisadora e Gestora da Secretaria de Pesquisa e Desenvolvimento - SPD). Relato oral. Brasília, jun. 2016.

reflexões de Mauss a respeito dos rituais de trocas, uma questão moral, em que o “presente” é o resultado do sentimento de amizade entre as pessoas envolvidas (MAUSS, 2003).

No entanto, como as variedades não são doadas à pesquisadora e simultaneamente à sua instituição, o poder parece permanecer nas mãos dos agricultores. Isso também se deve, acredito, à maneira com que Patrícia se relaciona com eles, numa interação de saberes que possibilita o vínculo entre a pesquisadora e os agricultores, reforçando uma espécie de confiança na cientista e, ao mesmo tempo, no regime de conservação.

Enquanto isso, presenciei em dois momentos Irajá recebendo sementes de milho de agricultores Guarani, como forma de presentear o cientista, por suas visitas e doações das variedades crioulas conservadas na Embrapa. Em nenhum momento, até os dias atuais, os Guarani solicitaram ao pesquisador as restrições de uso e repasses das variedades tradicionais de milho que foram doadas a ele.

No entanto, o pesquisador decidiu limitar o acesso delas por outros cientistas, instituições e até agricultores(as) não indígenas. Segundo Irajá, a determinação é uma forma de garantir que as sementes doadas estejam seguras de qualquer risco que venha a comprometer a pureza³¹ e a existência dessas sementes. Assim, conservadas a poucos passos da sua cadeira, as sementes de milho Guarani compartilham um espaço na geladeira, junto à coleção base de feijão. Esta ação, justifica o pesquisador, torna-se necessária por sua preocupação com o material e a segurança das sementes recebidas.

Como as variedades de milho e de feijão não compõem o regime caixa-preta, no estrito de sua palavra, assim exposto por Patrícia, Irajá, ao receber as sementes dos(as) agricultores(as) Guarani, concebe em si o poder compartilhado por eles(as). Contudo, ainda que não exista um contrato, nos moldes jurídicos, a relação entre o cientista e os Guarani, a meu ver, tem sido mantida como uma “obrigação” de intercâmbio de saberes e sementes.

Assim, a semente-poder parece participar de um jogo de vaivém. É impossível afirmar em que mãos a semente-poder se encontraria nesse momento. O que se leva a acreditar que tanto a experiência da Embrapa Clima Temperado como a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia parecem estar destituídas de um poder centralizado, ou mesmo verticalizado.

Trata-se de relações e intervenções heterárquicas. Isso significa, segundo Castro-Gómez que as heterarquias são estruturas complexas nas quais todos os níveis exercem algum grau de influência mútua em diferentes aspectos particulares e atendendo conjunturas

³¹ Nesse caso, explica o pesquisador que manter a pureza das sementes de milho doadas pelos Guarani significa mantê-las protegidas de possíveis contaminações por sementes transgênicas ou híbridas.

históricas específicas. O que tem sido refletido pelo grau de controle exercido por uma escala global sobre os níveis mais locais, e embora haja uma tendência hierárquica, nunca é absoluta, somente nos casos que se mantém a violência (política, social, econômica e epistêmica), ou a maneira em que as escalas locais estabelecem influência com os arranjos do sistema hegemônico (CASTRO-GÓMEZ, 2007).

2.5.3 Sob o sol da Embrapa

O dia amanhecia ensolarado. Por volta das oito horas da manhã, Irajá realizava sua primeira ligação do dia. Do outro lado da linha, Leonel aguarda o pesquisador para a ida a campo, antes que a temperatura comece a aumentar. Era finalzinho de janeiro de 2016 quando acompanhei o pesquisador e seu técnico na avaliação do experimento de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) na Estação Cascata, local em que Irajá realiza seus experimentos e multiplicação em campo com as cultivares e variedades.

O pesquisador, com sua prancheta, caminha entre as plantas de feijão. Com os olhos habilidosos de melhorista, observa atentamente cada fileira plantada de variedades crioulas no EPI-I. Pergunto para Irajá o que está sendo observado. O pesquisador explica que é necessário avaliar o estágio geral das plantas: como a ocorrência de doenças; o porte e arquitetura da planta (se é ereta ou caída); o grau de acamamento (a condição que a planta está sujeita de reclinar por alguma intempérie climática); a carga de vagens (baixa ou alta produção).

Na prancheta, Irajá atribui uma nota a cada uma dessas características mencionadas. A cada passo, Irajá e Leonel pareciam se entender em campo. Já eu permaneci observando e fazendo o esforço de compreender algumas das explicações de Irajá sobre o experimento. Nesse meio tempo, Irajá coletava algumas vagens das plantas e, ao abri-las, nos deparávamos com parte da diversidade, que presenciei no BAG de feijão.

Na sua sala, percebo uma imagem de fundo na tela do seu computador. Irajá orgulhoso menciona que as sementes foram coletadas em campo, quando fazia a avaliação do seu experimento. Agora não tenho certeza, mas me veio à mente o dia de verão do final de janeiro quando estava o acompanhando. Mais uma vez aquela gama de cores, brilhos e tamanhos volta para o centro de melhoramento, como o pesquisador Irajá denomina a Estação Cascata. Desta vez o EPI-I foi constituído por outras variedades crioulas que compõem o BAG.

Em campo, mais uma vez o sol intenso sobre os chapéus, na tarde de 22 de setembro de 2016, eu e mais três estagiários do pesquisador escutávamos atentos suas informações

sobre a finalidade e a estrutura do EPI-I que estava sendo plantado. Em cada fileira se plantaram diferentes variedades crioulas e, nas suas extremidades uma cultivar da pesquisa, servindo como testemunha, para que, no momento da avaliação das plantas, o pesquisador pudesse comparar o estágio geral dessas plantas.

Além da avaliação em campo, depois de colhidas as sementes serão analisadas por Irajá e Leonel, passando por um processo de limpeza, ou mais especificamente de seleção, reagrupando todas aquelas sementes semelhantes que possam vir a se distinguir dentro de um conjunto de plantas da variedade plantada. O que ocorre normalmente, segundo pesquisador, é a combinação do ambiente com os *genes* que as sementes transportam, permitindo o (re)nascimento de diferentes variedades de feijão. A partir disso, diz o pesquisador, podem surgir até novas variedades.

Por um lado, a limpeza pode ser aqui compreendida como uma regra que está intrinsicamente relacionada à purificação ou mesmo à homogeneização, fenotípica das sementes e plantas. Em complementação ao pensamento, Santonieri (2015) menciona que instituições como a Embrapa, ao contrário de cultivadores tradicionais, estão pautadas no princípio de manter a pureza das variedades. Nesse caso, a variação pode ser entendida como sinônimo de contaminação.

Assim, para a ciência hegemônica, as noções de contaminação ou impureza parecem configurar o submundo daquilo que retrata outra coisa, ou seja, o que não é (re)conhecido pelas regras científicas ocidentais. Entendo que, entre um ponto e outro, por algum momento as variedades misturadas são indispensáveis para as ações ritualísticas de pesquisa de Irajá. Quero dizer que, nas palavras de Ingold (2015a), onde quer que a vida esteja acontecendo, as coisas estão incansavelmente em movimento – fluindo, se degradando e se misturando.

Explica o pesquisador que, após o EPI-I, algumas variedades crioulas poderão ainda compor o EPI-intermediário, onde serão novamente avaliadas e selecionadas pelo pesquisador. A partir dessa etapa, o pesquisador esclarece simplificadamente que as diversas variedades de feijão plantadas diminuem, dando espaço para o aumento das linhas de cultivos com pouquíssimas variedades, o que caracteriza as etapas do melhoramento, mencionadas anteriormente. Além disso, as variedades colhidas do EPI-I, voltam para o BAG de feijão, onde ficarão pouco tempo até comporem as PBios, mas podem também ser encaminhadas para os povos agricultores.

Nesse emaranhado de coisas, é notória a diversidade de variedades crioulas que vêm compondo os experimentos de campo do pesquisador. No entanto, elas são multiplicadas em

pequena escala. Isso se deve por alguns problemas enfrentados por pesquisadores da Embrapa, conforme tenho presenciado desde minha chegada na instituição. Dentre os vários contratempos existentes estão, principalmente, as restrições no número de funcionários de campo e de estagiários, para que possam auxiliar e manter as pesquisas.

Acredito que tais dificuldades têm impactado negativamente no desenvolvimento das pesquisas da Embrapa, o que pode ocasionar, talvez, a restrição da disseminação das caixas-pretas criadas pelo pesquisador Irajá em seu “laboratório”. Exemplo disso é a questão da disponibilidade de poucas sementes de cada variedade, mencionada pelas lideranças Mbyá Guarani, após a primeira atividade de acesso ao germoplasma, principalmente de feijão.

Os Guarani justificaram que a obtenção de maiores quantidades de sementes contribuiria com a minimização dos riscos de perdê-las. No entanto, acredito que a contestação tenha um significado intrínseco à prática da ciência. O que quero dizer é que a instituição ainda está de mãos dadas com o imperialismo, expondo seus filhos bastardos aos mecanismos de violência mercadológica política.

2.5.4 Entre os BAGs e os espaços de trocas de sementes

Algumas dificuldades internas que perpassam o mundo da pesquisa na Embrapa Clima Temperado têm refletido na relação dos Guarani com a instituição. Nesse caso, como a diversidade de sementes crioulas está intrinsecamente vinculada aos diferentes métodos utilizados por Irajá na construção de suas “caixas-pretas”, além de escoá-las para os distintos povos agricultores, as variedades crioulas também estão nos espaços de feiras de trocas de sementes.

Desde o início das minhas atividades de estágio com a equipe do pesquisador Irajá, as feiras de sementes crioulas são indispensáveis na programação da sua atividade institucional. Os convites partem de todos os lugares, até mesmo de fora do Brasil, e raras são as vezes que o pesquisador Irajá não consegue participar dos encontros. No país, principalmente no RS, quando Irajá não vai para as feiras, as sementes crioulas de feijão são ainda assim encaminhadas para o evento. Isso se deve, também, à própria organização dos profissionais da Embrapa da área de transferência de tecnologia, responsáveis por fazer chegar à sociedade as tecnologias e conhecimentos produzidos na instituição.

Geralmente, as sementes crioulas são levadas para as feiras em pequenos vidros transparentes com tampas de plástico, permitindo que o público em geral no evento possa

acessar as variedades do BAG de feijão. No entanto, como são mais de 500 variedades crioulas, sendo uma tarefa quase que impossível de serem todas multiplicadas, conforme temos acompanhado, as variedades presentes na feira são aquelas que, normalmente, possuem maior número de sementes da variedade no BAG. Justifica o pesquisador que as sementes das amostras são aquelas variedades crioulas, que ele identificou por anos, as mais procuradas por agricultores(as), principalmente.

De alguns eventos de troca de sementes crioulas que tenho frequentado, sobretudo, no RS junto ao pesquisador Irajá, a feira do município de Ibarama, que ocorre anualmente, é um espaço pelo qual tem-se reunido diferentes instituições, pessoas e povos. É uma feira onde profissionais da pesquisa, técnicos da extensão e, principalmente, agricultores(as) não indígenas e indígenas permutam saberes e sementes.

Nesse ambiente, entendido também como um espaço de mediação, é possível ver algumas famílias indígenas vendendo artesanato e, algum momento, percorrem entre os(as) demais agricultores(as) e seus parentes, observando atentamente as sementes. Em geral os indígenas compram por um valor simbólico as sementes crioulas dos agricultores, ou acabam trocando por artesanato.

Pereira (2017) relata que as sementes crioulas, quando vendidas para outras pessoas, em feiras de trocas, ou mesmo em outros espaços organizados por agricultores, são destituídas de significados comerciais. Segundo a autora, as sementes crioulas têm uma carga histórica entre as famílias e as comunidades, em relação aos saberes sobre o manejo e os seus usos potenciais. Assim, adquirir uma semente crioula é o mesmo que acessar o conhecimento sobre essa historicidade.

Ainda que não exista um diálogo entre os autores Pereira (2017) e Aquini (2015), no que diz respeito à leitura e à análise dos espaços de trocas de sementes, pode-se notar as semelhantes reflexões produzidas a partir das distintas experiências. Nas palavras de Aquini as feiras são espaços de práticas sociais, essenciais para a troca de sementes. Conforme o autor, nesses espaços de integração social também são revelados o contexto histórico e de luta dos(das) agricultores(as) e simultaneamente de suas sementes (AQUINI, 2015).

Nesse caso, é possível dizer que Pereira (2017) e Aquini (2015), de certo modo, retratam que as feiras são espaços de acontecimentos históricos, em que cada semente e seu(sua) agricultor(a) se propõe a conhecer e trocar entre si, tudo aquilo que são capazes de transportar consigo. Em poucas palavras, “conhecer alguém ou alguma coisa é conhecer a sua história, e ser capaz de juntar essa história à sua (INGOLD, 2015a, p. 236).

A semente também pode ser entendida com um fenômeno da memória de uma comunidade e/ou povo. Relata Aquini (2015), por meio das palavras de um agricultor, que o feijão sopinha, como é conhecido na região de Tavares (RS), foi trazido por negros, fugidos da África, em meio a seus cabelos (AQUINI, 2015). Lembro que ouvi essa história no início da minha trajetória com os profissionais da Embrapa Clima Temperado, em uma feira de troca de sementes crioulas, em Tavares. Eu estava conversando com alguns agricultores, quando peguei uma sementinha nas mãos, e foi então que o senhor me revelou como havia chegado a semente de feijão naquele lugar, cercado por águas.

As feiras são como emaranhados de relações entre pessoas e coisas. Em meio a tudo isso, as feiras também são espaços para instituições como a Embrapa divulgarem suas pesquisas, produtos e, principalmente, as sementes, conservadas nos BAGs, como me disse um dia Irajá. Normalmente, as coisas são distribuídas entre aqueles que participam do evento, o que foi exibido.

Além da exposição das amostras de sementes crioulas que compõe o BAG de feijão, divulgadas para os agricultores o que está sendo conservado na Embrapa, também são compartilhadas algumas dessas variedades crioulas, em pequenos envelopes de papel. Quando ocorre a falta da variedade, ou mesmo cultivar da pesquisa, que pode ou não estar na mostra, mas que compõe o BAG, o pesquisador Irajá ou demais profissionais presentes, normalmente, coletam os dados da pessoa solicitante e enviam as sementes para o escritório, principalmente, de uma Emater local, para então fazer o repasse das sementes.

No entanto, até o momento as feiras que vêm ocorrendo no estado partem somente de organizações não indígenas. De certa maneira, acredito que as ações da Embrapa Clima Temperado, nesse espaço de mediação, tornam-se mais frágeis, restringindo até mesmo as relações entre pesquisadores(as) e os povos indígenas. Por outro lado, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, sobretudo pelo esforço da pesquisadora Terezinha Dias e demais pesquisadores parceiros, desde 1997, em dois e dois anos, tem contribuído com a organização da feira de troca de sementes Krahô, em parceria com a associação Kapey e Funai. Esse tema que será discutido no próximo capítulo.

Em suma, as feiras podem ser compreendidas como espaços de mediação alternativos, que possibilitam preferivelmente o acesso dos povos agricultores, além de aproximar, de certa forma, a Embrapa e a sociedade. Parafraseando Latour (1983), tal conjunto de forças entre a ciência e a sociedade, pelo qual os povos indígenas adentram a Embrapa, reformulando o método de conservação e as tecnologias alimentares institucionais, representa ao mesmo tempo os experimentos dos cientistas e o que deles pode ser modificado.

3 NARRATIVAS SOBRE CONSERVAÇÃO E OUTROS EMARANHADOS

Eu acho que o povo da floresta, que está dialogando com o mundo, falando com as pessoas do mundo inteiro, tem também agora uma tarefa de educar essas instituições. Educar as instituições que convivem com os povos da floresta para que elas possam saber que têm uma maneira boa delas andarem junto conosco e de nos apoiar naquilo que é importante, sem pretender passar por cima da gente, sem pretender botar uma canga no nosso pescoço. (KRENAK, 2015).

Falar das relações entre pesquisadores(as) e povos indígenas, nesta etnografia, é praticamente um esforço em descrever parte daquilo que permeia a construção das pessoas e coisas nos distintos universos, emaranhados por suas possíveis interlocuções. Na passagem descrita acima, Ailton Krenak dá uma lição de encontro, da importância desse diálogo e, sobretudo, dos próprios povos ensinarem àqueles que por muito tempo imaginaram/imaginam ter, racionalmente, o domínio sobre a palavra e o conhecimento.

Este capítulo é o resultado da caminhada, também compreendida como um procedimento metodológico, entre os espaços de mediações e seus emaranhados. Assim, tratou-se em etnografar os rituais da ciência, propostos também pelos momentos dessa tentativa, que cada caso, cada experiência dos(as) pesquisadores(as) com os povos indígenas, tem por meio destes a oportunidade de (re)construir seus próprios conhecimentos. Nesse caso, veremos que as vivências, em uma ocasião e outra, se entrecruzam, sem que sejam dissolvidas suas peculiaridades e, principalmente, suas diferenças.

3.1 EM DEFESA DE OUTRO DIÁLOGO CIENTÍFICO

Figura 14 - Nas mediações de um campo científico



Fonte: acervo da autora (2016).

Figura 15 - Um espaço não-convencional da ciência



Fonte: acervo da autora (2016).

Figura 16 - O maior acervo de sementes do Brasil



Fonte: acervo da autora (2016).

Figura 17 - Distribuição de sementes em feira Kayapó



Fonte: acervo da autora (2012).

Figura 18 - A parceria entre pesquisadores e povos indígenas



Fonte: acervo da autora (2013).

Figura 19 - A parceria entre pesquisadores e povos indígenas



Fonte: acervo da autora (2013).

Figura 20 - Espaços de mediações agroecológicas – o congresso



Fonte: acervo da autora (2017).

Figura 21 - Traços de um debate sobre sementes



Fonte: acervo da autora (2017).

3.2 NOTAS SOBRE OS PROJETOS DE CONSERVAÇÃO E SEUS DIÁLOGOS CIENTÍFICO-POLÍTICOS

Quando cheguei à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, no mestrado em Antropologia, não imaginava o extenso emaranhado de relações no qual a pesquisadora Terezinha estava imersa. Desde então, acredito que sua teia de parceiros(as) tem-se ampliado, sejam eles pesquisadores(as), técnicos(as), estudantes, profissionais, lideranças políticas indígenas e não indígenas. Todas essas pessoas e coisas, pode-se dizer, compõem um dinâmico emaranhado em que, constantemente (re)constroem alianças, as quais Terezinha se orgulha em mencionar.

Ainda na “I Feira *Mebengokré* de Sementes Tradicionais”, em 2012, no Território Indígena Kayapó, caminhávamos, Terezinha e eu, pelo pátio central, quando a pesquisadora se direcionou até uma das autoridades políticas Kayapó e organizadores da ampla feira, para nos apresentarmos. Terezinha, no momento, comentou que eu acompanhava os povos Guarani e Kaingang no sul e que seria importante a realização de um evento daquela magnitude com os parentes no RS.

Logo a liderança se manifestou, com uma expressão satisfatória, dizendo que concordava com Terezinha e apoiava a feira. O homem ainda me solicitou que não esquecesse do convite, uma vez que vinham fortalecendo suas relações político-culturais com os parentes. Um pouco desajeitada, respondi apenas com um sorriso, e logo acenei com a cabeça num gesto afirmativo. Minha reação teria sido motivada pela frágil experiência com o tema e por ter compreendido que a liderança aguardava, no tom de suas palavras, a concretização do encontro.

Outro episódio peculiar foi o encontro da pesquisadora com o ex-presidente do país, Luís Inácio Lula da Silva, em sua primeira gestão. Terezinha revelou que aproveitou o momento que o presidente e sua comitiva visitavam a Embrapa para lhe entregar uma cópia impressa com o conteúdo do projeto e atividades desenvolvidas com o povo Krahô.

Disse Terezinha que em meio a tanta gente enroscada no presidente, conseguiu se inserir entre um e outro, espichou seu braço, alcançando o líder político e gritou: “Presidente, esse é o trabalho da Embrapa com povos indígenas”. Terezinha, muito sorridente, me contou que sua manifestação resultou na citação, pelo presidente, das ações da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia com os indígenas, em um evento público.

É comum ouvir de Terezinha suas experiências e caminhadas em busca de atrair mais aliados para a causa que comprou como sendo norte de suas pesquisas e ações. Desde que a

conheci, a pesquisadora vem trabalhando com a problemática que envolve, nas palavras de Terezinha, o processo histórico de erosão genética em comunidades indígenas e suas consequências, marcadas por episódios de fome.

Terezinha argumentou que uma das estratégias encontradas para a reversão do problema foi incentivar a realização de feiras de trocas de sementes entre os povos indígenas, como veremos a seguir. Além disso, no passar dos anos, a pesquisadora relatou que outras atividades foram sendo desenvolvidas, em parceria entre os(as) curadores(as) da Embrapa e indígenas, para que então pudessem promover, na prática, um tipo de cooperação de conservação fitogenética entre os dois distintos universos; o que Terezinha acredita ser uma das soluções para os territórios indígenas, que vieram sofrer ao longo do tempo, com as mazelas deixadas pela produção agrícola hegemônica.

Nessa dupla jornada, entre a Embrapa e os territórios indígenas, não é tão difícil perceber que Terezinha, assim como vimos na Embrapa Clima Temperado com Irajá, e como veremos com os(as) demais pesquisadores(as), está diante do tenso cruzamento entre as barreiras impostas pelo conhecimento científico e tudo que ele produz sobre o conhecimento nativo. Se de um lado a pesquisadora empenha-se na criação de ações que possam aproximar os povos indígenas da Embrapa, assim entendido como ativismo científico-técnico, para citar Santos, Meneses e Nunes (2005), não se pode negar que as atividades são, em parte, a pauta de uma agenda científico-política institucional e ao mesmo tempo global.

Nesse emaranhado de relações, para o que poderia ser entendido pelo fenômeno da governamentalidade, Valencia e Tobar (2006) propõem outro conceito, a partir da herança teórica foucaultiana. Hoje a nova formação do discurso global se reproduz através de um novo acontecimento, denominado ecogovernamentalidade. É ela que define o ambiente, não apenas como objeto de conhecimento, mas, também, como de produção e de governo.

Isso significa que a ecogovernamentalidade é um sistema normativo do saber e poder que veicula nas distintas escalas territoriais, incitando padrões de pensamento e comportamento à sociedade, como exemplos, a própria conservação da biodiversidade, o acesso aos recursos genéticos, o desenvolvimento sustentável, dentre outros. Nesse contexto, encontram-se as atuais lutas pela apropriação da biodiversidade, cujo debate conflituoso configura a busca de controle dos espaços biofísicos e socioculturais (VALENCIA; TOBAR, 2006).

Na produção dessas relações de saber e poder, as quais remetem o sentido dado *a priori* ao sistema de conservação das sementes e todo seu emaranhado de ações, como um

discurso de benefícios e garantia de vida à sociedade, ainda há espaço para observarmos outras controvérsias, procedentes do ambiente da pesquisa na Embrapa. Para que os povos indígenas tenham a garantia de acessar o germoplasma na instituição, Terezinha como pesquisadora-mediadora deve, antes de mais nada, convencer seus pares, e de certa maneira a diretoria da instituição, da relevância das suas atividades, a fim de que haja financiamento para suas ações. A necessidade de apoio institucional para o desenvolvimento dos projetos com povos indígenas é uma realidade constante.

Por esse motivo, justifica Terezinha que é indispensável a divulgação das práticas nas distintas instâncias científico-políticas e seus ambientes de discussões. Garante Terezinha que essa é a melhor estratégia para ganhar espaço na Embrapa e também fora dela. Para a pesquisadora, os projetos construídos ainda nos anos 2000 com os Krahô foram uma parceria que proporcionou essa presença na instituição, mas, também, contribuiu com a ampliação dos diálogos com outros povos indígenas. Conseqüentemente, ao longo desses anos, foram se reunindo outras pessoas, expandindo suas relações.

Relatou Terezinha que a parceria com a Embrapa Hortaliças, localizada no Gama, em Brasília, desde as ações com o povo Krahô, tem proposto cursos para os demais povos indígenas, denominados de “Diálogos agroecológicos sobre conservação e uso dos recursos genéticos e segurança alimentar”. Para isso, diz Terezinha que o seu papel na instituição é justamente fazer a intermediação entre os(as) pesquisadores(as)-curadores(as) e os(as) agricultores(as) indígenas.

Entre as pessoas e órgãos envolvidos, a Funai, como grande parceira, comentou Terezinha, é responsável pelo deslocamento dos indígenas até a instituição. Essas ações são pré-agendadas conforme a disponibilidade da Fundação, especificamente dos indígenas e dos profissionais da Embrapa. Desse modo, Terezinha fica encarregada de reunir aqueles(as) curadores(as) que disponibilizarão espécies e variedades conservadas nos BAGs para os povos.

Diz Terezinha que hoje parte dos cursos é realizada na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, e outra, na Embrapa Hortaliças. Durante as atividades os povos visitam os BAGs, sobretudo os que ficam sediados nessa unidade. No momento do curso, “nós disponibilizamos, para os agricultores indígenas, por meio dos curadores de batata-doce, cucurbitaceae, hortaliças tradicionais, estes materiais da Embrapa”³².

³² DIAS, T. (Pesquisadora no Cenargen). Entrevista concedida à autora. Brasília, 16 jun. 2016.

Em especial, foram realizados vários cursos com os Krahô, e também com os Xavante, Apinajé, Kanela, Kayapó, e outros povos indígenas. Complementa a pesquisadora que a ideia é um diálogo sobre a conservação e a promoção do uso do germoplasma, em que a participação do banco ativo é fundamental. Nesse caso, o objetivo dos cursos é de aproximar os(as) agricultores(as), sejam eles(as) indígenas e não indígenas dos BAGs, como uma real expressão de uso dos recursos conservados pela Embrapa. Essa parceria é uma forma de estimular a conservação local, afirma Terezinha.

“Nós passamos um dia aqui, na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, para que os povos indígenas conheçam a estrutura da Colbase. Conversamos sobre a conservação *ex situ* e todo histórico da Embrapa, e seu desafio de coletar e colocar os materiais em câmaras³³. Da mesma forma, são demonstrados outros métodos, como a conservação *in vitro*, no caso da mandioca, por exemplo.

No discurso de Terezinha, podemos notar um esforço, por parte dos profissionais, para apresentar aos povos indígenas que vão até a Embrapa os equipamentos tecnológicos da ciência que garantem a vida das plantas em um estilo um tanto, pode-se dizer, peculiar. O que levanta uma certa suspeita, segundo Santos, Meneses e Nunes (2005), da ciência estar a serviço de um projeto específico de organização do saber e poder, ainda que esteja legitimado por preocupações com o bem comum.

Para entendermos melhor como, em teoria, a conservação *in vitro* exerce sua função no mundo da ciência laboratorial, Souza *et al.* (2009) explicam que ela é realizada quando as espécies que apresentam sementes não ortodoxas se multiplicam apenas por propagação vegetativa, apresentando intensa heterozigosidade ou elevada segregação, o que resultará em caracteres indesejáveis na população. Sendo o mais indicado a não utilização das sementes para a conservação do germoplasma, afirmam os autores. Essa prática, segundo eles, é uma alternativa para a manutenção das plantas que são incorporadas nos programas de melhoramento vegetal.

A primeira vez que conheci um laboratório de conservação *in vitro* foi a alguns metros da sala de Terezinha, na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Com a porta construída de madeira e uma pequena parte superior de vidro, observávamos, pela janela transparente, aquelas plantas enclausuradas em uns tubos de ensaios, alinhadas sobre as espaçosas mesas.

³³ DIAS, T. (Pesquisadora no Cenagen). Entrevista concedida à autora. Brasília, 16 jun. 2016

Do lado de fora, Terezinha pacientemente me explicava a técnica utilizada para aquele tipo de conservação, com os termos semelhantes aos de Souza *et al.* (2009). Como não compreendia seu vocabulário agrônomo, questionei diversas vezes Terezinha, com o propósito de que ela explicasse os significados daquelas coisas.

Posso dizer que houve a compreensão não da metodologia em si, mas da sua finalidade, concebida como uma forma de controle e pureza das espécies para a produção de plantas-produtos num sistema mercadológico, especialmente. O que, de certa maneira, se assemelha às experiências vivenciadas na Embrapa Clima Temperado, principalmente no que se refere às atividades de melhoramento de Irajá.

As regras são claras, e deverão ser seguidas à risca, para que possam, eficientemente, assegurar a vida daquelas sementes, diz Terezinha. Aqui retomo que o próprio sentido das técnicas e os procedimentos de pureza e o controle visivelmente caracterizados pelas atividades ocidentais, tanto no programa de melhoramento genético pelo pesquisador-melhorista-curador, quanto nas atividades de conservação desempenhadas por Terezinha e seus colegas parceiros, pode ser entendido pelos próprios fenômenos da governamentalidade e ecogovernamentalidade.

Contudo, nesse emaranhado de coisas e pessoas, Terezinha reafirma que a conservação das sementes nos BAGs apresenta uma correlação direta com a conservação *in situ*, isto é, no processo local de manutenção das espécies realizado pelos agricultores indígenas em seus territórios. Nesses cursos, tratamos de abordar essa questão, com o propósito de motivá-los para que haja essa parceria, aproximando-os da instituição para reforçar o uso dos materiais que estão nesses bancos ativos; são ações efetivas que contribuem, também, com os nossos sistemas de conservação, afirma a pesquisadora.

Além dessa discussão, no terceiro dia do curso, há uma visita dos(as) indígenas, acompanhados(as) por pesquisadores(as), no “sítio sementes” conhecido pela produção de alimentos agroecológicos. Nesse dia, busca-se apresentar e dialogar sobre os sistemas de produção agrícola, enfatizando os modos de cultivo agroecológico e orgânico. Já no quarto dia de curso, na Embrapa Cerrados, localizada na BR-020, em Brasília, é divulgado o trabalho dos(as) profissionais com fruteiras, desde o diálogo sobre a coleta das sementes, como o caso do maracujá, até o processo de melhoramento.

Se Terezinha busca propor o diálogo, por meio de um arranjo científico-ocidental, reforçando a presença indígena na instituição, de certa maneira, há semelhante desempenho por parte da pesquisadora em intensificar essa aliança, levando os(as) pesquisadores(as) aos

territórios indígenas. Segundo Terezinha, esses cursos, com um formato adaptado às condições das comunidades indígenas, foram, principalmente, realizados com os Krahô em seus territórios.

Vejamos que a gestão, nesse caso, dos recursos genéticos confinados nos BAGs da instituição, é planejada e articulada conforme o saber-fazer de Terezinha, e que não pode ser vista apenas como um processo único de uma ciência hegemônica. De quebra, essas práticas da pesquisadora-mediadora reproduzem um sentido daquilo que Santos, Meneses e Nunes (2005) nos orientam refletir a respeito do momento quando as soluções técnicas se chocam com o conhecimento prático e a experiência sociocultural dos cidadãos envolvidos, cuja tensão repercute em uma mobilização politizada pelas próprias pessoas, e conseqüentemente essas soluções acabam por ser questionadas por outros cientistas. Esse seria o testemunho da pluralidade interna da ciência. O cientista ao relativizar, de que para problemas complexos, deve existir mais do que uma solução técnica, como é o caso também política, social, cultural ou econômica, estaria em meio ao que se reconhece de uma vertente da democratização da ciência (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005).

Vejamos que Terezinha tenta percorrer vários caminhos em busca dessas soluções que permeiam tanto o campo científico como o conhecimento nativo. Foi em 2013, na feira Krahô, que avistei uma pequena estrutura, com a base de ferro e o teto de lona, identificada pelo logotipo da Embrapa, a presença institucional. Com seus *banners* suspensos, podíamos avistar algumas imagens de sementes, indígenas e pesquisadores(as) envolvidos em projetos com a Embrapa. De um lado, as experiências de Terezinha e todos seus parceiros³⁴, e de outro, estavam algumas ações iniciais de Irajá e sua equipe.

Naquela tarde quente, de um evento de face(s) e pele(s), principalmente, indígena, pouco a pouco, membros da pesquisa ocidental e os povos se organizavam na tenda da Embrapa. Dentre os acomodados no chão e protegidos pelo sol escaldante do Cerrado, um homem Krahô falou rapidamente sobre as relações do seu povo com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Logo após, Terezinha, como de costume, lembrou o início do diálogo da unidade com o seu povo³⁵.

Terezinha ressaltou que a conservação *on farm* era muito importante, pois quem assegurava a diversidade genética eram as próprias comunidades, os povos. “Lembram

³⁴ Quando me refiro ao termo parceiros e até mesmo equipe, nesse caso, estou falando de não indígenas e indígenas.

³⁵ O processo histórico dessas relações será abordado, como mais detalhes, no próximo item.

quando vocês, os *mehim*³⁶, foram até a Embrapa resgatar as sementes de milho *pohumpéy*?! É isso, vocês mantêm essas sementes em seus territórios, é garantia de alimento para as famílias, para a realização dos rituais, como os *mehim* justificaram lá na Embrapa”³⁷.

Essa parceria da Embrapa com os Krahô, de longa data, é uma estratégia prática do trabalho de conservação *on farm* e *ex situ*, como um processo que configura, de alguma forma, a paridade do exercício institucional, com as ações dos povos indígenas, relatou Terezinha. Para isso, são anos de idas e vindas, de viagens, na organização de feiras, de cursos que deram certo e outros que não foram tão bem aceitos pelas comunidades indígenas, além dos erros, de coisas mal compreendidas, de algumas frustrações, mas também de acertos. Tudo tem estimulado essas relações da instituição com os povos indígenas, reforçava Terezinha, em uma conversa descontraída comigo, já em junho de 2016.

Santonieri (2015) vai dizer que as interações de pesquisa da Embrapa com povos indígenas, com três décadas de experiência, principalmente sob a lógica da coleta de germoplasma e da transferência de tecnologia, fomentaram, por meio da parceria com os Krahô, a formação do núcleo de etnobotânica na instituição. O que estimulou parte dos pesquisadores envolvidos a buscar cursos alternativos que contribuíssem com a realização das atividades junto aos povos.

Em nossos diálogos, Terezinha sempre reforçou a presença de uma equipe multidisciplinar para o amadurecimento das próprias ações com os povos indígenas. Segundo a pesquisadora, desde as pessoas que estudavam Antropologia e passavam na instituição para fazer estágio, até os(as) profissionais renomados(as), como a antropóloga Manoela Carneiro da Cunha, contribuíram e vêm contribuindo na compreensão de outros saberes, assim como na aproximação dessas distintas linguagens.

Em vários momentos em que pude assistir Terezinha conversando sobre suas experiências, como em feiras de trocas de sementes, no “V Seminário de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar”, evento do qual participou como palestrante na Embrapa Clima Temperado, no Congresso de Agroecologia em Brasília, a pesquisadora ressaltava que as estratégias de conservação *on farm/in situ* eram fundamentais para a segurança alimentar das famílias indígenas. Da mesma forma, destacou que o significado da conservação do germoplasma para os povos em seus territórios vai além da proposta dos(as) pesquisadores(as), tornando o trabalho ainda mais complexo, e ao mesmo tempo estimulante,

³⁶ Termo utilizado pelos próprios Krahô para designar o povo, os parentes.

³⁷ DIAS, T. Relato oral. Tocantins (TO), out. 2013.

como foi o caso Krahô, no resgate, não apenas do material genético em si, mas sobretudo das plantas sagradas.

No entanto, se, por um lado, a conservação *on farm* da agrobiodiversidade é uma estratégia complementar à conservação *in situ*, termo definido pela Convenção da Diversidade Biológica (*Convention on Biological Diversity*) como a conservação dos ecossistemas e habitats naturais; além da manutenção e recuperação das espécies em seu ambiente natural, como as espécies domesticadas e cultivadas em meios que tenham adquiridos características próprias (UNITED NATIONS, 1992), conceito que tem sido umas das ferramentas de debate de Terezinha nos distintos espaços de mediações. Por outro lado, Terezinha admite que os diálogos com os povos indígenas devam ser realizados, também, mas principalmente, pelo viés conceitual de cada povo, o que tem redefinido suas próprias ações em parceria com os indígenas.

De toda forma, ainda há muitas dificuldades no diálogo entre a ciência institucional e a ciência não ocidental, retratada pela fala de Terezinha, quando assume que se trata de uma perspectiva que difere da lógica de trabalho dos(as) pesquisadores(as) da instituição. Por isso, também as dificuldades enfrentadas, e seu incessante esforço de buscar parceiros(as), sejam eles(as) curadores(as) ou não, indígenas, não indígenas, políticos, outros órgãos governamentais, dentre outros.

Nesse encontro, quando Krenak (2015) declara que os povos têm a incumbência de educar as instituições, o que aparece como uma sutileza de ordem instrutiva é possível identificar que nas suas entrelinhas há uma transposição dos efeitos da organização e reivindicação dos corpos e seus saberes políticos que cada povo confronta frente ao mundo e suas instituições ocidentais. Nos espaços de mediações nos depararmos com lideranças indígenas, primeiramente, ouvindo o que os(as) representantes institucionais têm a dizer sobre seus programas e projetos. Os discursos desses líderes sempre vêm carregados de conceptualizações e filosofias não ocidentalizadas, como diria metaforicamente, em forma de domesticação dos profissionais e seus órgãos.

Maurício Guarani é muito habilidoso no diálogo com as instituições. Principalmente, como havia mencionado, nos momentos que presenciei as reuniões para discutir os programas em andamento, criados para a mitigação do impacto da obra BR-116, juntamente com parceiros(as), como a Embrapa. Com postura de guerreiro e voz potente, explica para os

eternos desavisados³⁸ que o ato de plantar/cultivar ou mesmo conservar, pressupõe, antes de qualquer coisa, a relação do corpo com o mundo espiritual Mbyá Guarani.

De outro lado, e não tão distante do universo Guarani, Terezinha me comentou que foi com seu Getúlio Krahô, especialmente, que houve sua alfabetização no mundo Krahô. Disse ela que a agricultura nascia com a estrela *Katxêkwy*³⁹, conforme tinha lhe ensinado seu Getúlio. Nesse caso, Terezinha garante que para compreender e, até mesmo, para manter alianças entre a Embrapa e os povos indígenas, como o caso de suas experiências com os Krahô, é necessário dialogar com as distintas perspectivas de conservação desses povos.

Se para Terezinha foi fundamental conhecer as espécies que *Katxêkwy* deixou para o povo Krahô, contribuindo com o diálogo entre curadores(as) e indígenas, como ela mesma mencionou, o histórico de espoliação territorial que o povo sofreu também motivou a pesquisadora para a implantação de ações que estimulassem o consumo de outras plantas. Terezinha falou que, além do acesso àquelas sementes, raízes e tubérculos, tão relevantes para a realização dos rituais Krahô, o projeto também contribuiu para a obtenção das cultivares geradas pelo programa de melhoramento genético da Embrapa. Justificou a pesquisadora que o incentivo às práticas de conservação *in situ* é uma forma de garantir a segurança alimentar das famílias, como um dos objetivos do projeto.

Além disso, Terezinha mencionou que a conservação da agrobiodiversidade, também compreendida como uma estratégia de segurança alimentar, compõe uma agenda política ampla, dos próprios tratados da CDB e TIRFAA, por exemplo, dos quais o Brasil é signatário. Por alguns anos, também houve discussões intensas sobre o tema junto aos órgãos públicos, o que contribuiu com as nossas ações de transferência de tecnologia para comunidades indígenas, declarou Terezinha.

Em documento, a pesquisadora retratou a presença atual da instituição em programas específicos para povos indígenas e tradicionais. Segundo Dias *et al.* (2007), desde 2004, representantes da Embrapa participam da comissão permanente dos povos indígenas para tratar de segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e inclusão dos indígenas em

³⁸ Os(as) Mbyá Guarani que acompanho geralmente comentam que os juruá são extremamente esquecidos, ainda que anotem no papel, é muito fácil desprezar as informações/saberes que eles/elas propagam. Por isso, a expressão para os não indígenas de “eternos desavisados”.

³⁹ Segundo o povo Krahô, as sementes das inúmeras espécies alimentares que conhecemos hoje foram trazidas ao mundo por uma estrela chamada *Katxêkwy*. Transformada em uma rã, a estrela desceu ao pátio central da aldeia Krahô, onde, ao relento, dormia um jovem *mehim*. A estrela então transformou-se em uma bonita mulher, casou-se com o *mehim* e deu a ele sementes de milho, mandioca, batata-doce, inhame e outros alimentos. *Katxêkwy* ensinou ao *mehim* a prática da agricultura, bem como o preparo de alimentos como o paparuto, uma receita tradicional a base de milho ou mandioca, e muito utilizada em festas e rituais (LONDRES *et al.*, 2014).

programas de renda promovida pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea/Casa Civil). Desse modo, o incentivo à diversidade genética dos cultivos serve como principal estratégia de segurança alimentar para as comunidades indígenas. A Embrapa fica responsável por garantir que os aspectos sociais sejam priorizados na geração de tecnologias (DIAS *et al.*, 2007).

Diante da conjuntura em que se estabeleceram os diálogos e emaranhados entre as distintas pessoas e coisas envolvidas, relembremos que a articulação das próprias ações da ciência é uma espécie de estratificação das forças hegemônicas cometida, também, por tratados, conforme havia mencionado. O que estou querendo dizer, de certa maneira retomando Santonieri (2015), é que a governabilidade retrataria, assim, a profunda estrutura de poder sobre os corpos e ambientes.

Entende-se, portanto, que os conflitos se tornam fenômenos das relações pelas quais se manifestam o(s) modo(s) de fazer ciência(s). Além disso, é possível notar como as distintas vertentes cosmopolíticas orientam os procedimentos de gestão e de mediação das sementes, que aparece como centro das disputas – os corpos-vidas. Isso quer dizer que, de um lado, Terezinha vem lutando por espaço dentro da sua própria instituição, com o objetivo de manter e ampliar suas práticas com os povos indígenas, ainda que constantemente esteja atravessada pelo discurso hegemônico colonial. De outro, os povos indígenas propõem o potente diálogo, reeducando a instituição e seus mecanismos de controle, como veremos na notória experiência das relações dos Krahô com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, especialmente, com a pesquisadora Terezinha.

3.3 PROJETO(S) KRAHÔ: UM MUNDO À PARTE DO SISTEMA DE CONSERVAÇÃO

O projeto Krahô é corriqueiramente mencionado pelos corredores das unidades da Embrapa por onde andei. Muitos comentam sobre o projeto que Terezinha coordenou⁴⁰ e ainda, de certa maneira, coordena. Também se acredita que sua experiência tenha motivado outros(as) pesquisadores(as) a promover ações e estreitar relações com povos indígenas. Foi por meio dela que Irajá se lançou em um universo ainda tão desconhecido daquele em que atuava há mais de 30 anos. São exemplos como este que Terezinha têm transformado seu trabalho junto aos Krahô, principalmente, como um marco histórico institucional.

⁴⁰ Digo isso porque institucionalmente o projeto de conservação e segurança alimentar com os Krahô encontra-se concluído. No entanto, Terezinha mantém atividades com as comunidades, visitando-as e contribuindo com a organização de feiras de trocas de sementes e outras ações, sempre que solicitada pelos Krahô, disse ela.

Disse a pesquisadora que o projeto com os Krahô até o ano de 2016 completou formalmente na instituição 16 anos. Contudo, o primeiro diálogo com o povo foi inaugurado, em 1994, com ações de conservação *ex situ*. Porém, as relações entre povos indígenas e a instituição se devem ao episódio anterior à procura dos Krahô pelos(as) pesquisadores(as) na Embrapa, ou mais especificamente, as suas sementes, relatou Terezinha revivendo aquilo que está na memória também de outros profissionais.

Explica a pesquisadora que a prática de alimentar os BAGs da instituição ocorre, principalmente, por meio de expedições de coletas de sementes, raízes, tubérculos, entre outros, no território brasileiro. Além disso, afirmam Londres *et al.* (2014) que as excursões científicas também tinham como propósito reunir germoplasmas para compor o acervo genético utilizado por melhoristas de plantas. E aqui relembremos novamente os fatos históricos mencionados por Irajá.

No final da década de 1970, foram feitas coletas de milho, em parceria entre a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Milho e Sorgo, localizada no município de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais (MG). Dentre os territórios, os pesquisadores das unidades reuniram sementes de milho, disponibilizadas pelo povo Xavante, no Mato Grosso, assegurou Terezinha. Assim, uma parte desse germoplasma foi encaminhada para a Embrapa Milho e Sorgo e outra se encontra nas coleções da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia.

Segundo a pesquisadora, essa seria a justificativa para sua afirmação, quando declara que a relação com povos indígenas é ainda inaugurada pela prática da conservação *ex situ* pela instituição. Garante que é por meio desse acontecimento histórico que se percebe a relevância das estratégias de conservação *ex situ*, *in situ*, e *on farm*. Essa prática seria um dos motivos, acredito, que vêm mobilizando Terezinha, de certo modo, a reivindicar suas ações entre os povos indígenas, como uma proposta comprovada pela eficácia das relações, entre os universos distintos, mas tão relacionáveis, como veremos ao longo dos seus discursos.

Porém, nesse labirinto de vivências, antes mesmo do diálogo entre os Krahô e cientistas, Terezinha revela que a chegada dos indígenas na Embrapa se deve aos impactos causados por programas agrícolas, fomentados pelo Estado no território Krahô. A então demarcação tardia desse território, somente na década de 1940, também teria sido um processo que consequentemente impulsionou, dentre outros problemas, a perda das sementes, afirma Terezinha.

Relatou que o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão criado para atender os povos indígenas no Brasil, foi primeiramente estruturado como uma secretaria do Ministério da Agricultura. Dada sua configuração, foi nas décadas de 1960 e 1970 que o Estado brasileiro, bebendo na fonte do modelo hegemônico da Revolução Verde, por meio das suas instituições governamentais, propagou suas novas práticas agrícolas.

Entusiasmada, Terezinha ainda lembrava que havia ficado a encargo do SPI estimular o povo Krahô a construção de grandes sistemas homogêneos para a produção alimentar, assim como o uso de insumos e de maquinários industriais desenvolvidos para a então conhecida agricultura moderna. Em complemento, a pesquisadora mencionou que o método de produzir alimentos imposto pelo SPI teria rompido com as formas de cultivos agrícolas próprias dos Krahô, além de ter promovido a dependência na produção de poucas espécies, como foi o caso, por exemplo, do cultivo do arroz em grande escala. O que, de certa maneira, acarretou a restrição da dieta alimentar do povo.

Anos mais tarde, Fernando Schiavini, indigenista da Funai que acompanhava os Krahô, motivado pelos problemas que as comunidades vinham enfrentando em relação aos cultivos tradicionais e aos saberes associados do povo, foi quem contribuiu com a organização das lideranças para a discussão das dificuldades vividas, conforme descreveu Terezinha. Segundo a pesquisadora, na época Fernando tinha ouvido falar que em Brasília a Embrapa detinha sementes em câmaras frias. A informação foi logo divulgada para os caciques das 14 comunidades Krahô, estimulando-os na busca do germoplasma na instituição. Foi então que as lideranças indígenas criaram a Associação União das Aldeias Krahô – *Kapey*, que veio mediar as relações com os projetos da Embrapa.

No período em que os Krahô buscavam dialogar com a instituição, Terezinha estava afastada para realização do seu mestrado. Nesse emaranhado de discursos e acontecimentos históricos, segundo Patrícia, a chegada dos Krahô na Embrapa também se deve a uma discussão mais amplas que organizações sociais estavam mobilizando.

[...] em 1992 com a Convenção da Diversidade Biológica, começou esse movimento com relação... não era da Embrapa, era um movimento da sociedade civil, mais especificamente da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) e da FASE (Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional). A FASE são instituições que têm sede no Rio de Janeiro, e que começaram a trabalhar com as questões da biodiversidade no nível não governamental. Eles começaram a fazer bancos locais de sementes. Mas naquela época a luta era contra o patenteamento de sementes. Eles conseguiram. A semente no Brasil não é patenteada. Foi um movimento que eles fizeram na época e se você fizer o resgate histórico, foi logo depois da Convenção a AS-PTA e a FASE fizeram. Tanto que no relatório da FAO, Estado da Arte e

Conservação dos Recursos Genéticos no Mundo, que o Brasil tem uma parte, só cita AS-PTA, com conservação *on farm*. Que eram eles que faziam naquela época em 1998. A Embrapa não atuava com isso, em 1992 e essa equipe começou a fazer bancos locais de sementes em Minas e no Nordeste. Aí eles vieram no Cenargen, tão lidando com as sementes, vamos dar um pulo lá. Aí chegaram no Cenargen, e o chefe na época era o Marcio Miranda Santos, uma pessoa de uma visão gigantesca [...] que acolheu essas pessoas e vai designar dois curadores de germoplasma pra acompanhar vocês nas viagens que vocês vão fazer. Então designou Zé Ronaldo, que era um curador de milho, e designou Ivo Sias, que era um curador de mandioca. Eles foram, e viajaram e fizeram um relatório dizendo da necessidade de ter pessoas na Embrapa que trabalhassem com isso, porque a Embrapa não tinha quadro pra trabalhar com aquilo. Quando a turma da AS-PTA veio de volta e apresentou o relatório em conjunto, curadores junto com o pessoal da AS-PTA, que é a Angela Cordeiro [...] e Breno da Silveira que eram umas pessoas de Minas que saiu na Universidade de Viçosa e montou uma ONG chamada CTA (Centro de Tecnologia Alternativa). Então eram esses dois que estavam fazendo o levantamento do milho nessa época em 92 e fazendo os bancos de sementes. Resultado, depois que eles fizeram isso, esse trabalho com o Cenargen, foi detectado, por meio de um relatório a necessidade [...] pedindo pra uma contratação pra se trabalhar com conservação *on farm* na Embrapa Cenargen, que ainda não trabalhava com nada, em 1993. Em 1994, sai o edital do concurso. Em 1994 o edital do concurso sai com o nome de Etnobiólogo e Etnobiologia, esse edital então eu concorri [...] e aí a Embrapa, entra o governo que para com as contratações e a gente é contratado em 97. Só que em 1995 os Krahô chegam na Embrapa pra pegar sementes de milho e em 97 eles vêm para devolver. Em 95, o Doutor Guedes recebe os Krahô e divulga na mídia, porque já estavam discutindo as leis que viriam por conta da Diversidade Biológica, mas sem nenhum acordo. [...] Quando eu cheguei, 15 dias depois, os Krahô vieram trazendo as sementes. Eu assisti eles trazerem as sementes de volta. Quando eles trazem, aí que a mídia explode. Então o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) lança o concurso Gestão Pública e Cidadania, aí a gente pega e entra nesse concurso, que dizia como organizações e populações deveriam trabalhar junto com estado de forma eficiente. Aí os Krahô ganham o primeiro prêmio, no início de 1999. Era R\$ 10.000,00 o prêmio que foi passado inteiramente para *Kapey* na época, aí eles compraram a casa que passou a ser a sede da *Kapey*. Mas isso inaugura uma nova fase nos Krahô. O BNDES resolve investir em um programa social lá dentro. Aí faz escola, com armazém, com várias coisas. Constroem uma ponte unindo as comunidades [...]⁴¹.

Esses eventos, conforme Patrícia, além de terem propiciado o encontro dos Krahô com a Embrapa em busca das sementes, foi o momento em que os chefes e pesquisadores da instituição discutiam na câmara em Brasília, com os deputados, legislações que mais tarde surgiriam por conta da ratificação do Tratado da CDB no país. Contudo, a Embrapa não foi protagonista do tema. Pode-se dizer que mais uma vez a sociedade civil – os Krahô –, promoveu com o retorno com o milho à instituição, a parceria entre a sociedade e o estado, afirmou Patrícia. Além disso, o momento propiciou o investimento de recursos no território Krahô, local que tem reunido distintos encontros, como a realização das feiras de trocas de sementes.

⁴¹ BUSTAMANTE, P. Entrevista concedida à autora. Brasília, jun. 2016.

Quando Patrícia inicia suas atividades profissionais na Embrapa, sua trajetória é introduzida pela experiência do retorno do povo Krahô na instituição, inaugurando o longo diálogo entre indígenas e cientistas. Relata a pesquisadora que alguns colegas se juntaram com professores(as) da UnB (Universidade de Brasília) e realizaram um curso sobre pesquisa-ação e diagnóstico participativo na Embrapa. Só depois desse encontro os profissionais da instituição partem para a primeira viagem no território Krahô, cujo objetivo era construir um relatório também histórico sobre ambiente e vida do povo, além de um projeto em conjunto.

Em 2000, foi aprovada a proposta de atividades denominada: “Etnobiologia, conservação de recursos genéticos, e bem-estar alimentar em comunidades indígenas”. A partir de então, realizou-se um seminário, com a participação do pessoal da procuradoria, pois eles já tratavam das questões que envolviam os povos indígenas. Naquele momento, não existia nenhum marco regulatório que instrumentalizasse o diálogo entre os pesquisadores e povos. Dessa forma, foi estruturada a primeira comissão paritária entre Embrapa e Funai, para que assim houvesse a autorização do órgão indigenista à instituição de pesquisa, na realização das atividades de pesquisa-ação junto aos Krahô, conforme rememorava Patrícia em seu discurso.

Com o projeto aprovado, por um período de quatro anos, devido à realização do seu doutorado, Patrícia permanece de coordenadora por apenas doze meses. Nesse momento, Terezinha retorna à instituição, assumindo a gestão das atividades, que mais tarde com a renovação da proposta, passa a ser incorporada pela rede recursos genéticos da Embrapa.

Contudo, retomando o histórico do diálogo, Terezinha comentou que na inauguração do encontro entre os Krahô e a instituição em busca das sementes de milho, os gestores da Embrapa, na época, teriam sido pró-ativos, pois pela primeira vez a coleção de base estava sendo aberta para o povo agricultor – isto é, para a sociedade civil. “Não estávamos tratando da coleção ativa, mas da coleção de base. É uma coleção central, que é a coleção de segurança nacional de recursos genéticos. É a nossa coleção de base que é duplicata, e existe em outras unidades”⁴².

Como se tratava da Colbase, local onde se guardam milhares de espécies, mas com poucas sementes, dada sua limitação e seu propósito, ao mesmo tempo, Terezinha disse que foram escassas as doações. Relatou a pesquisadora que foram disponibilizadas quatro variedades de milho que os Krahô identificaram como suas.

⁴² DIAS, T. Entrevista concedida à autora. Brasília, jun. 2016.

Porém, para Terezinha, as poucas sementes resgatadas pelos indígenas resultaram em férteis projetos acordados entre a instituição e os povos indígenas. Para a pesquisadora o convênio assinado em 1998 entre Embrapa e Funai foi um momento relevante para a instituição, já que o documento contemplaria as ações que viessem a ser desenvolvidas em qualquer unidade da Empresa no Brasil. Além disso, a Embrapa reconheceria institucionalmente as atividades de pesquisa realizadas, especialmente, com os Krahô, comentou Terezinha entusiasmada sobre o início das experiências.

No contrato acordado entre as instituições envolvidas, foi estabelecida a garantia de que haveria o acesso dos povos indígenas aos recursos genéticos na Embrapa. Ao mesmo tempo, como a instituição estava lidando com conhecimentos associados dos povos, os(as) pesquisadores(as) no documento foram assegurados(as) juridicamente de realizar as atividades dessa magnitude. Isso significa, aos olhos de quem está observando, que a Embrapa, ao longo dessas relações, instrumentalizou e hierarquizou politicamente seus atos de pesquisa, como forma de controlar o acesso as sementes, mas, também, de se proteger contra aqueles povos que vieram fornecer o mais importante para os BAGs e seus (suas) gestores(as).

Contudo, para Terezinha, estávamos diante do cumprimento das regras estabelecidas a partir de discussões internacionais. Em outras palavras, como o Brasil ainda não tinha um instrumento que tratasse das normas da CDB, assim como também não existia o conselho gestor de patrimônio genético naquela ocasião, a Embrapa construiu junto à associação Krahô – *Kapey* o primeiro contrato brasileiro de acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado. Em 2000, tratava-se de uma experiência inaugural sobre o tema pesquisa, com o acesso aos recursos genéticos, cuja finalidade foi fomentar a agricultura e a alimentação, em outros moldes científicos. Desde então, o convênio entre as instituições vem sendo renovado, o que, de certa maneira, segundo Terezinha, tem garantindo o exercício das atividades dos(as) pesquisadores(as) com os povos indígenas.

Porém, as normas do Estado não param por aí. Ainda em meados de 2000, foi lançado um decreto presidencial, pelo qual se instituíram as normas para os trabalhos e pesquisas realizados com povos indígenas, semelhante à próprias questões que teriam sido abordadas no contrato de cooperação de trabalho entre Embrapa e os Krahô – Funai. Terezinha relembra o

fato histórico, dizendo que a Embrapa, então, passa a se adequar às novas regras, por meio da primeira anuência prévia⁴³ realizada junto ao povo Krahô.

Entre os trâmites institucionais, se adequar, principalmente, às regras impostas pelas leis e tratados, com certeza foi um dos desafios dos(as) pesquisadores(as) na elaboração de suas atividades com os Krahô, comentou Terezinha. No entanto, lembrou que além das questões suscitadas pelo contexto ocidental-mundial-político-científico⁴⁴, os cinco anos de idas e vindas, do território Krahô para a Embrapa, e desta para as comunidades indígenas, o diálogo entre eles, contribuiu com a formulação do primeiro grande projeto.

No início do ano de 2001, Terezinha se tornou efetivamente coordenadora da proposta dos diálogos e ações entre a Embrapa e o povo indígena Krahô. Relatou a pesquisadora que o grande desafio desse trabalho foi encontrar um norte como apoio para a realização das atividades, uma vez que existiam pouquíssimos trabalhos científicos que falassem da conservação *in situ*. “É como se não tivéssemos um método. Não existia uma metodologia consagrada para ações de conservação *on farm*, e da relação da conservação *on farm* com a conservação *ex situ*”⁴⁵.

Diante do estranhamento das relações entre os distintos universos, Terezinha disse que os(as) pesquisadores(as) aprenderam à medida que as ações eram realizadas junto aos Krahô. Desde o início do projeto foi se fazendo as atividades e aprendendo como fazê-las, conta a pesquisadora. Assim foram realizados cursos também introdutórios/preparatórios, como metodologia participativa e da linguagem Krahô para os(as) cientistas. As maiores dificuldades, afirmou Terezinha, foram os(as) profissionais compreenderem a relevância de uma breve formação a respeito da língua do povo com o qual estavam convivendo.

Mais que o simples ato de mediar ações e diálogos entre pesquisadores(as) e os indígenas, acredito que Terezinha estava empenhada em descobrir e construir seu próprio método sobre os aspectos que abrangem tanto a gestão quanto a conservação das sementes, nos territórios Krahô. Assim, a aproximação epistemológica seria/foi a fonte principal das

⁴³ Conhecida como “Anuência Prévia Informada”, o documento exigido pela antiga Medida Provisória 2186-16/01 e pelo Decreto 3945/ 01 que regulamentou o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, bem como a repartição dos benefícios derivados de sua exploração, foi um instrumento criado para que os povos indígenas/tradicionais, fossem comunicados sobre o caráter das atividades realizadas por pesquisadores/empresas junto aos povos. Como exemplo, Camargo *et al.* (2003) falam sobre a experiência de construir o termo de anuência prévia e informada, junto aos Krahô.

⁴⁴ O palavrão “ocidental-mundial-político-científico” foi uma fórmula, nestas palavras, que encontrei para resumir as falas e explicações da pesquisadora que, de certa maneira, têm retratado as relações de poder e saber e todo seu emaranhado.

⁴⁵ DIAS, T. Entrevista concedida à autora. Brasília, jun. 2016.

suas ações. De algum modo, “trata-se de um apelo à democratização de saberes” (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p. 35).

No momento em que conversávamos sobre a histórica experiência de diálogos entre pesquisadores(as) e os Krahô, Terezinha, entusiasmada, passava algumas imagens na tela do seu computador, registradas pelo seu tempo e espaço. Tive a oportunidade, ainda que restringida pelo alcance da câmera, de reencontrar algumas pessoas que já se faziam presentes na minha memória, como próprio Fernando, o indigenista, e alguns Krahô, desde a vivência na “I Feira *Mebengokré* de Sementes Tradicionais”, em 2012.

Dentre as imagens, Terezinha comentou, também, sobre a fotografia que evidenciava as diferentes posturas corporais do pesquisador e o Krahô, coletando solo no território indígena. A pesquisadora me narrou detalhadamente como eram feitas as análises laboratoriais do solo indígena, que foi uma das propostas do projeto. Os significativos resultados para a comunidade científica eram apresentados aos Krahô, em cursos realizados na Embrapa.

Entendeu-se que o conjunto de ações estava configurado, principalmente, pelo desenho de uma metodologia científica ocidental. Disse Terezinha que o objetivo do projeto era promover a conservação da agrobiodiversidade, com ações de reintrodução de recursos genéticos escassos ou desaparecidos, como a implementação de estratégias de valorização dos agricultores de comunidades agrobiodiversas. O que implicava o estímulo aos guardiões de sementes, desenvolvendo estudos e métodos que promovessem o manejo comunitário da agrobiodiversidade. Esta última ação era compreendida entre os profissionais como a promoção da conservação *in situ* e a relevância da sua interface com a sua conservação *ex situ*.

Para os(as) pesquisadores(as) na Embrapa, principalmente aqueles(as) que acompanhei, os guardiões são as pessoas-chave presentes nas distintas comunidades. Seriam estes(as) agricultores(as) responsáveis por guardar-protoger as sementes, raízes, tubérculos e todo universo, nesse caso, vegetal. Daí a necessidade de estabelecer uma parceria duradoura entre os profissionais da Embrapa com essas pessoas, que são geralmente identificadas por meio de suas práticas, e reconhecidas principalmente por seus pares.

Mais do que isso, segundo Aquini (2015), os guardiões não somente guardam as sementes, como garantem anualmente sua reprodução, aguardando que elas deem vidas. Assim, a relação deles com o tempo torna-se um processo especial, pois somente com o

transcurso as espécies cultivadas têm a garantia de receber as devidas características apresentadas pelas particularidades tanto do ambiente quanto das relações sociais.

Talvez essa diferenciação visivelmente existente entre as ações dos guardiões e cientistas justifique as próprias reformulações metodológicas praticadas por esses(as) profissionais em campo, conforme tive a oportunidade de acompanhá-los(as). São essas relações, parafraseando Santos, Meneses e Nunes (2005), o principal impulso à democratização da ciência a partir da própria ciência.

No entanto, não existe uma receita pronta para que ocorra essa virada hegemônica apontada pelo poder e saber ocidental. Antes de mais nada, estamos diante de alguns cientistas da Empresa que, por meio de suas vivências com os povos, constantemente têm buscado dialogar com os saberes nativos.

Terezinha explicou como o projeto realizado junto aos Krahô foi elaborado a partir da leitura mútua entre as partes envolvidas do território indígena. Segundo a pesquisadora, foi preciso observar a diversidade territorial, tanto da flora como de fauna, para compreender os problemas vivenciados pelos Krahô, e assim criar medidas para a resolução ou mesmo reduzir os impactos negativos causados pelos acontecimentos históricos do modo de produção agrícola moderna ocidental.

Tal experiência, disse ela, resultou na elaboração de mapas a partir do conhecimento do povo Krahô. Mas foram principalmente os diálogos, disse Terezinha, entre as formas de conservações de recursos genéticos, que necessitaram tanto da presença dos Krahô na Embrapa, quanto dos(as) curadores(as) dos BAGs no território indígena, o ponto crucial para estabelecer ações que pudessem contribuir com o modo de vida do povo. Para a pesquisadora, a ideia era que esse intercâmbio de experiências proporcionasse em uma espécie de capacitação dos Krahô com os(as) pesquisadores(as) na Embrapa, assim como nas comunidades Krahô. Daí a necessidade, falou Terezinha concentrada, da própria inserção dos(as) profissionais nas comunidades junto aos indígenas, para a complementação dos cursos preparatórios de conservação.

Para a execução das tarefas, Terezinha relatou que o projeto contou com alguns recursos financeiros, oriundos, na época, do conhecido Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Mais tarde, houve um plano de cooperação entre Brasil e Itália, para o financiamento das ações entre pesquisadores e o povo Krahô; além disso, obtiveram-se verbas de duas emendas parlamentares, como também de recursos destinados pela Embrapa para a concretização das atividades.

Segundo a pesquisadora, as viagens eram realizadas para o território Krahô em equipes de técnicos e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Durante o dia as atividades decorriam junto aos Krahô, e no período da noite os(as) profissionais se reuniam entre eles(as) para conversar e ajustar as ações, conforme as demandas e regras comunitárias dos indígenas.

Além da reivindicação pelos Krahô das suas sementes que haviam sido incorporadas nos BAGs da Embrapa, Terezinha mencionou que, ao longo da convivência, os indígenas também pleitearam outros serviços, como foi o caso da solicitação de espécies frutíferas. Terezinha relatou que na época os indígenas justificaram o pedido dizendo que quando viajavam para a cidade observavam outras plantas que não existiam em suas comunidades. Com o propósito de atender as solicitações dos Krahô, as mudas disponibilizadas não eram oriundas diretamente dos BAGs, pois eram materiais não nativos. Assim, foram oferecidas cultivares desenvolvidas na pesquisa, como o caju anão, explicou a pesquisadora em um tom, diria um tanto defensivo, daquele tipo de prática realizado por meio do projeto.

“Tivemos todo cuidado. Fomos em cada comunidade perguntar quais espécies eles tinham interesse. Também estudamos aquelas que eram mais rústicas e que não necessitavam de adubos externos para sobreviver”⁴⁶. Na medida em que foram inseridos os quintais, o que era tão distante da realidade deles, manifestou Terezinha, necessitaram organizar, em conjunto com as comunidades, cursos de capacitação técnica para o manejo daquelas novas espécies.

Nas imagens, Terezinha me deixava a par dos encontros entre os(as) pesquisadores(as) e os Krahô. Na fotografia, com o Cerrado de fundo, constavam alguns indígenas em meio à mudas e outras pessoas que, segundo sua descrição, eram técnicos e cientistas da instituição. Em outra reprodução fotográfica, Terezinha falou do dia em que o curador de bananas foi até o território Krahô para uma conversa sobre os sistemas agrícolas.

No formato dos diálogos de saberes, proposto pelo projeto por meio de cursos, o curador que então trabalhava com bananas se encarregou de apresentar para os Krahô uma técnica que contribuísse com o manejo das plantas. O objetivo desse encontro era melhorar a reprodução, possibilitando a abundância de cachos da espécie, o que contribuiria com a alimentação das famílias, concluiu Terezinha. Outro passo importante foi o ajuste do formato tecnológico dos produtos desenvolvidos pela Embrapa, conforme a realidade Krahô. Explicou a pesquisadora que os sistemas agroflorestais, no modelo que a instituição vinha estudando,

⁴⁶ DIAS, T. Entrevista concedida à autora. Brasília, jun. 2016.

ainda que se tratasse do cultivo de sementes misturadas em meio a espécies florestais, a lógica se distinguia muito da prática dos Krahô.

“Como estávamos dialogando sobre os sistemas agroecológicos, também levamos o novo, assim como foram levadas as frutas. Foram os pesquisadores que trabalhavam com a temática na Embrapa que deram cursos nas comunidades Krahô”⁴⁷. A partir das palavras da pesquisadora podemos perceber que os projetos com os Krahô foram uma espécie de reagrupamento dos diferentes trabalhos da Embrapa, cuja participação dos(as) mais distintos(as) pesquisadores(as) reflete os movimentos de Terezinha em busca de alianças entre os próprios profissionais.

Conta Terezinha que os(as) curadores(as), dentre as atividades organizadas pelo projeto, também participaram de algumas feiras de trocas de sementes Krahô, pois o objetivo era que eles(as) pudessem visualizar a biodiversidade e conversar com os indígenas. Além dessas atividades, foram realizadas algumas ações em parceria entre cientistas e os Krahô, como foi o caso da coleta de variedades de fava.

Marília Burle, a pesquisadora-curadora de fava na época, foi mais uma das pessoas que estiveram imersas no emaranhado de relações entre os(as) cientistas, indígenas e sementes. Terezinha relatou que a curadora teve a contribuição de um Krahô para reunir algumas variedades cultivadas no território pelos indígenas. Essa parceria resultou em 45 acessos de variedades de fava, complementa Terezinha.

O diálogo entre os distintos universos também proporcionou, disse a pesquisadora, no convite ao Krahô que havia realizado as coletas, participar na Embrapa, da atividade de multiplicação das favas. Com a participação da liderança indígena, foram plantados os experimentos de campo, com as 45 variedades dos Krahô e alguns materiais do BAG de fava da instituição. Contudo, ficou a encargo da curadora Marília caracterizar as variedades, por meio do método de comparação morfológica das 45 variedades, para que então fossem registradas e incorporadas à coleção de favas do banco ativo.

A partir dessas ações foi elaborado pela curadora Marília e a pesquisadora Terezinha um catálogo ilustrativo-descritivo sobre as variedades, com a proposta de que outros povos conhecessem as sementes que há também no BAG. O material teórico, disse Terezinha, contribuiria com aqueles indígenas que queriam acessar as favas na Embrapa. Contudo, a pesquisadora ressaltou estabelecido pela instituição, ou seja, ainda que fosse concedido o acessos às favas, o povo Krahô deveria ser informado, e só diante da sua autorização seriam

⁴⁷ DIAS, T. Entrevista concedida à autora. Brasília, jun. 2016.

fornecidas suas variedades. Além disso, Terezinha mencionou que o catálogo contribuiu para a propagação das informações entre as comunidades Krahô.

Outra atividade de coleta no território Krahô foi com variedades de arroz. Terezinha, ao me relatar sobre a ação dos(as) pesquisadores(as), fez questão de dizer que: “o Krahô tem fava que é coisa tradicional de índio [...] arroz não é [...] mas o arroz, a introdução é tão antiga, e comunidades indígenas se apropriaram tanto do arroz, e mantêm diversidade [...] eles podem ser considerados guardiões de variedades de arroz. Eles têm vários tipos”⁴⁸.

Nessa jornada, Terezinha comentou que foram coletadas 26 variedades da espécie nos Krahô. Essas sementes foram de práxis enviadas para a Embrapa Arroz e Feijão, localizada no estado de Goiás, pois a unidade é especializada em pesquisas com a espécie. Na unidade, Terezinha contava com a parceria do pesquisador-curador do BAG de arroz, Paulo Hideo.

Não tão distante das etapas realizadas de classificação da fava, o curador Paulo Hideo se responsabilizou em caracterizar as sementes de arroz conforme o método ocidental agrônômico. Terezinha também relatou que as variedades foram multiplicadas pelo pesquisador e enviadas em boa quantidade para as comunidades Krahô. Além disso, Terezinha reforçou que a devolução das variedades, dentre os diversos motivos, era uma ação que visava intensificar a conservação *on farm/in situ*, uma vez que já havia poucas quantidades das variedades encontradas.

Nesse emaranhado de coisas e pessoas, eis que surge, diria, uma infinita trama de relações. Terezinha tentou desenhar por meio de narrativas-fotografias a composição do(s) projeto(s) Krahô. Dentre os cursos ocorridos na Embrapa com o povo indígena, Terezinha fez questão de mencionar a experiência vivenciada ainda no ano de 2006, do curador de *cucurbitaceas* com os Krahô. Num tom animado, Terezinha lembrou esse dia da visita dos Krahô à Embrapa Hortaliças, dizendo que os indígenas haviam selecionado 46 variedades de abóbora do BAG.

Terezinha me narrou que naquela ocasião, devido à ausência dos frutos de abóboras, o pesquisador-curador José Flavio teve de usar as tecnologias virtuais para demonstrar as variedades aos Krahô. Segundo as pesquisadoras, os indígenas tiveram que selecionar as variedades por meio das imagens que foram apresentadas no telão. Nesse instante, recordei de uma experiência semelhante que tinha presenciado junto aos Mbyá Guarani na Embrapa Clima Temperado, que descrevo no próximo capítulo.

⁴⁸ DIAS, T. Entrevista concedida à autora. Brasília, jun. 2016.

Retomando a fala de Terezinha, a pesquisadora relembra com detalhes a atividade, dizendo que os Krahô, concentrados, acompanhavam cada movimento do curador, que clicava no botão fazendo surgir as abóboras e morangas nas fotografias. Foram projetadas em torno de 600 fotos das variedades de *cucurbitaceas* que existem no banco ativo. À medida que o curador exibia as imagens, os Krahô anunciavam o pertencimento de algumas delas à vida do seu povo. Cada variedade que passava a ser identificada previamente como uma semente indígena o curador fazia uma pausa para que os Krahô dialogassem entre si. Complementou Terezinha que os materiais selecionados pelos Krahô naquele dia foram desde as *cucurbitaceas* escassas no território, até aquelas que despertaram algum tipo de curiosidade nos Krahô.

Dentre as ações do projeto, também foram identificados outros materiais pelos indígenas nos bancos ativos, como batata-doce e cará. Tudo foi multiplicado nas unidades da Embrapa, parceiras do projeto, e enviadas em várias circunstâncias para as comunidades Krahô. Além disso, nas feiras de trocas de sementes Krahô, Terezinha mencionou que entravam em contato com os curadores, solicitando a multiplicação de materiais, para exporem e disponibilizarem nos espaços de intercâmbio.

Diferentemente das atividades com povos indígenas, orientadas por Terezinha, a Embrapa Clima Temperado ao propagar as espécies, sementes, variedades, cultivares, dentre outros, nas feiras de trocas de sementes, nem sempre, ou quase que raramente, conforme se observou, contribuiu com o acesso dessas comunidades, uma vez que a participação de indígenas nestes eventos é ainda esporádica. Conversando com Terezinha sobre a conjuntura das feiras organizadas no RS, a pesquisadora lembrou dos momentos de diálogos entre os Krahô e as instituições parceiras, que foram fundamentais para a estruturação das feiras Krahô de troca de sementes. Segundo Terezinha, foi a partir da recuperação das sementes de milho na Embrapa que os Krahô e apoiadores tiveram a ideia de organizar, em 1997, a primeira feira de troca de sementes tradicionais do Brasil.

Afirmou a pesquisadora que a proposta inicial teria surgido nas reuniões da associação *Kapey*, como uma demanda indígena. Após o primeiro evento, a feira anualmente tomava uma proporção maior, e além da participação das comunidades e parentes Krahô, outros povos, organizações sociais e órgão públicos, passaram a compor o novo ritual de troca.

Acredita Terezinha que as feiras de trocas de sementes organizadas pelos Krahô foram um movimento que motivou, após uma década, outros povos indígenas. Os Krahô inauguraram um outro jeito de articular as políticas em concomitância com a troca das

sementes, por meio da realização desses eventos, o que também resultou na maioria dos povos que participaram criar suas próprias feiras. Dentre eles estão: os índios do médio rio Purus, os Xerente, os Sateré Mawé, os Kayapó, os indígenas de Roraima, dentre outros, comentou alegremente Terezinha.

Na visão da pesquisadora, dentre as ações mediadas por ela para o povo Krahô, duas foram extremamente assertivas, como: os quintais de frutas plantados nas comunidades e as realizações das feiras de trocas de sementes. Afirmou que essas atividades, componentes do projeto que visava trabalhar com a segurança alimentar das comunidades indígenas assistidas, foram bem-sucedidas no território Krahô.

Segundo Terezinha, além das feiras propiciarem o encontro das famílias, parentes, outros povos, de uma imensa diversidade genética e de conhecimentos, o evento também foi um espaço em que os(as) pesquisadores(as) vivenciaram o universo tão distinto dos seus. Esse foi o momento ideal para que os curadores(as) percebessem a importância do diálogo entre a conservação *ex situ*, *in situ/on farm*, disse Terezinha.

A pesquisadora também relembrou de um encontro com um Krahô. Terezinha mencionou que aquele momento face a face com o indígena podia ser compreendido como o próprio processo de diálogo entre os sistemas de conservação e o universo Krahô. Em seu discurso, havia uma composição de frases em português e palavras da língua Krahô, que era traduzido simultaneamente, enquanto me narrava sua conversa com o indígena.

Nas palavras de Terezinha, o Krahô, até então desconhecido por ela, se aproximou para lhe solicitar a multiplicação de duas sementes de favas. Surpresa, a pesquisadora lhe estende a mão para receber as favas. Nesse instante da entrega, o Krahô disse à pesquisadora que estava lhe passando as duas sementes com o propósito de que as multiplicasse, para evitar a perda daquela variedade. Terezinha contou que, em resposta ao pedido, as sementinhas plantadas na casa de vegetação na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia teriam rendido quase um quilo, e assim foram devolvidas no ano seguinte ao Krahô.

Ao longo do tempo, foram diversas atividades realizadas pelos projetos Embrapa/Krahô, retomou Terezinha em sua fala. Tratam-se de ações que vão desde o resgate do *cupá*, uma planta que estava caindo em desuso por alguns Krahô, como ações voltadas às diversas formas de uso do pequi, da farinha de jatobá, da retomada do artesanato com a sementes de tiririca, das oficinas de troca de diálogos e o incentivo à conservação das espécies e variedades *in situ/on form*, que os próprios Krahô haviam selecionado. Houve práticas de

etnozoologia⁴⁹, como a identificação de animais do universo Krahô nas comunidades indígenas.

Entre uma prática e outra, a identificação de plantas e a quantificação das coisas, como parte do cotidiano dos(as) pesquisadores(as), não apareceu apenas nas tabelas dos resultados do(s) projeto(s) da Embrapa com os Krahô. Nas palavras de Terezinha, especialmente nas feiras, os pesquisadores não indígenas e indígenas, com uma prancheta na mão, percorriam juntos entre as pessoas e plantas, registrando e calculando o número das espécies presentes. O propósito era demonstrar, por meio desses dados, os resultados significativos, em termos principalmente de uma ciência, o aumento da diversidade genética nas feiras.

A notória experiência dos diálogos entre os Krahô e pesquisadores-curadores da Embrapa, mediados por Terezinha há mais de 16 anos, narrada por ela em dias em que lhe acompanhei, com muita conversa e questionamentos, traz consigo o intenso emaranhado de relações entre pessoas e coisas, cujas parcerias são parte do processo histórico e político, sobretudo, na Embrapa, que seguem sendo discutidas no próximo item.

De certo modo, as narrativas voltam-se para a expressão que Terezinha mencionou como uma frase muito falada entre os profissionais; se “os Krahô bateram com a flecha no banco de germoplasma da Embrapa” como os próprios cientista reverberam, é possível notar as mudanças e a relevância da ação no cotidiano dessas pessoas. O que causou, de certa forma, desde tensões internas na instituição, até as rupturas das barreiras de uma ciência inscrita por seus processos políticos hegemônicos

3.3.1 Dos diálogos às parcerias: o poder oculto dos guerreiros

Terezinha, como uma boa mineira que é, encantadoramente me envolveu em suas lembranças. Foram histórias de vida, suas e de outras pessoas, relatadas com alguns detalhes que chamaria de poéticos. Seus gestos corporais, enquanto me narrava os fatos vividos com povos indígenas, prendia minha atenção. Entre tantos relatos, a frase que ficou famosa entre seus pares, de que os Krahô teriam acertado com a flecha o banco de germoplasma da Embrapa, até os dias atuais tem ecoado pelos corredores da instituição. A presença dos Krahô em busca das suas sementes é relembrada como um acontecimento novo e ao mesmo tempo passa a ser o marco histórico para ciência na instituição.

⁴⁹ Projetos e ações com os povos indígenas, principalmente com o povo Krahô, podem ser encontrados em capítulos publicados no livro *Diálogos de Saberes: relatos da Embrapa* (DIAS *et al.*, 2016). Da mesma maneira, as atividades de etnozoologia realizadas no território Krahô foram publicadas no documento.

Terezinha, alegre, relatou que após muitas divulgações do projeto com os Krahô, em diferentes meios de comunicação, uma estratégia que, também, visava ao reconhecimento das ações na Embrapa, conforme havia mencionado, acreditava ter aproximado outros povos da Embrapa. Após a inesquecível presença Krahô na instituição, foi momento de se deparar com a dura reivindicação dos Xavante.

Em detalhes, Terezinha narrou o dia dessa surpreendente visita. A chegada do enorme homem Xavante em sua sala, em 2003, foi marcada pelo instante em que a liderança deu um tapa na mesa da pesquisadora. Logo sua insatisfação viria acompanhada de questionamentos e solicitações. O Xavante indagou como a Embrapa tinha sido capaz de divulgar a notícia de que as sementes de milho haviam nascido nas câmaras da Embrapa. Naquele momento, contou a pesquisadora que o Xavante exigiu que a história fosse contada conforme a origem daquela semente.

Sem algum tipo de intervalo, o cacique se apresentou para Terezinha, e logo lembrou do dia em que profissionais da Embrapa estiveram em seu território coletando sementes. Porém, sua visita à Embrapa era para tentar reaver as sementes de milho que haviam perdido. Terezinha, surpresa com o fato e o ato político do Xavante, orientou a liderança que encaminhasse uma carta por intermédio da Funai para o presidente da Embrapa, solicitando suas sementes e todos materiais que gostariam de acessar nos BAGs.

Aos olhos dos observadores aos observados, se percebe que nem todos de imediato conseguem acessar os bancos ativos de germoplasma. As regras e os limites são estabelecidos pela própria instituição para as atividades de pesquisa-ação que visem ao atendimento às comunidades e povos. Porém, apontou Terezinha que o momento marcado pela contestação do Xavante pelos milhos do seu povo havia se chocado com o difícil período vivenciado por ela e os Krahô. Os recursos financeiros que apoiavam as atividades com esses indígenas já não impulsionavam mais as relações entre o povo e os(as) pesquisadores(as), no que diz respeito à multiplicação e ao encaminhamento das variedades dos BAGs para os Krahô. No entanto, foi o presidente da Embrapa quem burocraticamente encaminhou uma ordem para a Embrapa Milho e Sorgo para que então fossem multiplicadas as sementes de milho e enviadas para os Xavante.

Na época, Ramiro de Andrade, pesquisador-curador do banco ativo da espécie, foi quem se encarregou pela atividade. O pesquisador, já com sua idade avançada e próximo de sua aposentadoria, teria desempenhado seu último trabalho na instituição, endereçando as sementes aos Xavantes. O ato teria marcado a nova experiência de Ramiro. Em uma ligação

para Terezinha, ficou dito que o acontecimento passou a ser considerado por ele o mais relevante da história de sua vida profissional.

Segundo Terezinha, o pesquisador Ramiro teve a oportunidade de entregar as sementes em duas aldeias, e as demais foram encaminhadas pela Embrapa para a associação Xavante. Nesse mesmo tempo, a pesquisadora-curadora Flavia Teixeira, que havia acompanhado as atividades junto ao curador Ramiro, compreendeu que tais ações deveriam ter continuidade com os demais povos indígenas no Brasil. A atitude de Flavia foi criar na instituição um Plano de Ação pelo qual assegurava o exercício de multiplicar e simultaneamente disponibilizar as variedades de milho para os povos.

Na visão de Terezinha, a tomada de decisão de Flavia foi um momento crucial e muito importante para a instituição, pois, pela primeira vez, havia um Plano de Ação específico, que possibilitava de forma efetiva a abertura de um BAG. Foi então que, a partir do formato institucional, há mais de 14 anos, em parceria com a Funai, as sementes tradicionais de milho retomaram os caminhos das comunidades indígenas. Porém, é importante lembrar que o retorno das variedades aos territórios indígenas, na prática, tem sofrido várias interferências, especialmente quando as regras na instituição são modificadas conforme as políticas externas, como foi anunciado anteriormente.

Nesse emaranhado de tensões e de constantes mudanças de decisões, o esforço de devolver as sementes aos seus donos foi lembrado em cada manifestação dos(as) pesquisadores(as), quando estive diante dos(as) deles(as). Em uma conversa com Flavia, a pesquisadora fez questão de dizer que antes mesmo de assumir a curadoria, seu colega havia enviado as variedades além dos Xavante, para os Krahô. Com a sistematização do banco ativo, por meio do Plano de Ação, as sementes da espécie também tiveram outros destinos, como os territórios: Bororo, Guarani, Kaingang, Pataxó, Maxakalí.

Vejamos que tanto para Terezinha como para Flavia, a saída encontrada para o reparo das relações, no que diz respeito às práticas da instituição desde a coleta até a restituição vegetal aos territórios indígenas, foi a própria instrumentalização das atividades, asseguradas pelas regras da Embrapa. Nesse sentido, é possível dizer que o formato institucional pode representar uma espécie de controle da biodiversidade, o que veio a ser definido por Cajigas-Rotundo (2006) como uma nova ordem do ecocapitalismo incitado através dos projetos de conservação. Nesse ponto, é possível refletir sobre a maneira com que as políticas de conhecimento, e de quebra da biodiversidade, carregam consigo as novas formas de

colonialismo. Assim reconhecido pelo autor como expressão da *biocolonialidad del poder* (CAJIGAS-ROTUNDO, 2006).

Nesse contexto, os(as) mediadores(as) representantes da instituição encontram-se num processo tanto postulado pelos acontecimentos coloniais externos, quanto pelas regras de ordem e controle praticadas pela Empresa. Como vimos na fala de Terezinha, talvez as sementes não chegassem até os Xavantes, se não houvesse a mediação e a intervenção da Funai, na solicitação dos milhos para a Embrapa.

No entanto, não é a primeira vez que os povos indígenas necessitam do órgão como mediador das práticas de acesso ao germoplasma na Empresa. Flavia e Terezinha mencionaram que o indigenista Guilherme Carrano, desde a experiência com os Xavante, foi quem buscou o fortalecimento das parcerias entre as instituições, resultando na dinâmica relação entre os povos indígenas e pesquisadores(as) da Embrapa. Lembremos que a interferência do indigenista no conjunto dessas ações se refere a um emaranhado de práticas e formalizações jurídicas entre Funai e Embrapa, como as próprias pesquisadoras mencionaram, e que de certa maneira, compõe as regras impostas pela biocolonialidade do poder.

Mas o que está em jogo é a própria reformulação de uma hierarquia do poder-saber a partir da construção de espaços e práticas de liberdades. Isso significa, nas palavras de Castro-Gómez (2010), que examina cuidadosamente as obras de Foucault, que as relações de poder não serão marcadas unicamente pela dominação, mas também pelo jogo de práticas sobre práticas. Esse jogo permite que as relações de poder sejam reversíveis, enquanto que o estado de dominação não predominará o jogo de liberdade, mas, sim, o exercício da violência. As formas de saber e os processos de subjetivação (pode ser visto como um conjunto de práticas sobre práticas) são percebidos como possíveis espaços de liberdade e de resistência diante de um cenário dominador (CASTRO-GÓMEZ, 2010).

Desse modo, é possível perceber como o poder oculto dos guerreiros, a partir do contexto etnográfico, está inscrito pelas interferências dos próprios povos indígenas no dia a dia dos pesquisadores(as). Quero dizer que ações políticas indígenas são capazes de reestabelecer os mecanismos, sejam eles formais e/ou informais, do próprio *modus operandi* dos bancos ativos.

Assim, tanto a flecha Krahô quanto a potente voz e a batida do Xavante na mesa de Terezinha, dentre os diversos exemplos que ouvi ou mesmo presenciei, reorientaram e ainda reorientam alguns projetos e atividades, compostos pela estrutura político-científica da Embrapa. Naquele ano, em 2016, quando me comuniquei com Flavia, o encaminhamento das

variedades de milho para os povos indígenas era um tipo de ação do projeto vinculado ao Macroprograma, cuja temática abordava as questões dos recursos genéticos vegetais na Embrapa.

Quando lhe perguntei em relação a sua experiência com a “abertura” dos BAGs para os povos indígenas, Flávia descreveu que aquelas ações, em si, não se tratavam daquele tipo de iniciativa. Para ela, o acontecimento era um resgate de variedades tradicionais, através do movimento realizado por parte dos indígenas. Disse que entendia que os BAGs deveriam estar preparados para receber demandas, interpretar os anseios e assim identificar qual material atenderá os objetivos das pessoas e povos.

Porém, a tarefa, como vimos, não tem sido tão simples. Flávia, como diversos outros pesquisadores-curadores com quem conversei, apontaram limites semelhantes, como a restrição de recursos, que vai desde os financiamentos para multiplicação dos materiais, até a mão de obra técnica de campo. Para Flávia, tais problemas podem ser revertidos no instante em que são formalizadas as parcerias entre instituições e povos agricultores, possibilitando as etapas da pesquisa se concretizarem, tais como: a multiplicação das sementes, e o acompanhamento dos resultados.

Para a ex-curadora de fava Marília, a colaboração direta das lideranças indígenas foi fundamental para o diálogo entre a instituição e as comunidades. Assim, diante dos limites dos profissionais e sua instituição, nos encontros, buscava-se destacar que os povos ficavam responsáveis pela multiplicação das variedades em seus territórios. Considerou Marília que essas ações eram tratadas como um comprometimento dos próprios indígenas, que se encarregariam de alimentar uma espécie de banco ativo *on farm*.

Para a pesquisadora, a abertura do BAG se deu no instante em que foram realizadas as atividades no projeto coordenado por Terezinha, principalmente, quando eram organizados os cursos de saberes na Embrapa. Nessas visitas dos povos indígenas, eram apresentadas as favas da coleção, e eles tinham a liberdade de selecionar aquelas que tinham algum tipo de motivação para levar.

Como a fava é uma espécie recorrente na região do Cerrado, a pesquisadora relatou que a maioria dos povos indígenas que a contatou para acessarem os materiais, foram aqueles que cultivavam a espécie, como foi o caso dos: Krahô, Canela, Xavante. Mas o inverso também se tornou uma prática recorrente. Marília lembrou que foi a partir das experiências anteriores que as notícias se espalharam entre as comunidades indígenas, fazendo com que a procurassem, com o intuito de depositar seus materiais na Embrapa. Para atender as

solicitações dos povos, disse Marília que as sementes foram salvaguardadas no BAG em um regime denominado pelos pesquisadores como cópia de segurança.

Essa cópia de segurança, em tese, é uma prática semelhante àquela que Irajá e Patricia mencionaram enquanto forma de assegurar a própria vida dessas sementes, isto é, fora dos seus territórios-ambientes nascedouros; a garantia, nesse caso, segundo os(as) profissionais, é a relação contratual de confiança entre eles(as) e os povos indígenas, traduzida em medidas criadas na/pela instituição.

Nesse emaranhado de relações entre pesquisadores(as), plantas e povos indígenas, tanto o acesso de sementes quanto o depósito das variedades indígenas realizados por eles mesmos nos BAGs da Embrapa, são constituídos de significados distintos daqueles pelos quais os próprios profissionais buscam justificar. Mais que o sentido estrito da conservação, o que se viu durante esses anos nas unidades da Embrapa, relembrou Terezinha, foi o surgimento de novas parcerias entre pesquisadores(as), em busca de atender as demandas e reivindicações que vinham dos mais distintos e longínquos territórios indígenas.

Quando questionei os(as) pesquisadores(as) sobre como eles(as) entendiam esse processo da disponibilização das variedades que encontram-se em BAGs, assim como das espécies desenvolvidas nos programas de melhoramento genético na instituição, a maioria se manifestou dizendo que: “tratavam-se de atos de comprometimento com o serviço público, cujo objetivo é servir a sociedade”.

No entanto, ainda que a fala exponha um conotação um tanto estanque, ou mesmo uma ação automática, dada pelo exercício do comando, os discursos dos(as) pesquisadores(as) em relação às suas experiências com os povos indígenas, por outro lado, reorientam a lógica da regra institucional; como se vê a partir das vivências entre pessoas e coisas aqui narradas.

Geovani Amaro, curador, desde 2011, do BAG de batata-doce, também me relatou sobre sua experiência, como parceiro de anos nas atividades e projetos com povos indígenas, coordenados por Terezinha. Nesses dias de visitas e diálogos com os indígenas, Geovani disse que já havia observado que eles selecionavam as cultivares de bata-doce conforme seus próprios códigos e análises – isto é, seus conhecimentos.

O fato é que se surpreendeu, contou o curador, em um dos cursos em que Terezinha havia organizado para os indígenas, junto aos parceiros-pesquisadores na Embrapa Hortaliças. Nesse encontro, Geovani presenciou o grupo indígena mordiscando as raízes de abóboras. Na medida em que eram “degustadas” as raízes, os indígenas conversavam entre si e, após a pequena conferência entre eles, as melhores abóboras foram escolhidas, relatou Geovani.

O saber político indígena evoca a resistência, num campo demarcado pela normativa científica ocidental. É possível dizer que as relações estabelecidas no espaço da Embrapa provêm também de um magnetismo da ciência moderna, nesse caso, pelo conhecimento indígena. Os pesquisadores vêm atribuindo a relevância desse diálogo ao paradigma da crise climática mundial. Assim, a referência, não rara entre os(as) pesquisadores(as), tornou-se um aspecto de segurança dos serviços prestados aos povos indígenas, cujo objetivo principal parece cumprir com a agenda global, na “salvação” dos povos e de todas vidas envolvidas. Mas, por outro lado, é possível pensar que tais relações estabelecidas, ainda que formalizadas pelos conflitos, como diriam Santos, Meneses e Nunes (2005), compõem estratégias de democratização dos saberes. Aqui a ciência deixaria de ser uma para ser múltipla.

Em setembro de 2018, Terezinha e eu conversávamos sobre as atividades com o povo Krahô e os demais povos indígenas. Perguntei a ela se ainda visitava com frequência os Krahô, uma vez que já havia me comentado que o projeto institucionalmente havia chegado ao fim. Terezinha disse que, diante do contexto político-econômico do país, a instituição passava por alguns cortes de gastos com as pesquisas. Essa redução de recursos afeta, desabafou Terezinha, principalmente, o tipo de ação com povos indígenas, limitando as atividades no território Krahô. Seus encontros com os indígenas estavam ocorrendo de maneira mais esporádica. Da mesma forma, os cursos de “Diálogos Agroecológicos sobre Conservação e Uso de Recursos Genéticos e Segurança Alimentar” com Povos Indígenas, organizados por Terezinha, desde 2004, tiveram suas atividades realizadas até o ano passado, em setembro de 2017.

Terezinha mencionou que em 2018, devido ao comprometimento da Embrapa com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), estava organizando seu material com as informações das atividades realizadas com povos indígenas, para serem publicadas nos *e-books* (livros digitais), elaborados pela instituição. Relatou a pesquisadora que a Embrapa já vinha realizando ações de pesquisa, que estão contempladas na agenda mundial da ONU; no entanto, os projetos e atividades que coordenou/coordena também compõem uma discussão mais ampla, lidos por temas ocidentais, como: a redução das desigualdades sociais; promoção da agricultura sustentável; erradicação da fome e o fomento a segurança alimentar e nutricional; além da conservação dos recursos genéticos. Tudo num prazo de apenas 12 anos, ou seja, as metas devem ser cumpridas até 2030, lembrou Terezinha.

Entre um caminho e outro que se cruzam, Irajá salientou que os ODS são instrumentos que orientam as propostas e metas das pesquisas e suas ações, pelos quais os pesquisadores(as) ficam responsáveis por suas implementações. Contudo, sabe-se também que a agenda política interna de Estado interfere diretamente no conteúdo programático da ciência na Embrapa. Isso acontece porque o diretor da instituição também está alinhado às pautas do presidente em exercício, como havia mencionado.

Nesse sentido, cabe dizer que estamos diante de um complexo emaranhado, atravessado tanto por pautas de segurança representadas pela biocolonialidade do poder, como pelas práticas de subjetivação indígena, mas também não indígena. Estas, de certa forma, são inscritas através das relações nos espaços de mediações, coordenados por pesquisadores(as).

Ainda no início do meu doutorado, acompanhei, por meio de Irajá, algumas discussões referentes à criação e à aprovação na Embrapa, da proposta de um arranjo⁵⁰ denominado: “Construção e intercâmbio de conhecimentos para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais”. Esse arranjo, que antes era representado pelo portfólio⁵¹ “Povos e Comunidades Tradicionais”, hoje com a nova chefia, passa ser intitulado “Inovação Social”. As mudanças ocorrem em toda sua estrutura, e os projetos são realinhados e redesenhados conforme a proposta de uma agenda político-científica que a diretoria assumiu.

Cabe pensar, desse modo, que as mais diversas práticas e discursos, as limitações da pesquisa e a sua relação com os povos indígenas se dão por meio de distintas forças e seus emaranhados, traduzidas, nesse contexto, por ações (re)colonizantes e homogeneizadoras. Contudo, a reivindicação político-cultural pelos povos, além de ter sido um marco histórico na/para a instituição, ocupa um impacto decisivo na própria forma de fazer ciência pelos profissionais, afetados – e aqui faço uma analogia com a frase mencionada por Terezinha e seus colegas – pelo poder das flechas indígenas.

Assim, entendemos que nesse entrelaçamento de práticas e suas tensões produzidas, as buscas por alternativas metodológicas tornaram-se, também, instrumentos de diálogo entre pesquisadores(as) e povos indígenas, transcritos e interpretados a partir da trajetória de vida de cada profissional. Se, para Irajá, a mediação do discurso entre o seu universo e o dos Mbyá

⁵⁰ Os “Arranjos” são definidos pela Embrapa, como: conjuntos de projetos que dialogam entre si, e são organizados para fazer frente a desafios prioritários em determinado tema, preferencialmente a partir da visão conjunta de mais de uma Unidade da instituição.

⁵¹ A Embrapa define por “Portfólio”: os instrumentos de apoio gerencial para a organização de projetos afins, segundo uma visão temática, com o objetivo de direcionar, promover e acompanhar a obtenção dos resultados finalísticos a serem alcançados naquele tema, considerando-se os objetivos estratégicos da Embrapa.

Guarani se formaliza a partir do emaranhado de coisas e pessoas, numa concomitância evolutiva, pode-se dizer então que, para Terezinha, a simetria da sua ciência e os conhecimentos indígenas se dá por meio da interação das práticas de conservação: *ex situ, in situ, on farm*. Enquanto que Patricia tem se debruçado nas questões que atravessam a patrimonialização, com o propósito de contribuir com a vida dos territórios, das coisas e das pessoas nos sistemas agrícolas, descrito a seguir, a partir da vivência etnográfica.

3.4 A SOMBRA DO(S) TERRITÓRIO(S): AÇÕES DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Em setembro de 2016, Patricia Bustamante inaugura sua fala questionando as crianças ali presentes, o que entendiam por agrobiodiversidade; um dos temas centrais do “VI Seminário de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar” foi o motivo para que a cientista ressaltasse frente ao diverso público o papel da Embrapa na conservação dos recursos genéticos em BAGs. Enfatizou a pesquisadora que a eficácia dos métodos de conservação pelos quais a Embrapa adota, há mais de 40 anos, hoje, perpassa pelas práticas de conservação junto aos agricultores em suas propriedades. Para a pesquisadora a agrobiodiversidade é um trabalho mútuo que mobiliza conjuntamente pessoas da ciência e da sociedade.

A partir do marco introdutório no evento organizado por Irajá e sua equipe, na unidade da Embrapa em Pelotas, Patricia inseriu o tema sobre o qual vem se debruçando há algum tempo em suas pesquisas. Para a pesquisadora a agrobiodiversidade ou mesmo as sementes dos BAGs que voltam para os agricultores devem ser observadas e estudadas a partir da composição e da interação dessas pessoas e plantas, em seus sistemas agrícolas de produção.

No mesmo ano, alguns meses que antecederam o evento, estive em Brasília conversando com Patricia sobre suas experiências e trajetórias com povos indígenas. Ainda no primeiro ano de atividades na Embrapa, Patricia teve a oportunidade de presenciar o tão importante retorno dos Krahô à instituição, como ela própria narrou. A partir desse momento, em que os indígenas devolviam para a Embrapa as sementes de milho multiplicadas em seus territórios, Patricia assumiu a coordenação do primeiro projeto de pesquisa-ação realizado com os Krahô, conforme seu relato descrito anteriormente.

Contudo, após seu afastamento da Embrapa, para a realização do doutorado, no retorno, Patricia envolveu-se nas atividades que já vinham sendo realizadas pela “Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro”, uma organização da sociedade civil. Contou a pesquisadora que a rede é formada por associações de povos tradicionais e indígenas do norte

de Minas Gerais. Como já havia trabalhos em andamento, Patricia disse que suas ações se limitaram à mediação da rede formalizada por agricultores(as), no acesso de germoplasma na Embrapa. Tratavam-se desde materiais dos BAGs, até aqueles desenvolvidos pelos programas de pesquisas; contudo, era transferida a responsabilidade para os(as) agricultores(as) multiplicar e propagar as sementes para seus pares. Prática que vem sendo adotada por vários(as) profissionais da instituição, conforme mencionado anteriormente.

Naquele momento, Patricia comentou que o conceito de “guardião” estava sendo muito discutido. Tanto que o primeiro encontro com Irajá foi marcado pelo diálogo entre eles sobre o termo, em comum, mobilizados em suas pesquisas. De qualquer maneira, a associação do conceito de “guardião” com as suas práticas, disse Patricia, havia sido motivada pela *Bioversity*, uma organização internacional, em linhas gerais, responsável por pesquisas e apoio aos diferentes modos de cultivos dos distintos povos. Foi a partir de uma publicação lançada pela *Bioversity*, em busca por “guardiões” no mundo inteiro, notícia que havia a impressionado, que Patricia passa incorporar o conceito em suas pesquisas.

Mais tarde, em busca de outros discursos que contribuíssem com as suas próprias tensões conceituais e práticas, Patricia participa em 2010, de um evento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), realizado na Embaixada francesa em Brasília. Aquele encontro, disse ela, mexeu com algumas reflexões e inquietações a respeito das suas atividades com os métodos de conservação, conforme tem sido exercido por seus colegas.

Patricia, animada, contava que havia encontrado um terreno fértil para ampliação dos debates que vinha fazendo. Diante da primeira experiência no Brasil, ainda em 2010, de patrimonialização do conjunto de práticas dos(as) agricultores(as), saberes e plantas, do então conhecido “Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro”, Patricia compreendeu que aquela seria uma espécie de conservação, como alternativa, assegurada por uma política de salvaguarda. A discussão levantada por ela no evento acabou resultando em um convite, por parte dos profissionais do Iphan e do *Institut de Recherche pour lè Développement* (IRD), da França, para compor a comissão de salvaguarda.

Como não conhecia o novo movimento daqueles profissionais, solicitou mais uma vez seu afastamento da Embrapa, para realizar um pós-doutorado. Em 2011 recebe a dispensa da instituição, e termina cumprindo suas atividades de pesquisa na França, com pesquisadores(as) do IRD. Quando retornou, disse Patrícia: “outro mundo se abriu no sentido de conservação. Já não me atrai mais trabalhar as sementes sem o sistema agrícola [...] Pra

mim só vale a pena trabalhar a questão da conservação das sementes com povos tradicionais, se você considerar o sistema agrícola que está fazendo aquela diversidade”⁵².

Num emaranhado de relações e projetos nacionais e internacionais, suas ações são instrumentalizadas pelo fervor político-científico também externo, como argumenta Patricia em sua fala.

[...] desde 2002 a FAO tem um projeto-piloto que é chamado de GIAHS (*Globally Important Agricultural Heritage Systems*), sistemas engenhosos do patrimônio agrícola mundial [...] esse GIAHS naquele momento ele era um projeto-piloto; atualmente em 2015 ele vira um programa oficial da FAO, com obrigatoriedade de ser implementado em todos os países, então a gente pega essa responsabilidade pra nós, aqui! O DTT (Departamento de Transferência de Tecnologia) hoje tem o GIAHS junto com o Iphan, fechamos um convênio Embrapa e Iphan pra implementação do programa no Brasil. Como a gente começa esse movimento aqui e ganha uma força grande, e lá eles estão criando o primeiro conselho do GIAHS internacional, eles veem essa movimentação brasileira, a gente vai no evento, mostra o que está fazendo e tal, eles chamam a gente pra ser do comitê da FAO. [...] Agora nós temos uma turma aqui que está trabalhando no âmbito do convênio Embrapa e Iphan pra reconhecimento e formalização desse programa no Brasil, junto com a FAO Brasil [...]”⁵³.

Se o empenho realizado por Patricia em encontrar outros discursos que orientassem novas práticas de pesquisa desempenhadas na Embrapa foi uma estratégia de diversificação e aproximação dos diálogos entre a ciência e os povos agricultores, é possível dizer que as regras passam a ser outras, mas nem por isso deixam de retratar a ordem imposta por uma colonialidade do poder e saber.

No entanto, vejamos como essas práticas se reproduziram ao longo do espaço e tempo no contexto brasileiro. Santilli (2009), que dedicou sua carreira a estudar e interpretar as instrumentalizações legais da agrobiodiversidade e tudo aquilo que se lê como direitos dos agricultores, traz também um apanhado histórico da patrimonialização no Brasil, desde a Constituição Federal, até as convenções internacionais assinadas e ratificadas pelo país. Segundo a autora, o Iphan e seus parceiros institucionais são responsáveis, por meio de métodos aplicados, por realizarem o registro das diferentes manifestações coletivas. Esses registros têm o caráter declaratório, consentido e apoiado pelos grupos sociais envolvidos; contudo, o registro do Iphan não concebe, necessariamente, produtos e serviços com valores econômicos agregados. Além disso, se diz que os bens culturais, então protegidos pelo registro, por meio do título de “patrimônio cultural do Brasil”, implicariam a responsabilidade dos poderes públicos de promover ações de salvaguarda; por outro lado, a consideração do

⁵² BUSTAMANTE, P. Entrevista concedida à autora. Brasília, jun. 2016.

⁵³ BUSTAMANTE, P. Entrevista concedida à autora. Brasília, jun. 2016.

Iphan de que os bens culturais imateriais são dinâmicos, responsabiliza-o pela tarefa de reavaliação da existência dos bens culturais que haviam sido registrados por, no mínimo, um intervalo de dez anos. O que competirá ao Instituto decidir sobre a revalidação, ou não, do título de patrimônio cultural concedido.

Além disso, os “sistemas engenhosos do patrimônio agrícola mundial” tornaram-se mais uma ferramenta, como seu próprio nome composto expõe, da trajetória da patrimonialização sobre as coisas. O que não difere, em outras palavras, de um mapeamento e simultaneamente do controle das práticas agrícolas contra-hegemônicas. Segundo Santilli, o programa GIAHS, como é conhecido, tem como objetivo fortalecer as relações da agricultura e do patrimônio cultural, para que assim se estabeleçam as bases para a construção da categoria “patrimônio agrícola mundial”. Esse “título” é conferido por meio da colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial. Dentre suas ações, o programa é encarregado de identificar e apoiar as práticas de conservação e manejo dos sistemas agrícolas, com o propósito de que os agricultores mantenham a diversidade biológica. Para isso, o suporte parte, principalmente, da criação de políticas públicas e incentivos para a conservação *in situ/on farm* da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados (SANTILLI, 2009).

Dois anos após essa expoente publicação, Santilli, em 2011, a convite de Irajá e de uma professora de Antropologia da UFPel, ministrou um curso sobre os mecanismos legais que havia e poderiam assegurar a proteção dos(as) agricultores(as) e suas práticas. O então flerte, como Irajá havia mencionado em um dos nossos diálogos, não teve muito sucesso; enquanto Patricia estava totalmente engajada na perspectiva da autora. Em 2016, quando conversamos, falou dessa estreita relação com Santilli, o que a motivou, também, a contribuir com a elaboração de regras que vieram a premiar ações dos(as) agricultores(as), as quais consideravam como práticas de conservação da agrobiodiversidade.

Na época, Patricia, em um tom de “segredo”, disse que a ideia era premiar, no valor de R\$ 10.000, todas as práticas inscritas para o prêmio. Justificou que a decisão tomada entre seus pares se referia ao próprio entendimento de que o prêmio não era uma competição, mas uma identificação da existência do patrimônio imaterial, declarada pelos(as) próprios(as) agricultores(as); uma vez que “são estas pessoas que dizem o que elas têm”, manifestou Patricia.

Fica evidente o quanto Patricia está empenhada em incentivar práticas de manejo da agrobiodiversidade dos povos em seus próprios territórios. Porém, é possível notar como as novas ferramentas metodológicas acabam por produzir uma sistematização inversa de controle, ou seja, o que antes era definido pelas regras de saída das sementes dos BAGs, de certa maneira, os códigos de gestão científica são realizados *in loco*, a partir do título de patrimonialização dos sistemas agrícolas.

Nesse sentido, se as atividades coordenadas por Patricia tendem a assegurar e proteger os povos agricultores das mazelas ocasionadas pela homogeneização da produção agrícola, é possível dizer que o efeito dessas ações pode, também acarretar medidas de vigilância afetando a vida das pessoas e seus diferentes modos de saber-fazer agricultura. Não esqueçamos que as ações se encontram na pauta dos discursos dos grandes centros, o que nos remete a pensar, segundo Santos, Meneses e Nunes, que “os novos conflitos Norte/Sul têm lugar nos mais diversos domínios da atividade social, econômica, política e cultural” (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p. 14).

Nesse momento, as atividades de pesquisa não se resumem mais às coletas de materiais fitogenéticos para compor os BAGs da Embrapa, mas acabam por ser substituídas através de outras medidas aplicadas pelo conhecimento ocidental. Dentre as distintas atividades na Empresa, Patricia também se dedica junto aos(as) parceiros(as) pesquisadores(as) franceses(as), a mapear as atividades de 23 povos indígenas e tradicionais no Alto Rio Negro, região do Amazonas. Segundo a pesquisadora, foi a partir da iniciativa da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) que as ações entre os pesquisadores e os povos têm buscado criar um plano de salvaguarda dos sistemas agrícolas tradicionais. Diz-se dessa parceria entre os órgãos indígenas e instituições nacionais e internacionais que o objetivo é assegurar o direito desses povos de manterem seus saberes e práticas agrícolas.

Contudo, Patricia apontou as dificuldades do mapeamento e da catalogação dessas ações. Diante da dinamicidade dos povos, orientados pela “mãe da roça”, explicou a pesquisadora, é muito provável que o levantamento das espécies e variedades realizado hoje já não será o mesmo de amanhã. “Isso acontece porque a sementinha de mandioca é identificada no momento em que eles abrem o roçado. A plantinha que está vindo é aquela que eles reconhecem como uma mandioca de semente. E naquela hora eles chamam: “essa daqui é uma ‘mãe da roça’⁵⁴. Nota-se como a construção de uma cartografia aos moldes da

⁵⁴ BUSTAMANTE, P. Relato oral. Brasília, jun. 2016.

ciência não dialoga com as constantes mudanças inscritas pelas relações sociais e ambientais nos territórios nativos.

Segundo Patricia, a “mãe da roça” é conservada e as demais são plantadas. Ela explica que o método dos povos contribui com a multiplicidade da espécie, pois ao deixarem as sementes nascerem na roça, este nascedouro propicia a origem de muitas variedades. Além disso, nesse instante o manejo do fogo se torna elemento-chave na germinação da mandioca. Garante a pesquisadora, após suas experiências com os povos, que se não há fogo, não há germinação, e conseqüentemente não haverá diversidade.

Com o incentivo à agricultura sem a queima na Amazônia, por meio dos projetos do governo federal, Patricia disse que essas ações reduzem, automaticamente, a complexa presença de variedades oriundas nos roçados. Daí a importância de se criar um regime *sui generis* para manter essa diversidade, como o ato da patrimonialização, afirma a pesquisadora. De todo modo, a pesquisadora parece propor outro instrumento científico-político que venha a assegurar as vidas nativas em seus territórios.

Relembramos que, antes mesmo de compor esse emaranhado de relações entre pesquisadores(as) nacionais e internacionais, povos e plantas, Patricia já havia se encantando pelas atividades desempenhadas por Emperaire e equipe (EMPERAIRE; VELTHEM; OLIVEIRA, 2008), no Alto Rio Negro. Tanto que, além da sua declaração em junho de 2016, no nosso encontro, a sua palestra na Embrapa Clima Temperado também foi marcada pela entonação dos fatos decorridos de patrimonialização das manifestações coletivas configuradas através da cartografia, de certo modo, contra-hegemônica.

No *slide*, as imagens acompanhavam seu discurso. Patricia, empolgada com a plateia, apresentava o primeiro registro do Iphan, realizado em 2010, no Rio Negro. As comunidades indígenas e tradicionais conhecidas por suas práticas agrícolas receberam, disse ela contente, o título de “Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil”. Em seguida defendeu que os conhecimentos desses povos junto aos seus sistemas de cultivos, bens imateriais salvos pela própria Constituição de 1988, após ganharem sua devida notoriedade por parte do Estado e sociedade civil em geral, buscava-se por meio da política de salvaguarda criar mecanismos de proteção das manifestações culturais. Disse ela que além do primeiro caso reconhecido no país, existiam mais dois processos aguardando pelo registro. Os caiçaras e os quilombolas do Vale do Ribeira aguardavam a outorga patrimonial. Contudo, salientou que o reconhecimento dessas práticas como patrimônio imaterial no Brasil ainda era muito recente.

Em busca de alinhar essas estratégias, Patricia, com o apoio do diretor executivo de Transferência de Tecnologia Waldyr Stumpf da Embrapa, firmou a parceria entre a instituição, Iphan e FAO. Naquele instante, a pesquisadora declarou que eles vinham buscando reconhecer e conservar os sistemas agrícolas, por meio do chancelamento dessas práticas, numa dimensão nacional e internacional. Explicou que a ação é de responsabilidade da Embrapa e Iphan, instituições que se encarregam de gerar um selo de patrimonialização e conservação do sistema agrícola, seguindo as regras do programa GIAHS-FAO. A partir dessa mediação, os órgãos internacionais são encarregados de reconhecer, ou não, as práticas agrícolas, como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Reforçou Patricia que nesse caso o governo brasileiro deve se comprometer em “proteger” os sistemas agrícolas.

Após a conclusão da sua fala no evento, Patricia recebeu um questionamento de uma outra pessoa que lhe ouvia atentamente. A pergunta carregava uma certa tensão e incerteza, de que: o ato de patrimonializar os sistemas agrícolas acarretaria o enrijecimento das práticas dos agricultores, por meio dos parâmetros impostos pelos órgãos nacionais e internacionais envolvidos.

Com uma aparência reflexiva e ao mesmo tempo, pode-se dizer, apreensiva, Patricia pareceu convencer o público presente, afirmando que a própria patrimonialização poderia ser um instrumento álibi na defesa das terras tradicionais e indígenas. A exemplo, a pesquisadora mencionou que o registro de Patrimônio Cultural Imaterial dado os seus planos de salvaguarda era uma forma de assegurar os(as) agricultores(as) e seus sistemas dos impactos negativos causados por programas de incentivo a agricultura convencional.

Os argumentos lançados por Patricia, com uma voz doce e um discurso persuasivo, para aqueles que a assistiam não foi o suficiente para estancar um turbilhão de questionamentos do público. Daí a expressão aludida, “a sombra dos territórios”: uma espécie de associação, cujo instrumento de patrimonialização, fruto do mundo moderno-colonial, como fonte de sua origem, está presente nos mais distintos territórios, mas, metaforicamente falando, é uma sombra, descrita por sua (in)definição. Mas também, o surgimento, parafraseando Tobar (2006), de uma nova política da vida, que governa e disciplina.

O que se vê nesses espaços de mediações são distintas linguagens e ações, numa tentativa de diálogo, que tem provocado a (re)leitura dos conceitos e instrumentos legais mobilizados no interior das pesquisas, e nos territórios, principalmente, indígenas; assim como Patricia tem se confrontado com os métodos e discursos científico-políticos, outros(as) pesquisadores(as) anunciam, também, alguns desafios. A busca pela democratização da

ciência, ou mesmo por um espaço de liberdade, não tem sido um exercício simples. Desse modo, veremos como sucederam o conjunto de práticas num determinado espaço de mediação e a batalha para se construir e regenerar os territórios, a partir das múltiplas liberdades, tratadas no próximo tópico.

3.5 OS RECURSOS GENÉTICOS EM PAUTA: ENTRE ESPAÇOS E LIMITES

Os solavancos do avião pousando na pista do aeroporto de Brasília, nos dias que antecederam o “VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia/ X Congresso Brasileiro de Agroecologia/ V Seminário de Agroecologia do DF e Entorno”, já anunciavam uma agenda intensa em todos seus aspectos. Pela primeira vez não tive a companhia animada de Terezinha no trajeto que se faz do Juscelino Kubitschek até a sua casa. A pesquisadora já havia me comunicado que estaria envolvida com os convidados em sua residência.

No encontro com Terezinha, tive a grata surpresa de conhecer seus hóspedes, que participariam/participaram do congresso. Convivi alguns dias com um casal cujo exercício de extrativista tradicional do norte de Goiás guiou longas conversas. Além dessas pessoas, um agricultor Krahô de Tocantins alimentava nossos dias, pouco a pouco, comentando dos projetos com Terezinha e das sementes que os reunia. Após dois dias da minha chegada, os diálogos se intensificaram com a presença de mais uma convidada de Terezinha e do evento. A senhora de Itacajá, que prepara remédios, a partir da extração de plantas do Cerrado, havia conhecido Terezinha ainda nos primórdios das ações da Embrapa com os Krahô. Contou que foram anos participando com a pesquisadora, os Krahô, e outros parceiros, na realização de oficinas para o uso das plantas medicinais.

O fim de semana, os finais das tardes e as noites eram reservados para nossas conversas coletivas numa confortável área da casa de Terezinha. Pela manhã, reunidos na cozinha, tomávamos um longo café, acompanhado de boas risadas e muitas discussões. Na segunda-feira, após nossa reunião matinal, acompanhei Terezinha até a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia.

A pesquisadora, apressada, com uma postura corporal habituada àquela rotina, ajustava em suas anotações os locais de apresentação dos palestrantes e ainda organizava os últimos detalhes para a feira de troca de sementes, que ocorreria junto ao congresso. Em sua sala, entre papéis, telefones e computadores, Terezinha lembrou várias vezes, alegremente, que o livro da coleção *Povos e Comunidades Tradicionais*, volume dois, um apanhado das

diferentes ações das unidades da Embrapa com povos indígenas e tradicionais, seria divulgado em primeira mão no evento.

Naquele momento, vários(as) pesquisadores(as) com quem eu havia conversado em outras ocasiões estavam envolvidos(as) com as atividades do congresso. A Embrapa, principalmente a unidade Cenargen, foi uma das principais organizadoras do grande encontro. Tanto que nos dias em que estive diretamente com Terezinha, nossos diálogos foram acompanhados pelas tarefas e assuntos que seriam debatidos no congresso. Ali já tive as informações, pode-se dizer, em parte, do modo com que a instituição se localizaria no emaranhado dos discursos e práticas, em relação aos temas político-científicos e dos distintos conhecimentos presentes naquele espaço-tempo.

Contudo, uma coisa era certa, a Embrapa, como entidade do Estado, exerceria sua função de mediadora, diante da sociedade civil e das organizações sociais presentes no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, onde ocorreu o congresso. No interior deste extenso espaço, havia um grande auditório central. Se dizia que ali ocorriam as principais apresentações e discussões do encontro. Ao mesmo tempo, ainda no prédio, as diversas salas eram ocupadas por outras práticas, identificadas por seus temas transversais. Já no pavilhão em anexo, foram organizadas as bancas com livros e demais publicações; além de uma estrutura paralela construída para receber os *banners* e suas breves apresentações acadêmicas.

Em outro pavilhão havia bancas de venda de produtos alimentares artesanais e outras de diversas associações/organizações dos distintos territórios do Brasil. Exatamente no segundo dia do evento, mais alguns passos, os participantes exibiram e trocaram sementes. Tudo foi exposto temporariamente em compridas bancadas de madeiras, preenchidas por múltiplas cores vegetais e sua gente. Ali também foi um espaço criado para apresentações artístico-políticas, os encontros, reuniões, etc., em paralelo com uma praça de alimentação.

No saguão central do congresso, assim como na entrada de cada pavilhão, eram encontradas figuras associadas a uma espécie de mapa temático, para a localização de cada ambiente. O Centro de Convenções Ulysses Guimarães era dividido em espaços de discussões identificados, principalmente, pelos nomes populares da fauna e flora do Cerrado, assim espalhados em cada canto do Centro.

No pátio interno, também havia outros espaços para debates e práticas. As cinco barracas, em média, construídas de bambu com a superfície de lona e com tecidos de tons alegres, no seu entorno, transmitiam um ambiente, aparentemente, aconchegante. No interior delas, havia cartazes e outras muitas coisas, que contribuía com os diálogos, assim

orientados por temas transversais do congresso, como: a tenda “Alimentação Saudável” coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e demais parceiros. Entre palestras e oficinas, as discussões em pauta reuniram não somente estudantes e profissionais, mas, também, agricultores(as) e representantes das organizações e movimentos sociais.

Com uma proposta semelhante à do MDS, no que diz respeito à operacionalização dos discursos globais coloniais, uma associação que faço ao conteúdo programático do evento, a tenda da Embrapa, particularmente, estava composta por coisas do seu mundo. Equipada com microfones, caixas de som, um monitor médio, suspenso por um suporte de ferro que lhe erguia a uma altura de mais de um metro e meio, atrelado alguns equipamentos tecnológicos, apoiava as apresentações digitais de seus profissionais.

Além disso, e eu diria o mais expressivo do seu espaço, sementes visivelmente confinadas em uma caixa de madeira, com compartimentos de isopor em miniatura, selada por uma tampa de vidro transparente, compunham um múltiplo universo de cores e tamanhos. O reservatório apresentava apenas uma parte dos milhares de acessos às plantas-sementes, que a Embrapa tivera coletado e recebido ao longo da sua história. Ao lado, também havia algumas listas impressas com o nome das espécies vegetais que compõem os BAGs; sementes de variedades de feijão-miúdo, reservadas em um compartimento de plástico; e os pacotes de alumínio lacrados, mas com sementes, estavam codificados com a linguagem da instituição. Essas embalagens, segundo o técnico que havia contribuído com a organização da tenda, eram amostras daquelas que estavam na Colbase. No entorno, também havia caixas de madeira, as tais casinhas para abelhas concentrarem a produção de mel, e mais alguns cartazes com suas imagens, contendo um conteúdo brevemente explicativo.

Contudo, não poderia passar despercebido o tema central dos diálogos de uma manhã quente de quinta-feira. A extensa impressão, intitulada “Sistemas de Curadorias de Germoplasma da Embrapa”, localizada de frente para a porta de entrada da tenda, anunciava o ritual conflituoso entre o *modus operandi* dos(as) pesquisadores(as) e as práticas dos povos indígenas e tradicionais ali presentes.

A junção de alguns profissionais da Embrapa, de estudantes e povos agricultores no espaço de mediação, arquitetada de modo que os participantes e os pesquisadores se acomodassem lado a lado em círculo, não inibiu as nítidas segregações e seus limites entre os pesquisadores da instituição e os demais participantes. De um lado, formou-se o núcleo dos cientistas e intelectuais da pesquisa ocidental, e do outro lado, os discentes e pessoas-viventes do mundo rural.

Entre os que eu conhecia ou já havia escutado falar pelos(as) próprios(as) pesquisadores(as), estavam: Dulce, naquela ocasião era supervisora de curadoria de germoplasma – na unidade Cenargen; Marília, ex-curadora do BAG de fava, e chefe de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D); Terezinha, conhecida pelo projeto Krahô; e Irajá, curador do BAG de feijão, lotado na unidade CPACT, conforme apresentados anteriormente.

Naquele instante, Dulce, após a identificação desses profissionais presentes, informou que a ausência de outros colegas curadores se devia pela sobreposição de atividades, ocorrida no próprio evento. Anunciou que o espaço fora criado para um simples diálogo a respeito dos procedimentos de conservação e legais dos recursos genéticos na Embrapa.

Dulce explicou que a função dos bancos na instituição era de conservar espécies de interesse para a sociedade. Diante da figura esquemática dos “Sistemas de Curadorias de Germoplasma da Embrapa”, falou das etapas percorridas pela instituição, para que se obtenha os recursos genéticos. Com uma linguagem compreensível, acompanhando as ilustrações, disse que os recursos são coletados nos distintos biomas e com agricultores, mas também podem ser recebidos por meio das relações de intercâmbio entre a Embrapa e outras organizações nacionais e internacionais. Informou aos presentes que as espécies já nas mãos do curador, quando solicitadas por associações de agricultores, o curador é consultado para saber da disponibilidade do material.

Como os pedidos eram experiências recentes, a Embrapa estava discutindo internamente os procedimentos legais para a concessão dos recursos. Procedeu explicando que os curadores eram responsáveis por enviarem uma cópia genética das coletas à Colbase, respeitando os códigos de segurança. Com os saquinhos metálicos na mão, mostrou como as poucas sementes eram conservadas na Colbase a graus negativos, diferentemente da estrutura e do caráter dinâmico dos BAGs. Justificou que a cópia era para algum momento eventual, como a perda da variedade pelo próprio curador. Defendeu que a vantagem de existir os bancos genéticos era pelo benefício prestado para a sociedade, por meio do melhoramento, como também pela possibilidade de as comunidades terem o acesso à diversidade. Nesse instante, os olhares pareciam atentos aos relatos da porta-voz.

Mas Dulce também assegurou que a Embrapa é uma instituição que presta serviço à sociedade, podendo contribuir com as fases adversas enfrentadas pelos agricultores. O reforço das práticas realizadas pela Embrapa logo viria acrescentado por outra profissional da instituição. Foi então que Dulce se direcionou para Marília, apresentando sua colega como uma pessoa experiente no tema em debate. Além disso, sua participação no espaço de

discussões para a elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) parecia garantir com veemência as experiências da pesquisadora.

Porém, antes mesmo de prosseguir esse emaranhado de discursos e práticas, rememoremos como a fala de Dulce reproduz uma carga normativa exercida pelo *modus operandi* desses profissionais, muitas vezes anunciadas repetidamente pelos(as) pesquisadores(as) em outros espaços de mediações, como em nossos diálogos nas diferentes unidades da Embrapa. Irajá é uma dessas pessoas que mesmo atordoado com os excessivos códigos legais científicos, interpelados como medidas de segurança para a própria instituição e sua equipe, tem confabulado de certa forma com os critérios sanitários estabelecidos pelo MAPA. Relatou certa vez que sempre tinha o cuidado com a manipulação das sementes recebidas, tanto no histórico das variedades, quanto no momento em que multiplicava, primeiramente, na casa de vegetação, observando alguma manifestação de doenças. O controle e este rigor instrumental, pode-se dizer assim, é uma prática comum entre curadores(as) e, principalmente, entre os(as) melhoristas de plantas, enfatizado em nossos diálogos.

Além das etapas percorridas para a purificação científica das coisas, como já vimos, não menos importantes são os questionamentos que se fazem em relação ao uso e o direcionamento dos vegetais que ficam aprisionados nos sistemas de conservação da instituição. As críticas verbalizadas à estocagem desta diversidade genética, que aparentemente deveria contribuir com os programas de melhoramento genético, trataram de registrar o quanto as regras e os parâmetros científicos-políticos-ocidentais abdicam da diversidade, para a elaboração de seus produtos agrícolas.

Nesse sentido, conforme relembram os(as) pesquisadores(as), se utilizou quase nada desse germoplasma, e caberia compreender qual seria o novo destino desse universo confinado. Foi Patricia que, em nossa conversa, manifestou que os “BAGs sempre foram abertos para a sociedade civil”. Esse é o grande dilema, pois na medida em que as sementes, raízes, tubérculos, etc. são coletados, é simultaneamente prevista a transformação da coisa para outra, ou seja, a diversidade vegetal ganha forma e regras distintas daquelas do seu território de origem.

Como quer que seja, o fato é que essas sementes na Embrapa hoje são atribuídas aos próprios desafios desses(as) pesquisadores(as), em contribuir com a elaboração de medidas para a regulamentação do acesso aos bancos de germoplasma. Patricia, Terezinha e Irajá,

principalmente, relembavam a todo momento, em nossos encontros, o caminho que a Embrapa vinha buscando percorrer.

Referiam-se às novas relações, mas também às velhas interações da pesquisa com as políticas públicas, que estavam sendo construídas por meio da elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), momento pelo qual a sociedade civil reivindica os direitos dos povos agricultores ao acesso às coleções de germoplasma conservadas nos BAGs da Embrapa (CIAPO, 2013).

Segundo Burle e Dias (2014), a temática foi discutida na Comissão Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (CNAPO) com o propósito de construir uma normatização para a abertura dos bancos de germoplasma públicos. Dentre as diversas pautas abordadas, a Subcomissão Temática de Sementes responsabilizou-se por discutir aspectos que nortearam a construção da norma técnica interna da Embrapa para o acesso aos BAGs. Tal compromisso da instituição compõe as diretrizes do Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, o qual institui a PNAPO.

Além disso, a Lei 13.123 também normatizou o acesso dos povos aos materiais genéticos mantidos por instituições nacionais geridas por recursos públicos (BRASIL, 2015). Nesse sentido, a Lei, que foi regulamentada pelo Decreto nº 8.772 de 11 de maio de 2016, estabeleceu como será aplicado o referido mecanismo legal, determinando os procedimentos burocráticos para o acesso aos BAGs institucionais (BRASIL, 2016).

Diante dos instrumentos legais, a Embrapa, como disse Patricia, organizava-se internamente para se ajustar aos parâmetros instituídos pelas políticas e decretos. Contudo, antes mesmos dos reajustes legais, segundo a pesquisadora, a instituição não contava com uma normativa interna que instituisse o acesso dos povos ao germoplasma. Essas ações eram mediadas por outro protocolo institucional, conhecido por Acordo de Transferência de Material (ATM), ao qual os povos agricultores eram submetidos. Entretanto, como esse Acordo tem um caráter comercial, cuja norma não condizia com a realidade desses agricultores e, menos ainda, com os propósitos que motivavam e motivam os povos a buscarem espécies vegetais na instituição. Para Patricia e demais profissionais que contribuíram com elaboração de novas diretrizes da Embrapa, foi preciso ajustar as regras aos novos acontecimentos.

Para isso, foi elaborado um novo regulamento, denominado Acordo de Cessão de Material (ACM), assegurando aos agricultores o recebimento do germoplasma vegetal, sem que haja o compromisso de prestar informações sobre a finalidade desse material, assim como

não terão mais obrigação de devolver parte das sementes à Embrapa. O novo instrumento jurídico interno entre Embrapa e povos agricultores passa a solicitar a assinatura dos requerentes no que toca à aquisição das espécies fitogenéticas salvaguardadas na Empresa. Contudo, assegurou Patricia que essa era a atual intenção da Embrapa, em diálogo realizado ainda em 2016, o que com certeza já deve ter sido modificado.

Para melhor entender quais são as regras norteadoras das atividades de pesquisa na instituição, é preciso citar a criação desses documentos internos. No *Manual de normas da Embrapa*, intitulado *Orientações e Procedimentos para o Desenvolvimento de Parcerias e Negócios da Embrapa em Genética Vegetal*, além de tratar dos diversos interesses na utilização dos materiais fitogenéticos para fins de pesquisa científica, tecnológica e de desenvolvimento de produtos, a norma também institui definitivamente a abertura dos seus “Bancos Ativos de Germoplasmas”. O documento foi aprovado na Embrapa, em maio de 2016, e segundo Patricia, o instrumento levou dois anos para ser construído, passando por procedimentos internos de jurisprudência até ser publicado. Porém, tanto o manual de normas como o ACM estão em processo de regulamentação, com o propósito de definir como serão executadas pela instituição as referentes normativas.

Porém, os instrumentos jurídicos não param por aí. A segunda edição do Planapo 2016-2019 em complemento às ações ao Planapo 2013-2015, publicada ainda no ano de 2016, menciona o avanço das ações do primeiro ciclo do Plano em relação à construção de uma nova regulamentação dos procedimentos para o acesso dos agricultores aos BAGs da Embrapa. A proposta resultou na construção institucional da resolução nº 156 (Política para o Desenvolvimento de Parcerias e Negócios da Embrapa em Genética Vegetal) de 28 de março de 2016, bem como na norma nº 037.013.001.002 de 05 de abril de 2016, o que em tese possibilita o acesso aos bancos de germoplasma (CIAPO, 2016).

Patricia, Terezinha e Irajá, não por acaso, mencionaram incansavelmente as discussões legais já que caminharam entre esses espaços de relações, pelos quais se associa o importante emaranhado de trocas da instituição entre a ciência e o universo das políticas e suas normativas. Uma série de debates atravessados por suas distintas práticas e embates, há pouco mais de uma década, contribuiu, como dizem os(as) pesquisadores(as), para algumas transições e avanços, em termos dos “direitos dos agricultores” às sementes. Em resposta, seria o próprio texto publicado pelo Plano de ações orientado pela PNAP, na solicitação da abertura dos BAGs de instituições públicas, cujas intervenções repercutiram conseqüentemente no acolhimento das diretrizes do Planapo pela Lei 13.123/2015. Nesse

sentido, ainda que discutidas e construídas em diferentes espaços, bem como os discursos pelos quais perpassaram a elaboração da Política, do Plano e da Lei em questão, ouve uma sistematização dos processos legais, tornando-os simplificaradamente parte do Decreto nº 8.772/2016.

Porém, como de praxe, a operacionalização desses instrumentos não tem sido uma tarefa fácil. Retomando o espaço de mediação construído no evento de Agroecologia, Marília chamou a atenção que o Cenargen era responsável por gerenciar os recursos genéticos nas demais unidades espalhadas pelo Brasil. Disse que a corrida para a conservação de plantas iniciou-se ainda na década de 1970, sendo uma medida mundialmente adotada, já que estavam diante da modernização da agricultura, a qual entendia que era essencial a concentração e homogeneização no uso/consumo de restritas espécies.

Era preciso fundamentar e justificar aos presentes tamanho poder da Empresa no Brasil, mas, também, expor um mapa da biodiversidade do país, construído a partir dos povos e seus territórios. Foi então que Marília relatou como eram realizadas as coletas de germoplasmas. Todos, ao chegar na Embrapa, eram encaminhados para seu banco específico, onde os curadores se encarregavam de multiplicarem as sementes, com todos os cuidados para que não houvesse contaminação entre os materiais. Lembrou que, ao longo do tempo, as comunidades têm pleiteado o acesso aos materiais coletados pela instituição. Em resposta às reivindicações, a Embrapa atualmente estaria, disse ela, mais aberta para atender os povos agricultores que vêm solicitando sementes.

Para Marília, a flexibilidade da instituição vinha ocorrendo frente às relações entre a Embrapa e os povos indígenas. O projeto Krahô, no qual estava envolvida, por exemplo, reproduz o esforço do diálogo entre a pesquisa e os territórios indígenas, em se tratando, sobretudo, do acesso aos recursos genéticos nos bancos ativos da Embrapa, defendeu Marília frente ao diverso público. Por fim, em um gesto de agradecimento aos ouvintes, Marília ainda reforçou que o espaço de mediação tinha sido criado, principalmente, para os(as) pesquisadores(as) ouvirem as demandas e dúvidas dos agricultores, que poderiam ser manifestadas na roda de conversa.

A leitura de tratados e de outros instrumentos legais é uma prática comum entre os profissionais, como vimos, mas muito sutilmente se fez menção ao atravessamento desses mecanismos na ciência no espaço de mediação do evento, onde nos encontrávamos. O que se percebeu é que o retrato e os relatos a partir do *modus operandi* desses(as) pesquisadores(as) é delimitado, ora pela semelhante linguagem entre os profissionais – um processo coletivo –,

ora pelo caráter individual na operacionalização desses mecanismos, assim, inscritas pelas ações pessoais de cada pesquisador(a).

No gesto simples, ao apanhar o microfone nas mãos de Marília, Irajá em sua fala carrega os limites decorrentes das diferenças espaciais e corporais de suas práticas. Sua apresentação foi inaugurada pelo reconhecimento de que ele mesmo seria parte do todo, como pronunciado por suas colegas. Porém, seu exercício na unidade da Embrapa Clima Temperado, como melhorista de feijão, o conduziu a outras práticas. Disse que entendia que a relevância do banco ativo era de contribuir com a manutenção da variabilidade genética, pois na medida em que ocorresse alguma necessidade, eles teriam onde recorrer. Contudo, o pesquisador declarou que a existência das sementes crioulas e a sua infinita diversidade são resultado de ações desempenhadas pelos povos agricultores, em seus diferentes ambientes.

A partir da breve contextualização sobre a relevância histórica, registrada pelas relações da pesquisa com os povos, Irajá em tom informativo relatou aos presentes como os bancos institucionais, de certa forma, agregavam em suas estruturas a imensa diversidade biológica, cuja origem datava os próprios territórios dos povos. Disse que o Centro de Arroz e Feijão, por exemplo, tinha 20.000 variedades de feijão, enquanto o Centro Internacional de Agricultura (CIAT) na Colômbia, órgão responsável pelos feijões do mundo, conservava em média 40.000 variedades. Atentas, as pessoas pareciam concentradas nas informações transmitidas pelo pesquisador.

Como melhorista de plantas, verbalizou que por meio da interação humana-planta-ambiente, atualmente, estariam estudando uma variedade de feijão crioulo, de um agricultor, cuja semente teria dez vezes mais fibras, e maior quantidade de antioxidantes que os demais encontrados no mercado. Irajá declarou que a riqueza identificada nessas variedades crioulas não se assemelhava com as demais cultivares desenvolvidas por empresas em programas de melhoramento genético como a Embrapa; elucidou que os profissionais melhoristas não podiam trabalhar com toda a variação que a natureza oferecia/oferece. Comentou também de que maneira as sementes crioulas chegam à Embrapa, especificamente, no BAG de feijão ao qual é de sua responsabilidade. A partir da sua relação com diversas comunidades e agricultores, eles têm contribuído, enviando suas variedades para a coleção de sementes crioulas. Lá na Embrapa, disse o pesquisador, as sementes são multiplicadas, e retomam para as mãos de outros agricultores, para que possam cultivá-las. Trata-se da instituição prestar um importante serviço para a sociedade, auxiliando tanto na conservação desses materiais, quanto na circulação dessas sementes em meios aos povos agricultores.

Irajá também falou das suas experiências com os povos indígenas. Foi o episódio ocorrido com as sementes crioulas, as quais têm feito parte desse emaranhado de pessoas e plantas, que teria lhe despertado a formulação de uma hipótese histórica a respeito das relações e trocas. Ainda em 2013, Irajá teria organizado um dia de conversas junto a outros curadores, para que os Mbyá Guarani conhecessem a unidade e acessassem algumas variedades e espécies dos BAGs, assunto que descreverei no próximo capítulo. Naquele dia, como uma das lideranças necessitava fazer uma ligação, Irajá ofereceu o telefone de sua sala. Adentrando aquele espaço, Santiago, liderança indígena, encontrou em cima da mesa do pesquisador algumas sementes que foram doadas pela avó de um estagiário de Irajá. Foi então que Santiago comunicou ao pesquisador que aquelas sementes eram dos Guarani, ou mesmo, muito semelhantes às do seu povo. Irajá, surpreso com o relato de Santiago, separou ali algumas sementes para que ele multiplicasse em seu território.

Após o relato vivido, Irajá concluiu dizendo que havia a probabilidade de, em vista colonização dos portugueses no litoral do RS, onde os parentes de seu estagiário permanecem até os dias atuais, terem recebido as sementes do povo Guarani, fruto das relações histórico-coloniais entre indígenas e não indígenas. Para o pesquisador, hoje a Embrapa também se tornou um espaço de mediação que pode vir contribuir com a (re)conexão dessas práticas, por meio das sementes, assumiu Irajá. Mais que o papel duramente técnico da ciência, de resguardar as sementes nas câmaras frias e multiplicá-las nos campos da Embrapa, os(as) profissionais envolvem-se, como diria Ingold (2015a) nos fluxos e movimentos materiais que contribuem para contínua formação das pessoas.

Os segundos de reflexão pareceram eternos nas comunicativas faces. As dúvidas e curiosidades transitavam entre nós. Entre os discursos e ações, foram declarados os diversos limites existentes entre os espaços e suas relações. Após os aplausos, o microfone chega nas mãos daqueles que estavam ali para escutar os(as) pesquisadores(as), mas também, para falar de outras experiências, lutas e das parcerias entre as organizações sociais, povos indígenas tradicionais e as unidades da Embrapa. Mais uma vez, a declaração retoma o ponto inicial do diálogo introduzido pelos(as) profissionais da instituição. Na fala desses(as) pesquisadores(as) era possível identificar as tensões e os desafios vivenciados, em forma de respostas às indagações realizadas pelo público que os(as) assistia.

Terezinha assumiu o microfone, apresentou-se e esclareceu qual era o objetivo daquele diálogo. Disse que haviam organizado o espaço para discutirem, primeiramente, o sistema de curadoria e, logo após, falariam sobre os projetos e “arranjos” da instituição. Anunciou que

naquele ano, 2017, a Embrapa tinha avançado na estruturação de um arranjo, até então intitulado “Construção e Intercâmbio de Conhecimento para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais”, que viesse a atender especificamente as demandas desse universo. Terezinha, alegremente, pronunciou que pela primeira vez o tema foi incorporado na agenda político-científica da Embrapa, e que já havia sido aderido por 15 unidades da Empresa.

Como de praxe, a pesquisadora falou da caminhada histórica, dos diálogos e ações que contribuíram para a elaboração de projetos pioneiros, entre a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e o povo Krahô. Reforçou que naquela ocasião não existia nenhuma normativa, que orientasse e garantisse os direitos de ambos os envolvidos; mas, nem por isso impediu que os pesquisadores e gestores agissem eticamente, e, ademais, estariam sensibilizados, compreendendo que as sementes das variedades de milho resfriadas na Colbase faziam parte da dieta alimentar e de vida dos Krahô. Terezinha havia apresentado Batista, o Krahô envolvido com as atividades de pesquisa-ação que vinha coordenando. Foi Batista quem manifestou resumidamente, mas de um gesto resistente, como as relações entre seu povo e a pesquisa tornaram-se um diálogo multifacetado entre as partes envolvidas.

No entanto, a “roda de conversa”, como Terezinha e demais colegas denominavam a dinâmica do espaço, prosseguiu com a apresentação do professor e antropólogo mexicano Eckart Boege. Tratava-se, disse ela, de dialogar também a respeito do tema da “conservação no contexto da diversidade cultural”, justificando a presença do antropólogo. Eckart, em espanhol, revelou o estilo de trabalho totalmente colonial do “Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo” (CIMMYT), no México, nas comunidades indígenas e campesinas. Disse que, até a década de 1950, o país alimentava-se de sementes locais-crioulas. Contudo, o órgão era o principal difusor do germoplasma empresarial nas comunidades, o que repercutia na substituição das sementes locais por aquelas híbridas, criticou. Além do mais, como o México é signatário de tratados internacionais, compreendia-se que qualquer pessoa pode ter acesso às sementes das comunidades indígenas e campesinas. Outro impacto acarretado pelo sistema colonial estava sendo a “transgenização”, termo proferido por Eckart para explicar a transformação-contaminação gênico-político-econômica das sementes crioulas; uma vez que é o próprio governo mexicano encarregado de difundir o consumo das sementes transgênicas e híbridas nos territórios e na alimentação do país. Como não há uma distinção do que é grão para sementes, é comum um indígena ou campesino plantar e trocar essas sementes, sem nenhum problema. No entanto, nesse momento histórico,

a “lei de sementes” no México proíbe o intercâmbio de qualquer semente se não estiver registrada, “imaginem o absurdo” exclamou indignado Eckart. Segundo ele, esses fatos têm contribuído para o surgimento de “espaços de resistências”. Disse, citando Vandana Shiva, “Vamos subverter os sistemas de sementes mundiais, a leis, etc., impostas pelas empresas de sementes multinacionais”. Diante do contexto, Eckart indaga: para que os bancos? E quem os controla? Visto que indígenas e camponeses já passaram, historicamente, por muitas crises com suas sementes, e encontraram saídas para resolver seus problemas, como o própria troca desse bem comum. Já que as leis são instrumentos de opressão, e os bancos são “epistemologicamente capitalistas”, os indígenas-camponeses criaram seus espaços de resistência. As feiras hoje são os principais espaços, onde se reúnem os indígenas-camponeses, para as trocas entre seus territórios. Eckart ainda se manifestou dizendo que: “essa seria uma forma didática de bancos de sementes, como orgulho e defesa do que é nosso. Estes são os principais sistemas alimentares locais. É uma defesa do que é próprio”.

Terezinha retomou a fala agradecendo Eckart, e prosseguiu narrando, com o apoio das imagens no telão, os caminhos traçados e seus emaranhados, na construção das feiras de troca de sementes indígenas. Disse que entendia, a partir de seu olhar de pesquisadora, que as feiras podiam ser associadas ao método de conservação, e conforme já havia reconhecido anteriormente. Contudo, não deixou claro aos ouvintes que, antes de mais nada, a conservação não se limitava ao transporte das sementes para os BAGs na Embrapa, e nem destes para os territórios Krahô.

Porém foi Batista, palestrante Krahô naquele instante, quem explicitou como em seus territórios não brancos é assegurada a vida das sementes. No seu discurso, foram anunciados os limites existentes entre o universo indígena e o universo da pesquisa ocidental. Ainda que as relações e o emaranhado de coisas (pessoas e sementes) sejam historicamente reconhecidos entre ambos, não se pode refutar a ideia de subversão das ações e conceitos coloniais, por parte dos povos indígenas, como bem reforçou Batista, nas entrelinhas. A partir do conhecimento-política-Krahô, pode-se perceber como tem sido codificada a ciência ocidental pela própria linguagem indígena. Não nos enganemos pelo aparente estado de “conciliação” ou mesmo pela pacificação do povo indígena. Foi assim que, com outras palavras, Batista reorientou os acontecimentos.

Em pé, o indígena Batista pronunciou: “Tem muita coisa que hoje está acontecendo dentro do Brasil. Quando vocês chegaram, que nós já estava aqui, vocês encontraram muitas sementes. Também trouxeram algumas. Então nesse tempo, com tudo que aconteceu, muita

coisa se perdeu”.⁵⁵ Nesse instante, elegantemente, Batista pediu desculpas e disse que iria falar em Krahô. Em meio àquelas palavras, identifiquei apenas algumas que Terezinha havia me pronunciado, quando contou a história da origem das sementes Krahô. No entanto, nem isso contribuiu para compreender o que Batista falava, aliás, eu não era a única. Corri o olhar naquela tenda lotada, e outras expressões faciais também analisavam, talvez se perguntando o que dizia Batista quando apontava com o braço para várias direções. Todos observavam atentamente, quando Batista retoma a fala em português; disse ele que depois de uma reunião com todos(as) Krahô e outros não indígenas, a fim de discutirem como fariam para buscar suas sementes, Oscar, seu parente, foi à Brasília. Após o episódio da conversa com os pesquisadores, Terezinha teria sido batizada pelos Krahô, aprendendo como eles plantavam e viviam. Batista chamou atenção do público, afirmando que não eram os únicos querendo viver, pois as plantas, pássaros, os rios, as abelhas, todos tinham o mesmo desejo, da vida. Assim, explicou que um dependia do outro. Em contrapartida, o governo com seus projetos e grandes empreendimentos, como barragens disse ele, estaria colocando em risco a existência das sementes, animais, etc. Batista concluiu, agradecendo a fala no espaço e a oportunidade de trocar sementes com outros indígenas e os não indígenas.

Nesse sentido, cabe dizer que o pronunciamento do Krahô Batista e a organização política do seu povo, em busca pelas sementes na Embrapa, remetem mais que uma reivindicação pela vida; trata-se das lutas constantes contra o controle e as normas estabelecidas pelo Estado nacional, e também pelos atravessamentos políticos internacionais.

Em suma, se a relação dos povos indígenas com os(as) pesquisadores(as) da Embrapa é uma estratégia de subversão dos sistemas de conservação e seus protocolos, como vimos, em meio às práticas e discursos, por outro lado, seguramente distintos, pode-se perceber o movimento por alguns profissionais, em ações pelas quais visam (re)estabelecer um “espaço de liberdade”. O próximo capítulo expõe o conjunto de práticas desses(as) pesquisadores(as), por meio da relação com o povo Mbyá Guarani, na Embrapa Clima Temperado.

⁵⁵ BATISTA, J. Relato oral. Brasília, set. 2017.

4 ENTRE VARIEDADES E CULTIVARES: UMA REVOLUÇÃO PELAS SEMENTES

Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem com barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós. (BARROS, 2010).

No capítulo que segue, caminharemos metodologicamente entre os espaços projetados, na Embrapa Clima Temperado, por Irajá e seu emaranhado de relações; partiremos da breve contextualização do primeiro encontro, ainda em 2013, promovido na unidade, para o acesso às coleções de sementes, pelas lideranças Mbyá Guarani. A partir da atividade organizada especificamente para receber os indígenas na instituição, buscou-se compreender por meio de discursos e práticas dos(as) pesquisadores(a), como suas ações resultaram nos desdobramentos, em 2017, no segundo intercâmbio e disponibilização das coleções de sementes e plantas. Assim, o que se propõe neste momento é justamente descrever as práticas e alocações vivenciadas por pesquisadores(as) e curadores(as) com o povo indígena.

No entanto, se, por um lado, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia descreve a relação de longa data com os povos indígenas, já sacramentada na agenda de atividades da unidade, veremos que na Embrapa Clima Temperado o *modus operandi* desses profissionais é o oposto daqueles que compõem os espaços de mediações da unidade em Brasília. Ainda que as espécies e variedades vegetais sejam o carro-chefe da instituição, a coisa (as sementes), e aqui faço uma associação tanto ao termo criado por Ingold (2015a), quanto ao significado poético de Manuel de Barros, tem revelado um universo de variantes, concedido pelos rituais de cada pesquisador(a), nas unidades descentralizadas. Pode-se dizer que, dentre os atravessamentos e orientações na ciência, o encantamento destes profissionais pelas sementes/vidas é disseminado nas práticas e discursos; o que também buscou-se descrever a partir do campo etnográfico. Além disso, foi de suma importância compreender, desde o seu conjunto de ações, cujas sementes e plantas encontram-se entre as relações de poder, como é possível, ou não, os(as) profissionais, por meio dos espaços de experimentações, convertê-los em espaços de liberdade. Nesse sentido, as experiências dos(as) pesquisadores(as) e curadores(as), traduzidas por espaços de experimentações, são descritas desde as etapas de planejamento das atividades na Embrapa Clima Temperado, os dias de intercâmbio entre os(as) profissionais e indígenas, até os acontecimentos inversos, decorrentes, de certa forma, dessas relações entre pessoas e plantas, nos territórios Guarani; no entanto, este último é uma etnografia das práticas e conhecimento político Mbyá Guarani, abordada no último capítulo,

como uma proposta para entender como ocorre a subversão dos mecanismos de controle do mundo ocidental.

4.1 O ENCONTRO

Figura 22 - Uma outra leitura da ciência



Fonte: acervo da autora (2017).

Figura 23 - Sementes conservadas no BAG de milho – Pelotas (RS)



Fonte: acervo da autora (2017).

Figura 24 - Das variedades para cultivares



Fonte: acervo da autora (2017).

Figura 25 - Atentos às informações



Fonte: acervo da autora (2017).

Figura 26 - Algumas espécies não-familiares



Fonte: acervo da autora (2017).

Figura 27 - Os (des)encontros produzidos pela ciência



Fonte: acervo da autora (2017).

4.2 DAS RELAÇÕES AOS PECULIARES MOVIMENTOS DO BAG DE FEIJÃO

Irará e outros(as) curadores(as), envolvidos(as), principalmente, com as atividades de acesso e intercâmbio de sementes e ramas para os indígenas na Embrapa, chegaram a

mencionar que na prática e conceitualmente na instituição, os germoplasmas sob suas responsabilidades, não estariam condicionadas as estruturas, em si, de um BAG. Como me disse o pesquisador um certo dia explicando a consideração do Sistema de Curadorias de Germoplasmas (SCG), coordenado pela Embrapa Cenargen, não se tratava em tese de um banco ativo, onde as sementes ficavam conservadas, mas de coleções de espécies e suas variedades.

Explicou ele que os BAGs compõem um acervo de germoplasma maior em relação aos das coleções, e são geridos por atividades mais específicas. Contudo, as coleções descentralizadas são responsáveis, também, pela alimentação dos BAGs, localizados em suas específicas unidades. Como o caso do Centro de Arroz e Feijão, com 20.000 variedades de feijão, citado pelo próprio Irajá na tenda da Embrapa, no evento de Agroecologia, descrito anteriormente.

A definição aludida pelos(as) pesquisadores(as) curadores(as) compõe os próprios discursos a respeito da brecha encontrada, em meio às regras institucionais, para a construção de espaços que viessem contribuir com o diálogo entre os(as) profissionais e os Mbyá Guarani, especialmente, na (re)localização das sementes das câmaras frias para as mãos dos indígenas. Contudo, pode-se dizer que, assim como Terezinha, Irajá tem sido responsável por essa mediação entre os espaços que compõem suas práticas de pesquisas aos territórios Mbyá Guarani.

Após a visita da liderança indígena Mauricio à Embrapa Clima Temperado, e a convite da liderança, Irajá frequentava quase que mensalmente as reuniões organizadas por técnicos da FAPEU e, principalmente pelos indígenas, em seus territórios. Em agosto de 2013, no encontro realizado na comunidade Guarani, conhecida pelos não indígenas por Água Grande, no interior do município de Camaquã, cuja *Tekoá* foi batizada por eles de *Ka'a Mryd'y* (Ervamate Pequena), foi um espaço criado para discutirem suas demandas, diante do contexto do programa de compensação no qual viviam. Dentre os serviços e atividades pleiteadas, os Guarani reivindicavam sementes e equipamentos para o auxílio das práticas de cultivo das famílias indígenas. Na ocasião, Irajá se disponibilizou, dizendo que havia a possibilidade de a Embrapa viabilizar algumas variedades para que as lideranças e seus parentes cultivassem e multiplicassem em seus roçados.

De volta à unidade, o pesquisador, motivado pela articulação política Guarani, passa a mobilizar os(a) curadores(a) das espécies de milho, amendoim e *cucurbitaceaes*, as quais foram mencionados pelos indígenas. Diante de seus apontamentos, Irajá telefonou para cada

colega, explicando o contexto da relação entre Embrapa e os Guarani, e a mobilização profissional para que pudessem contribuir com as reivindicações das lideranças indígenas.

Num formato um tanto distinto daquele estabelecido pelo Cenargen, um mês após a reunião na *Tekoá*, Irajá e chefe do CPACT reuniam-se no pequeno auditório na ETB, com os caciques indígenas e três técnicos da FAPEU que os acompanhavam. Como protocolo da instituição, o chefe da unidade inaugurou a fala. Foram alguns minutos apresentando as atividades de pesquisa daquele centro, e os Guarani ouviam atentamente o exercício da instituição. O discurso de apresentação não cessou por aí. Irajá descreveu sucintamente seus fazeres na Embrapa, e por fim, explicou que a atividade do dia teria sido programada com o relato das ações do centro. Disse ainda que, naquela manhã, iriam se deslocar para o galpão, onde estavam dispostas as 34 variedades de feijão da coleção do BAG, para que as lideranças pudessem selecionar. À tarde, as demais espécies de milho, amendoim e *cucurbitaceas* e seus(uas) curadores(a) aguardavam os Guarani na Sede, onde foram concentradas as demais atividades.

Com as espécies e suas variedades em mãos, os Guarani voltaram para seus territórios já com a tarefa de multiplicar as sementes, e, se possível, repassá-las para aquelas famílias que não haviam recebido. Esse clamor aos indígenas pelos profissionais logo soou com a justificativa de que, diante das restrições técnicas na/da Embrapa, não havia quantidade de sementes das variedades para serem disponibilizadas. Assim, os(a) pesquisadores(a) contavam com a parceria das lideranças, pois, mais tarde, Irajá também buscava informar-se a respeito dos destinos e mesmo da manutenção das sementes nos territórios indígenas; o objetivo, segundo ele, era cumprir com as responsabilidades profissionais, declarando no relatório de atividades da Embrapa, os resultados das relações entre Empresa e os Mbyá Guarani.

O que aparece como uma obrigatoriedade do serviço público, em função do cumprimento de metas pelas atividades de pesquisa desempenhadas por Irajá pode ser visto como peça fundamental do exercício da ciência na Embrapa, a qual tem sido projetada pelo discurso do desenvolvimento hegemônico. Já dizia Escobar que o discurso do desenvolvimento é regido pelos mesmos princípios do contexto colonial; é ele que tem produzido um aparato extremamente eficiente para gerar conhecimento acerca do Terceiro Mundo, exercendo o poder sobre estas vidas. O dispositivo surgiu ainda no período compreendido entre 1945 e 1955, e desde então tem provocado novas modalidades de conhecimento e poder, novas práticas, teorias, estratégias, etc. Em resumo, o discurso do desenvolvimento tem sido implantado exitosamente por um regime de governo sobre o

Terceiro Mundo, um “espaço para os povos sujeitos” pelo qual vem assegurando o controle sobre eles (ESCOBAR, 1999).

É a partir desse contexto que o ato de fazer pesquisa-ação torna-se um produto do discurso do desenvolvimento. A responsabilidade de vigiar ou mesmo compreender os resultados da produção das sementes nos territórios Guarani, no fundo, tem servido de alimento para justificar a implantação dos mecanismos de segurança-gestão, como os programas criados por órgãos internacionais: erradicação da pobreza; erradicação da fome; medidas para diminuir as mudanças climáticas; etc.

Nesse emaranhado, o fato é que Irajá ainda não tivera o resultado, diria ideal, em termos de uma linguagem científica ocidental que viesse a contribuir com sua prestação de contas na instituição. Uma vez que, na leitura de Irajá, a busca pelos resultados significava, especialmente, entender como o exercício da sua profissão poderia ou não contribuir com a solução, ou mesmo, na redução da (in)segurança alimentar, da erosão genética.

Para o pesquisador a eficácia do diálogo entre as partes envolvidas repercute também no modo com que os Guarani lidam com as sementes em seus territórios. Assim, a conservação *ex situ e in situ/on farm* parece, também, compor as estratégias de um jogo de tensões, atravessado por tentativas de uma democratização da ciência, como havíamos mencionado.

Desse modo, a defesa pelo acesso às sementes nos BAGs da Embrapa está na pauta do discurso da conservação *in situ/on farm*. Esta, por sua vez, também considerada como método, tem-se tornado o principal argumento de Irajá e seus pares, em relação à adaptação das plantas e sementes diante do fenômeno das mudanças climáticas. Em outras palavras, o direito legal do retorno das sementes para os povos agricultores torna-se uma medida relacional às problemáticas enfrentadas pelos limites de uma ciência.

Contudo, o fato é que devemos compreender como o próprio pesquisador estava absorvido ao momento, do qual me recordo bem, em que Marcos, cacique da *Tekoá Yguá Porã* (Fonte Sagrada), na vila Pacheca, localizada no interior de Camaquã, um ano após o encontro na Embrapa com os(a) curadores(a), o convidou para buscar as sementes que havia multiplicado. Lembrava o cacique que no dia da reunião da Embrapa, Irajá também mencionou as experiências de intercâmbio com os demais agricultores. Geralmente, quando as variedades são disponibilizadas para pessoas, associações, organizações sociais, universidades, dentre outros, Irajá solicitava um percentual das sementes, conforme o resultado da colheita. Disse o pesquisador que o intuito era alimentar o BAG para (re)passá-

las a outros povos agricultores, visto que não teriam condições de multiplicarem anualmente todas as variedades da coleção de feijão.

Recordando o discurso do pesquisador, Marcos, em correspondência, retornou em pequena quantidade, pelas mãos de Irajá, as espécies e variedades que havia elegido na Embrapa, no dia da atividade de acesso aos BAG, ou melhor, às coleções. Diferentemente da sistematização daquelas sementes na Embrapa, cuja limpeza e uniformidade têm sido os principais critérios elegidos pelos(as) curadores(as) para compor os BAGs, as variedades foram repassadas para Irajá em formato, diria, um tanto agrupadas.

Marcos havia organizado as sementes e suas variedades em embalagens improvisadas de plástico. Em uma delas havia conjuntamente as variedades de amendoim, e nas outras, separadamente, as de feijão e milho, e mais o lindo fruto de uma das variedades de abóbora, todas selecionadas pela liderança e sua família, disse ele.

Seus métodos aplicados na seleção das plantas e sementes elegidas para repassá-las ao pesquisador, com certeza, se distinguem daqueles que Irajá têm aplicado. Ao retornar as sementes para as mediações da Embrapa, o pesquisador, em sua sala, separou as variedades, reagrupando-as conforme o tamanho e a cor das sementes, deixando-as mais homogêneas.

Reordenadas, conforme a prática do pesquisador, elas foram enviadas um mês depois, para a *Tekoá Guajay'vi Poty* (Aldeia Flor de Guajuvira), localizada no interior do município de Canguçu, atendendo à solicitação de Lorenço, liderança Mbyá Guarani. Como o cacique não participou do primeiro intercâmbio entre os indígenas e os(as) curadores(a), e diante da dificuldade de Irajá solicitar novamente os profissionais para atender de imediato o pedido de Lorenço, o pesquisador entendeu que naquele momento era importante enviar as variedades reencaminhadas por Marcos, e de certa maneira, “limpas” por ele.

Nesse caso, relembremos a prática dos(as) curador(as) de multiplicarem em campo as sementes, e antes mesmo de serem levadas para os BAGs, as variedades passam por uma triagem, conforme os critérios de limpeza de cada profissional. Isso significa dizer que o repertório das atividades de Irajá, como melhorista de plantas, diariamente é orientado por preceitos estruturados por sua formação acadêmica ocidental. Por isso, a incansável seleção e caracterização de todas as sementes que chegam e saem do BAG do qual é responsável; ou seja, a prática não deixa de ser inata aos processos de segurança e controle dessas vidas em pauta.

Vejam os que as normas e a disciplina devem habitar o saber-fazer de um profissional da Embrapa. Nas etapas do melhoramento, descritas no segundo capítulo, a maioria das

variedades crioulas de feijão é plantada anualmente no EPI-1. Disse Irajá que busca avaliar em campo, na primeira fase do melhoramento, todas as sementes crioulas e também as cultivares que chegam até ele. Trata-se de uma leitura realizada desde o plantio dessas sementes, complementou o pesquisador, como no acompanhamento do crescimento da planta, das doenças que têm ou de que são suscetíveis, etc. É um processo contínuo da descrição dos materiais.

Não muito distante do que é produzido na Embrapa, Irajá, principalmente, após o primeiro encontro entre indígenas e curadores(a) na instituição, ao visitar algumas lideranças Mbyá Guarani em suas comunidades, questionava-os se eram discriminadas as sementes que voltariam para o cultivo, daquelas que seriam consumidas. Irajá também perguntava se as famílias faziam a seleção das melhores sementes para o próximo plantio, desde o crescimento em campo, ou eram selecionadas após colhidas.

Contudo, o inverso pode ser compreendido pela ação de reversão daquilo que em princípio seria branco, não indígena. Irajá se deparou com as medidas nativas contrárias, diria, a colonialidade do poder e saber. Como de praxe, a indagação feita pelo pesquisador não seria imediata e pronunciada no português, como o pesquisador esperava. Porém, pelas expressões e a atitude de Marcos de reencaminhar as sementes para Irajá, hipoteticamente compreendeu-se que, principalmente a liderança e sua família selecionavam as variedades que iriam para o plantio, daquelas que iriam compor a dieta alimentar. O que se tem claro, reconheceu o pesquisador, é que a análise e os critérios utilizados são o oposto das etapas e dos procedimentos adotado pelos profissionais na Embrapa; tema que de certa maneira será abordado no último capítulo.

No entanto, o que aproximou também Irajá da liderança foram as próprias experiências de vida do Guarani. Marcos é visto por Irajá como um guardião de sementes, o que veio a motivá-lo nas constantes visitas à liderança, até meados de 2017; nesses momentos, era comum o pesquisador levar, sobretudo, algumas variedades e cultivares de feijão para Marcos. O pesquisador salientava que o método empregado pelo cacique e seus familiares compunha as práticas de multiplicações e de manutenção da diversidade de plantas em seu território.

O que se entende é que, para o pesquisador, a relevância desse processo não estaria na descrição das etapas de seleção das plantas-sementes, mas no resultado daquilo que teve a oportunidade de conhecer. Por isso, o título de guardião a Marcos, recebido pela liderança com entusiasmo, quando Irajá explicou o seu significado.

Não menos importante para Irajá eram as outras pessoas, pois a designação de guardião se estendia aos demais. Assim, se fez o emaranhado de relações. As variedades e cultivares de feijão também chegavam com o pesquisador, principalmente, nas idas até a *Tekoá Guajay'vi Poty*; também, na *Tekoá Mirim* (Aldeia Pequena), localizada no município de Mariana Pimentel, e que tem por liderança Artur e, na *Tekoá Tape Porã* (Aldeia Caminho Sagrado), situada no interior de Guaíba, cujo cacique na época era conhecido por Pedro Oliveira.

Nas demais *Tekoá* como: *Ka'a Mryd'y* com a liderança Eduardo Timóteo, *Guapoy* (Aldeia Figueira) e, *Yvy Poty* (Aldeia Flor da Serra), as quais têm como caciques, respectivamente, Mariano e Santiago, ambas localizadas no município da Barra do Ribeiro, as sementes e plantas enviadas por Irajá e seus(ua) curadores(a) parceiros(a), chegavam por meio de outros técnicos não indígenas envolvidos com as comunidades Mbyá Guarani.

Ao longo dessas visitas às *Tekoá(s)*, a notícia que se espalhava entre os Mbyá Guarani que, na Embrapa por meio de Irajá havia a possibilidade de obterem sementes, foi de certa forma um dos motivos que contribuíram com a mobilização do pesquisador para a realização, em setembro de 2017, do segundo encontro na Embrapa entre indígenas, curadores e demais pesquisadores. Foi então que lideranças indígenas de dez *Tekoá(s)* organizaram um documento coletivo citando novas demandas de bens e serviços, sobre os quais acreditavam que Irajá pudesse orientá-los institucionalmente.

Na simples declaração, os Guarani solicitaram: aves, mudas de batata-doce e batata-inglesa, cana-de-açúcar, mudas de pêsego, ramas de mandioca, sementes de tomate, cebola, amendoim, abóbora, melão, arroz-de-sequeiro e feijão-miúdo. Os dias que antecederam o segundo encontro na Embrapa - Estação Cascata, foi de movimentação interna de Irajá à procura dos(as) pesquisadores(as) responsáveis pelas respectivas espécies. Os *e-mails* e as ligações foram ferramentas indispensáveis na mobilização do seu emaranhado de relações. Como não houve pedidos de acesso à espécie de feijão, a qual Irajá desempenha suas atividades de pesquisa, no segundo momento de intercâmbio e disponibilização das coleções de sementes e plantas, a ação do pesquisador se restringiu na articulação do encontro na instituição; sendo assim, relatarei a experiência posteriormente.

Em junho de 2017, Irajá teria ainda encaminhado duas PBios ao “Programa de Agropecuária do Projeto Básico Ambiental” – “Componente Indígena da Usina Hidrelétrica de Mauá”, a pedido de técnicos agrônomos. As sementes de feijão chegaram até os Guarani e

Kaingang, respectivamente, nas Terras Indígenas, Pinhalzinho, no interior do município de Tomazina, e Apucarantina, localizada em Tamarana, ambas no estado do Paraná.

Já em 2018, as ações de Irajá com povos indígenas se restringiram à participação de algumas reuniões realizadas nas *Tekoá(s)* do entorno da BR-116 junto à equipe técnica da Fapeu. Irajá disse que devido as demais atividades de pesquisa, as quais ocupam boa parte ou quase seu tempo integral diário, não têm dado conta de um envolvimento maior com os indígenas, como era anteriormente. Além disso, devido à restrição, especialmente, de recursos financeiros para os deslocamentos, e a (re)discussão político-científica dos projetos com povos e comunidades tradicionais na Embrapa, seriam outros fatores pelos quais o restringem de realizar as atividades com indígenas diretamente. Em suma, as sementes não deixaram de chegar até os territórios indígenas, mas os fluxos de trocas entre pesquisador e indígenas já não acontecem na mesma intensidade, como fora nos anos anteriores. Acredita-se que se a ciência está a serviço do capital, é ela que será acima de tudo, acolhida.

4.2.1 Entre Discursos e Ações de um Curador de Milho

No ano de 2013, lembro quando Irajá ligou para o pesquisador Ebersson Eicholz, curador do BAG de milho, com o propósito de que Ebersson apresentasse parte da coleção para lideranças Guarani, e assim disponibilizasse algumas variedades, conforme a seleção dos indígenas. No que pude notar, pelo tom da voz de Irajá, aquele intercâmbio na instituição aconteceria, principalmente, pela confiança estabelecida entre ambos pesquisadores. Além disso, Ebersson, aparentemente, buscava expandir e fortalecer parcerias político-científicas, pois havia, de certa forma, recém-chegado a instituição.

Em setembro de 2016, quando procurei o pesquisador-curador Ebersson para conversarmos a respeito da experiência de 2013 com os Mbyá, o curador prontamente se propôs ao diálogo, me surpreendendo. Naquele momento, havia uma insegurança, e o receio de que o pesquisador não me recebesse para falar da atividade com os indígenas. O motivo dos sentimentos teria sido causado em uma viagem, meses antes do primeiro intercâmbio na Embrapa com os Guarani, que fiz na companhia dos pesquisadores Irajá, Gilberto e Ebersson, a Ibarama, na feira de troca de sementes. No trajeto para o evento, ouvi o curador caricaturar o modo de vida dos povos indígenas, o que me gerou o desconforto.

Contudo, naquela manhã fria, em uma extensa sala na Estação Cascata, Ebersson ressaltou a confiança em Irajá para realizar, como ele mesmo disse, “a abertura direta do BAG

para os indígenas”, uma vez que a legislação não se fazia clara sobre tal intercâmbio, ficando à mercê de algumas penalidades institucionais. Por outro lado, reforçou a importância da presença dos indígenas na Embrapa e a oportunidade de trocar experiência com as lideranças, naquele formato de atividade, já que tinha sido a sua primeira vez que participava face a face, da disponibilização do material crioulo e da sua seleção por indígenas.

O pesquisador Ebersson lembrou que no dia do intercâmbio, dentre os acontecimentos, um lhe despertara a atenção; ao traçar um paralelo entre os agricultores não indígenas e os Guarani, em relação às características levadas em conta no momento de eleger os milhos, os quais integrariam seus roçados, disse o pesquisador que as lideranças primeiramente dialogavam entre si, e cuidadosamente selecionavam apenas algumas cultivares, entre as diversas expostas. Percebeu que se tratava do inverso praticado, em geral, por pessoas não indígenas. A observação e a vivência de Ebersson com os indígenas, metaforicamente falando, foi marcada pela permanência da entrada dos Guarani no BAG de milho.

No ato da seleção, Ebersson reconheceu também que algumas cultivares haviam menor quantidade de sementes que poderiam ser disponibilizadas. Como não se tinha ideia das variedades que seriam escolhidas pelos Guarani, ele teria pré-selecionado no BAG de milho, aquelas que haviam maior quantidade de sementes disponíveis, e mais acesso, segundo os dados constado em documento. Além disso, fazia poucos meses que o pesquisador teria assumido a gestão do BAG, o que lhe impediu, disse ele, de ter organizado um espaço maior para oferecer outras variedades.

Por outro lado, já em 2016, quando conversamos, Ebersson, falou da sua experiência e alguns desafios de multiplicar as sementes de milho da coleção. Sua preocupação era manter a viabilidade genética, termo que verbalizou para explicar a condição de vida fora das câmaras frias, para os materiais que haviam sido coletados ainda em 1986.

No BAG de milho havia em média 130 acessos, entre variedades e cultivares, e para o plantio e multiplicação de todas, Ebersson contava com a parceria de alguns agricultores. Falou que isso ocorre de forma programada com a agenda de cultivo dos agricultores. As sementes, geralmente, chegam às mãos dessas pessoas por meio dos técnicos da Emater, que se responsabilizam pela orientação das regras solicitadas pelo pesquisador no momento da multiplicação dos milhos.

Após os procedimentos e as etapas concluídas do plantio, os agricultores ficam com uma porcentagem das sementes e outra retorna para Ebersson. Assim, antes mesmo que os

milhos voltem para o BAG, Eberson “limpa” as sementes e caracteriza-as, similar às práticas de Irajá. Nesse caso, observamos e ainda veremos que tais ações descritas são comuns entre os demais curadores da instituição.

A parceria entre a ciência/Estado e agricultores ocorre principalmente de território branco para outro semelhante. Quero dizer que, até o momento, não presenciei esse tipo de relação com outros povos que não fossem brancos. Claro, não devemos esquecer que o contexto etnográfico é formalizado por várias questões coloniais já mencionadas, mas também vale lembrar, com Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), que o Estado, numa relação étnica, sempre buscou uma consolidação através de uma identidade nacional padrão, fundamentada, especialmente, em uma história e geografia comuns.

Talvez esse seja o ponto crucial a se destacar nesse emaranhado de relações, cuja ciência como parte do Estado tem reproduzido através dos seus métodos uma hierarquia epistêmica e racial. Isso tudo pode acontecer no instante em que se define quem são as pessoas capazes de corresponder com os preceitos ditados pelo conhecimento científico. Em vista dessas práticas, sugere-se que a democratização da ciência tem se limitado a um segmento social.

Desse modo, torna-se relevante o entendimento das atividades de pesquisa desempenhadas por pesquisadores-curadores, pelos quais vieram, mais tarde, dialogar com outras práticas de plantio e cultivo. É na Estação Cascata onde Eberson desenvolve suas ações. As cultivares e variedades são plantadas entre linhas, na mesma área, restringindo-o na reprodução das sementes. Isso ocorre porque o campo é dividido com os demais pesquisadores e seus experimentos. Explicou Eberson que o milho, por ser uma planta de polinização aberta, a qual indica que a espécie cruza entre si, por meio do vento, insetos, pássaros, etc., necessitaria de uma certa distância para multiplicá-las, assim como apontam os protocolos científico-agronômicos.

Diante dos limites, o pesquisador explicou que faz uma recombinação entre os distintos milhos, de forma com que sejam protegidas as partes feminina e masculina das plantas. Então, manualmente ele pega o pólen de várias delas, aplicando ou recombinado em outra parte feminina de uma diferente planta, repetindo o procedimento nas demais. Assegura Eberson que essa técnica mantém a variabilidade genética da população, através das condições controladas pelo pesquisador e demais envolvidos.

É por meio da combinação das ações de Eberson, com a parceria dos agricultores não indígenas, que a coleção de milho, atualmente, apresenta maior quantidade de sementes.

Falou que não se tratava de grandes estoques das cultivares e variedades, até porque havia muitos materiais para a multiplicação, e por outro lado, esse não era o objetivo da conservação. Mas atualmente, disse ele, já tinha condições de oferecer outros milhos para quem o solicitasse.

Quando perguntei ao pesquisador se poderia olhar sua câmara fria, como parte do método da minha pesquisa, Eberson disse que as sementes não estavam ainda na Estação Experimental Cascata. Na época do intercâmbio, a coleção ficava na Sede, onde o pesquisador também tinha uma sala, mas, devido a sua mudança, a estrutura de apoio acabou sofrendo alterações. O que antes era um BAG de milho foi readaptado para atender outras necessidades demandadas pela pesquisa.

As sementes estavam mais próximas de Irajá que do seu próprio curador. Eberson, toda vez que necessitava de alguma variedade e/ou cultivar para a disponibilização aos agricultores ou mesmo nas atividades de pesquisas, se deslocava até o antigo Escritório de Negócios da Embrapa Produtos e Mercado, localizado bem próximo à Estação Terras Baixas, no Capão do Leão.

Meses após nosso diálogo, no retorno à Embrapa em Pelotas, solicitei a Eberson uma visita ao local onde estava a coleção. O pesquisador prontamente aprovou o pedido, ligando para os profissionais, comunicando a minha passada que faria para conhecer a estrutura na qual estavam as sementes. Ao chegar ao antigo Escritório de Negócios, me surpreendi com um ambiente relativamente vazio. Havia poucas pessoas e algumas máquinas sem uso. Entre portas, o técnico abriu uma semelhante à de um cofre. Naquela sala ampla, climatizada, a coleção de milho dividia o espaço com sacas de grãos da Embrapa. Em um canto estavam as sementes e suas variedades e cultivares, devidamente identificadas com etiquetas, e empilhadas em caixas. As sementes pareciam solitárias naquele lugar amplo e gélido. O ambiente já não se fazia tão dinâmico em relação às mudanças que ocorriam, por exemplo, no BAG de feijão, conforme descrito.

No entanto, os percalços enfrentados pelo pesquisador na Embrapa não deixam de ser porque, nestes espaços, as atividades de pesquisas são desenvolvidas na medida em que recebem recursos financeiros. Como suas ações talvez não estivessem diretamente vinculadas ao setor do agronegócio, numa escala de valores, elas somente irão receber apoio após as mais importantes serem atendidas.

Contudo, no nosso diálogo, em setembro de 2016, Eberson reforçou que não se importava de se deslocar até a ETB, para ele mesmo acessar a coleção, pois entendia que as

sementes deveriam ficar nas condições ideais de conservação, oferecidas no momento, naquela Estação. Para o pesquisador, é de suma importância a manutenção de uma boa estrutura para o próprio método de conservação adotado pelos pesquisadores. Isso garantiria, acredita Ebersson, não só a segurança das sementes, mas a confiança estabelecida entre agricultores e pesquisadores.

Mais que a garantia de êxito do sistema de conservação, diria que sua dedicação propõe, de certa maneira, o diálogo e a negociação entre a ciência e outros conhecimentos. A organização de espaços de experimentação, como os encontros para a disponibilização do germoplasma, tem proporcionado a própria reformulação do exercício de curador. Diria mais, o espaço de liberdade, se concretiza quando os(as) curadores(as) subvertem as regras institucionais, através das relações e intervenções dos povos indígenas, mas também não indígenas. A subjetivação, como vimos, torna-se elemento essencial de resistência, diante de um cenário dominante.

Daí a importância da organização de espaços para que os indígenas conheçam e acessem os BAGs como a experiência de 2013, complementou o pesquisador. Como naquele momento houve pouca disponibilidade de sementes de milho, Ebersson presumiu que, talvez, os Guarani não tenham plantado, ou mesmo, poderiam ter perdido, em detrimento de poucas áreas para o cultivo, como também pelas condições climáticas adversas, etc. Por isso, defende que as sementes de milho devem ser disponibilizadas em quantidades expressivas. Segundo o pesquisador, sua atitude se justifica pela própria vivência como filho de agricultores familiares, pois sabia o quanto era difícil conservar as espécies nas propriedades.

Além disso, afirmou que, quanto mais pessoas acessarem as sementes, no caso dos BAGs, menor será a probabilidade de perderem definitivamente as variedades. A luta pelos espaços de liberdade garante a realização de novos intercâmbios com os indígenas na Embrapa, como defendeu o pesquisador Ebersson. Porém, outro encontro só ocorreu um ano após a nossa conversa, mas novamente se mostrou comprometido com que havia mencionado. Veremos mais adiante esta experiência.

4.2.2 Espaço(s) e Linguagens: A Coleção de Amendoim

Encontrar o pesquisador-curador de milho e mandioca, José Ernani Schwengber, para dialogarmos sobre o primeiro espaço constituído na Embrapa, em 2013, evento em que esteve pela primeira vez reunido com indígenas na instituição, não foi uma tarefa fácil. Diante de

uma agenda conturbada de atividades, José Ernani só conseguiu parar durante uma hora para conversarmos, em uma sala da Sede, onde estava ocorrendo o “VI Seminário de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar”, organizado por Irajá e sua equipe.

Contudo, diria que o último evento realizado no final do mês de setembro de 2016, de certa forma, foi um momento propício para nosso diálogo, pois o espaço além de agregar os(as) pesquisadores(as) que estiveram envolvidos(as) com a experiência de 2013 junto a Irajá e os Mbyá Guarani, também reforçava a temática em discussão. Tratava-se de discutir as relações e seus emaranhados entre pessoas e sementes.

Pelos corredores, José Ernani encontrou parentes e amigos das lideranças que haviam participado do acesso ao BAG de amendoim, três anos antes. Alegre, comentou que havia deixado algumas variedades de amendoim na feirinha de troca de sementes. O espaço criado pelo Seminário buscava fomentar o intercâmbio de espécies entre os diferentes públicos presentes, e a disponibilização de sementes-plantas e suas variedades e cultivares, então gerenciadas pela Embrapa.

Quando questionei José Ernani, com intuito de saber se ele havia disponibilizado cultivares da pesquisa e/ou sementes crioulas de amendoim, tanto no espaço da feira, quanto em relação ao encontro de 2013, o pesquisador-curador comentou que tinha deixado apenas variedades. Por não existir um programa de melhoramento na Embrapa Clima Temperado de amendoim e mandioca, por exemplo, não havia cultivares desenvolvidas na unidade, e aquelas que existiam no BAG chegaram por intermédio de outras instituições e programas de melhoramento.

Os BAGs de amendoim e mandioca teriam sido constituídos por ele, respectivamente, nos anos de 2012 e 2010. O curador relembra os fatos que o motivaram organizar a coleção de amendoim.

[...] minha área é fitotecnia. Há um interesse individual dos pesquisadores em ser curador. Como existia essa lacuna aqui, na verdade os bancos começaram despreziosos, porque as pessoas procuravam muito as sementes e, como não existem cultivares registradas e indicadas aqui no Rio Grande do Sul, tu não acha semente. Então os agricultores começaram, muita gente vinha na Embrapa e queria semente. Bah, mas não tenho, onde é que encontra? E aí os próprios agricultores e os extensionistas começaram mandar material pra gente. Ah, eu tenho lá na minha região um amendoim, que é amendoim paraguaio vermelho, que é da região noroeste do estado. Se cultiva muito esse material. Então o pessoal da Emater que vinha até aqui me trazer uma amostra. Aqui em São Lourenço tem um agricultor ecologista que planta amendoim, tu chega lá e ele diz: “leva um pouco desse amendoim pra ti”. E a gente começou despreziosamente a montar uma coleção. A gente no início começou a chamar coleção de trabalho. Porque a gente não tem um programa de melhoramento, não é o objetivo. Meu objetivo é em cima dos materiais crioulos e mesmo daqueles materiais melhorados pelas instituições de pesquisa, por

exemplo, o IAC (Instituto Agronômico de Campinas) em São Paulo, tem um trabalho muito grande com amendoim. [...] Se os agricultores querem material, por que a gente não traz alguns desses materiais da Embrapa e dos outros órgãos de pesquisa pra avaliar aqui no Sul? Então nosso objetivo é a partir dos materiais coletados dos agricultores, selecionados por eles, e dos próprios materiais já melhorados, ou lançados pela pesquisa, a gente avalia esses materiais e redistribuí esses materiais. Então é basicamente o que a gente faz. Coletar materiais dos agricultores, selecionar, limpar, porque tem muita mistura. Vê a adaptação desses materiais e redistribui para os agricultores [...]”⁵⁶.

Por outro lado, para redistribuir as sementes de amendoim, José Ernani organizava as variedades em *kits* e as enviava para os técnicos da Emater repassarem aos agricultores. Outra maneira são as unidades demonstrativas implantadas nas distintas regiões do RS, cujo sistema científico é propagar materiais que possam contribuir na alimentação e até mesmo na renda dos(as) agricultores(as), afirmou o pesquisador. De certa maneira, são ações paralelas àquelas mobilizadas por Irajá com os feijões, conforme vimos.

Outro aspecto semelhante ao BAG de feijão tem sido os meios que o pesquisador utiliza para a alimentação do BAG de amendoim. Nesse caso, as sementes são geralmente doadas por profissionais da Emater, mas também por agricultores. As chegar às mãos de José Ernani, os materiais passam por uma triagem, e por último são plantados na Embrapa. Nessa etapa, as sementes-plantas já passam por avaliações em campo.

Para explicar os procedimentos de limpeza aos quais as variedades de amendoim são submetidas, o pesquisador citou, como exemplo, a cultivar de mandioca mais plantada no RS, conhecida por Vassourinha. Segundo José Ernani, essa cultivar geralmente é afetada por infecção por bacteriose, uma vez que não existem profissionais que façam sua limpeza, a contaminação pode espalhar-se. Assegurou o pesquisador que “a tendência é que se perca a qualidade da cultivar”.

Essas práticas são de responsabilidade da Embrapa, especificamente, a de José Ernani como fitotecnista. É ele quem recebe as sementes dos agricultores, e encaminha as variedades, modeladas a partir do método científico, cujo controle e segurança tornam-se os principais instrumentos ao que se denomina por “materiais limpos”. O objetivo desta prática, comentou José Ernani, é eliminar os problemas por doenças, sejam elas viróticas ou bacterianas, para que assim sejam oferecidas aos agricultores, contribuindo com a qualidade e com o aumento da produção dos seus materiais. Etapas que não diferem muito das de um(a) profissional curador(a) para outro(a).

⁵⁶ SCHWENGBER, J.E. (Pesquisador do CPACT). Entrevista concedida à autora. Pelotas, set. 2016.

Além disso, ainda que não estejam tão visíveis os métodos aplicados pelo fitotecnista, ficou nítido aos olhos dos observadores externos que as espécies acessadas nos BAGs eram submetidas a processos semelhantes de gestão. No primeiro acesso e intercâmbio de 2013, as sementes crioulas de amendoim estavam ordenadamente em cima da mesa, para que as lideranças indígenas pudessem vê-las e selecioná-las. Os sacos de papel abertos com as variedades, contendo tamanhos e cores homogêneas, devidamente separadas e identificadas por seu nome popular de acesso, carregavam consigo as etapas de caracterização, ou mesmo de “limpeza”, sistematizadas por José Ernani.

Apesar disso, nada impediu que os Guarani pudessem realizar a seleção, assim como aconteceu com as variedades de feijão e milho. José Ernani comentou que após a breve apresentação das variedades de amendoim para os indígenas, percebeu que eles adotaram apenas aquelas identificadas como suas sementes.

Dentre as elegidas, lembrou o curador, o Paraguaio Vermelho foi selecionado por todas as lideranças. Acredita que isso deve ter ocorrido pela própria história e experiências dos Guarani, nas trocas com povos indígenas da região norte e noroeste do RS. Além disso, se surpreendeu com a escolha deles, pois o material, expressou José Ernani, é o mais plantado nessas regiões.

Entre falas e hipóteses, comentei com José Ernani que Marcos, ainda em 2014, havia reencaminhado algumas espécies e variedades acessadas nos BAGs para Irajá. Disse a ele que havia notado um processo inverso daquele adotado pelos(as) curadores(a), pois a liderança encaminhou as sementes para Irajá, conforme guardava em sua casa e plantava em seu roçado.

José Ernani, havia comentado que essa prática era corriqueira entre agricultores não indígenas. Reconheceu que assim como fazem os pesquisadores ao não manter as mesmas características das sementes doadas a eles, o inverso também ocorria. Nesse caso, não estamos tratando de ações antagônicas, mas de distintas práticas em constante relação, num campo mediado pelas tensões, mas principalmente, pela busca de soluções para as agriculturas e seus povos agricultores. Nas palavras de Santos, Meneses e Nunes (2005), “a atenção a experiências anteriores e as incertezas que alimentam os debates sobre problemas ambientais e segurança alimentar, por exemplo, justificam a aproximação aos cidadãos que se mobilizam e organizam para fazer frente a essas situações” (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p. 73).

Para o pesquisador, essa é a lógica e a função do banco, isto é, tem como atribuição intermediar esses materiais. Concluiu o pesquisador-curador José Ernani que entende por BAG, como um espaço de troca. Os movimentos destes espaços são relevantes para o processo coevolutivo das plantas, que só acontecem dentro das comunidades, e não na pesquisa. “O nosso papel é unir e contribuir com a dinâmica coevolutiva das sementes junto aos agricultores”. Em outras palavras, o espaço de liberdade ocorre quando se é possível reestabelecer ações contra-hegemônicas.

4.2.3 Imagens e Discursos: A Coleção de Cucurbitaceae

A sala repleta de livros, papéis-publicações, algumas pequenas expressões artísticas, e os equipamentos, como telefone, computadores, comuns, no apoio às atividades dos(as) pesquisadores(as), foi o local de encontro com a curadora Rosa Lia Barbieri. O diálogo acompanhado de cafezinho, tivera seu dia e hora marcado pela pesquisadora. Diante das múltiplas tarefas, Rosa Lia pôde me atender, diria que, rapidamente, no início de uma tarde de novembro de 2016, dois meses após o VI Seminário de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar.

Como bióloga e geneticista, Rosa Lia é responsável pela curadoria dos BAGs de: pimentas, *cucurbitaceae* (abóbora, melão, melancia, etc.), espinha santa e de plantas ornamentais nativas do Bioma Pampa. No primeiro encontro da pesquisadora com os Guarani, em 2013, lembrávamos da dificuldade ocorrida no momento da seleção das espécies e variedades pelas lideranças no BAG de *cucurbitaceae*.

Após tatearem as sementes e adotarem algumas variedades de feijão, milho e amendoim, os Guarani se deslocaram até uma pequena sala na Sede da unidade da Embrapa, para o encontro com a pesquisadora-curadora Rosa Lia e as espécies de melancia, melão e abóbora. Na apresentação, Rosa Lia anunciou às lideranças que, devido à estação definida para a seleção dos materiais, não havia frutos formados.

Outro problema, explicou a curadora, era a carência de profissionais responsáveis no apoio para a multiplicação das sementes em campo, ficando inviável o plantio de todos os acessos acondicionados no BAG; além disso, era impossível cultivar todas as sementes, pois as variedades de *cucurbitaceae* podiam cruzar entre si, por isso a necessidade do isolamento geográfico para multiplicá-las, comentou a curadora.

Diante das limitações de Rosa Lia na Embrapa, as imagens, apresentadas na tela do computador, foram a saída encontrada por ela para o diálogo com os indígenas. Entre uma fotografia e outra dos frutos das espécies, o jeito foi descrevê-las oralmente. Rosa Lia explicou as características agrônômicas, das quais havia caracterizado em cada espécie e variedade, num vocabulário aparentemente acessível. Contudo, ao passar de uma fotografia para outra, as *cucurbitaceae* fizeram parte das conversas, na língua nativa, entre as lideranças. Cada uma foi adotada por eles, por critérios, diria, um tanto particulares. Naquele espaço de mediação, entre as palavras anunciadas em Guarani e os discursos em português os indígenas eram os únicos capazes de dialogar entre ambos os universos.

Mas a facilidade dos Guarani de percorrer entre as falas não impediu que houvesse alguns entraves. Meses após o plantio das sementes nas *Tekoá*, acolhidas no espaço de encontro entre curadores(a) e indígenas, a tão esperada colheita de melancia foi um fracasso. O motivo teria sido que o fruto crescido não era consumido por eles, apenas por animais, conforme mencionaram, acarretando comentários e chacotas entre as lideranças e demais envolvidos.

Rosa Lia mencionou que as imagens podem ter confundido as lideranças no momento da seleção. Para a curadora, as sementes de melancia de casca verde e polpa amarela levadas por eles foi invertida pelo fruto então procurado, descrito por ela como sendo o de casca amarela e no seu interior vermelho. Segundo Rosa Lia, houve também “uma falha de comunicação”.

Por outro lado, compreende-se que o limite do diálogo, como bem mencionou a pesquisadora, não conotaria apenas um simples problema da mediação pelos códigos das linguagens, mas pelo campo relacional de forças entre a pesquisadora e os indígenas. Isso significa dizer que Rosa Lia, também na figura do Estado, não levou em conta os acontecimentos de um espaço de mediação dotado de conflitos históricos, cujas pessoas não brancas antes de mais nada tem resistido às formas dominantes da colonialidade de poder e saber.

O que estava em jogo, também, nesse espaço de forças, assemelha-se à observação feita por Pellegrini (2017) de que não indígenas e indígenas, como mediadores, ao mesmo tempo que questionam a atuação do outro, buscam afirmar suas competências e legitimidade. De um lado, a profissional do Estado iniciante no espaço de mediação, e do outro, o líder indígena, mestre e criador de espaços de relações (PELLEGRINI, 2017). Nesse sentido, cabe

afirmar que tanto Rosa Lia quanto os Guarani lutavam pela legitimação dos seus discursos e experiências.

Apesar dos desencontros e da problemática identificada por Rosa Lia, a curadora não pareceu incomodada com a notícia causada pelas distorções científicas, pelo contrário, continuou falando dos seus exercícios e envolvimento como curadora. A pesquisadora estava disposta a comprovar a eficácia do sistema de conservação e suas habilidades como profissional. Assim, como os demais curadores mencionados, Rosa Lia, disse que a parceria com a Emater, atualmente, é a que mais contribuía com a movimentação dinâmica das sementes dos BAGs para os agricultores.

Rosa Lia se tornou curadora no instante em que foi aprovada no concurso na área dos recursos genéticos. Segundo ela, com experiência na pós-graduação apenas com trigo e aveia, foi uma surpresa receber a notícia de que iria assumir a curadoria dos BAGs de pimentas e *cucurbitaceas*. Apesar disso, as leituras sobre o tema, as práticas diárias e as participações anuais em *workshops* organizados pela Embrapa aos seus curadores para discutirem questões de gestão, caracterização, uso, normas, etc., dos recursos genéticos, têm contribuído com Rosa Lia, na “formação” do exercício de curadora dos BAGs. Ainda assim, reforçou que “cada curador dá sua cara ao banco”, uma expressão que, de certa forma, traduz, as particularidades de cada BAG.

Perguntei à pesquisadora-curadora como eram organizadas as sementes nos BAGs, e qual o método adotado para a multiplicação, especialmente, com as *cucurbitaceas*. Rosa Lia falou que as sementes ao serem plantadas em campo, cada etapa do crescimento era acompanhada e avaliada por ela, para a caracterização das variedades. Antes de irem para a câmara fria, com os frutos abertos as sementes são recolhidas, passando por uma triagem morfológica, a tal “limpeza” como denominam corriqueiramente os(as) profissionais.

Já os bancos das ornamentais e nativas, explicou Rosa Lia, por serem recalcitrantes, plantas-sementes que não sobrevivem às baixas temperaturas, como as sementes ortodoxas, neste caso as *cucurbitaceas*, têm a necessidade de serem mantidos e monitorados na casa de vegetação. Após todas passarem por uma varredura, uma metáfora, as metodologias científicas de caracterização dos materiais, elas retornam para as mãos daqueles que as solicitam, como: agricultores, comunidades tradicionais, organizações não governamentais, instituições técnicas e de pesquisa, etc.

Por outro lado, as sementes também retornam à sociedade como “tecnologias alimentares”, ou mesmo, como denominou Santonieri (2015), “tecnologias agrícolas”, como

já mencionamos. Contudo, as práticas empregadas nestas caixas-pretas se diferem daquelas com as quais Irajá descreve os rituais de melhoramento genético das sementes de feijão. Rosa Lia explicou que, a partir de materiais crioulos de abóboras, por meio da seleção massal, método também conhecido por melhoramento de plantas, foram selecionadas pelo seu fenótipo, até torná-las uniformes.

Rosa Lia disse que não considerava uma prática de melhoramento genético, mas, sim, de uma limpeza, para as abóboras serem devidamente registradas. Conhecidas por: BRS Tortéi, BRS Estrela, BRS Linda, e BRS Portuguesa, as sementes-frutos se tornaram produtos da Embrapa pelo emprego do conhecimento científico às variedades.

No entanto, Rosa Lia reconhece que os BAGs só existem pela ação desempenhada por diferentes povos-pessoas-agricultores, selecionando variedades ao longo do tempo nas condições dos seus ambientes, o que têm contribuído com as diversidades dos bancos. Assim, nada mais justo é contribuir com a limpeza desses materiais e devolvê-los aos seus detentores, disse a pesquisadora.

Por isso, é fundamental a criação de espaços para o movimento desses BAGs, como a apropriação das sementes pelos agricultores, como o convite de Irajá, para o primeiro encontro entre a curadora e os Guarani, manifestou Rosa Lia. O que também não pode ter sido menos importante, como fez questão de apresentar-me um vídeo da Mbyá Guarani Talcira, homenageada como guardiã de sementes no X Simpósio de Recursos Genéticos para América Latina e Caribe, realizado em outubro de 2015, no município de Bento Gonçalves (RS).

Arrisco em dizer que seu envolvimento com atividades organizadas por Irajá e sua equipe, das quais pesquisadora-curadora Rosa Lia tem sido parceira, como uma das organizadoras do evento, fez daquele espaço um momento de prática científico-política, resultante do emaranhado das relações entre pesquisadores(as) e indígenas. Assim, os espaços de liberdades dos(as) pesquisadores(as) tornam-se particulares pelas ações que cada um desempenha e que são complementadas pelo conjunto de atividades e discursos em constante conflito. Daí a importância dessa parceria para a realização do segundo intercâmbio e disponibilização das coleções de sementes e plantas, em 2017.

4.3 A CIÊNCIA E SEU ESPAÇO DE ELUCUBRAÇÕES

O dia amanhece agitado. Irajá, sentado a sua cadeira com o telefone em mãos, olhava atentamente para a agenda repleta de informações. As palavras escritas por ele à caneta, e

diria um tanto difíceis de serem entendidas, lhe orientavam as conversações com os profissionais-colegas parceiros. Três dias antes do segundo encontro com os Mbyá Guarani, para os diálogos e a transferência de sementes e plantas, Irajá ainda buscava a confirmação daqueles(as) que estariam presentes e/ou fossem contribuir com a atividade, que ocorreria na Estação Experimental Cascata.

O local foi escolhido pela familiaridade dos discursos e ações dos(as) pesquisadores(as) envolvidos(as), cuja temática agroecológica, poderíamos afirmar, tem sido marco central da Cascata. Outro aspecto fundamental, disse Irajá, seria a oportunidade dos Guarani conhecerem a Estação Experimental Cascata, uma vez que os indígenas, dois anos antes, haviam apenas pernoitado no alojamento da EEC, para participarem do Seminário de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar.

O espaço planejado para aquele encontro, no dia primeiro de setembro de 2017, numa manhã fria, no auditório central, reuniu cinco representantes indígenas, das treze *Tekoá(s)*, as quais foram encaminhadas sementes e plantas. Dentre os(as) profissionais presentes, ainda não mencionados, estavam: Carlos Barbosa Medeiros, coordenador técnico da EEC; João Pedro Zabaleta, pesquisador em avicultura colonial e orgânica; Fernanda Azevedo, analista, responsável na área de transferência de tecnologia, cujas ações estão voltadas ao programa de melhoramento genético de batata; e Alberi Noronha, também analista e encarregado por diálogos e atividades entre a instituição e a agricultura familiar e povos indígenas. Já dos(as) pesquisadores(as) conhecidos(as) estavam: Irajá, Gilberto, Rosa Lia, José Ernani e Eberson.

Em um semicírculo, organizaram-se os indígenas, os demais profissionais da Embrapa, Leandro e Gabriel, ambos técnicos da Fapeu, e responsáveis pela construção do documento, no qual constava uma listagem das espécies solicitadas pelas lideranças à Embrapa. Concentrados, os Guarani observavam a fala inaugural realizada pelo coordenador da Estação.

Medeiros, como é conhecido entre seus pares, agradeceu a presença dos indígenas à EEC, e os comunicou que as portas daquela Estação estariam abertas sempre que necessitassem das pesquisas desenvolvidas na Estação. Foi então que explicou sucintamente, mas, com uma linguagem diria um tanto carregada de termos do seu meio profissional, as atividades realizadas. Entre elas, citou as ações dos próprios pesquisadores presentes, Eberson e José Hernani. Falou também de outras pesquisas desenvolvidas no centro, que poderiam ser ações para a troca entre os diferentes conhecimentos envolvidos.

Outras possibilidades de intercâmbio, disse Medeiros, eram os sistemas agroflorestais, que em tese, aproximam-se das práticas tradicionais indígenas. “Seria uma forma de restauração ambiental”⁵⁷ cujas ações têm uma interface com aquilo já realizado por indígenas (). Além disso, a Estação Experimental Cascata abriga pesquisas com: fruticultura; a minhocultura, elucidou o coordenador, como proposta para a produção de adubo, a partir da transformação da matéria orgânica, por minhocas, responsáveis na geração de húmus; as plantas bioativas, das quais podem ser extraídas substâncias das próprias plantas para a aplicação em cultivos, por exemplo, muito usado nos sistemas de plantio agroecológico; etc.

Medeiros também falou do evento conhecido como “o dia de campo em agroecologia”, realizado no mês de dezembro, na EEC anualmente. Para a realização da atividade, contavam com o apoio dos escritórios regionais da Emater, cujos técnicos reuniam os agricultores e ficavam responsáveis pelo seu transporte. Foi então que Medeiros fez o convite para os Guarani participarem já naquele ano do dia de campo, manifestando que a Emater poderia colaborar com o deslocamento dos representantes de suas comunidades. Nesse instante, os indígenas parecerem empolgados com o convite, mas o evento realizado naquele ano não contou com a participação dos Guarani, ao menos, aqueles aos quais foi anunciada a atividade.

O coordenador concluiu dizendo que havia diversas possibilidades de intercâmbio com os indígenas, pois já ocorriam experiências com outros povos tradicionais. Nada a declarar, os Guarani seguiam calados, mas atentos a cada palavra anunciada. Uma estratégia muito diplomática anunciada por eles em espaços de reuniões com os *juruá*, diria mais, um tanto cativante aos profissionais e técnicos que falam incessantemente, sem saber escutar.

Naquela enxurrada de informações, em seguida, Irajá continuou o diálogo, contextualizando historicamente o que teria motivado a organização de mais um intercâmbio na Embrapa, praticamente, com as mesmas comunidades Mbyá Guarani, do primeiro encontro realizado na instituição. Para o pesquisador, a relação de mais de quatro anos com os Guarani, havia proporcionado uma melhor definição de quais seriam as contribuições efetivas da Embrapa para as *Tekoá(s)*.

Para Irajá o resultado foi a construção de um documento com as demandas das lideranças, e simultaneamente, a organização daquele espaço na EEC, para diálogos e ações entre pesquisadores e indígenas. No entanto, antes mesmo de ouvir o que os Guarani tinham a dizer sobre o documento encaminhado por eles e mediado pelos técnicos da Fapeu, Irajá

⁵⁷ MEDEIROS, C. (Pesquisador e Coordenador Técnico da EEC). Relato oral. Pelotas, set. 2017.

declarou que a instituição não teria condições de atender algumas coisas elencadas. Por outro lado, Irajá oferecia outras coisas que não haviam sido listadas, citando os serviços mencionados por Medeiros. Além disso, diante das inúmeras pesquisas, Irajá disse que o vídeo contendo tais informações da unidade, que seria transmitido após as conversas, poderia colaborar com as possíveis dúvidas e até mesmo com outras demandas pelos Guarani.

Com um formato um tanto peculiar, diferente dos outros encontros, ainda era possível notar as hierarquias do poder e saber naquele espaço de mediação. Mas Irajá empenhava-se, tentando aproximar a Embrapa das comunidades indígenas. Foi então que lembrou de outras ações em parceria entre a pesquisa e os territórios Guarani. Lembrou o pesquisador que a colaboração de José Cleber, funcionário do Ministério da Agricultura, em Porto Alegre, havia contribuído com a realização dos testes em laboratórios dos milhos cultivados pelas lideranças e famílias nas *Tekoá(s)*, com o objetivo de detectar se havia ou não a contaminação por milhos transgênicos. As avaliações foram feitas, primeiramente em 2016, em sementes de milho recebidas da Funai, e consecutivamente, em 2017 a partir dos tecidos das plantas de milho tradicionais, ou melhor dizendo, dos *avaxi* (milho Guarani). Nesse instante, os Guarani elegantemente sorriram, mas não deram uma palavra. O que se sabia era que ambos os resultados tinham sido negativos.

Naquele encontro, Irajá satisfatoriamente transmitiu o resultado da segunda análise das plantas. O pesquisador parecia mais animado que os Guarani, com as ações e com a cooperação de ambos os universos. A ideia do pesquisador era de que se desse continuidade aos diálogos sobre a temática da contaminação por milhos transgênicos, como já havia sucedido nas comunidades indígenas envolvidas, e cuja experiência será descrita no próximo capítulo.

Mas Irajá não parou por aí, lembrou do primeiro encontro de 2013, quando lideranças elegeram algumas variedades de feijão. Disse que, naquele momento, Santiago havia reconhecido umas sementes como sendo do seu povo, recém-doadas por uma agricultora, fato descrito anteriormente. O feijão intitulado de mourinho, de coloração cinza com estrias escuras, já multiplicado, estava junto a uma pequena coleção de materiais que o pesquisador havia selecionado para os Guarani, caso tivessem alguma afeição pelas variedades. Mais uma vez os Guarani apenas sorriram. Irajá parecia empenhado em comprovar e legitimar sua relação de alguns anos com os Guarani. Já eles demonstravam pelos gestos a tal simpatia pelo pesquisador, mas, também era notável, os limites dessa interação.

Entre uma cuia e outra de chimarrão, os gestos suaves dos indígenas demonstravam tamanho controle daquela situação, um tanto atípica do dia a dia dos Guarani. Na sequência, Rosa Lia rememorou a primeira vez, e os recursos utilizados para o diálogo com as lideranças, na seleção das espécies e variedades. No entanto, a pesquisadora declarou que, devido às limitações para a multiplicação das sementes dos BAGs, não existiam quantidades suficientes para doação, como a experiência do primeiro encontro. Ao se justificar, Rosa Lia falou que aquelas as quais continham mais sementes eram três variedades de abóboras.

Explicou que os Guarani poderiam encontrar algumas variações morfológicas na mesma variedade, pois o material não era limpo como os outros, se referindo àqueles acessados em 2013. Por outro lado, reforçou que a mistura poderia contribuir com a seleção de novos materiais, o que resultava eles próprios elegerem os frutos que mais gostaram, após o plantio.

Diante da carência de algumas espécies, as sementes das variedades de pepinos também foram restritas. Rosa Lia anunciou que tinha disponível alguns pacotes de sementinhas de apenas uma variedade. Contudo, ainda que não constasse no documento de solicitação das sementes-plantas, Rosa Lia entendeu que os Guarani pudessem acolher as mudas de espinheira santa e butiá, além de alguns livros, cujo conteúdo do ecossistema no butiazal poderia contribuir com as escolas Guarani. Naquele instante, descontraidamente os indígenas ensinaram o nome em Guarani das mudas oferecidas pela pesquisadora. A pesquisadora, desajeitada, até tentou pronunciar a palavra em Guarani, mas não teve sucesso. A liderança, com o tom da voz baixo, e diria, equilibrado, repetiu o termo, mais uma tentativa, e Rosa Lia, conseguiu arrancar algumas gargalhadas dos Guarani.

Entre uma fala e outra, foram servidos cafezinho e biscoitos. Tudo mais animado, diante de tantas informações *juruaá*, como diriam os Guarani. José Ernani foi o próximo pesquisador ao se pronunciar. Espontaneamente, com a cuia de chimarrão em mãos, José Ernani declarou que suas atividades eram com hortaliças na Embrapa, especialmente com amendoim e mandioca. Como eram duas espécies tão caras historicamente para os Guarani, e mais uma vez solicitado, não poderiam ficar de fora de mais um encontro, justificou José Ernani num esforço de comprovar a sua vivência com os indígenas.

A dinâmica organizada em 2013, disse ele, diferentemente daquele espaço de diálogo, não o impediu de ofertar os materiais disponíveis dos BAGs. Contudo, José Hernani explicou que tinha uma quantidade ideal para o cultivo, de apenas duas variedades de amendoim, mas com alto potencial produtivo. A carência das demais se devia ao atendimento de outras

demandas anteriores, explicou José Ernani. Foi então que o pesquisador se colocou à disposição dos Guarani para multiplicar o material, caso eles apreciassem alguma semente.

Já quanto à mandioca, os Guarani atentamente ouviram a descrição de algumas das 40 variedades existentes na EEC. José Ernani citou desde as características apreciadas pelos agricultores, até aquelas nada desejadas, como a casca dura de umas, o sabor amargo de outras, algumas não cozinhavam bem, etc. Entretanto, e independente das limitações de cada material, para o programa de melhoramento genético era de suma importância mantê-las, reforçou.

Ainda que não desempenhe essa atividade na unidade, encarregado de apenas avaliar e limpar o material enviado pelos agricultores, José Ernani falou que as variedades para o melhoramento podem contribuir com um novo material, mais adequado às condições e com outras qualidades. Como é o caso de quando a variedade é resistente a alguma doença, alguns insetos, etc., em relação às mandiocas boas de cozimento, mas que sofrem com enfermidades. “Então quando tu cruzar as duas, tu vai ter uma outra, o filho das duas, no cruzamento das duas, que pode ser boa de cozinhar e pode ser resistente a doenças. Então pra pesquisa ela é importante. Por isso a gente mantém”.⁵⁸

Com olhares atentos aos movimentos do pesquisador, os indígenas não se pronunciaram. Naquele dia, os Guarani não puderam observar e manusear as mandiocas, como praticado com outras plantas, pois as ramas ainda estavam armazenadas na casa de vegetação. Nas palavras do pesquisador: “não haviam aberto ainda para cultivo”. Foi então que propôs aos indígenas que, à medida que as temperaturas aumentassem, o espaço seria reaberto para ver quantas ramas de mandiocas existiam, e aquelas que estivessem sobrando, podiam encaminhar para as comunidades indígenas.

Contudo, o problema era semelhante aos demais, não tinha quantidade suficiente das variedades de mandioca para todas as *Tekoá(s)*. A outra saída, encontrou José Ernani, foi contatar um agricultor, no município da Barra do Ribeiro, ao qual teria recebido do pesquisador, uma amostra contendo 50 plantas de cada uma das 24 variedades para selecioná-las. Já as demais, aquelas não elegidas pelo agricultor, seriam redistribuídas pela Emater local, para outras pessoas cultivarem. As movimentações de José Ernani e demais parceiros, como foi o caso do emaranhado de relações entre técnicos da Emater e Fapeu, dias após o diálogo na Embrapa, resultaram no recebimento das ramas, principalmente por três *Tekoá(s)* localizadas nas proximidades, e da Barra do Ribeiro.

⁵⁸ SCHWENGBER, J.E. Relato oral. Pelotas, set. 2017.

Entre uma dúvida e outra, a linguagem e termos mencionados por profissionais da Embrapa eram sempre traduzidos pelos próprios, na medida em que eram questionados. Com gestos corporais sempre tranquilos, do início ao fim do diálogo, os indígenas atentamente escutavam os bombardeios dos distintos conteúdos científicos. A voz e o tom sereno das palavras Guarani nem sempre se faziam compreendidos pelos pesquisadores. O ato de repeti-las para se fazerem mais próximos, algo nada comum entre os Guarani, não desfez as polaridades existentes entre um conhecimento e o outro. Notavam-se algumas tensões.

Por outro lado, as distorções não causaram rompimentos, pelo contrário, os discursos e ações seguiram intensamente no espaço da EEC. Eberson foi o próximo pesquisador a se manifestar. Antes mesmo de recordar a experiência em 2013, Eberson olhou para Irajá e comunicou que algumas variedades e cultivares da coleção de milho estavam organizadas em cima da mesa, na sala ao lado. Irajá orientou que o pesquisador continuasse com a fala ali mesmo, e depois todos se encaminhariam para ver as sementes disponibilizadas.

Com algumas informações na ponta da língua de como surgiram as sementes de milho no BAG, Eberson resumidamente traçou uma linha temporal, semelhante à nossa conversa em 2016. Explicou que a coleção da qual é responsável era composta por muitos materiais crioulos. Essas sementes, atualmente, eram doadas por agricultores e/ou por extensionistas da Emater. No entanto, disse que não trabalhava com melhoramento genético. Dedicava-se à caracterização das variedades de milho, e retornava aos agricultores, sempre que solicitado. Outra maneira comum de disponibilizá-las eram as feiras de trocas de sementes, quando a Embrapa participava. Para isso, ele reunia os materiais com mais acessos e os enviava para os eventos, como alguns colegas faziam/fazem.

Falou que dentre os milhos ofertados, naquele encontro, estavam algumas cultivares que foram selecionadas e cruzadas a partir das sementes crioulas. Em 2016, comentou que havia plantado muitos materiais da coleção, em um sistema orgânico de produção, com o qual teria obtido um bom resultado. “Praticamente não teve ataque de insetos e não precisamos fazer nenhum manejo diferenciado, simplesmente foi feito uma capina e uma roçada”.⁵⁹

De qualquer maneira, ainda não havia uma boa quantidade das variedades para oferecer aos Guarani. Eberson se propôs para Irajá, e anunciou naquele espaço que, dependendo da seleção e a solicitação dos indígenas, ele se comprometeria em multiplicar o material e enviá-lo às comunidades. No entanto, na mesa da sala ao lado, existia um volume maior de seis cultivares mais promissoras, de alta produtividade, disse Eberson, aguardando a

⁵⁹ EICHOLZ, E. (Pesquisador do CPACT). Relato oral. Pelotas, set. 2017.

análise dos indígenas. Ainda reforçou o pesquisador de que aquelas sementes disponíveis teriam passadas por testes, para detectar se havia contaminação ou não por transgenia. O resultado negativo era uma maneira também de assegurar a proteção dos milhos tradicionais, e evitar a degradação pelos transgênicos, em seus territórios.

Após alguns minutos de murmúrios, Irajá informou que estavam estabelecendo uma parceria contínua com José Cleber, com a proposta de monitorar os milhos cultivados por diferentes pessoas e comunidades, para controlar e prevenir os riscos de cruzamento com os milhos transgênicos. Os Guarani olhavam atentamente, mas foi André, umas das lideranças, que se expressou concordando com o discurso de Irajá.

O pesquisador também falou que o espaço era propício para oferecer outras ações; como a multiplicação de espécies e cultivares, as quais os Guarani por algum motivo não tivessem mais em suas mãos, mas que gostariam de retornar às suas *Tekoá(s)*. Disse que se tratava de algo semelhante às experiências da Embrapa em Brasília com o caso dos Krahô e Xavante, porém, era necessário aprofundar o diálogo, caso identificassem tal necessidade.

Com a enxurrada de palavras em português, os Guarani mal conversavam entre si. Em meio aos discursos, plantas e sementes, a palavra estavam com Gilberto. Conhecido por Bevilaqua, seu discurso descontraído logo causou risos entre os Guarani. Com vidros pequenos em mãos carregados de sementes, pronunciou que suas atividades na Embrapa eram com feijões. “Irajá trabalha com feijão preto, feijão, feijão, e eu com feijão miúdo, com outros tipos de feijão. Feijão de cobertura, feijão pra forragem pro gado, e feijão em grão, esses feijão miúdo”⁶⁰.

Com os feijões passando de mãos em mãos, Bevilaqua explicava as características da planta e os usos de cada semente, de distintas cores e tamanhos. Dentre as mais faladas, uma foi o feijão conhecido por sopinha, muito cultivado na região litorânea do RS. Explicou que a planta do feijão miúdo (*Vigna unguiculata*) é tratada como um modelo de múltiplo propósito. Isso significa que as sementes deste feijão são usadas como cobertura de solo, na produção de palha, na forragem para o gado se alimentar, e o grão ainda é consumido na alimentação humana. Sem nada a dizer, os Guarani apenas observavam as sementes tão distintas dos seus roçados.

Na sua amostra também circularam algumas ervilhas, morfologicamente distintas, umas eram plantadas no verão e outras no inverno, afirmou Bevilaqua. Também mencionou que havia algumas variedades de feijão-lima ou fava (*Phaseolus lunatus* L.), e eram

⁶⁰ BEVILAQUA, G. (Pesquisador do CPACT). Relato oral. Pelotas, set. 2017.

conhecidas por produzir muita massa, boa forragem, além de ser um alimento de excelência nutricional. No entanto, reforçou que a maior coleção era composta por variedades de feijão sopinha. Naquele momento, foram disponibilizadas as duas espécies de feijão: duas variedades de feijão miúdo; e uma de fava.

Algumas risadas e a descontração acompanhavam mais informações, em relação à existência de tantas outras espécies na Embrapa. Já era próximo ao meio-dia quando Irajá anunciou a analista Fernanda para apresentar as cultivares de batatas desenvolvidas no programa de melhoramento genético na unidade. Diferentemente dos(as) colegas, Fernanda não tinha participado da primeira atividade, em 2013, entre os profissionais e os Guarani na instituição.

Antes mesmo que a analista apresentasse o conteúdo sobre as batatas, disse que faria algumas perguntas aos Guarani, com o propósito de falar apenas aquilo que havia entendido, por meio dos discursos dos indígenas, o que poderia ser válido para eles. Questionou-os se conheciam e se haviam plantado o tubérculo. André prontamente respondeu, dizendo que plantavam batatas para a alimentação das famílias, “sempre pra consumo”⁶¹. No entanto, Leandro, comentou que o cacique Artur já havia comentado para os técnicos da Fapeu que tinha ideia de comercializar a espécie. A liderança, em concordância com Leandro, ainda reagiu à pergunta da analista, acenando que sabia plantar batata.

Uma violência um tanto imposta pela hierarquia de um poder-saber provocou troca de olhares e risadas entre os indígenas. Foi então que Fernanda se justificou, dizendo que as indagações contribuiriam para a aproximação ao contexto de vida das comunidades indígenas, para então falar sobre o melhoramento genético da espécie. Nas palavras da analista, o fitomelhoramento podia contribuir tanto com o plantio em larga escala, quanto com menores produções e até mesmo para autoconsumo. A batata, fonte de vitamina C, assim como outros cítricos conhecidos, a laranja, o limão, etc., também podia ser vista como um remédio. Ao ser consumida com a casca, as pessoas passavam a ingerir metade da vitamina diária, indicada por profissionais, disse Fernanda, ressaltando a relevância do tubérculo.

Dentre os materiais disponibilizados, alguns apresentavam resistência ao ataque por fungos ou insetos. Diante de um *banner* com imagens de batatas e alguns problemas que afetam seu cultivo, Fernanda, entre um termo e outro, lançava as informações como se estivéssemos em uma sala de aula convencional para alunos do curso de agronomia. Por outro lado, pacientemente descrevia as características das plantas, como a BRS Clara, lançada pelo

⁶¹ FERNANDES, A. (Liderança Mbyá Guarani). Relato oral. Pelotas, set. 2017.

programa de melhoramento, cuja especialidade da batata seria principalmente o comportamento resistente a doenças fúngicas, como a requeima (*Phytophthora infestans*) e a *Alternaria spp.*, assim informou Fernanda. Disse ela que a cultivar seria ideal para o plantio em sistema orgânico, assim como a batata BRS Cristal, que seriam fornecidas aos Guarani.

Em meio a tantas dúvidas não pronunciadas, eis que surge uma pergunta. Aquelas plantas citadas por Fernanda seriam apenas as batatas “comuns”? A analista, num tom descontraído, falou que eram batatas-andinas, considerando o centro de origem, já que a batata-inglesa corriqueiramente conhecida não havia surgido na Inglaterra. Fernanda também alertou os indígenas se quisessem produzir batatas para comercializar, e mesmo para consumo, era importante observarem a saúde do solo, e principalmente, obterem sementes de qualidade. Isso tudo contribuía para a diminuição, e até mesmo evitar as doenças que afetavam as plantas.

Fernanda fez questão de falar de cada passo do conhecimento ocidental, destinado ao controle e segurança das plantas. “A gente primeiro coleta uma parte da planta, e leva lá para o laboratório, aí se multiplica lá no laboratório. Aí o que acontece, elas passam por avaliações pra ver se tem alguma doença. Depois de tudo, a gente multiplica em hidroponia, sistema que não usa solo. Depois disso, a gente obtém os tubérculos, livres de qualquer tipo de algum contaminante”⁶². O papel da Embrapa, mencionou Fernanda, era assegurar a qualidade e o rendimento dos plantios das batatas. Daí a necessidade da interação cíclica da batata com as pessoas, isto é, dos cultivos dos agricultores para os laboratórios e destes retornam aos plantios.

O intenso discurso científico prosseguiu com as palavras pronunciadas por João Pedro, mais conhecido por Zabaleta na unidade. Diferentemente dos demais colegas, Zabaleta ficou restrito a apresentar suas ações na Embrapa com o desenvolvimento de tecnologias alternativas para alimentação das galinhas e, conseqüentemente, na qualidade dos produtos alimentares oriundos da ave. Diante de um bloco branco de cavalete (*flip chart*), Zabaleta por meio de desenhos explicava como os Guarani podiam diminuir os gastos na compra de milho para a alimentação das galinhas, a partir do uso das suas plantas cultivadas.

A mandioca e a batata-doce historicamente plantadas pelos Guarani eram a saída para transformar os resíduos das plantas em alimento para as aves trazidas na colonização, expressou Zabaleta. “A mandioca feia que sobra na lavoura, que tá queimada, machucada, a gente aproveita isso e faz uma farinha. Faz um farelo mais grosseiro, e esse farelo substitui o

⁶² AZEVEDO, F. (Analista do CPACT). Relato oral. Pelotas, set. 2017.

milho. E a parte aérea, das folhas, a gente transforma em outro farelo”⁶³. Rica em proteínas, minerais, vitamina A e composta por pigmentos de corantes, 20 vezes a mais dos oferecidos pelo milho, as folhas da mandioca tornam-se um excelente recurso, na linguagem da ciência, para obter animais e ovos de qualidade para o consumo das famílias indígenas, assim como na comercialização.

Já as folhas da batata-doce, com 16 a 20 por cento de proteína, transformadas em farinha, seriam outra oferta de bons nutrientes para a criação das galinhas, assegurou Zabaleta. Outra espécie é a abóbora, porém ainda não haviam estudos, mas anunciou que o uso para a alimentação das galinhas seriam todas plantas cultivadas por indígenas. Assim a proposta era que se substituísse o uso de insumos externos, por exemplo o milho ou mesmo a soja. Diante de tanto conteúdo, não podia faltar a especificidade alimentar de cada animal. Segundo Zabaleta, dependendo da raça da galinha, umas eram voltadas para o fornecimento de ovos, e outras para a carne, tanto no intuito da geração de renda, quanto para a oferta de proteína alimentar, respectivamente, para as comunidades.

Para Zabaleta, aquele diálogo tinha sido uma amostra das ações e tecnologias utilizadas para a criação de galinhas. Caso os Guarani quisessem executar o sistema científico em suas *Tekoá(s)*, Zabaleta anunciou que eles deveriam aprofundar o conteúdo em um curso, realizado em parceria com a Emater, no município de Canguçu. Mas o que estava em jogo não era a possibilidade de aprofundar o conteúdo em outro espaço de mediação, mas de buscar e estreitar outras relações, a fim de ampliar o emaranhado de parceiros. Daí a importância de saber dialogar com as comunidades indígenas, conforme reforçam os Guarani em suas reivindicações.

Já era mais de meio-dia quando Irajá solicitou que Alberi fizesse uma síntese do encontro. Com seu caderno de anotações em mãos, Alberi do início ao fim observou os discursos, registrando manualmente os momentos de aproximações da Embrapa, falhas e os desafios da pesquisa com os indígenas. Disse que havia entendido que o espaço organizado teria sido um encontro de reflexões e narrativas na busca de oportunidades, que viessem a contribuir com o aumento da resiliência das comunidades Guarani. Dentre as possibilidades, os desdobramentos de projetos passam ser ferramentas fundamentais entre as ações da instituição e a sociedade.

Outro espaço criado para parceria, interação, conversas, etc., com os territórios indígenas, mencionou Alberi, a partir das suas experiências diárias, poderia ser as feiras de

⁶³ ZABALETA, J. P. (Pesquisador do CPACT). Relato oral. Pelotas, set. 2017.

trocas de sementes. Outro nicho de alternativas de diálogos seria articular as comunidades com algumas instituições não governamentais, como BioNatur, uma organização de agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) especializados no cultivo e na venda de sementes agroecológicas. Contudo, a Embrapa em conjunto com a Emater, poderia oferecer oficinas de intercâmbio de conhecimento nas comunidades indígenas. Por outro lado, os dias de campo na Embrapa também era um momento de diálogo, refletiu o analista.

Desse emaranhado de relações e parceiros, Alberi compreendia que era possível tomar ações que viessem a contribuir com a autonomia, especialmente alimentar, das famílias indígenas. Como o caso dos Kaingang na Terra Indígena Guarita, que estavam vendendo batata-doce para as escolas não indígenas, após o estreitamento das interações entre os parceiros e de suas atividades multidisciplinares. Os diversos caminhos existentes podem, num certo momento, se encontrar até chegar em um objetivo comum, falou Alberi. Para isso, é muito importante o diálogo intenso dos pesquisadores e demais profissionais com as comunidades indígenas. A ideia é que se estimule tudo aquilo que já existe, pois, acredita o analista, só a partir dessas práticas a pesquisa pode contribuir efetivamente com as necessidades dos indígenas. “Não existe receita de bolo”⁶⁴ e a Embrapa ainda enfrenta vários desafios, como a articulação das pesquisas, o acesso dessas tecnologias, e até alternativas de mercados para os agricultores. Daí a importância de pensar em conjunto essas ações, concluiu Alberi.

Ao retornarem do almoço, os Guarani, envolvidos em meio a sementes e plantas, conversavam entre si, alegremente. Entre o emaranhado de coisas e pessoas, as comunidades indígenas receberam, em média: três variedades de abóbora; pepino; mudas de espinheira-santa; mudas de butiá; cebola; arroz de sequeiro; duas variedades de amendoim; cinco cultivares de batata-inglesa; duas variedades de feijão miúdo (*Vigna unguiculata*); uma variedade de feijão-lima (*Phaseolus lunatus* L.); três cultivares e uma variedade de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.); seis cultivares e oito variedades de milho.

Sementes e plantas em mãos, o último acesso foi ao projeto Quintais Orgânicos, coordenado pelo analista Fernando Costa Gomes. No dia do encontro, o analista cumpria com outras atividades externas a EEC, mas teria planejado com Irajá que deixaria algumas mudas de frutíferas, as quais compunham o conjunto de outras espécies de frutas, hortaliças e demais cultivos, disponibilizadas em *kits* para comunidades rurais e urbanas.

⁶⁴ NORONHA, A. (Analista no CPACT). Relato oral. Pelotas, set. 2017.

Como o projeto passava por restrição de recursos financeiros para sua manutenção, a estrutura da coleção de plantas como era transmitida, naquele dia não foi possível atendê-los, conforme já haviam enviado para outras comunidades indígenas, relatou o técnico responsável, naquele momento. Em meio a tantas mudas frutíferas, os Guarani receberam aleatoriamente: pitanga; goiaba; araçá amarelo; araçá vermelho; cereja do Rio Grande; e limão comum.

Entre a avalanche de teorias e discursos ocidentais e as sementes e plantas levadas pelos Guarani, o que parece ter permanecido na instituição foi a presença marcante dos indígenas, que ficará na memória daqueles que estiveram envolvidos. Na Embrapa Clima Temperado, esses espaços dependem praticamente do pesquisador Irajá, que até o momento não havia construído um projeto específico com os Mbyá Guarani, conforme as experiências de Terezinha com os povos indígenas na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Porém, ambos sofrem com as barreiras impostas pela própria instituição, especialmente, quando as atividades se referem às comunidades indígenas.

Santonieri descreve o relato de Terezinha, quando teve de afrontar seus colegas na Embrapa, em defesa da parceria entre o conhecimento ocidental e o conhecimento e práticas Krahô. Segundo a autora, Terezinha traz à tona os conflitos: “Eu me sentia totalmente ameaçada, quer dizer, o projeto estava ameaçado, então eu fiz esse auê e fui pra mídia, DVD, reportagem e assim, usei o externo, a opinião externa e de alguma forma as leis – porque o Brasil assinou sim como signatário da CDB, não é? –, usei a opinião externa para pressionar o interno, o processo interno (SANTONIERI, 2015, p. 414). Em suma, pode-se perceber por meio dos distintos acontecimentos e experiências, como vem ocorrendo a criação e a luta pelo que se denominou de espaços de liberdade nas unidades da Embrapa, por parte, nesse caso, dos(as) pesquisadores(as) envolvidos com outra forma de saber-fazer ciência.

5 POR OUTRA POLÍTICA ECOLÓGICA

[...] nossos parentes originários, levavam com eles suas variedades de plantas originais, que foram colocadas por *Nhanderu Tenondegua* em *Yvy mbyte: jety mirĩ*, batata-doce original, *avaxi ete'i*, milho verdadeiro, *manduvi mirĩ*, amendoim original, *mandyju mirĩ*, algodão original, *mandi'o mirĩ*, espécie de mandioca, *ya para'i*, melancia, *petỹ*, fumo, *ka'a*, erva-mate, e muitas outras plantas. Levavam em forma de alimento e de sementes.” (POPYGUA, 2017, p. 43).

O título deste capítulo é uma metáfora a *Yvyrupa*, cujo significado entende-se por uma “plataforma terrestre sobre a qual *Nhamandu* edificou o mundo para ser povoado, percorrido e compartilhado pelos Guarani” (POPYGUA, 2017, p.9). No entanto, o objetivo aqui não inclui as reuniões e manifestações da Comissão Guarani *Yvyrupa* (CGY), organização política tão importante, responsável por reunir suas lideranças na luta pelo reconhecimento dos territórios Guarani, frente às estruturas do Estado.

Pelo contrário, o último capítulo teve e tem o propósito de descrever o emaranhado de relações entre os Mbyá Guarani e os pesquisadores da Embrapa Clima Temperado, em espaços de mediações formalizados para o diálogo com os não indígenas. Trata-se, numa escala local, de compreender, de certa maneira, como as lideranças Guarani, importantes mediadores, operacionalizaram em seus cotidianos, os discursos e ações decorrentes da interação com a ciência hegemônica.

Daí a relevância de entendermos que a *Yvyrupa*, ainda que não seja mencionada diretamente nesses encontros, além de traduzir as constantes reivindicações por territórios, tem sido hoje, o incessante enfrentamento com a sociedade *juruá*, pelo direito de caminhar e o acesso aos distintos serviços públicos, por exemplo, educação, saúde, garantia de alimentos, etc. Nesse caso, acredita-se que as sementes-plantas-vidas compõem os discursos e práticas de luta dos Guarani “por outra política ecológica”.

Assim, a caminhada metodológica por entre o “labirinto” conclui-se no instante em que retomamos o ponto de partida desta tese, isto é, quando Mauricio e outras lideranças indígenas convocaram a participação de pesquisadores da Embrapa, especialmente Irajá, nas reuniões e encontros, organizados pelos próprios Guarani. Nesse sentido, nos cabe, principalmente, olhar atentamente para as demandas Guarani, como um ato de uma filosofia política nativa, cuja organização indígena têm caminhado em busca do estreitamento das relações e novas parcerias com os órgãos não indígenas. No entanto, questiona-se: como os Mbyá Guarani decodificam em seus espaços de mediações, práticas e conceitos oriundos de

um caráter dominante do saber-poder científico, pelo qual tem-se dado o diálogo, em relação ao acesso as sementes recolhidas pela Embrapa? O conjunto dessas práticas é uma versão contextual das vivências etnográficas entre mundos opostos, cujas lideranças são as principais, mas não únicas, responsáveis pelas articulações e organização territorial ecológica, como veremos a seguir em cada *Tekoá* por onde caminhamos.

5.1 AS SEMENTES E SEUS MOVIMENTOS

Figura 28 - A colheita do feijão



Fonte: Acervo da autora (2016).

Figura 29 - O resultado das sementes doadas



Fonte: Acervo da autora (2016).

Figura 30 - Fruto das relações entre ciência e os Mbyá Guarani



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 31 - O ritual de preparo da erva-mate



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 32 - O cultivo Mbyá Guarani



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 33 - O crescimento de plantas indígenas



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 34 - Alguns espaços de mediações para não indígenas



Fonte: Acervo da autora (2018).

5.2 A COLHEITA DO FEIJÃO E OUTRAS SEMENTES

O corredor de areal que possibilita o acesso de carro a *Tekoá Yguá Porã* se encontrava coberto por espécies da Mata Atlântica, naquele ano de 2016. A vegetação em cada visita parecia se reproduzir rapidamente, formando um túnel de distintas tonalidades de verde, marrom e amarelo, com algumas folhas secas. Um cenário deslumbrante. Já próximo às casas podíamos avistar algumas áreas de plantio e outras abandonadas. As práticas de cultivos dos moradores garantem a regeneração das plantas, dando lugar para o crescimento de samambaias e vassourinhas. Há também espaços reabertos para o plantio das sementes que chegam de pessoas parceiras de Marcos, como o caso de Irajá.

Em fevereiro daquele ano, quando Irajá e eu caminhávamos acompanhando Marcos e sua esposa com um de seus filhos nos braços, a liderança apresentava alegremente seus roçados, dizendo que muita coisa dali eram as sementes presenteadas pelo pesquisador. Irajá animado com as palavras de Marcos e encantado com o que testemunhava nas roças, perguntou se o cacique gostaria de plantar feijões que desenvolvia em sua pesquisa. Explicou para a liderança que as cultivares Expedito e Macotoço, desenvolvidas por ele no programa de

melhoramento genético, eram tidas como “boas cultivares de campo e de panela”. A liderança, sorrindo, disse que aceitaria as sementes para experimentar com sua família, e caso fossem “mesmo boas” seguiriam plantando ano a ano.

Seguimos conversando a respeito daquelas espécies e variedades que ele e outras lideranças tinham acessado nos BAGs da Embrapa. Marcos mencionou que tudo que vinha mantendo eram as sementes daquilo que ele, seus filhos, esposa e outros familiares tinha qualificado como saboroso. Nesse meio tempo, Samara, casada com a liderança, surge com algumas espigas pequenas de milho que teria colhido, naquele instante do diálogo. Samara, alegremente, abriu minha mão e colocou algumas sementes que debulhava do milho, dizendo que elas deveriam ser plantadas em minha casa.

Logo, se direcionou para seu filho mais velho, mas de apenas cinco anos, e lhe falava somente na sua língua. Em um instante o menino Diogo com uma espiga de milho caminhou até Irajá, presenteando o pesquisador com as sementes de sua família. Irajá agradeceu alegremente e disse que iria multiplicar na Embrapa o milho doado pela família. Mais alguns passos, em direção leste, a mãe de Marcos, uma mulher magra e anciã, acorada, com o peso da sua estrutura corporal sobre as pernas, colhia de planta em planta as vagens secas preenchidas com as sementes de feijão.

Ao lado, com mata nativa no entorno, ficaram umas ramas de mandioca. Perguntei a Marcos o que fariam com aquelas plantas. Marcos explicou que já haviam colhido algumas, e outras ficavam por ali mesmo, até chegar novamente o ciclo ideal do plantio. A prática assemelha-se com outras *Tekoá(s)* por onde andei, como presenciei com os caciques Lorenzo, Mariano, e Santiago, por exemplo.

Em contrapartida, os relatos do pesquisador José Ernani na Embrapa em relação à conservação das ramas, diante da presença dos Guarani, como descrito anteriormente, remete até o momento o inverso das atividades e perspectivas empenhadas nos cuidados com as plantas pelos indígenas. O que se entende é que o resultado do diálogo entre os distintos espaços de mediações entre os indígenas e não indígenas não é fruto dos problemas de linguagens, mas da reversão das práticas de plantio e conservação nos territórios Guarani. Pode-se dizer que a filosofia política nativa é uma força potencialmente transformadora dos efeitos adversos causados ainda nos espaços de mediação representados pela Embrapa. É como se os indígenas estivessem, parafraseando Escobar e Pardo, “a lutar contra diversas formas de exclusão, de dominação e de exploração” (ESCOBAR; PARDO, 2005, p. 358).

Casualmente, a passagem no período de maio na comunidade nos possibilitou assistir à abertura de uma área para o plantio, segundo Marcos, das mesmas variedades que teriam recebido de Irajá e também de outros amigos. Em meio à vegetação, manualmente a liderança e sua família, com facão e machado, abriam uma pequena clareira, para o recebimento do fogo. Somente mais tarde o solo coberto por cinzas viria ser cultivado, pelas mesmas mãos de seus parentes. Em julho daquele ano, presenciei novamente a mãe da liderança preparando o solo para receber as sementes de feijão. Em meio à fumaça, era possível avistá-la. Muito habilidosa, a senhora andava de um lado ao outro controlando as chamas, que queimavam os tocos de árvores. Marcos havia mencionado que sua mãe iria plantar a espécie com que Irajá a presenteara alguns anos atrás, e anualmente vinham cultivando as variedades nos roçados da família.

Naquele espaço de mediação não tão convencional, nos moldes de uma reunião, mas não menos importante, a liderança delimitava o nosso movimento. Ao mesmo tempo, nas palavras seguras e um tom de voz mais grave, Marcos demonstrava certa resistência a fórmulas prontas trazidas de fora. Mas ao mesmo tempo, com gestos e declarações parecia pleitear parceiros que pudessem contribuir com o seu território, especialmente na temática da agrobiodiversidade.

Somente em novembro de 2016, Irajá volta com sementes e plantas a *Tekoá Yguá Porã*, conforme tinha acordado com Marcos. Dentre as espécies, havia: sementes de milho Guarani, aquelas presenteadas por Diogo e o pesquisador havia multiplicado na Embrapa; mudas de batata-doce roxa também oferecido por um Guarani e multiplicada nas estruturas da instituição; as tais cultivares; e umas sementes de feijão vermelho que já faziam parte da linhagem do melhoramento, esclareceu o pesquisador.

Marcos, com uma expressão alegre, disse que as sementes além de alimentar as famílias, estavam sendo comercializadas, em média, quatro variedades crioulas no mercadinho local. No momento, Irajá questionou quais sementes e espécies crioulas selecionadas por ele, no primeiro encontro na Embrapa, ainda eram mantidas em seus roçados. Marcos apenas disse que as de feijão e amendoim eram aquelas mais consumidas por sua família, e por isso, havia um cuidado especial com elas.

Naquele espaço de mediação, o que parecia ressurgir entre um diálogo e outro era a forma como Marcos resistia às condições impostas pela colonialidade do poder e saber. Mais que isso, Marcos como tantos outros indígenas, tem lutado contra o imaginário colonial. Pode-se dizer que se trata de um constante enfrentamento, nas palavras de Rivera Cusicanqui

(2010), a inclusão condicionada, ou mesmo a cidadania recortada e de segunda classe, que tem insistido em moldar os saberes e identidades subalternizadas. O resultado desse imaginário é o estabelecimento de um papel representado pelos ornamentos ou massas anônimas que teatralizam sua própria identidade (RIVEIRA CUSICANQUI, 2010).

Marcos se impõe, não como qualquer um, mas como liderança Guarani. É ele quem recebe os *jurua*, e toma decisões, ainda que estas sejam definidas a partir das reuniões e conselhos comunitários. O território Guarani parece ser também um reflexo das relações externas, mas definido, acima de tudo, pelos códigos nativos, diria morais, de ordem e segurança.

Caminhando entre as casas, Marcos mencionava que outras espécies eram “vindas lá da Embrapa”. Exceto as plantas de milho que cresciam, pode-se dizer, na área central da *Tekoá*. Irajá, aparentemente surpreso, ainda não tinha observado plantas tão homogêneas sendo cultivadas por Marcos, como comumente presenciava no seu dia a dia. A fim de saber a procedência daquelas sementes, Irajá perguntou à Marcos, qual era a variedade plantada. A liderança, visivelmente desconfortável, falou que havia comprado em Camaquã o milho, mas o atendente não o informou a origem da semente.

Marcos também explicou que em razão da Funai ter disponibilizado no ano anterior sementes de milho que não vingaram nos roçados, e ainda naquele ano a Fundação não se comprometeu com a entrega delas no período de plantio dos Guarani, buscou resolver os problemas por seus meios. A liderança ainda disse que nenhum dos seus parceiros havia lhe visitado para que pudesse conversar e solicitar outras sementes de milho.

Diante de vários questionamentos, de respostas e explicações, Irajá não lembrava que Marcos ficou de fora do encontro na *Tekoá Tape Porã*, em maio de 2015. No momento, o pesquisador, as lideranças Guarani e técnicos da Fapeu se reuniram para dialogarem a respeito das possíveis ameaças acarretadas pela contaminação das variedades de *avaxi*, por milhos transgênicos. O espaço de mediação compõe o emaranhado dessas relações, descritas posteriormente.

Irajá, sentindo-se responsável com a probabilidade daquelas plantas crescidas serem as tais sementes, explicou sucintamente como as empresas tinham criado a transgenia e quais os riscos oferecidos. Marcos, pensativo, ouviu cada palavra do pesquisador, sem sequer dirigir-lhe uma pergunta. Alguns minutos de silêncio, e Irajá volta-se pronunciar, questionando se a liderança para evitar algum tipo de cruzamento dos *avaxi* com aqueles milhos arrancaria as

plantas que ainda não estavam na fase reprodutiva. Foi então que Marcos se pronunciou e disse que deveria consultar primeiramente seus pais.

Uma semana após o visível conflito de práticas, Irajá recebeu a notícia de que a família havia decidido que não iria remover a espécie dos roçados, pois as plantas de feijão plantadas em meio e próximas aos milhos estavam florindo, o que resultaria na perda das sementes que eles cultivavam anualmente. Diante das decisões da liderança e sua família, Irajá só voltou a encontrá-los no início do mês de junho de 2017, quando Marcos relatou ao pesquisador que as plantas tinham sido consumidas por lagartinhas, e o que havia restado estava servindo de alimento para as galinhas.

Irajá, ainda cismado com os milhos, sondou Marcos se ainda tinha dúvidas da procedência da espécie, e caso ele e sua família achassem necessário de saber se as suas variedades de milhos teriam sido afetadas, propôs à liderança que fizessem o teste de contaminação por transgenia, conforme outras lideranças decidiram. Os laudos com os resultados dos testes, aos quais as variedades de *avaxi(s)* acabaram submetidas, só foram divulgados no final do mês de agosto, na ausência de Marcos, em uma reunião realizada na *Tekoá Guapoy*.

Marcos só soube da notícia, de que suas variedades estavam livres da contaminação por transgênicos por meio de terceiros. No entanto, Marcos, geralmente, relembra de Irajá, agradecendo a parceria, e cita as sementes e os encontros com o pesquisador. Suas palavras estão sempre acompanhadas de um simples convite, de que Irajá retorne à comunidade. Enquanto isso, Samara anuncia que o seu próximo filho se chamará Irajá. É com estas e outras ações que os Guarani estão constantemente fortalecendo ou mesmo renovando suas relações.

Por outro lado, entendo que os espaços de mediações criados pelos próprios Guarani, ao mesmo tempo que atraem parceiros, também demonstram uma certa resistência a tudo aquilo que é imposto de fora para o interior do território indígena. As estratégias de luta são as mais diversas, mas o diálogo torna-se a arma principal dos nativos contra a dominação pelos de fora, propondo um outro tipo de relação. Nas palavras de Escobar e Pardo, “O controle desses territórios constitui o núcleo central das suas lutas, que incluem também o respeito pelas suas especificidades culturais, pela autonomia para decidir o seu futuro e pela proteção dos seus conhecimentos tradicionais” (ESCOBAR; PARDO, 2005, p. 343).

5.3 ALGUNS QUESTIONAMENTOS NATIVOS À CIÊNCIA

Em maio de 2015, manhã fria, no interior de um galpão construído em alvenaria, os Guarani receberam Irajá. O convite realizado ao pesquisador pelos indígenas teve como propósito a discussão a respeito das ocorrências de cruzamentos indesejados das sementes crioulas por milho transgênico. No espaço de mediação, na *Tekoá Tape Porã*, estavam as lideranças, inseridas no contexto da obra BR-116, técnicos da Fapeu, e Irajá, responsável pelas orientações do tema em debate.

A fala introdutória do espaço foi introduzida pelo anfitrião da casa, a liderança na época. Pedro falou por alguns minutos entre os Guarani, traduzido logo por ele aos não indígenas, como um bom momento para compreenderem os riscos e os possíveis problemas aos milhos Guarani, acarretados pela contaminação daqueles criados pelos *jurua*(s). Na sequência, Santiago, já algum tempo um dos principais mediadores junto a Mauricio, em reuniões com instituições públicas e demais envolvidos no contexto de vida das comunidades Guarani em torno da BR-116, se pronunciou seriamente. Mais uma vez, o discurso num tom particular, causado também pela barreira linguística, apenas anunciava momentos de reflexão a respeito dos acontecimentos, por meio das expressões corporais.

Em seguida Santiago agradeceu a presença de Irajá e solicitou que o pesquisador falasse das suas experiências, diante do processo de contaminação das sementes por transgenia, sobre o qual vinham debatendo os profissionais em seus espaços de pesquisa. Mas antes mesmo de Irajá encontrar as palavras mais adequadas para o desenrolar das dúvidas, e as possíveis medidas empreendidas para evitar o cruzamento com as sementes *jurua*(s) indesejadas, Santiago falou brevemente do significado dos *avaxi ete'i* (milho verdadeiro) para as famílias Guarani.

Mais que o cruzamento, ou casamento com as sementes *jurua*, como falam os Guarani, é a inversão dos significados como expõe Popygua (2017), na passagem inicial desse capítulo, que se encontra reivindicada, também politicamente, no espaço de mediação indígena. Irajá, ainda que já houvesse ouvido falar em outros lugares como os Mbyá Guarani receberam as suas sementes verdadeiras, principalmente de *avaxi*, foi novamente lembrado.

Irajá parecia atento aos conflitos entre o mundo da ciência e o mundo Guarani. Antes mesmo de continuar a conversa dos transgênicos, o pesquisador saudou a todos os presentes e conversou a respeito das novas áreas adquiridas no programa compensatório da rodovia BR-

116. Assunto que, de certa maneira, os deixa felizes. Porém, o tom descontraído, não impossibilitou que as tensões e conflitos pairassem no ar.

O pesquisador estava sentado junto aos Guarani e os técnicos da Fapeu, em um formato de círculo, com uma pequena fogueira no centro, que possibilitava entre a leve fumaça avistar as faces. Neste emaranhado, Irajá questionou se as lideranças “sabiam que as plantas de milho necessitavam de outra planta da mesma espécie para fecundarem”. Prontamente, os Guarani responderam, afirmando seus conhecimentos a respeito do comportamento na reprodução das plantas.

Irajá continuou sua explicação. Disse o pesquisador que havia estudado com os não indígenas na universidade e, conforme suas experiências de pesquisa na Embrapa, o milho, por ser uma planta “alógama”, necessitava se reproduzir por meio de duas plantas, num processo denominado “fecundação cruzada”. “Essa é uma de nossas preocupações”, afirmou Irajá. Além disso, no momento da reprodução, disse ele, o milho espalha seu pólen, por meio da ação do vento, e até mesmo por pequenos insetos. Com a linguagem carregada de termos e códigos científicos ocidentais, Irajá anunciou que, devido ao comportamento das plantas de milho, por exemplo, era propício o aumento dos riscos de contaminação por milhos transgênicos.

Concentrados nas palavras do pesquisador, os Guarani demonstravam-se reflexivos diante daquelas informações. Por alguns minutos o silêncio tomou conta da reunião. Entre um diálogo e uma pausa, Santiago interrogou Irajá, perguntando-lhe “o que eram sementes transgênicas que os *jurua* inventaram?”. Naquele momento percebi que Irajá tentou explicar, com termos corriqueiros, cada detalhe envolvido na criação de sementes e também no sistema de plantio com espécies transgênicas. Exemplificou que, dentre os resultados, seria a produção em massa dos alimentos industrializados, pelos quais podiam ser identificados, em alguns produtos, por meio do pequeno símbolo “T”.

Entre um intervalo e outro, os Guarani conversavam entre si. Notava-se o tom sereno na voz daqueles que falavam, e ao mesmo tempo, outros mostravam-se sérios diante do discurso de Irajá. Sem entender o que estavam dialogando, os não indígenas permaneciam em silêncio. Em algum instante, Artur comentou, em português, que estavam muito preocupados com o destino das suas sementes. Santiago complementou a fala da liderança, dizendo ao *jurua* que o *avaxi ete'i*, por ser sagrado, deveria ser muito bem preservado.

Enquanto Irajá se preocupava em informar as causas e as consequências, como os riscos alimentares, ambientais, sociais e políticos, cujas ameaças poderiam afetar, para o

pesquisador, a segurança e a soberania alimentar das famílias, os Guarani pareciam discutir estratégias para limitar a mistura de suas sementes com as não indígenas.

Acredito que essa sustentação da pureza das sementes se deva à própria postura dos Guarani frente aos outros – os *jurua*. Mas muito além disso, trata-se de um movimento de resistência e luta reivindicada nos espaços de mediações pela própria “política cultural”, termo que trouxe de Escobar e Pardo (2005), para resumir e explicar a complexa organização do povo, frente às tensões hegemônicas. Segundo o autor, entende-se por política cultural tudo aquilo e todos que estejam envolvidos em conflitos gerado pelas condições impostas por projetos de desenvolvimento e simultaneamente pela colonialidade do poder. “Essa política cultural altera as práticas e a compreensão familiar que se tem da natureza, ao mesmo tempo que procura libertar, tanto mentalmente como na própria natureza, as ecologias locais dos sistemas enraizados em fatores de classe e gênero e do domínio étnico e cultural” (ESCOBAR; PARDO, 2005, p. 345).

Parafraseando uma liderança Guarani, que me explicava por meio de uma metáfora os acontecimentos dos diálogos e práticas com os não indígenas, se a natureza permite o encontro das águas do Rio Negro e Rio Solimões, sem que ambos possam se misturar, e ainda que se tratasse de um processo físico e necessário, como o caso dos Guarani com os *jurua*, era então possível ver que a interação não propõe uma fusão – ou seja, a mistura. Isso quer dizer que os milhos transgênicos estão à margem das sementes Guarani, contudo, as barreiras físicas e imaginárias impostas pelos indígenas impossibilitam as misturas entre as plantas e, simultaneamente, com o mundo ocidental.

Porém, diante do histórico enfrentamento nos embates sociopolíticos vividos pelos Guarani, o que não anula, mas só reforça a diplomacia desse povo, contribuíram com a decisão considerada pelas lideranças, de enviarem amostras ao laboratório do Ministério da Agricultura, em Brasília, dos milhos recebidos anualmente da Funai. A parceria dos Guarani com Irajá e seu emaranhado naquela reunião resultou, em 2016, no primeiro teste realizado com os milhos disponibilizados por programas assistenciais da Fundação.

Com os resultados negativos da presença de transgenia, em 2017 as lideranças decidiram enviar tecidos vegetais das plantas de *avaxi ete'i* ao Ministério da Agricultura. Em uma dessas reuniões mensais nas *Tekoá(s)* junto a Fapeu e demais instituições, Irajá propôs aos caciques um novo teste, mas desta vez seriam as sementes de milho Guarani analisadas. Como parte desse acordo, os indígenas alegaram que a quantidade de sementes exigidas pelo laboratório para a precisão de tais resultados, na acusação ou não por contaminação de

transgênicos, conforme haviam realizado com as variedades de milho da Funai, não seria possível, segundo eles, pelos significados dos *avaxi*, e o seu limitado volume para ser disponível aos técnicos *juruá*.

Meses após as coletas nos roçados Mbyá Guarani, José Cleber, um dos parceiros de Irajá de longa data, auditor fiscal federal agropecuário, na Superintendência Federal de Agricultura (SFA), do Ministério da Agricultura, em Porto Alegre, foi quem mediu as atividades, em 2016 e 2017, e comunicou as conclusões da segunda etapa de testes para os Guarani. Em vários encontros entre Irajá, as lideranças e outros envolvidos, os resultados foram comemorados. Mas foi pela serenidade perceptível no olhar Guarani que tais informações são revertidas pela prática indígena, mencionada na metáfora pela liderança Guarani, transcrita acima.

5.4 ALGUMAS PLANTAS NÃO INDÍGENAS: ENTRE O SILÊNCIO E AS AÇÕES

Seu Lorenzo, como é conhecido entre os não indígenas, cacique da *Tekoá Guajay'vi Poty*, pessoa calma e de poucas palavras em português, ao longo de seis ou sete anos, tem convivido com Irajá e técnicos da Embrapa e Emater. Os diálogos com a liderança, geralmente, ocorreram em visitas realizadas em sua *Tekoá* e nas reuniões mensais organizadas pelos Guarani nas distintas comunidades incorporadas ao contexto de duplicação da obra BR-116, conforme descrito anteriormente.

Diferentemente dos seus pares, Lorenzo não participou dos dois encontros, nos anos de 2013 e 2017, para o acesso às sementes na Embrapa, mas apenas esteve em alguns eventos do Seminário de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar. Apesar disso, diria que distintas espécies, variedades e cultivares chegaram até Lorenzo. Tudo começou quando a liderança convidou Irajá para visitá-la. Os encontros do pesquisador com Lorenzo e sua família foram momentos de conversas, principalmente, a respeito das sementes levadas por Irajá para Lorenzo.

Sempre calmo, Lorenzo escutava cada palavra em português pronunciada por Irajá. Entre elas, o pesquisador comentava sobre as características de desenvolvimento de cada planta, além disso, era comum Irajá falar como havia recebido cada variedade de semente crioula. Também relatava seu ofício na Embrapa como melhorista de plantas, e as cultivares de feijão desenvolvidas no programa de melhoramento. Atenta ao silêncio e aos olhares de Lorenzo para sua família, posso dizer que o diálogo era mediado pela própria motivação da

liderança conhecer e plantar nos seus roçados as sementes disponibilizadas, de certa maneira, por um parceiro.

Em reuniões e encontros entre os Guarani e os não indígenas, é habitual presenciar os indígenas ouvindo atentamente os discursos. Segundo André, um cacique Mbyá Guarani explicou que todo conhecimento do seu povo é construído a partir do bom ouvido. Isso significa que saber ouvir é uma prática muito importante para as atividades do cotidianas nas *Tekoá(s)*. Talvez esteja aí a explicação do momento em que os Guarani na Embrapa Clima Temperado, raramente se pronunciaram. Mas também pode-se afirmar que se trata de uma estratégia de resistência e ao mesmo tempo de encanto àqueles que porventura possam vir ser seus parceiros. Diria que a política cultural, um experimento nos espaços de mediações Mbyá Guarani, em termos muito simples, tem lá dessas coisas.

Contudo, cada liderança tem autonomia de organizar seu território, diferenciando-se em alguns aspectos estruturais internos. Lorenzo, por exemplo, em 2016, relatou para Irajá que seu filho havia lavrado uma área com o trator da comunidade. Dentre as espécies plantadas, a cultivar de feijão Expedito, disponibilizada por Irajá para a liderança, resultou numa boa colheita, a ponto de armazenar para a alimentação da família, e comercializar uma parcela do feijão, em parceria com um técnico do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), em Pelotas.

Já em 2017, Lorenzo recebeu, em média, 150 mudas de batata-doce da Embrapa, por meio da técnica da Emater Rosemeri Olanda, também parceira de longa data de Irajá, e que vem há algum tempo envolvida com as atividades na *Tekoá Guajay'vi Poty*. No entanto, disse Lorenzo que o excessivo calor e as escassas chuvas naquela estação contribuíram para a perda de praticamente todas plantas.

No último encontro, no mês de junho de 2018, um dia frio, com pouco vento e sol, Lorenzo convidou para caminhar até algumas áreas de roçado. Ao lado da sua casa, ainda havia algumas espécies anuais e perenes convivendo juntas, porém já colhidas, a folhagem seca do milho permanecia como alimento para o solo e demais animais. A roça passaria alguns anos, disse ele, sem receber suas sementes, para o solo descansar.

Mais alguns metros, às margens da vegetação nativa, o campo inclinado e irregular abrigava uma boa quantidade de ramas de mandioca. Ali permaneceriam as plantas, semelhante à prática de conservação de Marcos, Lorenzo as deixaria na terra até o próximo plantio, conforme seu calendário agrícola. As ramas enviadas por meio dos técnicos da Fapeu, mediadas por José Ernani, ainda no segundo encontro na Embrapa com os Guarani, tornavam-

se outra coisa na *Tekoá* de Lorenzo. Ficavam na lembrança apenas as pessoas envolvidas com a doação das mandiocas, como a própria liderança mencionou.

Porém, ao que parece, o que está em jogo são as relações entre indígenas e a Embrapa, especialmente, quando os questionamentos pelos profissionais às lideranças são revertidos, de certa maneira, no controle das sementes-plantas, e justificado pela tentativa de encontrar bons resultados de produção. No entanto, lembrar quem tem sido os parceiros não indígenas sem que de fato liste tudo o que se recebeu, pode ser entendido como uma forma de metamorfosear as próprias relações hierárquicas de dominação. Em outras palavras, “há sempre o primado do dominado que, potencialmente, pode viver sem dominação, ao contrário do dominador, cuja potência é a dominação. Como não há dominação sem resistência, não há dominação sem atrito” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 21)

Essa transgressão das ações científicas, e, de certa maneira, colonialistas, são inscritas pelo próprio modo de vida Mbyá Guarani de receber os parceiros em seus territórios, ou prováveis alianças, especialmente com órgãos do Estado. Nas caminhadas pela comunidade, Lorenzo, em poucas palavras anunciadas em português, parece muito bem mediar as relações, e diria mais, enfeitiçar os não indígenas.

Lorenzo caminhava entre as estreitas trilhas mostrando o que havia plantado. Ali cresciam algumas mudas de frutíferas e pau-leiteiro, este muito utilizado pelos Guarani na criação dos artesanatos. As espécies solicitadas pela liderança chegaram na *Tekoá* por intermédio de Rosemeri, que veio angariar as plantas junto ao pesquisador responsável pelas atividades dos “sistemas agroflorestais”, na Embrapa. Rosemeri, quase sempre mencionada por Lorenzo como uma boa parceira, também estava articulando junto à liderança, alunos da Escola Técnica Estadual de Canguçu (ETEC), para o desenvolvimento de atividades junto as famílias indígenas. Um dos objetivos, falou Lorenzo, era reativar a estrutura do viveiro, construída ainda no início do programa da obra BR-116, conhecido por ações mitigatórias causadas pela rodovia.

A prática de viveirismo para a produção de mudas foi uma ferramenta atual e implantada por técnicos da Fapeu às *Tekoá(s)* envolvidas no programa. Algumas lideranças e famílias Guarani dizem ter utilizado o viveiro para o plantio, principalmente, de espécies nativas, porém, outras simplesmente não ocupam a estrutura, por se tratar, segundo a justificativa das pessoas mais velhas, de atividades não indígenas.

Aqueles Guarani que resolveram adotar uma outra forma de plantio, como é o caso dos viveiros, asseguram que são motivados por saber-fazer-exercer tarefas replicadas por não

indígenas ambientalistas, como denominam os Guarani. Contudo, nem tudo que parece é. As parcerias, ou mesmo as relações entre os indígenas e os não indígenas, também têm causado muita confusão, sobretudo, na hora de realizar atividades de cultivo, tanto de espécies perenes, quanto semiperenes e anuais.

Lorenço, em 2018, havia recebido dois sacos de, em média, 30 quilogramas cada um, contendo sementes para adubação verde. A esposa do cacique disse que não tinham plantado as sementes, então de inverno, pois não sabiam do que se tratava. Apenas acreditavam que aquelas eram qualquer outra coisa para a fertilização do solo, menos plantas que viessem crescer para enriquecer os nutrientes da terra.

Geralmente as sementes-plantas são aceitas pelos Guarani, segundo eles, quando já cultivaram, ou presenciaram a planta em algumas das suas andanças. Nesse caso, percebe-se o quanto Lorenço, como as demais lideranças se envolvem com o plantio das sementes escolhidas para compor suas *Tekoá(s)*, fruto dos mais distintos espaços de mediações. A última encomenda para Irajá foi em outubro de 2018, momento em que Lorenço solicitava algumas variedades de milho e amendoim. A possibilidade de angariar em outros meios, por meio de outras pessoas, não é uma tarefa difícil, mas Lorenço disse que gostaria de receber das mãos de Irajá as tais sementes para o próximo cultivo. Em suma, acredita-se que a mediação indígena é representada pela prática diplomática nativa, reestabelecida pelas ações e discursos entre as lideranças e os parceiros em questão.

5.5 DA MEDIAÇÃO EXTERNA AO ARRANJO TERRITORIAL GUARANI

Santiago Franco, cacique da *Yvy Poty*, também é um dos importantes mediadores, e é responsável por ser o porta-voz nas reuniões dos Guarani com os não indígenas. Uma liderança voltada, diria, às questões político-religiosas tem um discurso pautado nas práticas espirituais do seu povo. Diferentemente de Mauricio, Santiago é praticamente um *karái*, conhecido entre os não indígenas por xamã.

Santiago geralmente é lembrado por situações peculiares vividas entre os pesquisadores. Andrea Noronha, analista na Embrapa Clima Temperado, e uma importante colaboradora nas atividades de Irajá, também teve a oportunidade de compartilhar experiências com a liderança. Quando Santiago é mencionado na roda de conversa entre os profissionais da Embrapa, principalmente, Andrea sempre comenta o dia da apresentação de Santiago, em 2013, no III Seminário de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar. Ao chamá-lo para compor a mesa de debate no seminário, que já passava do horário previsto,

disse que encontrou Santiago no pátio da unidade tomando sol. Andrea, ao convocá-lo, foi surpreendida com a reação de Santiago, dizendo que iria após sua meditação. Depois do seu ato, a plateia presenciou as palavras proferidas por Santiago.

Rosa Lia, em nossa conversa, também lembrou de quando Santiago foi o principal mediador do primeiro encontro com os Guarani, em 2013, para o acesso às sementes na Embrapa. No diálogo entre a pesquisadora e as lideranças, Santiago era quem traduzia as palavras de Rosa Lia para seus pares e vice-versa. Momento raro, disse ela, pelo qual teve a oportunidade de vivenciar o método discursivo e prático dos indígenas com a pesquisa.

Irajá, em suas caminhadas, nas palestras apresentadas e nas rodas de conversas em universidades, congressos, feiras de trocas de sementes, etc., tem relatado a sua experiência com os Guarani, no primeiro encontro entre os pesquisadores-curadores realizado na Embrapa. Santiago e demais lideranças, após selecionarem algumas variedades de feijão, retornaram à sala de Irajá, para que Mauricio pudesse fazer uma ligação. Naquele momento, Santiago reconheceu umas sementes de feijão que estavam sobre a mesa do pesquisador. A variedade foi doada por uma agricultora do município de São José do Norte, avó de um dos estagiários de Irajá, na época. Devido à identificação de Santiago, algumas sementes de feijão acabaram retornando com ele para sua *Tekoá*. Fato que também foi descrito anteriormente.

Contudo, diante dos discursos em relação à erosão genética, declarada por profissionais não indígenas, Santiago refuta a tese de que o fenômeno ocidental-científico teria também afetado os Guarani e suas sementes. As perdas até existem, mas localmente e temporariamente, devido às restrições de território para plantio e outros problemas vinculados às precárias condições ambientais, causadas por práticas dos *juruá*, por onde andam os Guarani, assegurou a liderança. Assim, segundo Santiago, é comum os Guarani visitarem amigos e/ou parentes em *Tekoá*(s) com abundância e diversidade de espécies vegetais e sementes, a fim de recompor o território e simultaneamente os cultivos. São os *tape* que contribuem com a regeneração da vida e do território Guarani.

A liderança falou que as parcerias com a Embrapa e Emater, principalmente, têm contribuído com o plantio, e a composição dos roçados, e na dieta alimentar das famílias, com plantas não indígenas. No entanto, estas espécies são cultivadas em roçados à parte das sementes dos Guarani. Isso se deve, explicou Santiago, ao cuidado de não misturar as plantas sagradas, enviadas por divindades Guarani, com aquelas dos *juruá*.

O aparato de negação ao acontecimento ocidental da erosão genética, e, ao mesmo tempo, as medidas protetivas tomadas por Santiago, de certa maneira, nos remete ao

sentimento de resistência tão expressivo no modo de vida Mbyá Guarani em seus territórios. Em outras palavras, estamos diante, segundo Escobar, da relação formulada através da ‘*biodiversidade = território + cultura*’. Manifestado pelo arranjo dos conhecimentos e práticas culturais das comunidades, tem sido o discurso estratégico empregado pelos atores sociais em prol de uma (re)apropriação social e epistêmica da natureza. Conforme o autor, a partir do resultado dessa equação, passa a se denominar como territórios da diferença, termo que expressa as propostas político-epistêmicas dos grupos sociais, frente à conjuntura dos estados neoliberais (ESCOBAR, 2014).

Nesse ponto talvez esteja o sentido e sentimento dado pelos Guarani aos programas e projetos governamentais. Para a liderança, por exemplo, o termo segurança alimentar, corriqueiramente mencionado nas reuniões realizadas nas *Tekoá(s)* com as instituições públicas e demais participantes, tem outro significado, muito distinto das construções ocidentais. Santiago compreende que segurança alimentar vai além das ações de políticas públicas, como o programa falho da Funai, em assegurar o acesso à alimentação para as famílias Guarani, por meio de cestas básicas distribuídas pela Fundação. Isso não anula o seu caráter indispensável para a complementação nutricional dos Guarani, mas não é uma medida de segurança alimentar.

O que se entende por segurança alimentar, reforçou Santiago, é quando os Mbyá conseguem alimentar-se, sobretudo, de plantas, sementes e animais do povo Guarani. “É ter mato e bichinho pra caçar, fruta nativa, mel da abelhinha sem ferrão, que é do Guarani. No rio, que tem que tá limpo, tem peixe pra o Guarani. Não fica só dependendo de fora. Isso é segurança alimentar”⁶⁵.

Numa das últimas reuniões que participei na *Tekoá Yvy Poty* em setembro de 2018, Santiago, como liderança da comunidade, foi quem iniciou a fala. Agradeceu a todas as pessoas dos órgãos ali presentes, e também parceiros, e antes mesmo de começar o diálogo com os *juruá*, o coral Guarani, formado na sua *Tekoá*, apresentou algumas músicas e danças do seu povo. Encantados, os não indígenas olhavam atentamente, os gestos das crianças acompanhando o som do violão e violino. Os meninos cantavam, e as crianças em tom agudo entonavam a voz com força, numa simetria fascinante.

As canções em Guarani não foram traduzidas por Santiago para o português, mas a liderança mencionou que a apresentação era uma forma de anunciar o espaço do diálogo com os não indígenas. Santiago disse que os *juruá* deveriam compreender que a fala e as

⁶⁵ FRANCO, S. (Liderança Mbyá Guarani). Relato oral. Barra do Ribeiro, abr. 2018.

atividades carecem, antes de mais nada, de ser orientadas por *Nhanderu*, sua divindade espiritual, ou seja, era um ritual de meditação-reflexão estabelecido naquele espaço de combate, entre os órgãos públicos e ações indigenistas. Nesse sentido, se entende que o bom acolhimento no território Guarani aos não indígenas, num tom de agrado e comoção aos parceiros, torna-se ferramenta de comunicação e mediação com aquilo que o Estado deve proporcionar.

Pode-se resumir que o espaço de mediação, liderado por Santiago, mas, também, pelos demais caciques presentes, reforça, e ao mesmo tempo reivindica, ao que se parece, não só o comprometimento das ações não indígenas com as comunidades, mas, principalmente, a adoção da linguagem e as práticas Guarani para a realização de planos e projetos.

5.6 CAMINHOS DE ROÇAS E OUTRAS RELAÇÕES NÃO INDÍGENAS

O dia amanhecia ensolarado, e a temperatura alta do mês de janeiro de 2018 não impediu a caminhada das crianças e adolescentes até as roças para colher as melancias, que já se encontravam maduras, para a felicidade de todos. Euzébio de Souza, genro do cacique Mariano Garai, na *Tekoá Guapoy*, também estava colhendo feijão miúdo. Disse ele que as sementes cultivadas eram espécies e variedades adquiridas na Embrapa.

As roças reservadas para as plantas oriundas de ambientes não indígenas também receberam, em meados de outubro de 2017, ramos de mandioca. Lembrou Euzébio que os Guarani, junto aos técnicos da Fapeu, foram buscar as mandiocas na propriedade de um *jurua*, na Barra do Ribeiro, conforme a indicação do pesquisador José Ernani. Geralmente, as lideranças e as pessoas mais próximas, principalmente por algum tipo de parentesco, como Euzébio, não recordam o nome de todos(as) profissionais da Embrapa. As referências das plantas obtidas por algum dos encontros com os(as) pesquisadores(as), neste emaranhado de pessoas e coisas, é comum que os Guarani mencionem, genericamente, as ações da Embrapa, por meio da personalidade de Irajá.

Além disso, caminhar com os Guarani entre seus cultivos refere-se apenas ao convite deles para nós-*jurua*(s) conhecermos parte daquilo que se pratica dia a dia nas *Tekoá*(s), principalmente, na estação *ara pyau* (tempos novos), cujos meses de calor indicam o florescimento da vida, e, simultaneamente, das atividades intensas nas comunidades. Daí o embate entre a linguagem e ações indígenas e as *jurua*, como o caso de Irajá, que há alguns anos busca listar tudo aquilo que os Guarani angariaram nos encontros com os(as) pesquisadores(as), e quais dessas plantas ainda existem nos territórios Guarani.

De um lado, o pesquisador empenha-se em cumprir com as regras da instituição, cujo formato ocidental pressupõe um cálculo às vidas, como se pudesse caracterizar a eficácia ou não das ações dos pesquisadores junto aos territórios indígenas. Por outro lado, os roçados Guarani não são experimentos de campo, semelhante ao sistema científico da Embrapa e a sua reprodução nos ambientes.

As roças de Euzébio e outras famílias na *Tekoá Guapoy*, por exemplo, são similares às estruturas de conhecimento e do saber-fazer de Marcos, Santiago, etc. Nas roças Guarani o alinhamento das plantas é realizado por meio do emaranhado das distintas variedades e espécies; da mesma forma são plantadas as sementes doadas por não indígenas, porém, não existem estacas para identificá-las, pois os Guarani parecem distinguir quais roças são semeadas com sementes *juruá*, e quem foram seus doadores, daquelas cultivadas especificamente com espécies Guarani. Se alguém tiver dúvida da sua procedência, contou-me Talcira, certa vez, a doçura, o gosto da planta define se é cultivo Guarani ou *juruá*, ou seja, a semente mais adocicada é do Mbyá Guarani.

No emaranhado de sementes indígenas e não indígenas, na *Tekoá Guapoy*, elas também habitam as estruturas *juruá*, como são chamados os viveiros. Euzébio convidou para conhecer o local onde cresciam, sobretudo, espécies nativas. O viveiro repleto de mudas se desenvolvia aos cuidados diários de Euzébio. Dali, disse ele, elas serão plantadas próximo às casas, e ao pequeno mato na *Tekoá*, com o propósito de aumentar a área de vegetação nativa.

As novas práticas exercidas por Euzébio e as famílias têm sido fruto da relação entre os indígenas e não indígenas através de outros espaços de mediação, que vão além dos projetos da Embrapa. Quando chegaram à propriedade adquirida quatro anos atrás, por meio do programa de compensação da obra de duplicação da BR-116, relatou Euzébio, eram nítidas as diferentes práticas de uso da terra pelos *juruá*(s). “Agora temos outras coisas, a gente faz diferente. Com o tempo as plantas vão crescendo, e tudo vai mudando”⁶⁶.

Com gesto animado, Euzébio convidou para conhecer algumas roças que ainda resistiam ao sol escaldante daquela estação. Entre milhos, abóboras, amendoins, havia mais alguns frutos volumosos de melancia. A roça exuberante, próximo às casas, demonstrava os esforços das famílias, com os cuidados diários na plantação. Naquele dia, mais algumas melancias foram colhidas por adultos e crianças, e dentre elas fui presenteada por Euzébio.

No entanto, Mariano, a liderança indígena, ressaltou que a área da *Tekoá* é pequena ainda para alimentar todas as famílias. O cacique explicou que segurança alimentar, para eles,

⁶⁶ SOUZA, E. (Agente Ambiental Indígena do Programa da FAPEU). Relato oral. Barra do Ribeiro, mar. 2018.

é compreendida pela disponibilidade em abundância de alimentos Guarani. Para isso, é preciso que haja mata nativa tanto na *Tekoá* quanto no entorno, o que contribuiria, segundo Mariano, para a oferta de animais para a caça, na coleta de frutos, e além disso, favoreceria os cultivos Guarani. Não há segurança alimentar sem as condições necessárias para as famílias viverem o *Mbyá Rekó* (o jeito de ser Guarani), concluiu Mariano.

Meses após as caminhadas e as conversas com o cacique Mariano e Euzébio, em maio de 2018, numa manhã fria, reencontro eles e as demais lideranças e suas famílias na *Tekoá Guapoy*. Para o espaço de mediação, entre os técnicos da Fapeu, Emater, Embrapa, Funai, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), etc., os Guarani organizaram cadeiras próximas a uma linda figueira, localizada no principal local de acesso a *Tekoá*. Pela estrada de chão batido era possível avistar pessoas reunidas.

Mais do que um simples espaço de mediação, a sua importância está no sentido da sua organização, para angariar coisas e convencer pessoas, transformando-as em aliadas. Para isso, os Guarani caminham em busca de parceiros, também não indígenas, para contribuir com a reestruturação dos seus territórios. O(s) *tape*(s), como me disse um dia uma liderança Guarani, auxiliam nas relações e no angariamento das mais diversas coisas para seus territórios. Nesse sentido, o *tape* pode ser entendido como a condição estabelecida entre seus pares, lembrando Escobar e Pardo (2005), para o combate pelo território, como expressão da luta cultural pela autonomia e autodeterminação.

Nas reuniões é de praxe que a liderança da *Tekoá* inicie a fala, como mencionamos anteriormente. Mariano, com sua voz de tom muito baixo, aos meus ouvidos, falou calmamente para seu povo. Logo após, agradeceu a presença de todos e daqueles *jurua* que ainda participavam das reuniões. Santiago passa o *petyngua* (cachimbo) e, em pé, também fala para seus pares, com uma expressão facial nada animadora, parecia preocupado com contexto vivido pelas famílias Guarani, o que mais tarde veio a se concretizar quando se manifestou para os *jurua*.

No entanto, foi Mauricio, em tom de voz grave, que citou a Convenção nº 169, do Tratado da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Constituição Federal de 1988, aos *jurua* presentes. Mauricio, munido de palavras bem compreensíveis, no português, demonstrava pelas armas dos não indígenas, como eles mesmo falam, o quanto as ações prestadas junto às comunidades Guarani eram, principalmente, mecanismos legais que quais asseguravam os direitos dos povos indígenas. Não é por menos que Mauricio é conhecido

entre os diferentes espaços de mediações, e um dos principais mediadores indígenas. A Embrapa foi um dentre os espaços percorridos e mediados por Mauricio.

5.7 DO RITUAL DA ERVA-MATE ÀS RELAÇÕES CONJUGADAS

Na caminhada até a casa de Eduardo Timóteo, o morro inclinado exige uma certa habilidade para chegar ao destino, com fôlego. Na parte superior da colina, as crianças e os mais velhos observam atentamente a jinga desajeitada dos *jurua*, principalmente quando estão carregados de mochilas e equipamentos. Tudo atrapalha, e fica mais fácil deslizar na terra solta. Dependendo do que acontece nessa empreitada, é fácil arrancar risadas dos observadores.

Diria que a *Tekoá* com maior dificuldade de acesso é *Ka'a Mryd'y*. Eduardo, cacique, muitas vezes reclamou em reuniões das condições precárias nas quais se encontravam as estradas, principalmente no inverno, quando as chuvas são torrenciais. Eduardo solicitava o apoio da Fapeu e demais órgãos competentes, para que contribuíssem com a manutenção da estrada, e, sobretudo, da ponte que havia caído com uma enchente, no início do ano de 2018.

Meses antes da ponte de madeira da principal entrada da *Tekoá Ka'a Mryd'y* tombar, participei do encontro dos Guarani e alguns técnicos da Fapeu, na comunidade, numa ocasião, diria, um tanto especial. Os Guarani organizavam, pelo segundo ano consecutivo, o ritual de preparo da erva-mate, também conhecido, popularmente, por *carijada*.

No primeiro dia, foram retirados pequenos troncos de madeira e algumas taquaras para a construção da estrutura do *carijo*. As madeiras mais resistentes serviram de base, como patas de uma mesa. A pouco mais de 1,40 cm de altura, ficavam as taquaras, lado a lado na horizontal. Os centímetros deixados entre elas serviam, explicou uma das lideranças, para que as folhas de erva-mate recebessem o calor da fogueira montada no chão embaixo das taquaras. Nas laterais, havia outras taquaras presas, para equilibrar as folhas da planta que foram empilhadas.

Com a estrutura concluída, as árvores de erva-mate com a folha ainda verde foram coletadas por seus galhos. A atividade em conjunto parecia animar tanto os Guarani quanto os *jurua* parceiros. Após coletar algumas sementes que estavam presas aos galhos, uma das lideranças, acomodada na parte superior da estrutura do *carijo*, organizava os galhos com folhas da erva-mate. Em seguida, os Guarani fizeram o fogo, que ficou toda noite aceso, para

a erva-mate receber a fumaça. Como o fogo deveria ficar permanente, para não apagar, os Guarani fizeram a ronda durante toda noite, revezando-se entre si.

No outro dia pela manhã, as mulheres preparavam o café, e os homens seguiram com a tarefa de preparar a erva-mate. O próximo passo foi organizar outra fogueira para que os galhos da planta com suas folhas fossem chamuscados. Com destreza, Artur iniciou queimando ligeiramente no fogo de chão, as folhas da erva-mate, que automaticamente secavam, mudando de cor. Os demais, jovens e crianças, observavam atentamente. Logo todos estavam sapecando com Artur as plantas de erva-mate. Com mais uma das etapas concluídas, era momento de triturar as folhas.

Num socador de erva-mate, equipamento de madeira muito pesado que havia na *Tekoá*, sem uso há algum tempo, indígenas e não indígenas tentaram fazer uso da ferramenta. Sem sucesso, os Guarani resolveram triturar parte da produção manualmente. As folhas da erva-mate ensacada por um tecido branco foram moídas por meio de encasáveis batidas com um pedaço de madeira. A propósito, depois de dois dias de atividades intensas, o desejo de todos era tomar umas cuias de mate, ainda naquele encontro. O restante da erva-mate foi dividido entre os Guarani, e cada um ficou responsável por sua trituração. Última etapa para poder consumir a erva-mate no chimarrão.

Com a cuia em mãos, Vitorino posiciona a água quente no chimarrão. Nesse momento, Artur comentou alguma coisa para Vitorino. Foi então que ele se virou e entregou o primeiro mate a um *juruá*. Logo depois que todos da equipe não indígena beberam, os Guarani sentaram para degustar a erva-mate da comunidade e conversar entre si.

Mas o gesto pelo gesto tem um significado mais profundo, ainda que os Guarani retomem sua roda de conversa, paralelo ao mundo *juruá*, a decisão tomada por Artur de passar as primeiras cuias para os não indígenas reproduz o exercício da política cultural Mbyá Guarani. O que poderia ter causado um desconforto entre os indígenas e os até então parceiros transformou-se numa nova ordem normativa de articulação com o mundo ocidental.

Após o almoço, Eduardo convidou para caminhar pela *Tekoá*. No local próximo à estrutura do *carijo*, havia uma roça. No morro inclinado, cresciam os feijões. Acredito que foram semeadas diferentes variedades juntas, pois as flores de diferentes cores das plantas estavam mescladas, um verdadeiro arco-íris de flores de feijão. Também havia abóbora, amendoim e umas plantas de melancia, mais afastadas do núcleo de plantas e flores, emaranhadas, de feijão. Ali, disse ele, era uma roça de sementes vindas da Embrapa.

Nas caminhadas pelo território indígena eram reestabelecidas as relações. Mas não se enganem, pois as sementes, depois de habitarem as roças Guarani, não há como identificá-las, ao menos, assim como fazem os(as) pesquisadores(as) em seus experimentos na Empresa. Os indígenas não se limitam apenas ao recebimento de plantas da Embrapa, ao contrário, é muito comum vê-los recebendo de outras instituições e parceiros não indígenas. Por esse motivo e por outros que Irajá não irá encontrar a resposta que tanto procura para compor seu relatório. Já nos dizia Porto-Gonçalves (2002) que os novos territórios epistêmicos terão de ser reinventados juntamente com os novos territórios de existência material, a fim de um diálogo contra-hegemônico. Estamos diante de novas formas de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim de *geo-grafar*.

Diria que o território Guarani é o principal espaço para a reversão de um emaranhado de ações colonizadoras, apontadas muitas vezes como soluções para as adversidades enfrentadas. Foi a partir das caminhadas junto a Eduardo que o guia-professor indígena nos demonstrou como na prática o geo-grafar delimita a Terra Indígena daquela que não é mais.

Na longa empreitada, entre mato fechado, no sobe e desce, com direito a uma pausa na cachoeira e um banho refrescante, seguimos molhados na trilha aberta por Eduardo. Atento a tudo que via ao redor, Eduardo também falava das suas atividades diárias na *Tekoá*. Em um dos caminhos, Eduardo mostrou o *mundéu*, uma armadilha Guarani utilizada para caçar animais, como tatu.

Na saída do mato refrescante, o sol irradiava o seu intenso calor. No topo da *Tekoá*, numa área plana, existiam alguns resquícios de roças abandonadas, e outras cultivadas. Ali estavam apenas as plantas dos Guarani, disse Eduardo. Os desenhos dos cultivos, tanto nos locais com espécies não indígenas quanto com as plantas indígenas, são organizados semelhantemente. De *Tekoá* em *Tekoá*, por onde andei, essa prática não é tão distinta umas das outras, porém, cada comunidade e família possui suas particularidades, no momento de semear seus roçados.

No ritual da erva-mate, em suma, um espaço mediado por Eduardo e seus pares, a linguagem corporal Guarani, por meio das caminhadas, sugere aos não indígenas um formato de regras e estratégias políticas indígenas, pelas quais são articuladas as ações externas, e revertidas em seus territórios não brancos. Meses após o encontro na sua comunidade, em uma reunião realizada na *Tekoá Yvy Poty*, Eduardo convidou novamente os Guarani e os *juruá(s)*, para mais uma atividade com erva-mate e outros emaranhados. Nesse sentido, ao

que tudo indica, a reinvenção de um ritual torna-se um espaço da diferença, da liberdade Mbyá Guarani.

5.8 AS PALAVRAS NÃO INDÍGENAS E SEUS EFEITOS ADVERSOS

Artur Souza, cacique da *Tekoá Mirim*, foi uma das lideranças que esteve presente nos dois intercâmbios de saberes e no acesso as sementes nos BAGs, na Embrapa Clima Temperado. Artur, por suas ações, aos olhos de Irajá é visto por ser um guardião de sementes. Antes mesmo de Artur mudar para a *Tekoá Mirim*, Irajá o visitava na *Tekoá Porã* (Aldeia Bonita), localizada na Barra do Ribeiro, também conhecida por Coxilha da Cruz.

Em toda visita que Irajá fazia para Artur, levava consigo algumas sementes, geralmente variedades de feijão, para a liderança plantar. Nesses encontros, Artur presenteou Irajá com um punhado de *avaxi*. No retorno à instituição, Irajá separou parte dos milhos conforme tinha recebido de Artur, as demais ele selecionou por tamanho e cor, antes de levá-las para plantar na ampla estufa, onde multiplicam e avaliam as espécies. Após a colheita, Irajá devolveu as sementes, separadas, conforme havia colhido, no pequeno experimento na Embrapa. Artur olhou seus *avaxi*, mas não mencionou nada, apenas sorriu e agradeceu a Irajá.

Na *Tekoá Mirim*, antiga propriedade de *juruá* que também foi adquirida pelo programa fundiário da Fapeu, Artur ainda se ajustava às novas práticas, para a recuperação do solo e da vegetação. Em um dos encontros, em janeiro de 2016, de Irajá e Artur na *Tekoá Mirim*, a liderança convidou o pesquisador para caminhar até uma pequena plantação de milho. A área ficava do outro lado de uma estrada de chão batido, que dividia a comunidade.

Nos fundos de umas casas de alvenaria, a nova moradia das famílias Guarani, estavam as plantas altas de milho. Artur, animado, disse que era uma das primeiras roças semeadas na nova *Tekoá*, e teria reservado a área para o cultivo das sementes de milho presenteadas por Irajá. O pesquisador, animado, perguntou quais espécies Artur estimaria plantar. Por alguns minutos, ouvi apenas o som do vento brando e de pássaros que passavam por aquela região. Logo depois da expressão delicada, mas pensativa, de Artur, ouviram-se os planos da liderança.

Segundo Artur, quando chegou à *Tekoá*, ficou conhecendo um antigo empregado *juruá* que prestava serviços para os ex-proprietários. Dentre as atividades, o não indígena plantava batata-doce, mandioca e arroz de sequeiro, para o autoconsumo e a comercialização das espécies. Diante dos diálogos com o *juruá*, Artur mencionou para Irajá que tinha ideia de

cultivar as mesmas espécies, necessitando, especialmente, do arroz de sequeiro. Contudo, as sementes da espécie solicitada só chegaram à *Tekoá* de Artur quando ele declarou no documento a sua demanda para Embrapa, organizada por Irajá, no segundo encontro dos Guarani com os(as) profissionais na instituição, em setembro de 2017.

No entanto, tendo em vista alguns atravessamentos, pode-se dizer que Artur não percebeu o quão ludibriadora teria sido a proposta do antigo empregado da ex-propriedade, que viera legalmente ser território Guarani. Não é a primeira vez, e também não será a última, que sua *Tekoá* tem sido alvo de projetos fabulosos, na palavras Guarani, coisas de *juruaá*, que não saem do papel. São essas e outras relações carregadas de intenções escusas que têm afetado de maneira negativa o próprio modo de vida Mbyá Guarani. Além disso, não seria exagerado reconhecer que tais pressões externas são, nas palavras de Tobar (2006), uma gestão da vida, planejada e orientada pelas mãos do capital.

Por outro lado, Artur incansavelmente tem buscado reverter as situações nas quais não houve sequer algum tipo de parceria. Desse modo, entende-se que o ato de observar e escutar faz da liderança Guarani o principal transgressor dos discursos e práticas etnocêntricas e impositivas, perante a sua comunidade. Com os ouvidos e olhos sempre atentos, as relações somente se (re)estabelecem com aquelesa cujo papel poderá contribuir com o modo de vida da comunidade.

No mês de novembro, dois meses após o diálogo entre os indígenas e os(as) pesquisadores(as) na Embrapa, e de certa maneira, momento no qual a demanda Guarani foi correspondida, Irajá, na reunião organizada pelas lideranças na *Tekoá Mirim*, salientou a importância do diálogo da Embrapa com as comunidades. Disse o pesquisador que, antes de mais nada, buscava atender as solicitações coletivas das *Tekoá(s)*, dentro das limitações e das atividades desenvolvidas pelo CPACT. Também anunciou que o Seminário de Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar era um espaço que se fazia relevante para firmar a presença e o discurso indígena na instituição.

Com o encerramento da reunião, logo após as discussões e as reivindicações, diante dos precários serviços prestados nas *Tekoá(s)* pelos órgãos indigenistas envolvidos, Artur aproximou-se serenamente de Irajá e o convidou para observar as plantas cultivadas, ao lado de sua moradia. A área, cercada, evitava a entrada indesejada de animais, como galinhas, que poderiam danificar a plantação. Artur, com uma expressão facial animada, falou para Irajá que as mudas de bata-doce doadas no segundo intercâmbio na Embrapa, há poucos meses, já estavam no solo aos seus cuidados. Também havia semeado abóbora, amendoim e um pouco

de feijão miúdo, comentou Artur. Esse foi o último encontro de Irajá com Artur em sua comunidade.

Em cada estação são nítidas as mudanças nas *Tekoá(s)*. As roças mudam anualmente, conforme o planejamento das lideranças e famílias. O mato se desenvolve, outras plantas são cultivadas, o corpo e as práticas Guaraní suportam as tarefas não indígenas, mas, independentemente do emaranhado de coisas e pessoas, percebe-se o conjunto de habilidades indígenas de reversão das ações coloniais, em seus territórios. Artur, ainda que estivesse presente nos dois intercâmbios na Embrapa, nem sempre plantou ou conseguiu colher as sementes selecionadas por ele e seus pares nos BAGs da instituição.

O rastreamento das sementes e demais plantas, como buscava/busca fazer Irajá para responder as cobranças da Embrapa, não será concluído na linguagem científica ocidental. Talvez o problema esteja longe de ser resolvido. Por outro lado, o desabafo de Artur parece apontar alguma solução para os questionamentos do pesquisador. Dentre as diversas dificuldades, Artur mencionou que o antigo entulho de obras espalhados, antes mesmo de se mudar, dificultava nas tarefas diárias da *Tekoá*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante alguns anos, caminhei em meio ao turbilhão de atividades desempenhadas por Irajá e seu emaranhado de relações, em uma instituição conhecida por ser elite no país. A partir desses caminhos, tive a oportunidade de andar por alguns territórios indígenas no país. Da Embrapa para o universo nativo, aprendi, de um lado, com os(as) profissionais a lutar por espaços de liberdade, por outro, com os Guarani, especialmente, vivenciei outra ciência, outras resistências, outro jeito de fazer política entre as pressões impostas pelas normas do mundo colonial. Cheguei, ou quem sabe, leitores, chegamos, ao início de um “labirinto”, para trazer novamente o termo emprestado de Ingold (2015b), num processo da construção etnográfica que se deu pela caminhada entre a ciência ocidental e a ciência nativa.

Nesse sentido, fui orientada a seguir os próprios acontecimentos conflituosos entre aqueles que constroem projetos e ações em busca de tornar a ciência a serviço dos povos nativos, e estes que lutam por construir um diálogo mais amplo e acessível com os(as) cientistas, procurando soluções condizentes ao universo em que vivem. Por esse motivo, esta tese estará sempre inacabada, como o labirinto, a saída torna-se o recomeço através de um dinâmico emaranhado de relações entre pessoas e plantas, pelas quais pude experienciar.

Se ontem as normas de acesso orientavam a abertura dos BAGs na instituição, hoje os projetos na Embrapa são construídos e instrumentalizados por outras medidas de controle, até mais enrijecidas que as anteriores. Caberá aos próximos trabalhos investigar e, de certa maneira, atualizar os acontecimentos na Embrapa e demais territórios envolvidos na trama orientada pela gestão dos recursos genéticos, do germoplasma, das sementes, etc. Quaisquer que sejam os termos utilizados, o que está em jogo são os elementos, ferramentas construídas, pode-se dizer a partir de um regime do biopoder, como instrumento de domínio, mediado, de certa maneira, por projetos de biodiversidade e tudo que diz respeito à temática.

Mais que um instrumento local de gestão das vidas, estamos diante de uma era conhecida pelo sistema mundo moderno-colonial, cujos efeitos arrebatadores causaram mudanças abruptas para as vidas dos povos nativos, proclamando a era da fome, da insegurança alimentar, da erosão genética, dentre outros problemas que têm afetado os povos.

As questões abordadas a partir do campo etnográfico trouxeram reflexivamente consigo o velho, mas novo dilema apontado, metaforicamente falando, pela guerra que se instaurou entre as raças, brilhantemente abordado por Foucault. Nesse sentido, não menos responsável, o universo das relações entre Embrapa e os povos indígenas pronuncia uma nova

fórmula de controle dos territórios não brancos, na qual se determinam, por meio dos instrumentos de gestão das sementes, os corpos que têm “o direito de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 2000, p. 287).

Trata-se da nova tecnologia do poder, denominada biopoder. O enfoque do estudo também foi compreender como na prática a instituição lidava com os povos, assim assistidos como um problema político, científico, biológico e de poder. Pode-se notar que cada caso é um caso, cada trajetória profissional e de vida resultou, ainda que na elaboração das atividades semelhantes, no exercício específico de cada pesquisador(a) junto aos povos indígenas, especialmente. Busquei, por meio da etnografia caminhante, trazer uma descrição dos espaços de mediação, como um aporte reflexivo sobre os atravessamentos de um poder colonial que compõe a formação histórica e geográfica da Embrapa, bem como as relações estabelecidas com os povos nativos no Brasil.

Nesse emaranhado de forças e conflitos, pode-se notar que a Embrapa tem sido um campo de experimento reproduzido por uma biopolítica que, segundo Valencia e Tobar, se constituiu como elemento da mesma essência ao do desenvolvimento capitalista, que vinculou e vincula os corpos disciplinados aos processos de produção. Em geral, trata-se do estabelecimento de uma nova disciplina da vida, das energias, dos movimentos, do espaço e do tempo, como um processo agenciado através da “razão do Estado” por meio da tecnologia governamental. Atualmente, pela centralidade dos mercados, “*marketización*”, ou mesmo pelo discurso e a prática do desenvolvimento com base no mercado (VALENCIA; TOBAR, 2006).

Nesse sentido, as sementes tornaram-se centro dessa discussão por serem um dos elementos tão raros da (agro)biodiversidade, transformadas pelo capital em produto e objeto de disputa. Este novo ouro passa ser extraído dos seus territórios de origem e de sua gente, pelo Estado e pelas empresas multinacionais, para habitar as modernas câmaras frias, e servir de base genética para os programas de melhoramento genético e biotecnologia.

Na Embrapa, acompanhei o cotidiano de um melhorista de plantas, com o propósito de compreender como as sementes são revertidas em tecnologias, instrumentos do poder e saber, e simultaneamente são reencaminhadas para a sociedade em formato de caixa-preta. As *BRS* assim como são denominadas, após os tramites burocráticos, e devidamente registradas pelos órgãos competentes, como qualquer coisa, deixam de certa maneira, de ser o que eram, e retornam à vida quando chegam às mãos dos mais distintos agricultores. De um espaço de mediação ao outro, por exemplo, as sementes passaram ser alvo da reversão das estruturas

coloniais de poder, por parte não só dos povos que acessam essas tecnologias, mas também por pesquisadores(as) empenhados em construir uma ciência contra-hegemônica.

No entanto, a democratização da ciência ainda ocupa um universo um tanto paradoxal na vida dos profissionais. Quero dizer que o sistema de curadoria e seus(uas) curadores(as) ao mesmo tempo que defendem o acesso como prática, o que retrataria as prestações de um serviço público, eles(as) têm o controle do momento, e para quem essas sementes devem ser disponibilizadas.

Não tão distante de um tipo de privatização das sementes, o sistema de curadoria que as compõem reestabelece a ordem e o controle sobre as vidas envolvidas. Uma vez condicionadas pelo Estado, entende-se que as sementes encontram-se no centro do regime estabelecido pela biopolítica. Nas palavras de Foucault, essa biopolítica é uma ferramenta, ao contrário do poder da soberania, que consiste no direito de intervir na sociedade com o objetivo de fazer viver. Nesse momento, o poder terá seu total domínio sobre a vida, sendo a morte uma manifestação de falha desse poder sobre a sociedade (FOUCAULT, 2000). O comportamento ambíguo do Estado é apenas o reflexo da intensidade de como a biopolítica vem operando na nossa sociedade, o que faz algumas administrações públicas serem mais agressivas do que outras. As regras e seus códigos estão em constantes mudanças.

O Acordo de Cessão de Material (ACM), a Lei 13.123, os Tratados, dentre outras normativas que estabelecem, ainda que vagamente, o direito de acesso dos povos aos BAGs da instituição, são exemplos de dispositivos modernos de gestão. Em outras palavras, as sementes, ou mesmo a (agro)biodiversidade, vêm sofrendo constantes mudanças, no que diz respeito a sua instrumentalização, principalmente, político-econômica. Isso significa, segundo Foucault, que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual, impondo obrigações e direitos, estabelecendo marcas nas coisas e nos corpos. Esse universo de regras tende a satisfazer a violência, pois seria um erro acreditar que uma guerra geral, ao se esgotar em suas próprias contradições, renunciaria à violência em troca da própria omissão nas leis da paz civil. Na verdade, a regra permite reativar o jogo da dominação sem cessá-lo, expondo a cena de uma violência meticulosamente reprisada (FOUCAULT, 1979).

Por outro lado, o controle, ou mesmo a racionalização do Estado, não está apoiado sob uma base totalizante, o que possibilita, pode-se dizer assim, a transfiguração, pelos atores sociais, daquilo que é imposto por ele. É por meio do conjunto de práticas, da subjetivação, que se formam os espaços de liberdade. Estes espaços, por sua vez, dão origem às parcerias entre unidades da Embrapa e territórios indígenas, compostas tanto pelo aparato globalizante,

quanto pelas organizações e projetos locais, como vimos ao longo desta tese. Talvez por um tipo de democratização da ciência.

Dessa maneira, a interação entre pesquisadores e povos agricultores tem propiciado, nas distintas instrumentalizações dos tratados, políticas e normas que, conseqüentemente, têm encontrado caminhos para os acessos dos povos agricultores aos materiais genéticos, conservados nos BAGs da Embrapa. Daí a relevância das relações sociais e do fortalecimento dessas parcerias, para novas alternativas que venham a reestabelecer a democratização da ciência, diante do(s) cenário(s) de restrições.

No interior dessa trama de relações, os povos indígenas a partir das suas distintas estratégias, conforme vimos, tornam-se os principais mediadores entre a suas ciências e demandas e a ciência ocidental. A partir dos discursos e práticas, notou-se como a política cultural indígena, especialmente Mbyá Guarani, no contexto da dominação colonial de um poder-saber, subverte as técnicas de controle e segurança instauradas pela ciência institucional.

Quero dizer, metaforicamente falando, que de um ambiente inóspito, reconhecido pelas câmaras frias até os roçados indígenas, as sementes voltam à vida, e já não são mais o que eram antes, quando habitavam na Embrapa. A resiliência Guarani pode ser notada a partir da transformação de uma (agro)biodiversidade disponibilizada pela Embrapa.

Para Escobar (2014), há um novo protagonismo social praticado por meio dos projetos de *(R)existência* construídos por grupos sociais que buscam reivindicar seus modos de pensar, de produção, de viver, dentre outros, enfrentando o modelo hegemônico do Estado. Além disso, mais que o protagonismo social frente às tensões produzidas pelas práticas colonizadoras, diria que os Guarani, por meio do(s) *tape(s)*, pelos quais marcam as suas trajetórias de vida, têm reformulado em seus territórios os projetos coloniais de desenvolvimento.

Em suma, cheguei ao fim, mas ao começo de um “labirinto”, ainda me questionando: qual seria o rumo, a direção, o *tape*, que deveríamos seguir para a tal construção de uma, ou de várias, ciência(s) democrática(s)? Em uma breve indicação, mas esclarecedora, Rivera Cusicanque (2010) diz que, para isso, deve-se construir o pensamento descolonizador. Para a autora, que traz a Bolívia como centro de suas experiências, antes de mais nada, é essencial a afirmação de um país pela sua diversidade linguística, pela qual devam-se projetar como cultura, teoria, epistemologia, política de Estado, e também como definição de bem-estar e de desenvolvimento. O desafio dessa nova autonomia reside em construir laços de sul a sul, que

venham a permitir o rompimento com as estruturas hierárquicas de política e a ciência do norte.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. F.; BEVILAQUA, G. A. P. **Partitura de biodiversidade**: uma nova alternativa para ampliar a base genética de espécies cultivadas e promover a segurança alimentar. *In*: SIMPOSIO DE RECURSOS GENÉTICOS PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – SIRGEALC, 7., 2009, Pucón. **Proceedings** [...] Santiago de Chile: Ministério de Agricultura, Instituto de Investigaciones Agropecuarias, 2009.
- ANTUNES, I. F. *et al.* **Melhoramento do feijão ao alcance de todos – I**: cruzamentos. Documento 325. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Embrapa Clima Temperado; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/952912/1/documento325.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- AQUINI, D. M. **Guardiões de sementes do Sul do RS e a construção de um sistema intersocial**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.
- AQUINO, T. T. V. Ailton Krenak. *In*: COHN, S. (org.). **Papo de índio**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015. (Série Encontros).
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- BARROS, M. de. **Memórias inventadas**: as infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Planeta, 2010.
- BORGES, J. C. **Feira Krahô de sementes tradicionais**: cosmologia, história e ritual no contexto de um projeto de segurança alimentar. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Ata da 3ª Assembleia Geral Extraordinária, Realizada em 9 de agosto de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, edição 169, seção 01, 31 ago. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/1600893/Estatuto+da+Embrapa/dfcc61fc-e4cf-c6b7-d92a-9b058ca47387>. Acesso em: 04 jan. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 2015.

BURLE, M.; DIAS, T. Ampliando a abertura dos bancos de germoplasma da Embrapa: experiências e atividades em andamento. *In*: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, 4., 2014, Brasília. **Cadernos de Agroecologia**: resumos [...]. Brasília: Embrapa, v. 9, n. 3, 2014.

CABRAL, J. I. **Livro preto**: sugestões para formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

CABRAL, J. I. **Sol da manhã**: memória da Embrapa. Brasília: UNESCO, 2005.

CAJIGAS-ROTUNDO, J.C. La (bio)colonialidad del poder: cartografías epistémicas en torno a la abundancia y la escasez. *In*: OUIJANO, O.; TOBAR, J. **Territorios del saber**: biopolítica y filosofías de vida. Popayán: Universidad del Cauca, 2006.

CALLON, M. Por uma nova abordagem da ciência, da Inovação e do mercado. *In*: PARENTE, A. (org.) **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 64-79.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA - CIAPO. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**: Planapo. Brasília: MDS; CIAPO, 2013.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA - CIAPO. **Brasil agroecológico**: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: Planapo: 2016-2019. Brasília: MDS; CIAPO, 2016.

CAMARGO, N. F. *et al.* Construção do processo de Anuência Prévia Informada junto à comunidade indígena Krahô. *In*: ENCONTRO DO TALENTO ESTUDANTIL DA EMBRAPA RECURSOS GENÉTICOS E BIOTECNOLOGIA, 8, 2003. **Anais [...]** Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2003.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica (Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999.

CASTRO-GÓMEZ, S. **Historia de la gubernamentalidad**: razón de estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. Bogotá: Siglo del Hombre; Pontificia Universidad Javeriana - Instituto Pensar; Universidad Santo Tomás de Aquino, 2010.

CASTRO-GÓMEZ, S. Michel Foucault y la colonialidad del poder. **Tabula Rasa**, [s.l.], 2007.

COSTA, R. H da.; PORTO-GONÇALVES, W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CUSICANQUI, S. R. **Ch'ixinakax utxiwa**: uma reflexão sobre práticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DIAS, T. B. *et al.* Etnociência na pesquisa agropecuária. Diálogo de saberes. *In*: DIAS, T. B. *et al.* (ed.) **A interação entre a Embrapa, os povos indígenas e a Fundação Nacional do Índio - Funai: histórico.** Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2007.

DOS ANJOS, J. C. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 13, p. 77-96, 2008.

EMBRAPA. **Portal Embrapa.** Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-geral/-/busca/portf%C3%B3liobusca/portf%C3%B3lio?buscaPortal=portf%C3%B3lio>. Acesso em: 08 nov. 2018.

EMPERAIRE, L. Patrimônio agrícola e modernidade no Rio Negro (Amazonas). *In*: CARNEIRO DA CUNHA, M.; CESARINO, P. N. (org.). **Políticas culturais e povos indígenas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

EMPERAIRE, L; VELTHEM, L; OLIVEIRA, A, G. **Patrimônio cultural imaterial e sistema agrícola: o manejo da diversidade agrícola no médio Rio Negro (AM).** Comunicação à 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro: ABA, 2008.

ESCOBAR, A. *After nature steps to an antiessentialist political ecology.* **Current Anthropology**, Chicago, v. 40, n. 1, p. 1-30, 1999.

ESCOBAR, A. **El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea.** Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología/CEREC, 1999.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: construcción e desconstrucción del desarrollo.** Bogotá: Norma, 1996.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. *In*: ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra.** Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESCOBAR, A; PARDO, M. Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico Colombiano. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. **Genealogia del racismo.** Buenos Aires: Allamira; Montevideo: Nordan Comunidad, 1993.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALEANO, E. **Os filhos dos dias.** Porto Alegre: L&PM, 2012.

GOLDMAN, M. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GURAN, M. **Fotografar para descobrir, fotografar para contar**. Diálogos antropológicos: dossiê 1– imagem. [S.l.], dez. 1997. Disponível em: <https://renatoathias.wordpress.com/leituras/fotografar-para-descobrir-fotografar-para-contar/>. Acesso em: 20 maio 2018.

GURGEL, F. L. *et al.* Localização geográfica de acessos do banco ativo de germoplasma de camucamuzeiro (*Myrciaria dubia* H.B.K. McVaugh) da Embrapa Amazônia Oriental. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 16., 2013, Foz do Iguaçu. **Anais [...]** Foz do Iguaçu, 2013. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca>. Acesso em: 20 maio 2018.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOLBRAAD, M. **Estimando a necessidade: os oráculos de Ifá e a verdade em Havana**. Rio de Janeiro: Mana, 2003.

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015a.

INGOLD, T. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, dez. 2015b.

JOHNSON, S. **The green revolution**. New York: Harper & Row, 1972.

KRENAK, A. **Entrevista concedida a Txai Terri Valle de Aquino**. Papo de índio. Manaus: UEA, 2015.

KRENAK, A. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, A. (org.). **A outra margem do ocidente**. Brasília: MINC-FUNARTE; São Paulo: Companhia Das Letras, 1999.

KROPF, S. P; FERREIRA, L. O. A prática da ciência: uma etnografia no laboratório. **História, Ciências, Saúde**, [s.l.], v. 4, n. 3, p. 589-597, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a10>. Acesso em: 30 abr. 2018.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B. Dadme un laboratorio y moveré el mundo. Versión castellana de Marta I. González García. Publicación original: "Give Me a Laboratory and I will Raise the World". In: KNORR-CETINA, I.; MULKAY, M. (ed.), **Science observed: perspectives on the social study of science**. London: Sage, 1983. p. 141-170.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LENINE. **Na pressão**. Los Angeles: Ariola Records, 1999.

LIMA, S. T. O campo e a escrita: relações incertas. **Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 9-23, jul./dez. 2013.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, Campo Grande, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002.

LONDRES, F. *et al.* **As sementes tradicionais dos Krahô: uma experiência de integração das estratégias *on farm* e *ex situ* de conservação de recursos genéticos.** (Sementes locais: experiências agroecológicas de conservação e uso). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

MARTINS, J. S. A fotografia e a vida cotidiana: ocultações e revelações. *In*: CARVALHO, C.; GUSMÃO, N. M.; PAIS, J. M. (org.) **O visual e o cotidiano**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Sociologia da Fotografia e da Imagem, 2008.

MARTÍN MARTÍNEZ, I. **Conservación de recursos fitogenéticos**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaria General de Estructuras, 2001.

MAUSS, M. [1872-1950]. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, J. F. **Conservação *ex situ* e acesso à informação: levantamento das amostras de *manihot esculenta* coletadas na Região do Rio Negro – AM, conservadas pela Embrapa.** 2014. Monografia (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MERLEAU-PONTY, M. [1908-1961]. **A natureza: notas: cursos no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NETTO, D. A. M. **Coleção de base e coleção ativa: banco de germoplasma de sorgo**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2010.

PANITZ, L. M. **Redes musicais e [re] composições territoriais no Prata: por uma geografia da música em contextos multilocalizados**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PELLEGRINI, M. A. Indígena em saúde: imaginários, práticas e (des)enquadres metacomunicativos. *In*: TEIXEIRA, C. C.; DO VALLE, C. G.; NEVES, R. C. (org.). **Saúde, mediações e mediadores**. Brasília: ABA Publicações; Natal: EDUFRN, 2017.

PEREIRA, V. C. **A conservação das variedades crioulas como prática de agricultores no Rio Grande do Sul**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

POPYGUA, T. S. Vera Tupã. **Yvyrupa: a Terra é uma só**. *In*: EKMAN, A. (org.) São Paulo: Hedra, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (org.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial.** Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

REIS, J. C.; GUERRA, A.; BRAGA, M. Ciência e arte: relações improváveis? **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 13, p. 71-87, out. 2006.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores.** São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTONIERI, L. R. **Agrobiodiversidade e conservação *ex situ*: reflexões sobre conceitos e práticas a partir do caso da Embrapa/Brasil.** 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. *In*: SANTOS, B. V. (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAUTCHUK, C. E. **O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá).** 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007.

SOUZA, F. V. D.; FÁVERO, A. P. **Manual de curadores de germoplasma – vegetal: valoração do germoplasma.** Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, V. Biodiversidade, direitos de propriedade intelectual e globalização. *In*: SANTOS, B. S.(org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SCHLEE, A. G. **Uma terra só: contos.** São Paulo: Melhoramentos, 1984.

SIMON, M. F. **Manual de curadores de germoplasma – vegetal: conservação in situ.** Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010.

SOUZA, A. S. *et al.* **Preservação do germoplasma vegetal, com ênfase na conservação in vitro de variedades de mandioca.** Circular técnica 90. Cruz das Almas: Embrapa, 2009.

Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/711805/1/circular90.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018.

TOBAR, J. Mundialización y mercantilización de la vida. *In*: VALENCIA, O. O.; TOBAR, J. (org.). **Territorios del saber: biopolítica y filosofías de vida**. Popayán: Universidad del Cauca, 2006.

UNITED NATIONS. **Convention on biological diversity**. Text and annexes. Châtelaine, Switzerland: Interim Secretariat for the Convention on Biological Diversity, 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2016.

VALENCIA, O. Q. Biopolítica, subjetividad y economía: vida y regulación de la desregulación. *In*: VALENCIA, O. O.; TOBAR, J. **Territorios del saber: biopolítica y filosofías de vida**. Popayán: Universidad del Cauca, 2006.

VALENCIA, O. Q.; TOBAR, J. Introdução. Bio/ecocapitalismo y "reinvenção de la emancipación social". *In*: VALENCIA, O. O.; TOBAR, J. **Territorios del saber: biopolítica y filosofías de vida**. Popayán: Universidad del Cauca, 2006.

VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

VILLELA, A. T. **O sistema de unidades demonstrativas de feijão - SUDF - como alternativa para o desenvolvimento da produção de feijão no Rio Grande do Sul**. 2016. Tese (Doutorado em Sistema de Produção Agrícola Familiar) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

VISVANATHAN, S. Entre a cosmologia e o sistema: a heurística de uma imaginação dissidente. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Filiação intensiva e aliança demoníaca. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 77, p. 91-126, mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a06n77.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A história em outros termos**. A chegada dos brancos. [S.l.], 2016a. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Narrativas_Indígenas. Acesso em: 29 mar. 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **O que estamos vendo no planeta hoje é um combate de povos e não de classes**: ou as classes estão voltando a se redefinir como povos. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro, por Rita Natálio e Pedro Neves Marques. [S.l.], maio 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/05/19/o-que-estamos-vendo-no-planeta-hoje-e-um-combate-de-povos-e-nao-de-classes-ou-as-classes-estao-voltando-a-se-redefinir-como-povos/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **O que se vê no Brasil hoje é uma ofensiva feroz contra os índios**. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro, por Guilherme Freitas. [S.l.], ago. 2016b.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/eduardo-viveiros-de-castro-que-se-ve-no-brasil-hoje-uma-ofensiva-feroz-contra-os-indios-17261624>. Acesso em: 17 ago. 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Transformação na antropologia, transformação da antropologia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132012000100006. Acesso em: 08 set. 2016.